

Adriane Vidal Costa
Maria Antonia Dias Martins (Orgs.)

FINO TRACO
FT
EDITORA

REVISTAS LATINO-AMERICANAS NA “ERA DOS EXTREMOS”

resistências e projetos político-culturais



EBOOK GRÁTIS

As revistas, na “Era dos Extremos”, não apenas documentaram os acontecimentos de seu tempo, mas também participaram ativamente da construção de sentidos históricos, funcionando como arenas de debate, formação de opinião e disputa simbólica. Como afirmou a argentina Beatriz Sarlo (1992), as revistas devem ser compreendidas como atores históricos e instâncias de mediação cultural e política. As revistas, como bem mostram os artigos desta coletânea, constituem objetos privilegiados para o estudo das culturas políticas latino-americanas, revelando tanto os projetos hegemônicos quanto as vozes dissidentes. Elas permitem captar as nuances dos debates intelectuais, as tensões ideológicas, as articulações internacionais e as transformações sociais que atravessaram o século XX. A análise das revistas possibilita uma imersão em um passado em disputa, cujas reverberações ainda ecoam no presente. Nas últimas décadas, pesquisadores das ciências humanas têm se dedicado com crescente interesse ao estudo das revistas como fontes documentais, como objetos culturais, como espaços de sociabilidades intelectuais, como laboratórios de ideias e instrumentos de intervenção política e cultural. Esse interesse se insere em uma tendência mais ampla de valorização das culturas impressas e das mídias periódicas como campos legítimos de análise histórica e sociológica. As revistas, especialmente as de caráter cultural e político, são compreendidas como artefatos multifacetados que articulam produção discursiva, redes de sociabilidade e práticas editoriais.





Adriane Vidal Costa

Maria Antonia Dias Martins (Orgs.)

REVISTAS LATINO-AMERICANAS NA “ERA DOS EXTREMOS”:

resistências e projetos político-culturais



Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Adriane Vidal Costa e Maria Antonia Dias Martins

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R349

Revistas latino-americanas na "era dos extremos": resistências e projetos político-culturais / organização Adriane Vidal Costa, Maria Antonia Dias Martins. - E-book - Belo Horizonte [MG] : Fino Traço, 2025.

357 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-8054-780-1

1. Periódicos - América Latina. 2. Periódicos - Comunicação - Aspectos políticos. 3. Comunicação e cultura. I. Costa, Adriane Vidal. II. Martins, Maria Antonia Dias.

25-98804.0

CDD: 056.9

CDU: 050(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

18/06/2025 25/06/2025



Coleção América Latina

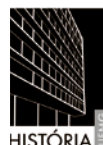
CONSELHO EDITORIAL

Adriane Vidal Costa (UFMG) - Coordenadora

Elisa Campos Borges (UFF)

Elias Patti (Universidad Nacional de Quilmes)

José Alves de Freitas (Unicamp)



FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

finotracoeditora.com.br



Sumário

<i>Apresentação</i>	<i>8</i>
Adriane Vidal Costa	
Maria Antonia Dias Martins	
<i>Os muitos mundos da revista Monde: França, Uruguai e Indochina na luta política do entreguerras.....</i>	<i>18</i>
Ângela Meirelles de Oliveira	
<i>Os debates sobre o Brasil latino-americano em revistas do Uruguai e do Chile, entre as décadas de 1930 e 1970</i>	<i>37</i>
Mateus Fávaro Reis	
<i>Entre lutas inacabadas e pensamento crítico: Cuadernos Americanos e os impasses latino-americanos (1948-1973)</i>	<i>58</i>
Maria Antonia Dias Martins	
<i>Guerra Fria, mestiçagem e modernização: a revista América Indígena sob a égide da OEA nas gestões de Manuel Gamio e Miguel León-Portilla (1953-1966)</i>	<i>92</i>
Natally Vieira Dias	
Igor Luis Andreo	
<i>Revista Bohemia: da estatização ao internacionalismo revolucionário na Conferência Tricontinental em Havana (1966)</i>	<i>125</i>
Adriane Vidal Costa	
Ana Paula Cecon Calegari	
Taciana Almeida Garrido de Resende	

La representación de un acontecimiento político. La ruptura democrática chilena en Marcha y Crisis, dos revistas del Cono Sur157

Claudio Maíz

Publicações cubanas nos anos 1960 e 1970: propostas estéticas e políticas culturais 177

Sílvia Cezar Miskulin

(Cuadernos del) Tercer Mundo: projeto editorial e debate sobre o papel da comunicação no Terceiro Mundo (1974-1979)..... 205

Carine Dalmás

Gabriel Corrêa

Cuadernos de Peronismo y Revolución: debates y transformaciones de la militancia argentina en el exilio a inicios de los años ochenta.... 230

Daniela Slipak

A revista de exílio Chile-América: atuação política e humanitária contra a ditadura pinochetista249

Raphael Coelho Neto

Exílio, anticomunismo e oposição ao regime revolucionário cubano em Mariel – Revista de Literatura y Arte (1983-1985)..... 270

Caroline Drummond

Debates críticos, políticas da cultura e (re)criação de tradições em Punto de Vista..... 302

Raphael Nunes Nicoletti Sebian

O periódico Sexología y Sociedad e os desafios da construção da educação sexual em Cuba 325

Pedro Sampaio Azevedo

Elisa de Campos Borges

Sobre os autores 350

Apresentação

Adriane Vidal Costa
Maria Antonia Dias Martins

Este livro tem por finalidade apresentar um conjunto de pesquisas dedicadas às revistas como vetores privilegiados para refletir sobre a intersecção entre política, sociedade e cultura na América Latina durante o século XX, atravessado por intensas disputas ideológicas e marcado por revoluções, golpes militares, regimes autoritários e fascistas, exílios forçados, resistências democráticas, processos de redemocratização e frustrações de expectativas revolucionárias ou reformistas. A “Era dos Extremos”, conceito consagrado pelo historiador Eric Hobsbawm (1994) para descrever esse século, evidencia como as contradições sociais e ideológicas marcaram boa parte da produção intelectual e midiática. As revistas de cultura e política, nesse contexto, desempenharam um papel central como espaços de reflexão crítica, formação de opinião e mediação¹ entre os campos estético, cultural e ideológico (Sarlo, 1992).

As revistas, na “Era dos Extremos”, não apenas documentaram os acontecimentos de seu tempo, mas também participaram ativamente da construção de sentidos históricos, funcionando como arenas de debate, formação de opinião e disputa simbólica. Como afirmou a argentina Beatriz Sarlo (1992, p. 10), as revistas devem ser compreendidas como atores

1. Ver: Moranã, 2003.

históricos: seu conteúdo “rende tributo ao presente, justamente porque sua vontade é intervir (nele) para modificá-lo”. Por isso, não são meros repositórios de ideias, mas instâncias de mediação cultural e política.

Assim, as revistas constituem objetos privilegiados para o estudo das culturas políticas latino-americanas, revelando tanto os projetos hegemônicos quanto as vozes dissidentes². Elas permitem captar as nuances dos debates intelectuais, as tensões ideológicas, as articulações internacionais e as transformações sociais que atravessaram o século XX. A análise de suas páginas possibilita uma imersão em um passado em disputa, cujas reverberações ainda ecoam no presente.

Nas últimas décadas, pesquisadores das ciências humanas têm se dedicado com crescente interesse ao estudo das revistas como fontes documentais, como objetos culturais, como espaços de sociabilidades intelectuais, como laboratórios de ideias e instrumentos de intervenção política e cultural. Entre estas publicações, destacamos as organizadas por Saúl Sosnowski (1999), Regina Crespo (2010) e Fernanda Beigel González (2020), além de dossiês publicados nas revistas *Tempo* (UFF, 2019), *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS, 2019) e *Cadernos de Letras* (UFPEL, 2021). Esse interesse se insere em uma tendência mais ampla de valorização das culturas impressas e das mídias periódicas como campos legítimos de análise histórica e sociológica. As revistas, especialmente as de caráter cultural e político, são hoje compreendidas como artefatos multifacetados que articulam produção discursiva, redes de sociabilidade e práticas editoriais.

Pesquisas mais recentes têm se concentrado não apenas na coleta e organização dessas publicações – por meio de compilações, digitalizações e catálogos temáticos –, mas também em abordagens teóricas que buscam compreender as revistas a partir de perspectivas locais e globais, nacionais e transnacionais. Tal enfoque permite revelar a densidade das conexões entre projetos intelectuais latino-americanos e suas interlocuções com correntes de pensamento de outros continentes, especialmente na Europa, Estados Unidos e África.

2. Ver: Tarcus, 2020, 2021.

As revistas culturais e políticas na América Latina do século XX foram espaços de debate intelectual, laboratórios de ideias revolucionárias e plataformas para a construção de identidades coletivas em meio a um período marcado por ditaduras, movimentos sociais e transformações artísticas. Este livro busca explorar o papel fundamental dessas publicações na formação do pensamento crítico latino-americano, analisando como elas articularam cultura, política e sociedade em uma região em constante ebulição.

Os capítulos deste livro têm como objeto de pesquisa revistas que foram produzidas em diferentes épocas e lugares por atores sociais de origens diversas: intelectuais, artistas, militantes, estudantes, políticos, jornalistas, entre outros. São revistas com materialidades, periodicidades, formatos editoriais e estratégias de circulação bastante heterogêneas – que vão desde publicações independentes até revistas patrocinadas por instituições estatais. Quase todos os grupos intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos contaram com suas próprias revistas, em que divulgaram seus programas, debateram ideias e construíram identidades políticas e culturais. Vale destacar o caráter coletivo dessas produções, que expressam um esforço colaborativo, ainda que indivíduos específicos, em algumas ocasiões, tenham se sobressaído na mediação com editoras, universidades, centros culturais, instituições governamentais, assumindo papéis de liderança intelectual ou organizacional.

Beatriz Sarlo (1992) destacou que as revistas operam em uma dupla geografia cultural: de um lado, o espaço concreto em que efetivamente circulam; de outro, um espaço imaginário – uma bricolagem simbólica – onde se situam idealmente e projetam sentidos. É a partir dessa perspectiva que se abre este livro, com o capítulo de Ângela Meirelles de Oliveira, intitulado “Os muitos mundos da revista *Monde*: França, Uruguai e Indochina na luta política do entreguerras”. Ao investigar as diferentes apropriações da revista *Monde*, a autora identifica essas publicações como “nós” em redes transnacionais, revelando como as edições uruguaia e indochinesa, embora vinculadas ao modelo da *Monde* francesa, constituíram plataformas próprias para o debate político ancorado nas questões locais.

Mateus Fávaro Reis aprofunda a reflexão sobre o espaço imaginário proposto por Beatriz Sarlo no capítulo “Os debates sobre o Brasil latino-americano em revistas do Uruguai e do Chile entre as décadas de 1930 e 1970”. Ao investigar as revistas *Acción*, *Marcha* e *Ercilla*, o autor analisa como o Brasil foi incorporado aos debates sobre identidade e problemas latino-americanos, revelando um esforço transnacional de construção de representações compartilhadas. Esse processo não se deu apenas por meio das revistas e editoras, mas também por meio das redes de solidariedade e resistência construídas a partir de contextos autoritários, marcados pela circulação forçada de artistas, intelectuais, jornalistas e diplomatas perseguidos ou exilados.

A dimensão transnacional e os deslocamentos forçados de intelectuais – evidenciados no caso das revistas uruguaias e chilenas – ganham força na experiência da revista mexicana *Cuadernos Americanos*, analisada por Maria Antonia Dias Martins no capítulo “Entre lutas inacabadas e pensamento crítico: *Cuadernos Americanos* e os impasses latino-americanos (1948-1973)”. Nesse estudo, o exílio é entendido como elemento constitutivo da identidade da revista, que se firmou como espaço de convergência entre ideias políticas, projetos de emancipação e resistência intelectual frente ao autoritarismo, às ditaduras latino-americanas, ao nazifascismo e ao imperialismo. A autora investiga a revista como espaço de formulação e em torno de temas como a viabilidade das guerrilhas, o significado da Revolução Cubana, o socialismo chileno no governo de Salvador Allende e os caminhos de articulação entre países do Terceiro Mundo.

As revistas, nesse sentido, podem ser compreendidas como lugares de memória intelectual, em que se inscrevem os traços do percurso – muitas vezes sinuoso – da formulação de ideias e propostas de intervenção política e cultural. Elas revelam que tais trajetórias raramente seguem linhas retas, sendo atravessadas por disputas, reorientações e contradições. É a partir dessa perspectiva que Natally Vieira Dias e Igor Luis Andreo, no capítulo “Guerra Fria, mestiçagem e modernização: a revista *América Indígena* sob a égide da OEA nas gestões de Manuel Gamio e Miguel León-Portilla (1953-1966)”, analisam a revista *América Indígena* como espaço estratégico de circulação de ideias e disputa simbólica em torno do indigenismo

interamericano. Os autores demonstram como a publicação funcionou como um espaço de propaganda e defesa do indigenismo oficial interamericano. Ao enfatizar a práxis coletiva que sustentou a revista, evidenciam também sua condição de produto de um projeto político mais amplo, articulado à atuação da OEA e às dinâmicas do campo intelectual latino-americano no contexto da Guerra Fria

Dando continuidade à reflexão sobre as revistas como espaços de disputa simbólica e intervenção política, o capítulo “Revista *Bohemia*: da estatização ao internacionalismo revolucionário na Conferência Tricontinental em Havana (1966)”, de Adriane Vidal Costa, Ana Paula Cecon Calegari e Taciana Almeida Garrido de Resende, propõe uma análise situada no contexto da Guerra Fria, mas deslocada para a Guerra Fria Interamericana. Essa perspectiva amplia a análise ao considerar os movimentos de múltiplos atores – como imprensa, partidos e movimentos sociais –, e não apenas os interesses geopolíticos dos Estados Unidos. As autoras examinam as transformações estruturais da revista *Bohemia* como reflexo das profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais promovidas pelo governo revolucionário cubano. Ao tornar-se veículo oficial e porta-voz do Estado, *Bohemia* assumiu papel central nas disputas narrativas no cenário internacional.

Percebemos que a preocupação com os rumos da América Latina e do chamado Terceiro Mundo fez parte da linha editorial de várias revistas, notadamente nas culturas políticas de esquerda das décadas de 1960 e 1970, como afirmou Claudio Maíz no capítulo “*La representación de un acontecimiento político. La ruptura democrática chilena en Marcha y Crisis, dos revistas del Cono Sur*”. Ao analisar como *Marcha* (Uruguai) e *Crisis* (Argentina) representaram discursiva e graficamente o golpe militar chileno de 1973, o autor evidencia o papel dessas publicações como espaços de elaboração crítica e atuação política ao mesmo tempo em que investiga o impacto públicos dessas revistas no espaço público político cultural. Por meio de estratégias textuais, escolhas gráficas e reprodução de vozes e documentos, as revistas mobilizaram uma narrativa engajada que respondia à conjuntura autoritária do Cone Sul. Para Maíz, essas revistas configuram o acontecimento ao mesmo tempo em que o testemunham, inserindo-se

no duplo papel de atuante na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, de arquivo, marcas da cultura impressa de esquerda daquele período.

Se nas revistas *Marcha e Crisis* a construção discursiva do acontecimento chileno evidenciava o engajamento político da cultura impressa, o capítulo de Sílvia Cezar Miskulin aprofunda a análise das tensões entre estética, política e repressão a partir da experiência cubana. Em “Publicações cubanas nos anos 1960 e 1970: propostas estéticas e políticas culturais”, a autora investiga revistas como *Lunes de Revolución* e *El Caimán Barbudo*, que, inicialmente concebidas como espaços de abertura, crítica e experimentação intelectual, foram progressivamente enquadradas pelas diretrizes culturais do regime. A análise mostra como as disputas estéticas e ideológicas – envolvendo liberdade de criação, alinhamento político e papel do intelectual – estiveram no centro dos embates que marcaram a política cultural da Revolução Cubana. Ao recuperar os percursos dessas revistas e de seus colaboradores, Miskulin ilumina não apenas os momentos de efervescência e inovação, mas também os mecanismos de censura e padronização que conduziram à dispersão de grupos intelectuais e à redefinição dos papéis possíveis para a criação cultural na ilha

A análise das revistas cubanas como espaços de tensão entre projeto revolucionário e controle cultural encontra desdobramento no capítulo de Carine Dalmás e Gabriel Corrêa, que examina o papel estratégico da revista *Cuadernos del Tercer Mundo* no contexto do exílio político e das redes de comunicação terceiro-mundistas. Em “*Cuadernos del Tercer Mundo*: projeto editorial e debate sobre o papel da comunicação no Terceiro Mundo (1974-1979)”, os autores exploram a trajetória da revista fundada por jornalistas e intelectuais exilados latino-americanos, entre eles o brasileiro Neiva Moreira, cujo percurso ilustra a articulação entre militância, jornalismo e internacionalismo político. A revista tornou-se não apenas um espaço de denúncia contra as ditaduras, mas também um fórum de formulação crítica sobre o papel da comunicação e da informação nos processos de descolonização e integração dos povos do Terceiro Mundo. Ao mapear as redes intelectuais que se formaram a partir da circulação editorial e do exílio, o artigo evidencia como tais revistas podem ser compreendidas como

plataformas privilegiadas para a história dos intelectuais e para a análise das disputas geopolíticas e culturais da época.

O exílio, como demonstrado no capítulo anterior, não representou apenas um deslocamento geográfico forçado, mas uma oportunidade para a redefinição de redes sociais, culturais e políticas, nas quais as revistas desempenharam papel fundamental na reelaboração da militância diante de novos cenários históricos. É nesse horizonte que se insere o capítulo de Daniela Slipak, “*Cuadernos de Peronismo y Revolución: debates y transformaciones de la militancia argentina en el exilio a inicios de los años ochenta*”. A autora examina a publicação editada pela *Agrupación Eva Perón* na Espanha entre 1980 e 1982, evidenciando como o periódico se constituiu em espaço de reflexão crítica sobre a derrota da luta revolucionária, a trajetória do peronismo e as possibilidades de reorganização política no contexto da transição democrática argentina. Slipak revela as ambiguidades e deslocamentos da subjetividade militante, sem descartar inteiramente os marcos do discurso revolucionário, mas inserindo-os à luz da experiência exiliar e dos debates transnacionais sobre democracia, direitos humanos e socialismo.

As experiências editoriais no exílio, como vimos, abriram possibilidades de reelaboração da militância política em diálogo com os acontecimentos históricos vividos à distância, mas ainda intensamente presentes. Nesse contexto, o capítulo de Raphael Coelho Neto “A revista de exílio *Chile-América*: atuação política e humanitária contra a ditadura pinochetista” analisa a revista, criada em Roma, em 1974, como um projeto marcado por forte intencionalidade política e editorial, pensado para articular denúncia, memória e reconstrução democrática frente à ditadura chilena. A partir do conceito de editorialismo programático, o autor examina como o periódico respondeu aos desdobramentos da repressão e às disputas internas do campo oposicionista, conectando seu percurso aos dilemas e transformações do cenário político chileno. Raphael Coelho Neto destaca a revista como espaço de alinhamento de setores cristãos, socialistas e humanistas comprometidos com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma alternativa democrática.

A relação entre revistas e contextos autoritários, já observada em experiências de exílio político e projetos editoriais de resistência, ganha novas nuances no capítulo “Exílio, anticomunismo e oposição ao regime revolucionário cubano em *Mariel – Revista de Literatura y Arte* (1983-1985)”, da autora Caroline Drummond. Produzida por cubanos exilados nos Estados Unidos, a publicação é abordada a partir de sua materialidade editorial e de sua inserção nos debates culturais e políticos do período. O texto destaca o papel da revista na construção de um espaço de expressão e denúncia, evidenciando tanto os mecanismos de silenciamento quanto as disputas narrativas em torno da experiência do exílio e das identidades dissidentes. Entre os temas abordados, ganham relevo as denúncias de perseguição homossexual vigente em Cuba, cujas marcas atravessam o contexto de produção e recepção da revista, revelando as tensões entre cultura, sexualidade e repressão.

Após refletirmos sobre as tensões entre censura, identidade e crítica cultural nos anos finais da Guerra Fria, o capítulo de Raphael Nunes Nicoletti Sebian, “Debates críticos, políticas da cultura e (re)criação de tradições em *Punto de Vista*”, direciona o olhar para o papel das revistas como espaços estratégicos na reconfiguração do pensamento intelectual em contextos de repressão e abertura política. Ao investigar a trajetória de *Punto de Vista* (1978-2008), o autor destaca como a publicação e a análise de textos literários, críticos e ensaísticos – ao lado da reflexão sobre revistas culturais e outros objetos simbólicos – expressaram escolhas interpretativas de seus realizadores. Em diálogo com o legado de revistas como *Sur*, *Contorno* e *Los Libros*, *Punto de Vista* se constituiu como plataforma de renovação intelectual e crítica, propondo novas leituras sobre a literatura, a história e a cultura argentina. Esse esforço, que atravessou tanto os anos de censura quanto o período democrático, revela o modo como a cultura foi mobilizada como chave de leitura da sociedade e da política, sustentando um projeto crítico atento às inflexões do seu tempo.

As reflexões anteriores evidenciaram como as revistas culturais foram fundamentais na elaboração de respostas críticas aos processos de transição política e na renovação das leituras sobre história e literatura em diferentes

contextos latino-americanos. As discussões suscitadas pelo capítulo sobre a revista *Mariel* evidenciaram como a questão da homossexualidade constituiu uma das frentes mais sensíveis e politicamente marcadas nos debates sobre cultura, repressão e identidade em Cuba. Essa problemática é retomada sob nova perspectiva no capítulo de Elisa de Campos Borges e Pedro Sampaio Azevedo, que analisa a revista *Sexología y Sociedad*, publicada a partir de 1994 e vinculada ao Centro Nacional de Educação Sexual (Cenesex). Criada em meio ao chamado “Período Especial”, a revista permite compreender as mudanças internas vividas pela sociedade cubana frente às crises do pós-Guerra Fria e aos esforços de reposicionamento internacional do país. A partir do exame de sua materialidade editorial, de suas colaborações e dos temas abordados, os autores refletem sobre o papel da revista na formulação de uma política pública voltada à sexualidade e aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que apontam os limites e tensões próprios de uma publicação institucional em um contexto de transição e redefinições culturais profundas.

Ao percorrer os capítulos reunidos nesta coletânea, torna-se evidente que as revistas culturais latino-americanas do século XX constituem não apenas objetos de memória, mas também agentes ativos de elaboração crítica e intervenção simbólica. Como propôs Beatriz Sarlo, as revistas têm sua vocação ancorada no tempo presente – são feitas com a intenção de intervir, propor e transformar. Cada número, cada escolha editorial, cada texto publicado expressa uma tomada de posição que permite acessar não apenas o conteúdo dos debates intelectuais, mas também os modos como se construíram conceitos, enfrentaram-se tensões e sustentaram-se esperanças – muitas vezes frustradas por derrotas históricas. A Revolução Cubana e o governo de Salvador Allende, frequentemente evocados nas páginas dessas revistas, aparecem não apenas como eventos políticos, mas como símbolos de possibilidade, modelos alternativos e catalisadores de redes de solidariedade. As revistas funcionam, assim, como verdadeiros laboratórios de ideias, nos quais imagens, interpretações, símbolos e referências circulam, confrontam-se e transformam-se. Estudar essas publicações é, portanto, investigar os projetos e as disputas que conformaram a cultura política latino-americana e seus horizontes de emancipação.

Referências

- CRESPO, Regina (org.). *Revistas en América Latina*: Proyectos literários, políticos y culturales. México: UNAM, 2010.
- DOSSIÊ “Revistas Culturais”, *Tempo* (UFF), v. 25, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/>. Acesso em: 01/06/2025.
- DOSSIÊ “Intelectuais, periódicos e circulação transnacional”, *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), v. 45, n. 1, 2019.
- DOSSIÊ “revistas culturais latino-americanas dos séculos XX-XXI: teoria, circulação e suportes”, *Cadernos de Letras*, Pelotas, n. 39, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/>. Acesso em: 01/06/2025.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORAÑA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. *Outra Travessia*, Santa Catarina, n. 40/1, p. 67-74, 2003.
- PITA GONZÁLEZ, A.; GRILLO, M. “Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales”, *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, p. 3-30, 2015.
- SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”, *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, 1992.
- SOSNOWSKI, Saúl. *La cultura de un siglo*. América Latina en sus revistas. Madri/Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999.
- TARCUS, Horacio. “El ciclo histórico de las revistas latinoamericanas: trazos de una genealogía”, *Revista Nueva Sociedad*, n. 291, p. 192-207, 2021.
- TARCUS, Horacio. *Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles*. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2020.

Os muitos mundos da revista Monde: França, Uruguai e Indochina na luta política do entreguerras¹

Ângela Meirelles de Oliveira

Que as revistas configuram espaços de circulação de ideias, da defesa de projetos políticos e espaços de sociabilidade é assunto amplamente debatido. As recentes publicações sobre o tema, como o livro *Hacer cosas con revistas. Publicaciones políticas y culturales del anarquismo a la nueva izquierda*, editado em 2023 pela historiadora argentina Laura Fernández Cordero, amplia as reflexões sobre o papel desse periódico tão fundamental na América Latina. Com base na ideia de que as revistas são “artefactos complejos, forjas de legitimidad intelectual, índices de intervención política, espacios de construcción subjetiva, documentos de la identidad americana, etc.”, Cordero (2023, p. 12) nos abre caminhos para diversificar as análises sobre o papel das revistas e periódicos para a história dos intelectuais

Imbricada no que Cordero (2023, p. 13) chamou de “nó de relações transnacionais”, uma revista apresenta amplas possibilidades de estudo para compreender o trânsito de ideias entre diferentes espaços. Em alguns casos, situações excepcionais nos oferecem um campo de pesquisa único para

1. Uma versão parcial deste texto foi apresentada em uma comunicação no XVI Encontro Internacional da Anphlac (Associação de Pesquisadores e Professores de História das Américas), realizado em Londrina, de 23 a 26 de julho de 2024.

mapearmos as experiências político-editoriais que apareceram em diferentes lugares do globo. Faço referência aqui à disseminação de periódicos *Monde* por diferentes regiões do globo, inspirados pela experiência francesa. A revista europeia intitulada *Monde – hebdomadaire d'information littéraire, artistique, scientifique, économique et sociale* foi criada por Henri Barbusse em 1928 e veio à público até o ano da morte do escritor francês, em 1935.

O objetivo inicial deste capítulo era o de investigar uma publicação de mesmo nome, editada e publicada por Pedro Ceruti Crosa no Uruguai, no ano de 1936. A revista *Monde* uruguaia foi criada com objetivos que iam além da evidente ideia de uma inspiração na homônima francesa e cumpriu um papel relevante na amplificação das lutas políticas naquele momento na região do Rio da Prata. A *Monde* uruguaia teve início poucos meses após o encerramento da publicação francesa (já que após a morte de Barbusse apenas mais três edições foram a público) e pretendia-se uma continuidade da revista europeia.²

Figura 1 – *Monde* (França) – hebdomadaire d'information littéraire, artistique, scientifique, économique et sociale, criada por Henri Barbusse em 1928



Fonte: <https://gallica.bnf.fr>

2. A ideia de uma continuidade está expressa na numeração, que no Uruguai tem início na edição n. 354, do ano IX.

Ressalto que, no decorrer desta pesquisa, deparei-me com uma revista *Monde* publicada em Saigon, capital econômica da Indochina – então colônia francesa –, pelo jornalista Cao-Van-Chánh. Tal fato adicionou maior complexidade às possibilidades de compreensão da circulação de ideias e práticas em uma escala global, abrangendo um território que alcança as Américas, a Ásia e a Europa.

O periódico *Monde* de Saigon era publicado majoritariamente em francês, tendo algumas notas no idioma annamita³; trazia pautas relacionadas à militância barbussiana (como o papel dos intelectuais, a mobilização contra a guerra e, depois, contra o fascismo), mas principalmente apresentava temas relativos à vida política da colônia indochinesa e da realidade da região. Um estudo mais aprofundado da revista asiática ainda não foi realizado e não será objeto deste capítulo. No entanto, é fundamental apontar alguns elementos presente nessa revista que são importantes para as reflexões propostas neste texto.

Figura 2 – *Monde* (Saigon) – Diretor-redator Cao-Van-Chánh, criada em 1933



Fonte: <https://gallica.bnf.fr>

3. Annamita é o termo usado para os habitantes da região do Anname (ou Trung Kỳ), parte da colônia francesa Indochina, correspondente à parte central do atual Vietnã.

A disseminação das revistas *Monde* por lugares tão distantes como a França, o Uruguai e a Indochina nos inspira a imaginar as diferentes formas de ver o *monde* que interligam essas localidades no contexto do entreguerras. Retomando uma vez mais as reflexões de Cordero, a autora aponta que uma revista “provoca sus propias geografías y es un elemento más en la definición de un territorio, es ese caso, político e intelectual” (Cordero, 2023, p. 13). Por essa razão, procurei com este estudo mapear e compreender a geografia impressa pela revista *Monde* ao ser republicada no Uruguai e na Indochina, que teria criado um território político e intelectual próprio em uma escala global.

Ressaltamos que a publicação francesa *Monde* não foi o único empreendimento de Henri Barbusse que se desdobrou em experiências similares em diferentes lugares no mundo. A Revista *Clarté*, que circulou entre 1919 e 1921, e, posteriormente, o jornal *Clarté* (1921-1928) também despertaram o interesse entre os intelectuais em diferentes espaços, incluindo Brasil, Argentina, Peru, Chile e Estados Unidos, impulsionados pela lógica da criação de uma “internacional do pensamento”. Esse tema já foi estudado por alguns autores, como Oliveira (2011), Moraga-Valle (2015) e Peter Gold (1983), além de Hall e Pinheiro (1986). Alguns autores europeus dedicaram-se à revista *Monde* francesa, sobretudo em sua relação com o debate literário soviético; são eles: Racine-Furlaud (1967), Normann (1976), Relinger (1994), Baudorre (1962) e Bonnaud-Lamotte (1989). Contudo, não encontramos estudo sobre a publicação homônima no Uruguai, tampouco sobre a indochinesa.

Os outros lados do “Monde”

O primeiro desafio – que é material, mas também metodológico – é recuperar a coleção completa dos periódicos. A publicação uruguaia é de 1936 e possui 6 exemplares arquivados no *Centro de Documentación y Memoria de las Izquierdas* (Cedinci), na Argentina, disponíveis de forma digital no site *AmericaLee*. Um último exemplar, de número 7, foi localizado por mim no *International Institute of Social History* (IISH), em Amsterdam. Quanto à publicação asiática, os poucos exemplares de que se tem notícia

podem ser recuperados na *Bibliothèque nationale de France* (BNF), onde constam 8 edições publicadas entre fins de 1933 e início de 1934.

Um segundo desafio é buscarmos recuperar os pontos de conexão entre esses espaços tão distantes e seus personagens. No Uruguai, é necessário recuperarmos brevemente a trajetória do editor Pedro Ceruti Crosa. Advogado, nascido em 1899 e falecido em 1947, foi um importante intelectual da esquerda *batllista*.⁴ Em 1927, Crosa publicara em coautoria com Julio Cesar Grauert, na cidade de Buenos Aires, um impactante livro intitulado *Los dogmas, la enseñanza y el Estado*, por meio do qual defendia um laicismo radical na educação. Segundo Carolina Greising (2013), o embate entre o Estado e a Igreja no Uruguai começara ainda em 1877 e perdurara até meados de 1934, e o episódio da publicação do livro foi um importante marco nessa disputa. Naquele contexto, os católicos apelidaram os autores de “batllicomunistas”. Essa associação do *batllismo* ao comunismo devia-se, sobretudo, à cisão ocorrida no Partido Colorado de uma ala mais à esquerda, como veremos brevemente a seguir.

Após a morte de José Battle y Ordoñez, em 1929, Julio Cesar Grauert fundou a agrupación *Avanzar* (que publicava um jornal de mesmo nome), cujo objetivo era mobilizar o proletariado urbano – visto como excluído da política nacional até aquele momento – e pautar, nas ações do Partido Colorado, questões relacionadas “ao pensamento social, econômico e histórico do marxismo, ainda que sem definir-se como tal” (Greising, 2013, p.11). Em uma mescla de anti-imperialismo, defesa da luta de classes contra os latifundiários e a burguesia e do fortalecimento do intervencionismo estatal, os ditos “radicais” da *Agrupación Avanzar* foram importantes atores na resistência à ditadura de Gabriel Terra, iniciada a partir do golpe de Estado de 1933 e, posteriormente, na luta contra o fascismo no Uruguai. É relevante o dado de que Julio Cesar Grauert foi morto nos primeiros meses após o golpe de Gabriel Terra, e sua figura transformou-se em um símbolo mobilizador da luta contra a ditadura e contra o fascismo entre as mais diversas tendências políticas no Uruguai (Oliveira, 2015)

4. Battlismo é o nome dado à corrente política inspirada nas ideias do político uruguaio, do Partido Colorado, José Battle y Ordoñez, que governou o Uruguai entre 1903 e 1907 e entre 1911 e 1915.

Pedro Ceruti Crosa, o editor da revista *Monde* uruguaia, era partidário dessa mesma tendência política, ainda que tenha se filiado ao comunismo em 1925, quando passou a advogar pelo *Socorro Rojo Internacional* (SRI), em prol dos presos políticos. Segundo Carolina Greising (2013), nesse contexto, Crosa militou entre líderes históricos do PCU, como Julia Arévalos, Servando Gómez y Rodney Arismendi. Publicou em 1932 a obra *Crítica a Vaz Ferreira* que “fue considerada como libro pionero en brindar una crítica marxista a la filosofía latino-americana” e colaborou intensamente no diário do Partido Comunista Uruguaio (PCU), *Justicia*, por meio de editoriais.

A inspiração para a criação de uma revista *Monde* no Uruguai, justo após o encerramento do periódico homônimo francês, pode ter ocorrido de muitas formas. Já é sabido que o fato de Manuel Ugarte ter sido membro do comitê editorial do periódico francês serviu para promover diversas conexões entre Henri Barbusse e intelectuais latino-americanos (Oliveira, 2015). Não existe evidência concreta (ou ainda não foi encontrada) de que Ceruti Crosa tenha sido contactado diretamente por Barbusse. Contudo, é sabido que a revista *Monde* francesa circulou amplamente pela América Latina, incluindo a região do Prata.

Levemos em conta também, como possibilidade de inspiração, que o empreendimento editorial francês incluía, além da publicação da revista, a organização “Amis du Monde”, que visava, segundo Guessler Normand (1976), “fornecer correspondentes e ajudar o periódico a acompanhar e divulgar eventos contemporâneos”. Essa propensão expressa em encontrar e receber colaboradores configura-se como um incentivo à circulação – já bem comprovado no campo de estudo das revistas. O apelo à colaboração ganhou ares mais dramáticos no número 350, de 5 de setembro de 1935, dedicado a noticiar a morte de Barbusse; entre as homenagens, constava o apelo: “A voz de Barbusse vos clama: “Faça viver Monde! Divulgue-a! Assine-a!”. Aparentemente, esse apelo chegou ao lado oriental do Rio da Prata, e Pedro Ceruti Crosa sentiu-se premido a não deixar morrer o empreendimento editorial de Barbusse.

Na região da Indochina, a conexão com o mundo intelectual francês parece mais evidente pelo fato de os espaços estarem interligados pelas relações coloniais. Ainda assim, é relevante apontar como as pautas

disseminadas por Henri Barbusse nesse período mobilizaram ideias e ações em torno da luta anticolonial nessa região da Indochina.

A revista *Monde* asiática era dirigida pelo intelectual nacionalista Cao-Van-Chánh, cuja biografia, a partir das parcas informações disponíveis até o momento⁵, apontam para a figura de um jornalista que atuou intensamente contra o domínio colonial francês e a corte de Huê⁶ na região (Jammes, 2018). Nascido em 1903, Cao Chánh, como ficou mais conhecido, estudou em Paris e retornou à Saigon, onde colaborou com diversos periódicos. Peycam (2012, p. 105) assim o descreve:

...o jovem egresso do Mỹ Tho Collège, Cao Văn Chánh, que se juntou à equipe [do jornal *Public Opinion*] em 1920, aos dezessete anos. Este primeiro emprego representou o início de uma carreira excepcional no jornalismo. Cao Chánh, como era mais conhecido, logo foi notado por sua “impertinência” antigovernamental e pelo estilo político relativamente irrestrito de seus artigos.

Naquele momento, a região do atual Vietnã enfrentava as fortes consequências da crise econômica de 1929, que desencadearam o aumento da fome na população e a deflagração de revoltas com as políticas coloniais francesas. Em março de 1930, teve início uma sequência de greves e uma grande revolta popular, liderada por grupos comunistas recém-unificados.⁷ Os revoltosos usavam armamento básico – sobretudo ferramentas agrícolas – e foram reprimidos brutalmente pelas tropas francesas, inclusive pela Legião Estrangeira (Bernal, 1981, p. 151); houve execuções, tortura, assassinatos em massa e bombardeio de aldeias. Milhares de pessoas foram presas. A revolta perdurou até setembro de 1931, tendo sido derrotada pela fome e pela intensa

5. Sobre Cao-Van-Chánh (1903-1945), também conhecido como Thach Lan, existe pouca informação acessível pela internet. Cao Chánh estudou em Paris, onde viveu intensamente entre a comunidade estudantil vietnamita, tendo fundado associações culturais e de ajuda mútua. De volta à Saigon, foi um jornalista que atuou na imprensa local de forma crítica ao governo colonial francês. Trabalhou em diversos jornais, como *L'Essor Indochinois*, *Public Opinion*, entre outros.

6. A corte de Huê era o nome dado à dinastia imperial que governou o Vietnã entre 1802 e 1945; ainda que tenha perdido poder durante a colonização francesa, só foi derrubada no início dos movimentos pela independência da região.

7. Segundo Bernal (1981), em fevereiro de 1930, três grupos ou partidos comunistas que competiam entre si foram unificados sob a sigla de Partido Comunista Vietnamita.

repressão. Os eventos ficaram conhecidos como *Soviets de Nghe-Tinh*, por conta da organização autônoma dos camponeses, que formaram conselhos para substituir a então abalada administração colonial francesa.

Em Saigon, capital da Cochinchina – região sul do atual Vietnã –, a insatisfação com o domínio colonial manifestava-se também por meio da imprensa. Levemos em conta que a cidade era a capital econômica da colônia e concentrava a maior parte da população europeia e dos espaços de sociabilidade nos moldes parisienses (Leroy, 2020, s.p). Esse cenário pode explicar o aparecimento da revista *Monde* em Saigon, em novembro de 1933. Os editoriais da primeira edição, alguns assinados pelo comitê diretor e outros pelo próprio Cao-Van-Chánh, apontavam para a revista como um espaço para “investigar com seus amigos e leitores as causas reais, históricas deste fenômeno catastrófico cujo nome é crise geral do regime capitalista” (Comité, 1933, p. 1).⁸ O editorial do primeiro número também indicava que a revista seria plataforma para debater “o fascismo e o hitlerismo fenômeno que preocupa tanto o mundo” e seus efeitos no extremo-orientes”⁹ (Comité, 1933, p. 1), bem como “os desafios enfrentados pelos operários, camponeses e intelectuais face à tática da Frente Única proposta pelas organizações agrícolas e comerciais da colônia” (Van-chan, 1933, p. 1).¹⁰

A seção “Amis de Monde”, também presente na versão indochinesa, indica uma ligação direta com Paris, por meio da figura de Nguyễn-van-Tri, estudante de direito que vivia na capital francesa e mobilizava a comunidade imigrante para enviar recursos para a sobrevivência do semanário. O estudante também era visto como “nosso principal correspondente e nosso agente geral na França”¹¹ (Van-Tri, 1933, p. 2). Van-Tri presidia, naquele momento, duas associações que eram importantes focos de sociabilidade dos

8. “Monde” se propose de rechercher avec ses amis et lecteurs les causes réelles, historiques de ce phénomène catastrophique qui s’appelle crise générale du régime capitaliste”. Tradução da autora.

9. “Qu’est ce que le fascisme et l’hitlerisme phénomène qui préoccupe tant le monde? Et ces événements d’Extrême-Orient?” Tradução da autora.

10. “Quelle doit-être l’attitude des ouvriers, des paysans et des intellectuels appauvris, à l’égard de la tactique “front commun” prêchée par des organisations agricoles et commerciales de la colonie?”. Tradução da autora.

11. “M. Nguyen-van-Tri est notre principal correspondant et notre agent général em France”. Tradução da autora.

estudantes vietnamitas em Paris e que serviam como centros de mobilização política anticolonial: a *Association Culturelle et Mutuelle Indochinoise* e o *Comité d'Amnistie des Indochinois*.¹² O segundo grupo recebia apoio dos intelectuais franceses que faziam parte da ampla rede de mobilização intelectual no entreguerras, como indicado a seguir:

O Comité de Amnistia da Indochina, fundado pelo meu amigo Cao-Van-Chánh, tornou-se, após a sua partida de França, um Comité para a amnistia e a defesa dos povos indochineses e coloniais. Personalidades universalmente conhecidas como Romain Rolland, Henri Barbusse, o professor Langevin e o escritor Victor Marguerite, convidados pelo meu activo amigo a dar os seus nomes a um trabalho profundamente humanitário, não hesitaram em dedicar-se aos infelizes condenados políticos da Indochina. (Van- Tri, 1933, p. 2)¹³

No entanto, apesar dessas afinidades, uma adesão declarada às redes barbusianas por parte da revista *Monde* asiática foi descartada em um artigo ainda no primeiro número. Neste, meia página foi dedicada a comentar a visita de Henri Barbusse à Nova York para participar do Primeiro Congresso Contra a Guerra e o Fascismo, realizado nos Estados Unidos entre 29 de setembro e 1 de outubro de 1933 (Oliveira, 2021). Reproduzido a partir da edição francesa, o texto foi antecedido pelo aviso:

Muitos amigos perguntam-nos se seguimos no nosso semanário a linha de conduta adoptada por Henri Barbusse no “Monde” de Paris. Contentamo-nos hoje em responder negativamente a esta questão, reservando-nos voltar a ela para mostrar a diferença essencial entre a nossa concepção e a do autor em relação à cultura e à política.

12. O Comité d'Amnistie des Indochinois foi fundado em março de 1933 e recebeu apoio imediato de Romain Rolland, Henri Barbusse, Vitor Margueritte, Francis Jourdain e Paul Langevin; seu objetivo principal era conseguir a anistia aos milhares de presos políticos (cerca de 10 mil) decorrentes dos levantes de 1930 e 1931.

13. “Le Comité d'Amnistie aux Indochinois fondé par mon ami Cao-van-Chanh est devenu après son départ de France, un Comité d'Amnistie et de défense des indochinois et peuples coloniaux. Des personnalités univrsellement connues telles que Romain Rolland, Henri Barbusse, le professeur Langevin e l'écrivain Victor Marguerite invités par mon actif ami à donner leurs noms à une oeuvre haurrement humanitaire n'ont pas hésité à se dévouer pour les malheureux condamnés politique d'Indochine”. Tradução da autora.

No entanto, Barbusse é um escritor valioso. Mais ainda, a sua acção contra a guerra repercute em todo o mundo. Nossos leitores julgarão pelo seguinte artigo emprestado de nosso colega homônimo de Paris. (*Monde*, 1933, p. 3)¹⁴

Ao contrário da revista *Monde* uruguaia – que, como já visto, pretendia ser uma continuidade da *Monde* francesa –, a publicação indochinesa afirmava ter emprestado o nome da revista parisiense, sem, no entanto, aderir a seus ideais e concepções. Um olhar mais apurado para o conteúdo de ambas as publicações pode auxiliar na compreensão dessas aproximações e distanciamentos.

A vida política e intelectual nas páginas das revistas Monde

O levantamento sistemático realizado nas 7 edições da publicação uruguaia indica que pouco mais de 10% dos artigos são colaborações de autores latino-americanos: são textos de Juan José Morosoli, Elías Castelnuovo, Jorge Icaza, Ceruti Crosa, do gravurista Carlos González e do crítico José Maria Podestá. A maior parte dos textos que vieram a público era traduzida do francês, do russo e do inglês. Segundo levantamento realizado pelos editores do site *AmericaLee*, quase todos eram traduções de artigos da revista *Europe. Revue Littéraire mensuelle*, e alguns textos eram reproduções da *Monde* francesa, ainda que a fonte não tenha sido indicada. Com frequência inicialmente quinzenal – tornando-se mais espaçada com o tempo –, *Monde* indicava em suas páginas possuir correspondentes na Argentina, México, Chile, Equador, Panamá, Cuba e Colômbia. O que se percebe facilmente é a reprodução das gravuras entre as duas publicações, como no caso dos pequenos aviões, de autoria anônima.

14. “Des nombreux amis nous demandent si nous suivons dans notre hebdomadaire la ligne de conduite adoptée par Hrnrri Barbusse dans “Monde” de Paris. Nous nous contentons de répondre négativement à cette question pour aujourd’hui, nous réservant d’y revenir pour montrer la différece essentielle entre notre conception et celle de l’auteur relatives à l’aculture et à la politique.

Pourtant, Barbusse est um écrivain de valeur. Bien plus son action contre la guerre se repercute dans le monde entier. Nos lecteurs em jugeront par l’article suivant emprunté à notre confrère homonyme de Paris”. Tradução da autora

Figura 3 – Reprodução de mesma gravura na versão francesa e uruguaia da revista Monde



Fonte: *Monde*, n. 353, out.,1935, Paris (BNF) e *Monde*, n. 6, jun./jul, 1936, Montevidéu (Cedinci).

Como muitos projetos editoriais, a *Monde* uruguaia era financiada por meio de anúncios de serviços de profissionais liberais, alguma publicidade e estava permanentemente em campanha para encontrar assinantes, como forma de manter o empreendimento, o que parece ter ocorrido por meio do recurso aos “Amigos do Monde”. Uma carta resposta dos editores reafirma: “En la Dirección y Redacción de MONDE, a pesar del intenso trabajo que demanda, **NADIE gana absolutamente nada. MONDE** pertenece al núcleo de Amigos de Monde...” (*Monde*, 1936. Grifos no original).

A maior parte dos artigos presentes na revista era tradução de textos de análise de política internacional e sobre a ameaça representada pelo fascismo e a guerra, além de contribuições de Heinrich Mann, Jawaharlal Nehru e

Jules Romain, entre outros. Segundo o site *AmericaLee*, a revista publicou, pela primeira vez em castelhano, as cartas de Karl Marx a Ludwig Kügelman e também traduziu o apelo de Rolland contra a prisão de Antonio Gramsci por Mussolini, no que seria “el primer mojón significativo de la recepción del marxista italiano en América Latina” (*Monde*, s.d.).

Nos debruçando com maior atenção aos textos oriundos de colaborações de latino-americanos, chama a atenção que o primeiro número da revista traga uma homenagem a Romain Rolland na capa e no editorial. Pesquisas realizadas anteriormente (Oliveira, 2021) nos permitiram perceber que, com a morte de Henri Barbusse, em 1935, Rolland passou a ocupar o posto de intelectual modelo de engajamento e farol das consciências na luta pela paz e contra o fascismo. No ano de 1936, inúmeras revistas se dedicaram a homenagear Rolland, numa ação impulsionada pela Associação Internacional pela Defesa da Cultura (AIDC); a organização foi um agrupamento surgido em Paris na esteira da desarticulação da União Internacional dos Escritores Revolucionários (UIER), mas com relativa autonomia em relação a Moscou (Teroni; Klein, 2005). A *Monde*, no Uruguai, reproduzia inúmeros apelos sob o mote “defesa da cultura” e não ficou de fora desse movimento transnacional.

Nesse mesmo número, aparece um artigo de Ceruti Crosa (1936) extremamente crítico à recente ruptura diplomática do Uruguai com a URSS, causada sobretudo pela pressão da diplomacia de Getúlio Vargas após os movimentos militares de novembro de 1935 e pela prisão de diversos militantes da IC no Brasil.

Na edição seguinte, outro texto elogioso a Romain Rolland; agora a reprodução do discurso de Crosa, pronunciado no *Ateneo de Montevideo* por ocasião da homenagem para o intelectual francês. Na sequência, a reprodução de um capítulo do livro, publicado pelo editorial Claridad argentina, do livro *El Arte y las Masas*, de Elias Castelnuevo. Na terceira edição, outra reprodução, agora de um capítulo de Juan José Morosoli. Acompanhando o cotidiano da revista, percebe-se que havia poucas produções originais dedicadas com exclusividade à revista *Monde*, com exceção dos textos de Pedro Ceruti Crosa e as críticas de cinema de José Maria Podestá. Podemos

apontar também as contribuições do xilogravurista Carlos González, mas não sabemos se originais para a revista. A mais destacada contribuição de González para *Monde* ocupa a capa da edição número 4, de abril de 1936. A gravura mostra um ambiente rural, com gado, cavalos e personagens vestidos de poncho: o Uruguai começava a despontar na revista.

Figura 4 – Monde (Uruguai) – Revista Internacional fundada por Henri Barbusse, criada por Pedro Ceruti Crosa em 1936



Fonte: Cedinci.

Na edição de maio de 1936, apareceu pela primeira vez um editorial dedicado à conjuntura do Cone Sul. Firmado como “Monde”, mas possivelmente redigido por Crosa, o texto elogiava as intensas mobilizações ocorridas no 1º de Maio em diferentes cidades (Montevideu, Buenos Aires,

México, Assunción e Santiago) e fazia referência à “prisão de Prestes e à derrota passageira da revolução brasileira” (*Monde*, 1936, p. 1). Também surgiram textos elogiosos à Frente popular na Espanha e na França e a reprodução de uma gravura da revista *New Masses*, de Nova York, que circulava amplamente por essas paragens. As páginas de *Monde* traziam pouquíssimas referências ao Uruguai, à região ou às Américas; breves notas sobre o México cardenista e a reprodução do editorial da revista portenha *Contra*, de autoria de Ernesto Giudice.

Em comparação com o periódico uruguaio, a versão vietnamita de *Monde* apresentava um número expressivamente maior de colaborações originais, sobretudo de intelectuais vietnamitas. A preocupação central – que pautava a maioria das análises apresentadas pelo periódico – referia-se às consequências da crise econômica para a Indochina, os desmandos do governador geral M. Pasquier, as perseguições à imprensa e os desmandos do imperador Bao Dai¹⁵. Colaboraram nas 8 edições dezenas de intelectuais vietnamitas, como Ho-Nam, Cao-Van-Chán, Lap-Nam, Thu-Pong, Nguyen-Van-Tri, Minh-Lien, Nguyen-Ve, Nghiem-Xuan-Toàn, entre outros. Em todas as edições foram publicadas charges retratando a situação política do Vietnã, a maioria de autoria de Le Ducq. Havia também uma seção de crítica literária e a reprodução de poemas em francês ou anamita.

A participação da comunidade leitora da *Monde* vietnamita foi incentivada logo em seu primeiro número. O lançamento da enquete – prática comum a diversos periódicos cujo propósito era o debate intelectual – demandava aos leitores a opinião a respeito do papel dos escritores em relação à política: “Qual deve ser a atitude dos escritores face à política? Eles devem sair da “torre de marfim” para se engajar na luta política?”¹⁶ (La Direction, 1933, p. 1). O tema do engajamento dos escritores foi frequente nesse período e mobilizou diversas partes do globo em torno da opinião, majoritária naquele momento, de que era um dever do intelectual posicionar-se na esfera pública e engajar-se nos temas políticos. A tradição

15. Bao Dai foi o último imperador do Vietnã (1926-1945), que governava o país a partir dos interesses franceses.

16. “Quelle doit-être l’attitude des écrivains à l’égard de la politique? Doivent ils sortir d leur tour d’ivoire pour s’occuper de la lutte politique?”. Tradução da autora.

dreyfusard do intelectual moderno ganhou muita força no entreguerras, tanto relacionada à luta antifascista quanto à anticolonial.

Destaca-se, em todas os números, uma página inteira dedicada às reivindicações das mulheres. Sob o título de Seção feminina *Phu-Nu Tan-Van* (*Organe des défense des intérêts féminins*), ali escreveram diversas mulheres, como Fanny, Agnes Smedley e Nguyen-Thi-Khang. Esta última, apontada como redatora permanente do periódico, assinou um artigo intitulado *O Feminismo Annamita*, no qual denunciava as péssimas condições das mulheres na região, que eram “[...] tratadas como escravas”. Ao final do artigo, um alerta recordava a hierarquização das pautas sociais características daquele momento:

Você abaixa a cabeça sob o jugo masculino secular. Estão privadas dos direitos políticos mais básicos, Senhoras e Senhoritas. Mas não devemos esquecer que os trabalhadores das plantações, das indústrias, das minas e os empregados sofrem mais. Às vezes sofrem com a exploração de burgueses e nobres! (Thi-Khang, 1933, p. 3)¹⁷

Para além das notícias do *Socorro Rojo Internacional* (SRI) – que enviou correspondência à revista vietnamita propondo a visita ao país de uma Comissão de Enquete, para verificar *in loco* os efeitos da crise econômica e as condições dos prisioneiros políticos –, as atividades do Comitê de Anistia ao povo Indochinês tiveram espaço de destaque a partir do terceiro número de *Monde*, de janeiro de 1934. Francis Jourdan, presidente do SRI, publicou artigos em mais de uma edição, entalhando críticas duras ao imperialismo francês na Ásia e na África (Jourdan, 1934, p. 2).

Para além das colaborações originais, foi possível perceber que alguns textos foram traduzidos de revistas francesas, sobretudo da revista *Lu*, *L'Esprit* e *Vu* e do jornal *Le Canard Enchaîné*. Em todos os números a última página foi ocupada por um conto de Máximo Gorki, dividido em fascículos.

17. “Vous courbez votre tête sous le joug masculin séculaire. Vous êtes privées de droits politiques les plus élémentaire, Mesdames et Mesdemoiselles. Mais il ne faut pas oublier que les ouvrières de plantations d’usines, de mines, le servants souffrent davantage. Elles souffrent parfois de l’exploitation des bourgeoises et des nobles!». Tradução da autora.

A revista indica haver circulado em Paris, entre a comunidade estudantil originária do Vietnã, mas não apenas. Nas seis páginas semanais da publicação apareciam frequentes apelos para a adesão de novos assinantes, já que era financiada pela publicidade e por seus subscritores. Apesar da curta duração da revista *Monde* vietnamita, a análise de seu conteúdo e de sua dinâmica de distribuição nos permite compreendê-la como uma importante plataforma de mobilização política e intelectual que circulou dentro do universo colonial francês, entre Saigon e Paris.

Considerações finais

A relevância da figura de Henri Barbusse para a mobilização política entreguerras é inegável. O intelectual francês inspirou militantes em diversas partes do globo, por meio de suas viagens, de suas ações, mas principalmente por suas práticas editoriais, o que inclui os desdobramentos da revista *Monde* aqui analisados.

O que pudemos perceber após o estudo dessas duas publicações – a *Monde* uruguaia e a *Monde* vietnamita – é que as revistas dialogavam com o mundo intelectual francês em menor ou maior grau, mas sobretudo serviam de plataforma para o debate político dos problemas locais. Nesse aspecto, a revista de Saigon destacou-se pelo amplo espaço reservado para contribuições de intelectuais vietnamitas ou ligados às pautas da luta anticolonial, ainda que, paradoxalmente, estivesse bem mais próxima de Paris do que sua versão uruguaia, por conta das relações coloniais.

Em comum, ambos empreendimentos foram, de certa forma, fruto da ação e da militância pessoal de Pedro Ceruti Crosa e Cao-Van-Chánh, ainda que fossem suportados por grupos de financiadores, como os Amigos do Monde. Ao se utilizar de expedientes da prática do intelectual *dreyfusard*, como enquetes e manifestos, além da divulgação de textos originais ou traduzidos, os editores de *Monde* possivelmente atuavam com base no que Cordero (2023, p. 13) considera como “[...] invertida confianza en el impacto de las letras, en la fuerza de la palabra para constituir una identidad política”.

Por fim, é necessário retomar a ideia inicial que buscava mapear e analisar o papel da revista *Monde* na configuração de um território político e intelectual em escala global. Os elementos em comum entre as três revistas nos permitem afirmar que, ainda que não tenham sido experiências sincrônicas, as publicações faziam parte de um universo comum.

Referências

- BAUDORRE, P. *La revue «Monde» (1928-1935): contribution à l'étude du débat littéraire franco-soviétique*. Université Montreaux Montaigne. Thesis, 1962.
- BERNAL, M. "The Nghe-Tinh Soviet Movement (1930-1931)", *Past and Present*, 92(1), p. 148-168, 1981.
- BONNAUD-LAMOTTE, D. et al. *Sous le feu de l'informatique: la revue "Monde": 1928-1935*. Reims: Presses universitaires de Reims, 1989.
- CERUTI CROSA, P. "Los fascistas están de fiesta", *Monde*. Montevideo, p. 18, maio 1936.
- CERUTI CROSA, P. *Crítica de Vaz Ferreira*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1946a.
- CERUTI CROSA, P. *También nosotros vimos Rusia por dentro*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1946b.
- COMITÉ Directeur de Monde. "Un programme et um appel", *Monde*, Saigon, p. 1, 30 nov. 1933.
- CORDERO, L. F (ed.). *Hacer cosas con revistas: publicaciones politicas y culturales del anarquismo a la nueva izquierda*. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2023.
- GOLD, P. J. "The Influence of Henri Barbusse in Bolivia", *Bulletin of Latin American Research*, v. 2, n. 2, p. 117-122, maio 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3338104>. Acesso em: 14 mar. 2011.
- GREISING, C. "El Estado laico en debate: laicistas radicales y una propuesta de monopolio estatal de la educación", *Pág. Educ.* [online], v. 6, n. 2, p. 97-118, 2013.

HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. O grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho. In: PRADO, A. A. *Libertários no Brasil*. Memória, Lutas, Cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JAMMES, J. “Printing Cosmopolitanism, Challenging Orthodoxies: Cao Đài Journals in Twentieth Century Vietnam”, *Vienna Journal of East Asian Studies*, p. 175-209, 2018.

JOURDAN, F. “Silence! Ne dit pas que la France est imperialiste!”, *Monde*, Saigon, n. 5, p. 2, 11 jan. 1934.

LA DIRECTION. “Une enquête de Monde”, *Monde*, Saigon, n. 2, p. 1, 7. dez. 1933.

LEROY, T., « Saigon, une ville européenne? », *Encyclopédie d'histoire numérique de l'Europe* [en ligne], mis en ligne le 22/06/20, consulté le 01/04/2025. Permalien: <https://ehne.fr/fr/node/12477>.

LES AMIS du Monde. *Monde*, Saigon, n. 1, p. 1, 30 nov. 1933.

MONDE. “Barbusse a New York”, *Monde*, Saigon, n. 1, p. 3, 30 nov. 1933.

MONDE. “1 de maio”, *Monde*, Montevideo, n. 5, p. 1, 15 maio 1936.

MONDE Índice de títulos. *AmericaLee*. [s.d.]. Disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/monde/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MONDE no es negocio particular ni empresa lucrativa. *Monde*, Montevideo, n. 6, jun./jul. 1936.

MORAGA-VALLE, F. “El resplandor en el abismo: el movimiento Clarté y el pacifismo en América Latina (1918-1941)”, *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura* 42, n. 2, p. 127-159, 2015.

NORMAND, G. “Henri Barbusse and His Monde (1928-35): Progeny of the Clarte Movement and the Review Clarte”, *Journal of Contemporary History*, v. 11, n. 2/3, 1976.

OLIVEIRA, A. M. O longo resplendor: a revista *Claridad* argentina desde a internacionalização dos grupos Clarté à militância antifascista na década de 1930. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: USP, 2011.

OLIVEIRA, A. M. de. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2015.

- OLIVEIRA, A. M. de. “Henri Barbusse: pacifismo e antifascismo nas Américas”, *Transatlantic Cultures*, v. 1, p. 1-20, 2021.
- PEYCAM, P. M. F. *The Birth of Vietnamese Political Journalism* (Saigon, 1916-1930). New York: Columbia University Press, 2012.
- RACINE-FURLAUD, N. Une revue d’intellectuel communiste dans les années vingt: «Clarté». *Revue française de science politique*, 17^e année, n. 3, p. 484-519, 1967.
- RELINGUER, J. *Henri Barbusse, écrivain combattant*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- TERONI, S.; KLEIN, W. *Pour la défense de la culture : les textes du Congrès international des écrivains* (Paris, juin, 1935). Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2005.
- THI KHANG, N. “Le féminisme Annamite”, *Monde*, n. 3, 21 dez. 1933, p. 3.
- VAN-CHAHN, C. “Le tournant”, *Monde*. Saigon, n. 1, 30 nov. 1933, p. 1.
- VAN-TRI, N. “Notre Courrier de France”, *Monde*, Saigon, n. 1, p. 1, 30 nov. 1933.

Os debates sobre o Brasil latino-americano em revistas do Uruguai e do Chile, entre as décadas de 1930 e 1970

Mateus Fávaro Reis

Um dos principais debates que marcam as relações entre os diferentes países latino-americanos se relacionam com os intercâmbios sociopolíticos e culturais ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, por meio de um profundo trânsito de artistas de diferentes áreas, jornalistas, intelectuais e diplomatas, o que contribuiu, não só para a organização de obras coletivas, como revistas e editoras de cunho latino-americanistas, como também para a consolidação de alianças e grupos de luta contra governos autoritários que cerceavam as ações em prol dos direitos humanos e de um mundo mais justo em nossos países.

É impossível listar a vasta produção que se debruçou e continua a enfocar o instigante debate sobre a formação de nossas identidades, marcadas por uma luta constante por justiça, liberdade, respeito e reciprocidade, ao se debruçar sobre as muitas e diversas histórias sobre o afro-latino-americanismo (Rocha; Santos, 2020); latino-americanismo e o pan-americanismo (Ardao, 1986); as conexões e histórias transfronteiriças (Subrahmanyam, 1997); diásporas (Hall, 2003; Hartman, 2002); e os exílios (Sznadger; Roniger, 2013); bem como as relações internacionais e a geopolítica neste amplo continente.

As revistas não devem ser pensadas como suportes materiais “menores” ou como um caminho para a elaboração de livros, nem mesmo como circunscritas ao período em que foram publicadas, como salientaram Regina Aída Crespo, Claudio Maíz e Claudia Lorena Fonseca (2021). Elas foram publicadas por importantes redes de sociabilidade intelectuais, que as criaram e as transformaram ao longo do tempo, ao contribuir para a pluralização dos centros de produção, debates e divulgação de manifestos, ideias, pensamentos e concepções político-culturais.

Em muitos desses centros, reforçava-se a ideia de se pensar o universo da edição de jornais, revistas, livros e outros impressos de forma a configurar campos de debates “americanistas”, transnacionais ou conectados, com olhares que enfatizaram a inclusão do Brasil como América Latina, a despeito da problemática interpretação de Leslie Bethell no artigo “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’”, publicado em 2009.

Um país que realmente passa por diferentes formas de silenciamento em *Nuestra América* (Martí, 1985) é o Haiti¹, a despeito de sua inclusão na definição de Caribe, que constantemente vem acompanhada da América Latina e das conexões com a produção intelectual e literária cubana, como no exemplo de Alejo Carpentier e Nicolás Guillén (Jorge; Emilio; Rodríguez La, 2017).

Aliás, não deveríamos nos esquecer que Porto Rico também é incluído nos debates sobre América Latina e que Cuba buscou se articular de forma mais estreita ao Haiti, entre outros países, com a criação do *Instituto Internacional de Estudios Afroamericanos*, em 1943, com integrantes, além de Cuba e do Haiti, do México, Porto Rico, Estados Unidos e Canadá. Em breves linhas, podemos citar que, mais recentemente, houve a fundação do *Instituto Afrodescendiente para el Estudio, la Investigación y el Desarrollo* para a “América Latina e o Caribe”, com sede na Costa Rica; o *Premio de*

1. A Revolução Haitiana (1791-1804) constitui o primeiro caso de independência na América Latina e Caribe, mas os debates sobre sua importância e desdobramentos em diferentes regiões de nosso continente passou por silenciamentos (Nascimento, 2007; 2008), ao passo que foi inspiradora para grupos que lutavam contra a escravização de pessoas e lutam contra as muitas formas de opressão que se expressam de muitas formas desde o abolicionismo até os dias atuais (Knight, 2011). Sobre os silenciamentos na história, em particular no e sobre o Haiti, consultar o excelente livro de Michel-Rolph Trouillot (2016).

Estudios sobre la Presencia Negra en la América y el Caribe contemporâneos, organizado pela revista cubana *Casa de las Américas*; bem como o *Programa de Estudios sobre Afroamérica*, integrante da importante instituição cubana a partir de 2015 (Wood, 2019). Por fim, entre outras, cabe ressaltar a fundação do Instituto Afrolatinas, na capital brasileira, em 2008.

Voltemos ao caso do Brasil como um país latino-americano e/ou afro-latino-americano (Rocha; Santos, 2020), tema central do presente capítulo. Se, por um lado, houve iniciativas editoriais que pensaram em um recorte mais especificamente “hispano-americano”, como a Editorial América, organizada por Rufino Blanco Fombona (Mejía Toro, 2019); por outro, houve projetos que enfatizaram a necessidade de inclusão do Brasil, como as inúmeras revistas culturais ao longo do século XX, vários projetos editoriais e redes intelectuais, por exemplo, a articulada por Leopoldo Zea para a construção de uma rede de estudos de história das ideias na América Latina (Ardao, 1977).

Em relação aos livros, podemos citar a “Biblioteca Amauta”, da editora chilena *Ercilla*, fundada em 1932, dividida em “Clássicos” e “Série América”, organizada por chilenos e peruanos exilados, cominteo Luis Alberto Sánchez; a coleção *Biblioteca Americana*, idealizada por Pedro Henríquez Ureña e Daniel Cosío Villegas, bem como *Tierra firme*, por Cosío Villegas e Arnaldo Orfila Reynal, no interior da editora mexicana *Fondo de Cultura Económica*²; no Uruguai, tanto a editora *Arca*, que publicou várias coleções de cunho latino-americanista³ (Torres, 2012), quanto a *Biblioteca de Marcha*, anunciada por Ángel Rama (1964) quando era responsável pelas páginas culturais do semanário uruguaio *Marcha*, em 1964, mas fundada com tal nome somente em 1969.

2. Segundo Gustavo Sorá (2010), o diretor da FCE – fundada em 1934 –, Daniel Cosío Villegas, viajou à Argentina, ao Chile e ao Peru, no outono de 1941, para estreitar laços com produtores e intermediários culturais locais e de alguns países vizinhos. O objetivo central da jornada de Cosío Villegas à América do Sul se relacionava ao projeto da coleção *Tierra Firme* de construir uma “enciclopédia” sobre temas latino-americanos, que incluíam obras brasileiras. Como salientaram Sorá (2003) e Rocca (2006), havia um significativo processo de articulação entre intelectuais e editoriais entre os países vizinhos e o Brasil.

3. Entre outras, “Narrativa Latinoamericana”, “Nueva Narrativa Latinoamericana”, “La Sociedad Latinoamericana”, “Hora de Latinoamérica”.

Revis(i)tando Acción, Marcha e Ercilla

No presente capítulo, revisitaremos três revistas⁴ – duas no Uruguai e uma no Chile – com formações diferentes, mas que enfocaram o Brasil, de forma constante e sólida, entre as décadas de 1930 e 1970, como já argumentamos em outras publicações (Reis, 2014; 2023). Entretanto, decidimos enfatizar aqui o papel significativo que nosso país ocupou nas três, de forma inspiradora, mas também crítica, particularmente quando houve a ascensão de governos autoritários e ditatoriais.

Cabe ressaltar que as três estavam articuladas a projetos editoriais mais amplos, que incluíam a publicação de livros, em alguns períodos de suas longas trajetórias, por isso pensamos que as interpretações em conjunto podem ser bastante significativas.

Acción, *Ercilla* e *Marcha* foram fundadas na década de 1930 e canalizaram os principais debates políticos e culturais no Chile e no Uruguai, mas com enfoque transfronteiriço e conectado aos países vizinhos na América do Sul, bem como à América Central, México e Caribe, além da Espanha e outras parte do mundo.

Ainda que com marcadas diferenças, consolidaram-se como centro de apoio às pessoas exiladas por muitos países, com destaque para aquelas oriundas do Brasil, Argentina, Bolívia, Peru e Espanha, ao mesmo tempo em que criticavam governos autoritários, incluindo os do Chile e do Uruguai, particularmente na década de 1930.

Acción (1932-1939) foi muito importante para a concretização de uma rede de intelectuais que lutavam contra os grupos políticos conservadores uruguaios liderados pelos governos de Gabriel Terra, que fora eleito em 1931, mas que deu um golpe de Estado em 1933 e passou a governar de forma ditatorial até 1938.

As lutas de Carlos Quijano, Arturo Ardao e Julio Castro permitiram a expansão das atividades jornalísticas de *Acción*, transformando-a em um uma

4. O presente capítulo é desdobramento de um estudo de doutorado, realizado entre 2009 e 2012, publicado no formato de livro em 2023 (Reis, 2023). Entretanto, a abordagem aqui apresentada se aprofunda sobre os olhares a respeito do Brasil como parte de *Nuestra América* (Martí, 1983).

revista crítica das políticas de direita, com espaço para publicação de autores socialistas, mas com pouca participação de comunistas em suas edições.

Em 1939, fundaram *Marcha*, talvez a revista/semanário do Uruguai com maior impacto e repercussão na América Latina e Caribe, devido à sua ampla circulação, bem como por receber contribuições de diferentes países e propiciar um espaço de acolhida para pessoas exiladas, particularmente da Argentina, Brasil, Espanha e Paraguai, entre 1939 e 1974.

Inicialmente fundada como uma editora, em 1932, por um conjunto de intelectuais oriundos do Chile (Julio Lanzarotti), Argentina (Laureano Rodrigo) e Peru (Luis Alberto Sánchez, Manuel Seoane e Ciro Alegría), *Ercilla* – com subtítulo *Semanario ilustrado para toda América* até 1948 – se transformou em uma revista de cunho latino-americanista, com grande participação de pessoas exiladas, principalmente entre as décadas de 1930 e inícios de 1970.

A década de 1930 também foi conturbada no Chile, assim como em diferentes partes do mundo, devido às crises que se seguiram à quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e *Ercilla* buscou canalizar os debates, ao mesmo tempo em que participou ativamente dos processos político-culturais do Chile, assim como *Acción* e *Marcha*, como já destacamos em escritos anteriores (Reis, 2012; 2023).

A escolha pela comparação entre as três se relaciona com o fato de terem se transformado em centros de formação de redes de sociabilidade intelectuais muito importantes, particularmente por contarem com a incorporação de pessoas exiladas e publicação de muitos textos sobre a situação político-cultural das Américas, ao construir a ideia de América Latina no Chile e no Uruguai.

Há muitas referências publicadas sobre *Marcha*, que foi empastelada pela ditadura uruguaia em 1974. Ao contrário, escasseiam obras robustas sobre *Ercilla*, talvez devido ao fato de a revista ter se transformado profundamente ao longo do governo de Salvador Allende (1970-1973) e adotado uma postura favorável ao golpe de Estado, em 11 de setembro de 1973, o que se difere bastante das milhares de páginas publicadas nas décadas anteriores.

As obras são profundamente inspiradoras (Alfaro, 1984; Rocca, 1992; Cotel, 1999; Peirano Basso, 2001; Machín; Moraña, 2003; Espeche, 2010) e frequentam sobretudo os textos escritos do semanário, mas abordam muito timidamente a extensa produção e publicação de imagens pictóricas por meio das suas páginas. Imagens representadas por fotografias, desenhos, caricaturas, charge e histórias em quadrinhos.

Ercilla também publicou muitas imagens em suas páginas, compostas majoritariamente por fotografias, como podemos observar já em seus primeiros números. Aliás, valeria a pena uma pesquisa que se centrasse sobre a ampla cobertura que a revista faz da Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

A revista, sediada em Santiago, mas que chegou a ser vendida na Argentina – e seus livros em dezenas de países nas Américas e alguns europeus –, sustentava que privilegiava as fotografias por interpretar que elas propiciavam uma “imparcialidade” aos acontecimentos, mesmo que tenha, por exemplo, feito campanha explícita para Pedro Aguirre Cerda, candidato eleito pela Frente Popular chilena em 1938, e, posteriormente, para Juan Antonio Ríos, eleito pelo Partido Radical, sem apoio do Partido Comunista.

Já *Acción e Marcha*, contrariamente à *Ercilla*, esboçavam opiniões de forma deliberada e sustentavam que abrigariam todas as opiniões que convergissem em direção à justiça social, democracia participativa e luta contra os fascismos na Europa e nas Américas, mas, como já dissemos, não concederam muito espaço para os comunistas democráticos, além dos constantes avisos publicitários da editora *Pueblos Unidos*, que contava com financiamento do Partido Comunista.

América Latina em foco

É impossível, mesmo brevemente, elaborar um mapa das extensas e bifurcantes estradas percorridas pelas três revistas, mas gostaríamos de adentrar dois terrenos principais: o já bem debatido perfil latino-americanista das publicações, particularmente o mais conhecido e debatido a respeito de *Acción e Marcha*, mas também muito presente em *Ercilla*; e o papel das imagens na crítica ou (re)construção de estereótipos sobre os países de Nossas Américas.

Obviamente, não existe apenas um percurso interpretativo que reúna as heterogêneas criações político-culturais, e os riscos de generalização ou simplificação dos discursos envolvidos são muito elevados. Como o espaço disponível é limitado, remeto ao leitor algumas referências que os trabalham de forma mais lenta e aprofundada (Berger, 1980; Ledo, 1998).

Mesmo assim, e arriscando construir uma hipótese que não se baseie em nuances, pensamos ser possível sustentar que parte expressiva das imagens publicadas em *Marcha* não conseguiu evitar muitos dos estereótipos que circularam em muitas interpretações que circulavam sobre a América Latina, incluindo o Brasil, em especial com as *charges*, caricaturas e quadrinhos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, atravessadas por vieses racialmente construídos e terceiro-mundistas.

Cabe ressaltar que nossa crítica não diminui o intenso e fecundo trabalho das páginas nomeadas de culturais por *Marcha*, quando eram dirigidas por Emir Rodríguez Monegal (entre 1945 e 1957), Ángel Rama (de 1959 a 1967) e Jorge Ruffinelli (1967-1974), páginas que marcaram um dos mais significativos momentos de debates sobre literatura e cultura em geral no Uruguai, mas que extrapolaram suas fronteiras geográficas e temporais, com amplo destaque para o Brasil (Rocca, 2006).

Ainda que *Ercilla* não tenha deixado de criticar as desigualdades que assolavam nossos países⁵ e tenha concedido comparativamente menor espaço para denúncias sobre a expansão do imperialismo estadunidense ou para as lutas contra o colonialismo em todos os continentes do Globo, apresentou imagens de uma América Latina urbanizada, “em desenvolvimento” ou em transformação.

Não é nosso propósito comparar para estabelecer juízos de valores ou adotar posições dualistas, que em seus extremos utilizam um vocabulário baseado em melhor e pior; bom e ruim; ou próprio e impróprio. Gostaríamos, na verdade, de mostrar que as três revistas denunciam governos autoritários – *Ercilla* somente até a ascensão da Unidad Popular, liderada pelo governo de Salvador Allende –, publicam números favoráveis às lutas contra o imperialismo, cobrem e apoiam os movimentos pelos direitos civis nos

5. E continuam a ser um dos principais desafios que enfrentamos em nosso cotidiano.

Estados Unidos, mas pouco tratam dos inúmeros problemas enfrentados pelos povos indígenas no Chile (*Ercilla*) ou sobre a população afrouruguaia e indígena no país platino (*Acción e Marcha*).

Entretanto, questionamos se, particularmente, as imagens veiculadas – em maior proporção por *Marcha* – não entravam em conflito com os discursos de emancipação estampados nos editoriais e demais textos em que se declarava o apoio às lutas anti-imperialistas e ao mesmo tempo latino-americanistas, bem como os trabalhos das páginas culturais, que buscavam aproximar o público leitor uruguaio dos demais países latino-americanos.

Vejamos alguns exemplos em que a revista uruguaia repetiu uma foto em diferentes momentos tanto para denunciar o Estado Novo no Brasil, torturas e perseguições contra opositores, que se exilaram no Uruguai. Por um lado, vemos a denúncia do autoritarismo no Brasil, como nas imagens de 01 a 04, de forma destacadas, pois saíram nas capas de seus números (167, 230, 251 e 274), em 1942, 1944 e 1945.

Figuras 01 e 02: Capas dos exemplares n. 167 e 230, de 18/12/1942 e 28/04/1944



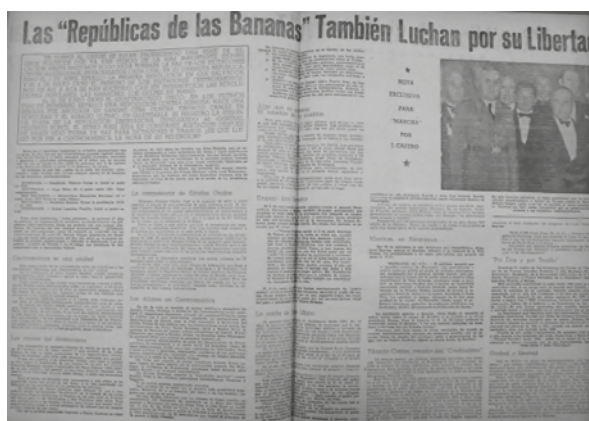
Figuras 03 e 04: Capas dos exemplares n. 251 e 274, de 22/09/1944 e 16/03/1945



Fontes: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

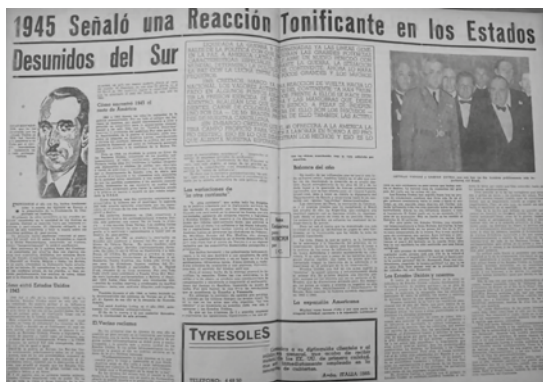
Ainda que os objetivos se relacionassem a denunciar a ditadura Vargas, é no mínimo bastante problemático o uso que se faz da foto, ao publicá-la em uma matéria que debatia sobre política na América Central e usava a expressão “República de las Bananas” para se referir às lutas contra governos autoritários em alguns países centro-americanos.

Figura 05: Páginas centrais do exemplar n. 256, de 27/10/1944, sobre a América Central



Fonte: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

Figura 06: Artigo sobre a política interna e externa na América Latina publicado nas páginas centrais do n. 314, de 28/12/1945



Fonte: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

A mesma foto também apareceu em uma matéria em que se critica a falta de alianças ou unidade entre os países latino-americanos, ou “Estados Desunidos del Sur”, conforme está no título em destaque nas páginas centrais do número 314, publicado no último número de 1945.

Em relação às *charges*, caricaturas e quadrinhos, podemos citar alguns exemplos sobre o Brasil e outros países e, infelizmente, veremos que *Marcha* contribuiu para alimentar imagens preconceituosas e racistas sobre Brasil, Bolívia, Guatemala, México, entre outros países, como podemos observar nas imagens seguintes:

Figuras 07 e 08: Charges sobre a intervenção dos Estados Unidos na Guatemala, em 1954 (n. 721, 28/05/1954, p. 5); e risco da política guatemalteca ser parecida com a da Espanha franquista



Fontes: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

Mesmo que as imagens tenham circulado ao lado ou em números em que *Marcha* demonstrava seu apoio ao governo “reformista” ou “revolucionário” na Guatemala, criticava a ascensão fascista e militarista tanto na Espanha quanto na América Latina e denunciava os riscos de haver golpes de Estado em diferentes países, não podemos deixar de lado que a representação das pessoas guatemaltecas infantilizadas repete estereótipos preconceituosos que já circulavam, por exemplo, em publicações dos Estados Unidos.

Cabe ressaltar que seu autor (Roberto Gómez) era espanhol e havia se exilado pela primeira vez na Argentina e no Uruguai durante a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). Mais tarde, em um segundo exílio, entre 1950 e 1955, passou a integrar *Marcha*, o que explica a charge em que aproxima a Espanha da Guatemala.

Ainda que existam textos que abordem o “gorilismo” em diferentes países, isto é, a utilização da força e da violência – particularmente por militares – como eixo da política contra os grupos de esquerda no Brasil (Patto, 2006) ou contra o peronismo na Argentina (Retamozo; Schuttenberg, 2016), não podemos nos esquecer que as interpretações humanas sobre as diferentes formas de vida são plurais, e afirmar que gorilas vivem em constantes lutas brutais condiz com um tipo de imaginário, no mínimo, equivocado.

Não encontramos tais referência em *Ercilla*, mas houve muitas denúncias sobre os golpes no Brasil e na Guatemala, em 1954, no Brasil e na Bolívia, em 1964, e na Argentina, em 1966, sem a utilização de imagens que associassem os países ao “gorilismo”, o que nos permite afirmar que era possível tecer críticas e denúncias sobre os riscos da ascensão militarista sem recorrer às imagens preconceituosas, que também circulavam, por exemplo, na Europa, a respeito da participação de milhares de combatentes de diferentes partes das Áfricas na Segunda Guerra Mundial (Ezra, 2018).

Gostaríamos de abordar mais duas imagens, pois foram inseridas em páginas em que a revista uruguaia tratava da ideia de construção de América Latina, bem como de uma crítica positiva e construtiva do *Nuevo Cine Latinoamericano*, não raras vezes representado – de forma generalista e

simplificadora – como “o indígena” e “o camponês” no México e na Bolívia, “o nordestino”, no caso do Brasil, ou o gaúcho, para a Argentina e o Uruguai. Podemos nos perguntar se a maioria das pessoas que liam a revista se identificava com tais imagens ou se o resultado consistia na construção de visões exóticas das pessoas retratadas.

Figura 9: Fotografía en una página de Arturo Ardao sobre el latinoamericanismo anti-imperialista. Marcha, 12/12/1965



Fonte: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

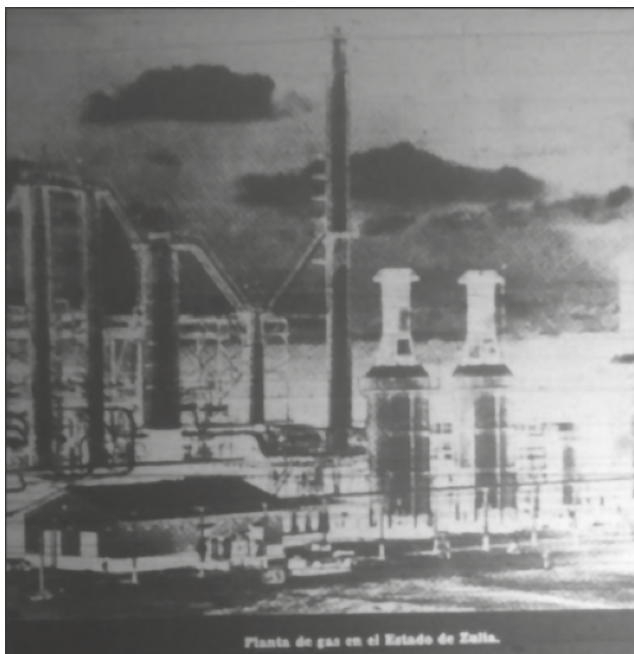
Figura 10: Caricatura de Pieri que acompanha um artigo sobre o Nuevo Cine Latinoamericano, texto sobre el nuevo cine latinoamericano. Marcha, 31/03/1967



Fonte: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

Em *Ercilla*, as principais imagens que foram publicadas enfatizavam que alguns países investiam na industrialização, construção civil e de rodovias, bem como exploração de gás e petróleo, como na imagem abaixo, ao tratar da política venezuelana:

Figura 11: Foto de uma usina de produção de gás na Venezuela. Ercilla, 15/02/1966

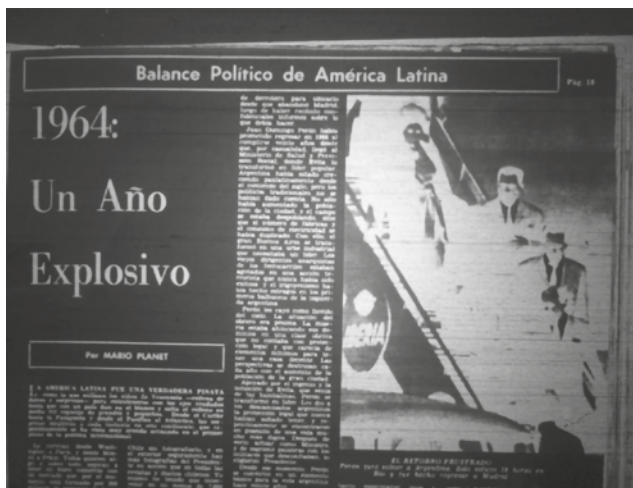


Fonte: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Chile.

Cabe ressaltar que a revista chilena entrevistou vários presidentes e intelectuais importantes da Colômbia, Peru e Bolívia nos números anteriores. A despeito da situação colombiana, falou em momentos de “modernização” dos vizinhos chilenos.

No primeiro número do ano anterior, a revista não deixou de enfatizar que 1964 havia sido “explosivo” na América Latina, com ênfase para a tentativa frustrada de retorno de Perón à Argentina (Figura 12), bem como os golpes de Estado no Brasil e na Bolívia.

Figura 12: Página do redator Mario Planet, quem discutia sobre a América Latina em geral



Fonte: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Chile.

O Brasil latino-americano

De 1934 a 1939, em *Acción*, e a partir de 1939, em *Marcha*, os debates sobre o Brasil foram articulados e intercalados com a política e a cultura da Argentina, do Uruguai e dos demais países latino-americanos. Desde textos escritos pelos redatores e colaboradores até entrevistas com perseguidos políticos, manifestos contra o governo Vargas e imagens que buscavam retratá-lo como o reverso (*contracara*) do porvir.

Somente para citar três exemplos, em janeiro de 1936, *Acción* publicou *La situación del Brasil*, em que se pintou um quadro extenso e rico em demonstrar a disparidades regionais brasileiras, em suas formações geográficas, políticas, econômicas e socioetnográficas. Posteriormente, publicaram muitas denúncias sobre a perseguição que os opositores sofriam no país, com ênfase na figura de Luis Carlos Prestes, como no manifesto escrito pelo secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), Roberto Sisson, ao solicitar o apoio das “forças democráticas latino-americanas” para estabelecer a democracia no Brasil, salientando a importância do Brasil para a América Latina. A conclusão terminava com um convite à solidariedade,

democracia, industrialização e apoio a Prestes: “Viva a solidariedade americana! Viva a paz, a neutralidade e a democracia americana! Viva a industrialização latino-americana! Viva o general Luis Carlos Prestes!” (Sisson, 1941, p. 4).

Figuras 13 e 14: Capas dos exemplares n. 211 e 213, de 26/11/1943 e 10/12/1943.



Fontes: Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Uruguai.

As abordagens sobre política, música, literatura, arquitetura, geografia e intelectualidade brasileira, entre outros temas, estiveram no centro dos debates sobre a América Latina, tanto no Chile quanto no Uruguai, por diferentes jornalistas, críticos literários, de cinema etc. Em suma, importantes intelectuais de ambos os países.

Durante os anos 1960, *Marcha* se aproximou da literatura, da arquitetura, da música e do cinema brasileiro, buscando conhecer melhor o “gigante” vizinho. Na parte sobre política, questionou se Jânio Quadros poderia ser visto como um líder para a América Latina, mas não deixou de declarar seu apoio a João Goulart, em diversas oportunidades.

Além disso, não se pode esquecer que o número publicado em 01º de setembro de 1961, em que *Marcha* estampou na capa a manchete *Nuestra*

América con Goulart. Os acontecimentos no Brasil foram interpretados como “a outra revolução dos Farrapos”, e Eduardo Galeano alertou sobre os riscos do militarismo voltar à cena.

Os olhares sobre o Brasil ganharam dramaticidade em 1963, e a visita de João Goulart ao Chile causou grande expectativa. Em 1964, aprofundaram-se as preocupações em torno de ações golpistas, assim como na vizinha Argentina. A utilização de imagens e manchetes de capa foi intensa nos dois semanários. *Marcha* tentou convencer os uruguaios sobre os riscos de um golpe militar no Brasil.

Ercilla coincidiu com *Marcha* ao denunciar uma possível interferência do Brasil no Uruguai, principalmente porque o país platino havia abrigado parte dos exilados pós-1964, não porque reivindicasse ampliar seu território, como no século XIX, mas devido ao fato de atuar conjuntamente com os Estados Unidos na criação de fronteiras ideológicas contra Cuba, o comunismo e as guerrilhas que se difundiam por alguns países latino-americanos. Além disso, convergiu em denunciar os riscos para os países sul-americanos em face da elaboração de um “eixo militar argentino-brasileiro”, ao reproduzir uma manchete do jornal brasileiro *Última Hora*.

Cabe ressaltar que muitos autores brasileiros tiveram espaço nas duas publicações, como Celso Furtado e Josué de Castro. Em *Marcha*, Paulo Schilling desempenhou um papel essencial para difundir críticas à ditadura brasileira, uma vez que se exilou no Uruguai após o golpe de 1964. Com a atuação do exilado gaúcho, aumentou-se rapidamente o espaço para Francisco Julião, além de vários textos de e sobre Leonel Brizola, e do próprio Goulart, também exilado no país platino. Em *Ercilla*, Newton Carlos, jornalista brasileiro exilado em Santiago, desempenhou um papel de relevo, ao escrever sobre temas internacionais, além de várias críticas à ditadura no Brasil. Afirmou frequentemente que a democracia brasileira anterior ao golpe foi somente formal. Chegou a traçar um brevíssimo panorama dos militares na história brasileira do século XX, em *Ercilla*, cujo título evidenciou a sua interpretação de que os “tenentistas” dos anos 1920 estavam sem direção e precisavam se reinventar.

Os olhares sobre o Brasil se fortaleceram em *Marcha* e *Ercilla*, ainda que de forma distinta, pois no semanário chileno não se falou tanto sobre

a cultura brasileira, sua literatura e seu cinema quanto nas páginas do semanário uruguaio. O enfoque de *Ercilla* nos anos 1970 privilegiou a análise da política brasileira, em sua coluna intitulada *América Latina*, ao passo que o de *Marcha* foi bem mais amplo.

Em *Marcha*, Paulo Schilling nutriu o Uruguai com textos e denúncias, ao passo que, em *Ercilla*, Newton Carlos fez a ponte entre o Brasil e os leitores chilenos, ainda que grande parte de seus artigos versassem sobre política internacional, que não incluía necessariamente seu país de origem. Os exilados brasileiros obtiveram amplo espaço nos dois semanários, como na entrevista de Mário Pedrosa a Ernesto Saúl, no final de 1970. Paralelamente, Dom Hélder Câmara ganhou destaque nas páginas tanto de *Ercilla* quanto de *Marcha*.

Em janeiro de 1971, *Ercilla* publicou uma ampla reportagem a respeito do exílio de brasileiros no Chile e afirmou que o país do Pacífico Sul ocupava, ao lado do Uruguai e da Argélia, os três destinos principais de recepção dos perseguidos políticos. Segundo o autor do texto, Fernando Barraza, o Chile tinha renovado seu papel de “asilo contra a opressão” e se beneficiado com os personagens ilustres que se instalaram no país, como, entre os brasileiros, Celso Furtado, Josué de Castro, Darcy Ribeiro – que deixou o Uruguai em 1971 –, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Paulo de Tarso, Márcio Moreira Alves, entre tantos outros, além dos já mencionados Mário Pedrosa e Newton Carlos. Barraza assinalou que, em geral, o sentimento era de amargura e frustração entre as mais de duzentas famílias brasileiras acolhidas pelo Chile.

Marcha se transformou em um fecundo local de sociabilidade intelectual, auxiliando na troca de ideias acerca dos projetos de integração regional e do latino-americanismo proposto pelo semanário desde sua fundação. Darcy Ribeiro – assim como Antonio Candido e Glauber Rocha – contribuiu para o entendimento da realidade não apenas brasileira, mas também latino-americana, ao dialogar habitualmente com Ángel Rama.

Ercilla publicou artigos e entrevistas com figuras importantes da cultura brasileira, como Dom Hélder Câmara e a sua luta contra a pobreza e a fome no Brasil, além de combater a ditadura e ansiar pelo retorno à democracia, como pôde ser observado na edição de 7 de setembro de

1966, com a reportagem “*Un sacerdote frente a Castello Branco*”. É de suma relevância a abordagem de figuras políticas contrárias ao regime nessas reportagens, pois informações referentes a essas pessoas contrapuseram as entrevistas oficiais com representantes do governo militar brasileiro e revelaram um outro lado da sociedade brasileira que buscava a democracia e a igualdade em suas ações.

Newton Carlos foi o principal jornalista brasileiro atuante dentro de *Ercilla* entre 1968 e 1974. Ao princípio, o jornalista abordava questões de política internacional, não somente referentes ao Chile, e também discutia questões referentes ao Brasil. Ele chegou a se exilar no país andino durante alguns anos do período ditatorial brasileiro. Aqui vale salientar a relevância de Carlos em *Ercilla*: Sua coluna abordava questões importantes da América Latina, sendo ele o único brasileiro a assumir a posição de colunista permanente do semanário.

Considerações finais

Argumentamos no presente capítulo, portanto, que os trabalhos que enfocam o Brasil nos debates de países vizinhos nas Américas ainda são incipientes e merecem maior atenção por parte das pesquisas, inclusive para problematizar alguns lugares-comuns, como a frequente afirmação de que o Brasil habitualmente deixou de lado a chamada América “Hispânica” ou que nossos vizinhos sempre nos olharam com desconfiança, particularmente devido ao fato de o Brasil ter se transformado um dos principais sustentáculos oficiais da política pan-americanista, proposta pelos Estados Unidos a partir dos finais do século XIX.

A abordagem mais minuciosa de três das principais revistas publicadas no Uruguai e no Chile podem sinalizar que tais interpretações precisam ser calibradas e problematizadas não somente devido ao exílio após 1964, mas pensamos que os caminhos de muitos exilados oriundos do Brasil, Paraguai, Argentina, Peru e Bolívia, entre outros países, se cruzaram em momentos em que a construção da ideia de América Latina estava em voga.

Josué de Castro, em muitas oportunidades, publicou textos nos dois semanários, utilizando habitualmente o termo América Latina nos títulos.

Também houve um amplo debate sobre a ascensão de uma literatura, uma música, um cinema etc. latino-americano, com a inclusão do Brasil de Glauber Rocha, Nara Leão, Chico Buarque, Jorge Amado, entre muitos outros criadores e mediadores culturais de nosso país.

Além disso, não podemos nos esquecer que, por exemplo, Arturo Ardao se transformou em um dos principais estudiosos da ideia ou do conceito de América Latina no interior do semanário uruguaio, em que entrecruzou a ideia de *patria chica* à chamada *pátria grande*.

Referências bibliográficas

ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario*. Quijano y el semanario *Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo Veintiuno Editores y UNESCO, 1986.

ARDAO, Arturo. “La historiografía de las ideas en Latinoamérica”, *Latinoamérica. Anuario de Estudios Latinoamericanos* (México), n. 10, p. 25-38, 1977.

BERGER, Jhon. *Mirar*. Madrid: Blume, 1980.

COTELO, Raúl. *Marcha* y la Generación del '45. In: SOSNOVSKI, Raúl (ed.). *La cultura de un siglo: América Latina y sus revistas*. Buenos Aires: Alianza, 1999, p. 333-349”, *Caderno De Letras*, n. 39, p. 9-18, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/21313>. Acesso em: 10 março. 2025.

ESPECHE, Ximena. *Marcha del Uruguay: hacia América Latina por el Río de la Plata*. In: ALTAMIRANO, C. (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 211-234.

EZRA, Elizabeth. *The colonial unconscious: Race and culture in interwar France*. Cornell University Press, 2018.

HARTMAN, Saidiya V. “The Time of Slavery”, *The South Atlantic Quarterly*, v. 101, n. 4, p. 757-777, 2002.

JORGE, Emilio Rodríguez. *Una suave, tierna línea de montañas azules*. Nicolás Guillén y Haití. La Havane: Casa de las Américas, 2017.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/ Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KNIGHT, Franklin W. “La Revolución Americana y la Haitiana en el Hemisferio Americano, 1776-1804”, *Historia y Espacio*, Universidad del Valle, n. 36, p. 1-13, 2011.

LEDO, Margarita. *Documentalismo fotográfico*. Éxodos e identidad. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

MACHÍN, H., Moraña, M. (eds.) *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana/Universidad de Pittsburgh, 2003.

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

MEJÍA TORO, Eduardo Andrés. *Una biblioteca puede ser la historia de una generación*: Ángel Rama editor de la Biblioteca Ayacucho. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

NASCIMENTO, Washington Santos. “Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791-1840)”, *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 10, n. 18, p. 469-488, 2007.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840)”, *Dimensões*, n. 21, p. 125-142, 2008.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vega, 2001.

RAMA, Ángel. “Ya tenemos 25 años”, *Marcha*, Montevideo, n. 1.207, p. 11, 29 maio 1964.

REIS, Mateus **Fávaro**. “Imprensa de opinião ou de informação no Uruguai e no Chile: Um falso dilema?”, *Orbis Tertius*, v. 17, n. 18, 2012.

REIS, Mateus Fávoro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. São Paulo: Alameda, 2014.

REIS, Mateus Fávoro. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla (Uruguai e Chile, 1932-1974)*. Jundiaí, SP: Paco, 2023.

RETAMOZO, Martín; SCHUTTENBERG, Mauricio. “Gorila, más que una palabra. Usos y controversias en la Argentina contemporánea”, *Oficios Terrestres*, 35, p. 1-26, 2016.

ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1932.

ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

ROCHA, Andréa Pires; SANTOS, José Francisco. “Ensino da História da África e da Diáspora Africana: instrumento para uma educação Afro-Latina-Americana antirracista”, *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, 10, p. 70-88, 2020.

SISSON, Roberto. “Del Cdte. Roberto Sisson. La Alianza Nacional Libertadora”, *Marcha*, Montevideo, ano III, n. 80, p. 4, 10 jan. 1941.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia”, *Modern Asian Studies*, 31, n. 3, p. 735-62, 1997. <https://doi.org/10.1017/S0026749X00017133>.

SZNADJER, Mario and Roniger, Luis. *La Política del destierro y el exilio en América Latina*. Fondo de Cultura Económica, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

TORO, E. Editar O Brasil Para América Latina: A Experiência De Antonio Candido Na Biblioteca Ayacucho. *Anais Eletrônicos Do XVI Congresso Internacional Abralic*, Brasília, 2019, v. 2.

TORRES, Alejandra. *Lectura y sociedad en los sesenta: a propósito de Alfa y Arca*. Montevideo: Yaugurú, 2012.

WOOD, Yolanda. “Nicolás Guillén y Haití”, *Archipiélago. Revista cultural de nuestra América* v. 26, n. 103, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/archipiélago/article/view/78561>. Acesso em: 28 maio. 2025.

Entre lutas inacabadas e pensamento crítico: Cuadernos Americanos e os impasses latino-americanos (1948-1973)

Maria Antonia Dias Martins

CUADERNOS AMERICANOS tiene la edad de nuestra
derrota, y es una de nuestras mejores victorias.
(Max Aub¹, 1953, p. 94)

A Guerra Fria trouxe à América Latina golpes de Estado, guerrilhas, revolução, exílios e contestação da ordem vigente, com grande participação da juventude. Foi um período de efervescência cultural e, ao mesmo tempo, de medo e insegurança. Em termos de política internacional, a América Latina vivia o drama de ser uma zona de influência “natural” dos EUA, o que provocou nos países sob a designação conflitos de interesses com o vizinho do norte. Contrariar os interesses do governo estadunidense ou de suas empresas, como a *United Fruit Company*, poderia significar substituição de um governo legitimamente eleito por uma ditadura militar, como foi o caso da Guatemala em 1954. Tal evento gerou para uma parte dos latino-americanos a certeza de que só a revolução armada garantiria justiça social e independência dos EUA. O único caso em que tal convicção alcançou

1. Escritor espanhol exilado no México.

o objetivo desejado foi o de Cuba, que, ao longo das décadas seguintes e até os dias de hoje, continua pagando um preço alto por sua “rebeldia”. O sucesso de Fidel Castro recrudesceu as ações dos EUA no continente, a fim de evitar outras revoluções.

Nesse contexto de tensão entre a esperança de possíveis mudanças sociais e econômicas – pela via reformista ou pela revolução – e o pesadelo de ditaduras sem limites é que a revista mexicana *Cuadernos Americanos* será analisada, com foco no período de 1948 – golpe na Venezuela – a 1974, ano marcado pelas repercussões do golpe no Chile de 1973. O principal objetivo é entender de que forma os intelectuais daquele momento articularam ideias, propostas políticas, experiências de vida e espaços de sociabilidades por meio do periódico.

A revista é uma das mais longevas do continente. É publicada ainda hoje pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ela é resultado de uma aproximação entre renomados intelectuais espanhóis exilados no México e intelectuais mexicanos de grande prestígio nacional e internacional. Seu primeiro número saiu em janeiro de 1942. A direção da revista coube a Jesús Silva Herzog, e o espanhol Juan Larrea ocupou o cargo de secretário. A “junta de governo” da revista foi pensada para ser exercida por representantes dos dois grupos, ou seja, intelectuais espanhóis e mexicanos. Sua primeira composição foi a seguinte: Pedro Bosch Gimpera, ex-reitor da Universidade de Barcelona; Daniel Cosío Villegas, diretor geral da *Fondo de Cultura Económica*; Mário de la Cueva, reitor da UNAM; Manuel Márquez, ex-decano da Universidade de Madrid; Manuel Martínez Baéz, presidente da acadêmica de Medicina do México; Agustín Millares Carlo, catedrático da Universidade de Madrid; Bernardo Ortiz de Montellano, ex-diretor da revista mexicana *Contemporáneos*; Alfonso Reyes, presidente do *Colégio de México*; Juan Larrea, poeta e ex-secretário do Arquivo Histórico Nacional de Madrid; Jesús Silva Herzog, diretor da Escola Nacional de Economia de México – UNAM (Martins, 2016).

A proposta da revista era participar do debate público em torno dos possíveis cenários internacionais que pudessem advir da II Guerra Mundial, que, naquele momento, ainda estava em curso. A revista também tinha uma

posição clara de combate ao nazifascismo e ao franquismo. Em janeiro de 1942, seus editores e colaboradores acreditavam que seria possível um mundo futuro de parceria entre todos os países do continente americano e a construção de um intercâmbio com a Espanha republicana, restabelecida ao poder. Na abertura do primeiro número, uma pequena nota expõe o objetivo principal da revista:

Nestes dias críticos, um grupo de intelectuais mexicanos e espanhóis, decididos a enfrentar os problemas que a continuidade da cultura apresenta, sentiu-se na obrigação de publicar os *CUADERNOS AMERICANOS*. (*Cuadernos Americanos*, 1942, s.p. Tradução nossa)²

Os valores culturais que preocupavam mexicanos e espanhóis estavam relacionados principalmente à democracia, à participação política, à liberdade de expressão e de circulação, à justiça social e à independência dos povos. A expansão do nazifascismo e a vitória do general Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola representavam uma ameaça à continuidade da cultura iluminista, centrada na valorização da razão, da ciência, da liberdade, dos direitos individuais e do progresso. A nota editorial assume o caráter de uma carta de princípios, explicitando os valores que vinculam a revista a um projeto coletivo de intervenção no espaço público, em um contexto de conflito mundial em que direitos antes considerados fundamentais estavam sendo sistematicamente violados.

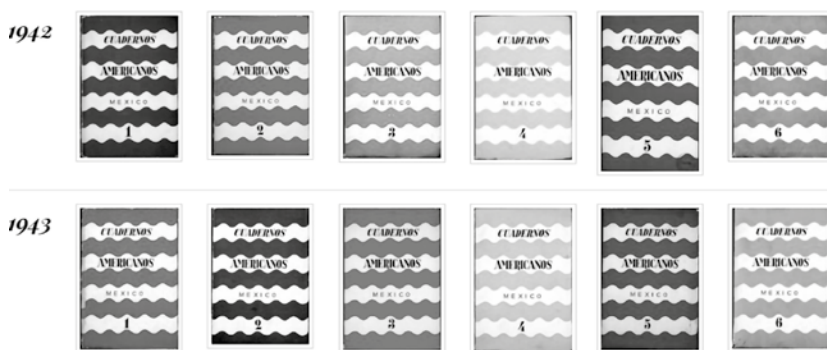
O nome da revista – *Cuadernos Americanos* – foi sugerido por Alfonso Reyes. Segundo Jesús Silva Herzog, a divisão da revista em quatro seções – *Nuestro Tiempo*, *Aventura del Pensamiento*, *Presencia del Pasado* e *Dimensión Imaginaria* – foi resultado de discussões realizadas entre Ortiz de Montellano, Larrea, León Felipe, Eugenio Imaz e ele próprio. A primeira seção da revista era *Nuestro Tiempo*, que tratava dos temas relevantes do momento. A segunda seção era *Aventura del Pensamiento*, que tratava de descobertas na área científica, de ensaios e exercícios do pensamento. *Presencia del Pasado* divulgava novos estudos sobre a história, sobre a antropologia e a

2. En los actuales días críticos, un grupo de intelectuales mexicanos y españoles, resueltos a enfrentarse con los problemas que plantea la continuidad de la cultura, se ha sentido obligado a publicar CUADERNOS AMERICANOS.

arqueologia. Já a sessão *Dimensión Imaginária* tinha como objetivo as artes em geral, principalmente as artes plásticas. Neste estudo, entretanto, vamos analisar apenas a primeira sessão, ou seja, *Nuestro Tiempo*.

A capa da revista foi sugerida por Juan Larrea e representava as ondas do mar. Simbolizava as duas margens do Atlântico, unidas por meio do periódico. Chama a atenção a simplicidade do desenho: apenas a representação das ondas com variação do colorido (Martins, 2013).

Fig. 1: Capas de Cuadernos Americanos entre 1942 e 1943.



Fonte: <http://www.cialc.unam.mx/seo/load/cuadernos/index>.

Uma das principais características de *Cuadernos Americanos*, perceptível desde sua fase inaugural e presente de forma recorrente nas décadas seguintes, é a participação de intelectuais de distintas origens, unidos, contudo, por afinidades ideológicas e culturais. A revista contou não apenas com republicanos espanhóis, mas também com latino-americanos que, em razão das ditaduras e perseguições políticas em seus países de origem, encontraram no México um ambiente favorável para o exercício intelectual ou o acolhimento necessário ao exílio. Esse foi o caso do presidente venezuelano Rómulo Gallegos, deposto por um golpe militar em 1948. Gallegos foi homenageado e recebeu apoio e manifestação de solidariedade da revista em diversas oportunidades. O filósofo espanhol Eugenio Imaz, no artigo *Venezuela, portaestandarte*, publicado no número 4 de *Cuadernos Americanos*, em 1949, reproduziu trechos de uma carta

de um escritor venezuelano encaminhada à direção da revista, elogiando a atitude desta:

Teve para mim um profundo significado que a revista CUADERNOS rendesse à nossa hoje golpeada democracia, na pessoa de Rómulo Gallegos, a homenagem que trouxe a primeira edição de janeiro. Não poderia ser de outra forma. CUADERNOS AMERICANOS também é cabeça de grandes causas.

Assim se expressa, em carta recebida pela secretaria da revista CUADERNOS, um escritor venezuelano que conhecemos o suficiente para poder afirmar publicamente que sua voz é hoje uma das mais autorizadas e puras, das mais equilibradas e inflamadas pelo amor ao seu país.

A carta é tão verdadeira, grita tão abertamente todo o significado doloroso e decisivo de um acontecimento que, no meio do tumulto das crônicas, parece ocupar seu lugar habitual, que nos sentimos na obrigação de a publicar quase por completo, para que seja verdade mais uma vez que *CUADERNOS* é cabeça de grandes causas.

[...]

[...] O significado profundo do que ocorreu na Venezuela é que vem a ser uma réplica pacífica, mas igualmente fétida, do que aconteceu na Espanha. (Imaz, 1949, p. 14³. Tradução nossa)

É importante destacar que Eugenio Imaz, durante a presidência de Rómulo Gallegos, exerceu diversas atividades de docência, inclusive com

3. HA cobrado para mí honda significación que CUADERNOS rindiera a nuestra hoy golpeada democracia, en la persona de Rómulo Gallegos, el homenaje que trajo la primera entrega de enero. No podía ser de otro modo. CUADERNOS AMERICANOS es cabeza también de grandes causas”. Así se expresa, en carta recibida por la secretaria de CUADERNOS, un escritor venezolano, al que conocemos lo bastante para poder afirmar públicamente que su voz es hoy una de las más autorizadas y limpias, de las más templadas y encendidas por el amor a su país. La carta es tan verdadera, grita tan abiertamente toda la significación dolorosa y decisiva de un acontecimiento que en el fárrago de las crónicas parece ocupar su consabido lugar, que nos sentimos en la obligación de publicarla casi por entero, para que sea verdad una vez más que CUADERNOS es cabeza de grandes causas.

[...]

[...] La significación profunda que corresponde a lo ocurrido en Venezuela es que viene a ser una réplica pacífica, pero igualmente hedionda, de lo que sucedió en España.

esforços para criação e consolidação de cursos universitários de jornalismo e filosofia em Caracas. Depois do golpe, foi obrigado a retornar ao México. A revista permite identificar essas aproximações em torno da defesa de ideias, princípios e práticas comuns, evidenciando tanto a circulação desses intelectuais pelo continente americano quanto o papel das instituições que viabilizaram tal trânsito. A partir de *Cuadernos Americanos*, é possível perceber uma comunidade movida pela luta contra o autoritarismo, contra as ditaduras, contra o nazifascismo e o imperialismo. O espaço promovido pela revista permite a identificação e o reconhecimento daqueles que têm o mesmo objetivo e atuam no fortalecimento das lutas em torno de causas comuns. Essa identificação fica explícita na última frase de Eugenio Imaz aqui reproduzida. Ali, o espanhol estabelece uma correlação de acontecimentos entre o que viveu na Espanha e o que presenciou na Venezuela.

Neste ponto, é importante lembrar que, segundo Liliana Weinberg (2010)⁴,

Cuadernos Americanos está ligado a um complexo de formações e instituições, vinculadas a uma nova política de cultura, cujas manifestações mais visíveis são o *El Colegio de México*, o *Fondo de Cultura Económica* (FCE) e a *Escuela de Economía da Universidad Nacional Autónoma do México* (UNAM). (Tradução nossa)

Essa estrutura de instituições culturais, intrinsecamente ligadas e da qual *Cuadernos Americanos* faz parte, revela o esforço do México, nos anos 1940, para garantir espaços de pesquisa científica e humanística que pudessem dialogar com as discussões realizadas em outros lugares do mundo. Muitos intelectuais exilados no México trabalharam em uma dessas empresas. Podemos citar como exemplo Eugenio Imaz, que, além de colaborar com a revista, também atuava como tradutor para a *Fondo de Cultura Económica* (FCE).

Cuadernos Americanos e a Guerra Fria

4. *Cuadernos Americanos* se vincula con un complejo de formaciones e instituciones ligadas a una nueva política de la cultura, cuyas manifestaciones más visibles son *El Colegio de México*, el *Fondo de Cultura Económica* (FCE) y la *Escuela de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM).

Durante o período de duração da II Guerra Mundial, a revista nutria esperanças de que, quando o conflito terminasse, as relações entre Estados Unidos e os países abaixo do Rio Grande seriam de parceria e de ajuda mútua. Essa expectativa era baseada nas práticas inauguradas com a chamada Política da Boa Vizinhança e na luta em que os Estados Unidos participavam contra as forças do eixo.

No primeiro número da revista – janeiro/fevereiro 1942 –, o mexicano Manuel J. Sierra⁵ afirmou que Franklin Delano Roosevelt promoveu a aproximação entre as duas Américas quando defendeu, durante a VII Conferência Internacional de Montevideú, o princípio da não intervenção. A propósito dessa questão, Manuel J. Sierra (1942, p. 29) declarou:

O impulso iniciado fez sentir seu vigor em todas as áreas; a Emenda Platt desapareceu; o controle financeiro no Haiti também; prometeu-se às Filipinas sua independência. Roosevelt dedicou seu maior esforço a despertar uma sensação de igualdade na tomada de decisões sobre assuntos comuns entre seu país e as Repúblicas Americanas. Assim, nasceu a política da Boa Vizinhança, expressão que o Presidente dos Estados Unidos considerou a mais adequada para sintetizar seus propósitos. (Tradução nossa)⁶

Para Manuel J. Sierra, havia, da parte dos Estados Unidos, a iniciativa de abandonar sua política de intervenção e tratar as demais repúblicas latino-americanas como iguais, ou seja, com respeito às suas independências e soberanias. É importante lembrar que ele não era o único. Além de Manuel J. Sierra, o peruano Haya de La Torre e o venezuelano Mariano Picón-Salas também tinham grandes expectativas de aproximação e de colaboração entre Estados Unidos e América Latina. Naquele momento em que a guerra ainda não estava definida, era forte a crença na América unida e na “superação

5. Manuel J. Sierra, professor de direito internacional mexicano, foi representante do México nos encontros panamericanos.

6. “El impulso iniciado hizo sentir su vigor en todos los órdenes; la Enmienda Platt desapareció; el control financiero en Haití también; se prometió a Filipinas su independencia. Roosevelt puso su mayor empeño en despertar una sensación de igualdad para decidir sobre los asuntos comunes entre su país y las Repúblicas Americanas. Así nació la política del Buen Vecino, expresión que el Presidente de los Estados Unidos encontró como la más adecuada para sintetizar sus propósitos”.

e na substituição da política imperialista norte-americana pela crença na política de cooperação e de intercâmbios, inclusive no campo cultural” (Martins, 2012, p.176).

No entanto, também havia dúvidas se a política de aproximação duraria quando o conflito terminasse. O diretor da revista, Jesús Silva Herzog, era um dos que duvidavam do fato. Para Silva Herzog, a política da Boa Vizinhança estava baseada sobretudo na postura do presidente Franklin D. Roosevelt, e ele não ocuparia para sempre a presidência americana.

Quando Roosevelt morreu, Jesús Silva Herzog publicou um artigo intitulado *La muerte de un hombre continental* (1945). No escrito, afirmava que aquela morte causava consternação entre todos os homens que lutavam pela criação de um mundo novo, entre os amantes da justiça e da liberdade. Para o diretor da revista, a morte de Roosevelt significava a perda de “um homem continental”, capaz de realizar aproximação entre os povos da América.

Em 1947, já quando os EUA eram governados por Harry Truman e as ameaças da Guerra Fria estavam no ar, a revista promoveu um debate sobre Imperialismo e Política da Boa Vizinhança. Dele participaram Jesús Silva Herzog, Mariano Picón-Salas, Joaquín García Monge, Fernando Ortiz, Waldo Frank, Ezequiel Martínez Estrada e Daniel Cosío Villegas⁷.

E podemos resumir o resultado das discussões como um entendimento de que os Estados Unidos nunca haviam abandonado sua postura intervencionista e imperialista. A Política da Boa Vizinhança teria sido uma dissimulação dos verdadeiros objetivos dos EUA; teria sido estratégia para amenizar possíveis conflitos num momento em que os norte-americanos estavam com sua atenção voltada à Europa e ao Pacífico.

Também surgiu do debate a ideia de que era necessária uma união cada vez maior dos povos ibero-americanos, dos dois lados do Atlântico. Só assim conseguir-se-ia exigir uma postura de diálogo com o “grande irmão do norte”.

A trajetória de *Cuadernos Americanos*, desde o seu início e depois do fim da Segunda Guerra Mundial, revela dúvidas, ambiguidades e esperanças

7. A Mesa rodante foi publicado no nº 5 da revista Cuadernos Americanos de 1947.

no modo como a revista compreendia a relação entre os Estados Unidos e a América Latina. Inicialmente, houve uma expectativa genuína de que a Política da Boa Vizinhança representava uma mudança real na postura norte-americana, abrindo caminho para relações de respeito mútuo e cooperação entre as Américas. Essa esperança, porém, foi gradualmente substituída por uma visão crítica e desiludida ante a reconfiguração das hegemonias do cenário global e do início da Guerra Fria. As discussões promovidas pela revista a partir de 1947 expressavam de forma clara esse deslocamento, ao evidenciar que a política externa dos Estados Unidos permanecia fundamentada em interesses estratégicos e econômicos, ainda que revestida de um discurso de solidariedade hemisférica. *Cuadernos Americanos*, nesse sentido, não apenas acompanhou as transformações do cenário internacional, mas tornou-se também um espaço privilegiado de reflexão e resistência intelectual diante da reafirmação do imperialismo em novas roupagens.

Imperialismo, fascismo e fascismo tropical

A década de 1950 foi marcada por eventos que intensificaram as críticas da revista à postura dos Estados Unidos em relação à América Latina e à Espanha franquista, ao mesmo tempo em que acentuaram um pessimismo crescente em relação à democracia ocidental.

Na Venezuela, a deposição de Rómulo Gallegos em 1948 trouxe uma associação entre fascismo e os golpes militares latino-americanos. O venezuelano Luís Lander publicou um artigo – *Acción Democrática* – na revista e, nele, analisava a história e o governo do partido de Gallegos e o golpe que o destituiu do poder. Para Luís Lander (1950), cresciam na América Latina setores que se opunham às reformas sociais, econômicas e ao fortalecimento de instituições mais democráticas. Para o autor, eram esses setores que estavam por trás dos golpes militares:

A epidemia de golpes militares que hoje sofre a América Latina é produto da ação destes setores. E a indiferença com que estes infelizes acontecimentos são observados pelas nações democráticas parece mostrar que se chegou à conclusão de opor ao totalitarismo

comunista aquela versão americana do fascismo que são as ditaduras crioulas. Como se o povo não tivesse nada a dizer, e nada se esperasse das massas populares, permanecem sem compreender que o estado de decomposição social que se verifica hoje na América é talvez o problema mais grave que a chamada “democracia ocidental” tenha de enfrentar⁸ (Lander, 1950, p.25. Tradução nossa).

No caso do golpe venezuelano de 1948, não se observa uma acusação direta ou indireta contra os Estados Unidos, mas sim uma crítica às elites locais, que, assim como em outros países da região, resistiam à perda de seus privilégios. A acusação que Luis Lander faz é a da indiferença com que o mundo democrático via esses golpes e, na extensão, o estabelecimento de ditaduras na região. Para o autor, as ditaduras “crioulas” seriam uma versão “americana” do fascismo europeu derrotado em 1945. Embora o fascismo fosse motivo de repulsa e condenação no chamado “mundo democrático”, sua versão americana era tolerada por ser tida como “mal menor” em relação ao comunismo, como se só existissem essas duas opções para a população latino-americana, ou fascismo ou comunismo.

Outro momento bastante importante para analisar a postura da revista e seu engajamento foi a defesa da democracia na Guatemala. O país, desde 1944, vivia um período democrático incomum para sua história marcada por ditaduras longevas. Houvera inclusive eleições livres em 1944 e 1950, nas quais foram eleitos Juan José Arévalo e Jacob Arbenz, respectivamente. No entanto, esses governos realizaram reformas econômicas e sociais que prejudicaram os interesses da companhia norte-americana *United Fruit Company*, que não tardou a solicitar apoio ao governo norte-americano.

Cuadernos Americanos assumiu a defesa dos governos democráticos guatemaltecos e, em 1951, publicou o discurso de despedida de Juan José

8. La epidemia de golpes militares que sufre hoy América Latina es producto de la acción de esos sectores. Y la indiferencia con que se observan esos desgraciados sucesos por parte de las naciones democráticas, parece demostrar que se ha llegado a la conclusión de oponer al totalitarismo comunista esa versión americana del fascismo que son las dictaduras criollas. Corno si los pueblos nada tuvieran que decir, y nada se esperara de las masas populares, permanecen sin entender que el estado de descomposición social que hoy se advierte en América es quizá el problema más grave al cual tiene que hacer frente la llamada “democracia occidental”.

Arévalo na posse de seu sucessor. O objetivo era denunciar um golpe de Estado em curso e chamar a atenção dos intelectuais e formadores de opinião que poderiam influenciar os rumos dos acontecimentos. No discurso de despedida, o ex-presidente guatemalteco afirmava que o verdadeiro vitorioso da Segunda Guerra Mundial teria sido Hitler, já que seus métodos e objetivos haviam permanecido sob o discurso da liberdade e da democracia:

Os aliados cometeram o trágico erro de acreditar que a morte de Hitler e a aplicação da bomba atômica equivaliam à destruição do hitlerismo. Nós, desde um mirante mais sereno – na imperturbável serenidade deste Caribe heterogêneo – pudemos ver e comprovar que o hitlerismo não morreu. Hitlerzinhos caricatos se multiplicaram lá na Europa e aqui na América; [...] Hitlerzinhos com doutrina ou sem ela, mas todos admitidos e estimulados nos claustros oficiais ‘democráticos’ e opinando com respeitada autoridade nas solenes discussões sobre ‘os direitos do homem.’ (Arévalo 1951, p. 7-18. Tradução nossa)⁹

Na percepção de Arévalo, o melhor lugar para se perceber a continuidade do nazismo é “este Caribe heterogêneo”, ou seja, um Caribe diverso em termos populacionais e culturais; com problemas sociais, econômicos e geograficamente bastante próximo dos EUA. Fica implícito no discurso de Arévalo que o preconceito e o privilégio das elites locais não sofreram nenhum tipo de abalo com a morte de Hitler, nem sequer foram condenados nos fóruns em que se discutiam “os direitos do homem”.

Percebemos uma aproximação argumentativa entre Arévalo e Luis Lander de que a democracia para a América Latina não era um valor a ser defendido pelos países do chamado “mundo livre”. Embora estivessem na mesma zona de influência, não mereciam a mesma guerra e o mesmo sacrifício feito em defesa da liberdade europeia. Mas, em 1950, Lander

9. Los aliados cometieron el trágico error de creer que la muerte de Hitler y la aplicación de la bomba atómica equivalían a la destrucción del hitlerismo. Nosotros, desde un mirador más sereno – en la imperturbable serenidad de este Caribe heterogéneo – hemos podido ver y comprobar que el hitlerismo no ha muerto. Hitleritos caricaturescos se multiplicarán allá en Europa y aquí en América; [...] Hitleritos con doctrina o sin ella, pero todos admitidos y estimulados en los claustros oficiales “democráticos” y opinando con respetada autoridad en las solemnes discusiones sobre “los derechos del hombre”.

denunciava apenas um “desprezo”, e não a participação direta dos EUA, o que foi bem diferente na Guatemala.

O golpe de Estado articulado pela CIA com o objetivo de derrubar o governo democraticamente eleito de Jacobo Árbenz foi antecipado e criticado por *Cuadernos Americanos*, que já denunciava, antes de sua deflagração, os indícios de uma ofensiva imperialista na Guatemala. A atuação dos Estados Unidos não se restringiu a uma intervenção pontual, mas se revelou como parte de uma estratégia mais ampla e complexa de contenção das reformas sociais e nacionalistas em curso na América Latina. Tal estratégia combinava ações diplomáticas com governos autoritários vizinhos – como Honduras e República Dominicana –, o treinamento paramilitar de opositores, o financiamento de campanhas de desinformação e o uso de emissoras clandestinas de rádio para minar a legitimidade do governo Árbenz perante a opinião pública. O discurso de Juan José Arévalo, nesse cenário, deve ser compreendido como um ato de denúncia e advertência, inserido em uma conjuntura de crescente repressão às experiências democráticas e reformistas na região, sob a lógica da Guerra Fria. A leitura proposta pela revista permite identificar a operação guatemalteca não apenas como um episódio isolado, mas como modelo de interferência que posteriormente seria replicado em outras partes do continente e fora dele (Martins 2024).

A revista *Cuadernos Americanos*, com o objetivo de divulgar o que se passava, publicou, em 1951, uma entrevista com alguns dos seus colaboradores sobre a situação que pesava sobre a Guatemala e, no geral, sobre a América Latina. Os entrevistados foram Max Aub, Luis Cardoza y Aragón, Alfonso Caso, Rómulo Gallegos, Andrés Bello Blanco, Joaquín García Monge, Enrique Muñoz Meany, Fernando Ortiz, Leopoldo Zea e o diretor da revista, Jesús Silva Herzog.

Silva Herzog (1951, p. 70-88) afirmou que:

Estes inimigos da Guatemala são também inimigos de todos os países latino-americanos, inimigos do seu bem-estar, do seu progresso económico, político e social. São os vernáculos ricos, incompreensíveis e egoístas. São os oligopólios e oligopsônios norte-americanos de café,

estanho, salitre, petróleo, banana, prata e ouro, exploradores do solo, do subsolo e da fome secular de milhares de seres humanos.

[...]

Na verdade, poderia argumentar-se que estamos a testemunhar a mudança da democracia para um novo fascismo. Isto já foi apontado por Ezequiel Martínez Estrada há pouco mais de três anos, referindo-se aos Estados Unidos, ao discursar numa “Mesa rodante” organizada por *Cuadernos Americanos*”¹⁰. (Tradução nossa)

Em 1951, no contexto que antecedia o golpe na Guatemala, começava a se delinear um movimento de ressignificação da ordem internacional estabelecida após o fim da Segunda Guerra Mundial. Não se tratava apenas da formação de dois blocos geopolíticos antagônicos, com propostas distintas de organização social, política e econômica. O que se evidenciava era a constatação de que os ideais democráticos, amplamente proclamados pelos Aliados, especialmente pelos Estados Unidos, não se materializavam na prática.

O mundo que emergiu do conflito não foi, como se esperava, mundo mais livre ou mais democrático. Fora, em verdade, mundo mais marcado pela expansão do autoritarismo, tanto pela atuação intervencionista norte-americana quanto pela influência da ditadura soviética. Para *Cuadernos Americanos*, essa percepção era clara. Seu principal articulador, Jesús Silva Herzog, expressava a convicção de que a democracia promovida pelos Estados Unidos representava, na verdade, um fator de atraso e de retrocesso para a América Latina.

Para os colaboradores da revista, o fascismo das ditaduras na região estava intrinsicamente ligado ao imperialismo norte-americano.

10. Esos enemigos de Guatemala lo son también de todos los países latinoamericanos, enemigos de su bienestar, de su progreso económico, político y social. Son los acaudalados vernáculos, incomprensivos y egoístas; son los oligopolios y oligopsonios norteamericanos del café, del estaño, del salitre, del petróleo, del banano, de la plata y del oro. Explotadores del suelo, del subsuelo y del hambre secular de miles de seres humanos. [...] Efectivamente, pudiera sostenerse que presenciamos el viraje de la democracia hacia un nuevo fascismo. Esto ya la apuntaba Ezequiel Martínez Estrada, hace algo más de tres años, refiriéndose a los Estados Unidos, al intervenir en una “Mesa Rodante” organizada por Cuadernos Americanos

O guatemalteco Luiz Cardoza y Aragón (1951, p. 72) publicou em *Cuadernos Americanos* que

O imperialismo norte-americano destruiu a democracia em quase toda a América Latina. Vivemos o momento mais baixo da nossa vida continental, a nossa derrota mais amarga [...] A Guatemala dá um mau exemplo com a sua liberdade, com a sua luta contra “os colegas magnatas da banana de Roosevelt”¹¹. (Tradução nossa)

Rómulo Gallegos (1951) destacou a importância do intelectual nesse momento de expectativa de mais golpes e ditaduras na região. Para o ex-presidente venezuelano, cabia aos intelectuais a tarefa de romper com a passividade e a resignação diante dos acontecimentos políticos, contribuindo ativamente para mobilizar a sociedade e oferecer interpretações críticas da realidade. Nesse sentido, reconhece-se a centralidade do intelectual como agente de mediação simbólica, capaz de traduzir os processos históricos em curso e de construir discursos que alimentassem formas de resistência. O entendimento, portanto, antecede a formulação do discurso — e este, por sua vez, constitui-se como primeiro passo para a ação.

Os intelectuais vinculados a *Cuadernos Americanos* desempenharam um papel decisivo ao denunciar que os regimes ditatoriais latino-americanos, sustentados por práticas sistemáticas de violência — incluindo a repressão cultural, a censura e o cerceamento do pensamento crítico —, não poderiam ser dissociados das formas clássicas do fascismo europeu. A partir dessa constatação, alguns autores passaram a empregar conceitos como “fascismo tropical” ou “fascismo subdesenvolvido” para caracterizar a especificidade dessas ditaduras no contexto latino-americano, estabelecendo vínculos conceituais que ampliavam a compreensão das dinâmicas autoritárias locais sem perder de vista sua inserção nas disputas ideológicas globais do pós-guerra.

11. El imperialismo norteamericano ha destruido la democracia en casi toda Hispanoamérica. Vivimos el momento más bajo de nuestra vida continental, nuestra derrota más amarga [...] Guatemala está dando mal ejemplo con su libertad, con su lucha contra “los magnates del banano connacionales de Roosevelt.

O uruguaio Carlos M. Rama era professor visitante da *Universidad de Chile y del Instituto Latinoamericano de Estudios Sociales* quando houve o golpe militar de 1973. No primeiro número de *Cuadernos Americanos* de 1974, fez, então, uma análise da ditadura chilena, com o título *Las Raíces Fascistas del Actual Regimen Militar Chileno*. No artigo, Carlos Rama (1974) defendia que o fascismo não poderia ser considerado um fenômeno exclusivamente europeu. Para o autor, a barbárie demonstrada pelos militares chilenos era comparável ao que houve na Itália, na Alemanha e na Espanha nos anos 1930. Em sua análise,

No Chile, como aconteceu na Itália em 1922 e na Espanha em 1936, vê-se que a burguesia, no seu crepúsculo para enfrentar a ascensão revolucionária das massas, recorre inexoravelmente ao que considera o seu antídoto: o fascismo.

[...] O Chile é um caso de fascismo, mas de fascismo colonial, em benefício da metrópole imperial. (Rama, 1974, p.8. Tradução nossa)

Nesse artigo, Carlos Rama (1974) defendia que as raízes do fascismo chileno estavam na estrutura da sociedade, na sua história e na ideologia dominante chilena, que remontava ao processo de independência do país, permanecendo atuante até aquele momento¹².

A estrutura da sociedade chilena tinha um traço de aristocratismo, de autoritarismo, de militarismo e de nacionalismo. Ele também anunciou o racismo como parte das bases da sociedade chilena, como “o caldo de cultivo por excelência do fascismo”. Na sua argumentação sobre raízes racistas do fascismo chileno, Rama afirmava que os “germano-chilenos” eram orgulhosos de sua suposta pureza racial, em oposição aos indígenas ou aos “hispano-chilenos”. Para respaldar suas afirmações, o autor citou dois trabalhos do século XIX das autorias de Nicolás Veja e de Benjamín Vicuña Mackenna, em que se hierarquizavam os melhores imigrantes para

12. O autor cita seu trabalho sobre o tema, ¿Es posible un fascismo uruguayo?, que fez parte do livro que publicou em 1968 com o título *El Uruguay en crisis*, Montevideo, El Siglo Ilustrado, 1968. Informa que essa percepção não era apenas dele ao citar o trabalho de Theôtonio Dos Santos de 1965, em que publicou, na revista “Civilização Brasileira”, Rio, um texto sobre o fascismo brasileiro e que também fez parte do livro *Socialismo ou fascismo. Dilema Latinoamericano*. PLA, Santiago, 1969.

o Chile de acordo com a escala: em primeiro viriam os alemães, por serem os melhores; em segundo, os franceses e os ingleses; os espanhóis só seriam superiores aos italianos (1974).

No número 2 – março/abril de 1974 – da revista, a pesquisadora Sol Arguedas destacava que o golpe chileno e a morte de Salvador Allende poderiam ser considerados “o apoteótico funeral da democracia liberal no país”, derrotada pelo fascismo chileno. A autora baseava seu entendimento sobre o fascismo que havia derrotado a democracia chilena a partir da definição de fascismo colonial feita por Jesús Reyes Heróles:

Se o antigo fascismo — o velho totalitarismo nazifascista — buscava dominar povos e explorar terras e seres humanos por meio da força e da hegemonia militar, o novo fascismo colonial apoia-se na exploração implacável dos recursos naturais de um país por parte dos grandes monopólios internacionais. Tal forma contemporânea de dominação procura evitar tensões e conflitos internos ao impor-se de maneira autoritária diante das contradições econômicas. Nesse contexto, busca-se a aliança entre os monopólios internos e os externos — ou, mais precisamente, a subordinação dos primeiros aos segundos — promovendo, por meio da supressão da liberdade sindical e da eliminação dos direitos trabalhistas, uma intensificação da exploração da força de trabalho por ambos os tipos de monopólio. Em vez de reivindicar a soberania sobre os recursos naturais, opta-se por entregá-los ao capital estrangeiro, na tentativa de solucionar contradições internas que, por sua própria natureza, permanecem insolúveis [...]

(Arguedas 1974, 28-50. Tradução nossa¹³)

13. Si el viejo fascismo, viejo totalitarismo nazifascista queda dominar pueblos, explotar tierras y hombres con la fuerza y la hegemonía militar, el nuevo fascismo colonial encuentra su apoyo en que los grandes monopolios internacionales exploten despiadadamente los recursos naturales de su país; quiere evitar las tensiones y conflictos imponiéndose con mano férrea a las contradicciones económicas; busca la alianza entre los monopolios internos y los externos, o mejor dicho, la subordinación de los primeros a los segundos, y facilita, acabando con la libertad sindical y con los derechos de los trabajadores, la mayor explotación de la mano de obra por los monopolios internos y externos. En lugar de reivindicar los recursos naturales, los entrega al exterior, pretendiendo de esta manera resolver irresolubles contradicciones domésticas [...].

A argumentação de Jesús Reyes Heróles, usada por Sol Arguedas no artigo publicado em *Cuadernos Americanos*, destacava a aliança entre a burguesia nacional e a internacional no enfrentamento das contradições econômicas latino-americanas. As mesmas contradições naquele momento alimentavam as lutas sociais em defesa de modelos alternativos ao capitalismo. A autora também destacou outra semelhança entre o fascismo europeu e o colonial: a propaganda e os meios de persuasão utilizados pelos Estados Unidos nos países tanto da América Latina como da África e da Ásia:

Como se sabe, o sistema de abrandamento, atualmente empregado de forma eficaz pela CIA na América Latina, na Ásia e na África, foi originalmente desenvolvido na Europa por Joseph Goebbels. Seus agentes de propaganda atuavam como sussurradores, entrando em cena com o objetivo de quebrar o espírito de resistência e sufocar qualquer tentativa de luta antes mesmo da chegada das tropas de Adolf Hitler aos países então vitimados pelo fascismo alemão. Na conjuntura atual, os Estados Unidos já não necessitam recorrer posteriormente ao envio de tropas; basta-lhes acionar suas corporações transnacionais, as quais, vale ressaltar, já se encontram inseridas em nossos territórios. (Idem, p. 50. Tradução nossa ¹⁴)

Essas corporações transnacionais mencionadas pela autora podem ser identificadas nas empresas multinacionais instaladas nos países mais pobres, como também na cultura de massas que ajudava na divulgação de valores, de ideias, de símbolos e de heróis. Exemplo é o cinema norte-americano, cujos filmes colocavam, de forma maniqueísta, a luta do bem contra o mal entre os personagens estadunidenses, em confronto direto ou indireto com os soviéticos.

14. Como se recordará, el sistema de ablandamiento psicológico que hoy utiliza tan eficazmente la C.I.A. en América Latina, en Asia y en Africa, fue primeramente desarrollado en Europa por Goebbels, cuyos agentes murmuradores entraban en acción -para quebrar el espíritu de resistencia y ahogar los intentos de lucha- previamente a la llegada de las tropas de Adolfo Hitler a los países víctimas del fascismo alemán de entonces. Hoy día, los Estados Unidos no necesitarán enviar posteriormente sus tropas: les bastará con movilizar sus empresas transnacionales, que, por demás está decirlo, ya están dentro de nuestros países.

O conceito de fascismo é controverso e tem suscitado debates intensos, marcados por disputas teóricas e políticas sobre sua definição, aplicabilidade e limites históricos. Longe de constituir um termo consensual, seu uso frequentemente reflete posicionamentos ideológicos e estratégias de leitura do presente à luz do passado europeu. Embora este capítulo não se proponha a realizar uma análise conceitual aprofundada, interessa-nos observar como tal noção foi apropriada no pensamento político de intelectuais latino-americanos e espanhóis vinculados à *Cuadernos Americanos*, os quais, diante da ascensão de regimes autoritários na região, recorreram ao termo como instrumento crítico e categoria de denúncia frente à repressão e ao autoritarismo.

Nesse contexto, vale destacar a referência feita por Carlos Rama ao brasileiro Theotônio dos Santos como um dos teóricos do chamado “fascismo colonial”, em artigo publicado em 1965¹⁵ e ampliado em 1974. Na análise construída por Theotônio dos Santos sobre o que ele chamou de colonialismo dependente (ou colonial), o autor parte da identificação e análise das forças sociais em confronto no Brasil no contexto do golpe civil-militar de 1964.

Para o sociólogo brasileiro, os últimos momentos do governo de João Goulart foram marcados pelo combate entre a Frente de Mobilização Popular (que reunia confederações operárias, camponesas e estudantis, o comando nacional de sargentos e oficiais nacionalistas, a frente parlamentar nacionalista, todos movimentos apoiados pelo presidente Goulart) e a mobilização da direita (que reunia um movimento de massas “pela família, por Deus e pela propriedade”, uma frente parlamentar anticomunista e a conspiração militar, tudo isso apoiado e articulado por um comando militar, liderado pelo chefe do Estado-Maior de Goulart, marechal Castelo Branco, e pela CIA).

Ainda para Theotônio dos Santos (1978, p. 52), as forças em disputa apareciam como expressões radicalizadas do “nacionalismo com tendências populistas e do liberalismo conservador com tendências autoritárias”.

15. Segundo Carlos Rama (1974), em 1965, Theotônio dos Santos publicou na revista carioca “Civilização Brasileira” um artigo sobre o fascismo brasileiro. Esse texto foi ampliado e integrou o livro *Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*, México, Edit. Edicol, 1978.

Esses processos de luta de classes, anunciados no golpe de 1964 no Brasil, não eram um evento isolado, mas continental. Theotônio afirmava que, no Chile, em 1973, o conflito entre essas forças sociais antagônicas atingiu as consequências finais; já a luta ideológica e política, amortecida pelo atraso da sociedade civil noutros países, clarificava definitivamente o conteúdo do processo em curso no continente¹⁶.

A partir destes dois acontecimentos, golpe no Brasil em 1964 e no Chile em 1973, Santos buscou apontar semelhanças e diferenças em relação ao chamado fascismo histórico – Itália e Alemanha, nos anos 1930. Para ele, um dos pontos chave a ser considerado era a fragilidade do Estado liberal frente ao crescimento das reivindicações populares e, depois da Revolução Cubana e da constituição da primeira república socialista das Américas, entre os anos de 1958 e 1960, frente à possibilidade real de essas forças chegarem ao poder numa ameaça continental. Nesse ponto, a resposta do grande capital é um Estado Fascista¹⁷:

O fascismo só se torna uma força capaz de alcançar e manter o poder quando atrai o interesse e o apoio do grande capital. Este apoio ocorre quando necessita de gangues fascistas para enfrentar o comunismo ou a revolução popular. A grande burguesia aceita pactos com estes grupos desclassificados e admite entregar-lhes o poder apenas como último recurso, quando a sua base social está profundamente minada. O movimento fascista pode cumprir o papel regenerador do capitalismo, porque expressa exatamente os medos, os desejos, as ambições e os valores pequeno-burgueses libertados dos obstáculos sociais que diariamente sufocam a pequena burguesia¹⁸. (Santos, 1978, p. 59)

16. Los procesos aparentemente aislados que describimos forman parte de una suerte de lucha de clases continental, que encuentra su culminación en Chile entre 1970-73. En este país la lucha de clases llega a sus últimas consecuencias y la lucha ideológica y política, amortiguada por el retraso de la sociedad civil de los otros países, esclarece de manera definitiva el contenido del proceso en curso en el continente (Santos, 1978, p. 54).

17. Theotônio dos Santos advierte para a diferença entre movimentos fascistas e Estados fascistas.

18. El fascismo sólo se convierte en una fuerza capaz de llegar al poder y mantenerse en él cuando atrae el interés y el apoyo del gran capital. Este apoyo se produce cuando éste necesita de las bandas fascistas para enfrentarse al comunismo o a la revolución popular. La gran burguesía acepta pactar con esos bandos de desclasados y admite entregarles el poder sólo como último recurso, cuando su base social está profundamente minada. El

A grande semelhança entre o fascismo histórico e o fascismo dependente é sua utilização para garantir a sobrevivência das estruturas capitalistas quando estas apresentam fragilidades que podem inviabilizar sua continuidade.

As diferenças para o teórico brasileiro começam com o Estado fascista dependente, imposto “de cima para baixo” no intuito do fortalecimento do capital internacional, em primeiro plano, e, em segundo, do fortalecimento do capital nacional. A segunda diferença está na repressão para a não mobilização de massas; a ala fascista não ocupa as principais posições de comando e opera nas sombras e subordinada aos conservadores; por fim, o regime sobrevive baseado mais na apatia política dos amplos setores pequeno-burgueses e dos trabalhadores do que numa capacidade real de obter o seu apoio ativo. O fascismo dependente apresenta traços de ser politicamente mais fraco do que os modelos clássicos.

Na teorização proposta por Theotônio dos Santos sobre o fascismo dependente, também se demonstrou a importância da associação entre o imperialismo norte-americano e os militares de cada país

A luta contra uma revolução social, em processo de amadurecimento no continente, teve que ser articulada continentalmente. Só o imperialismo norte-americano tinha os contatos, os meios técnicos, os recursos financeiros e o poder político para liderar tal luta. A operação foi construída em torno de três elementos básicos: reformismo económico, reformismo político e repressão (contrainsurgência e, quando necessário, regimes militares).

Os militares eram considerados uma elite de classe média com aspirações modernizadoras. A doutrina de segurança nacional integrou os três elementos acima mencionados¹⁹. (Santos, 1978, p. 65)

movimiento fascista puede cumplir el papel regenerador del capitalismo porque expresa exactamente los temores, deseos, ambiciones y valores pequeñoburgueses liberados de las trabas sociales que sofocan cotidianamente a la pequeña burguesía (Santos, 1978, p. 59).

19. La lucha en contra de una revolución social, en proceso de maduración en el continente, tenía que ser articulada continentalmente. Solamente el imperialismo norteamericano tenía los contactos, los medios técnicos, los recursos financieros y el poder político para dirigir tal lucha. La operación fue montada en torno de tres elementos básicos: reformismo

A análise que Santos constrói dos golpes militares da América Latina na Guerra Fria faz parte da perspectiva teórica marxista da dependência. Para ele, essa forma de autoritarismo não se desenvolve de maneira autônoma, como nos regimes fascistas europeus do início do século XX. Ela surge como instrumento de controle interno a serviço da dominação externa, especialmente do imperialismo norte-americano e dos interesses dos grandes monopólios internacionais.

Para o sociólogo, trata-se de uma resposta das elites locais aliadas ao capital estrangeiro diante do avanço das mobilizações populares e de projetos de desenvolvimento com maior autonomia nacional. O objetivo do fascismo dependente é garantir, por meio da repressão, a estabilidade das estruturas de dependência e a intensificação da exploração dos recursos e da força de trabalho. Nesse sentido, os regimes militares latino-americanos instauraram modelos de “ajuste” do capitalismo periférico que, além de destruir direitos sociais e sindicais, subordinaram ainda mais as economias locais aos centros do sistema capitalista mundial²⁰:

Segundo Samantha Viz Quadrat (2011), o uso das categorias fascismo e totalitarismo para classificar as ditaduras militares latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, especialmente no Cone Sul, era comum nas ciências sociais daquele período. Isso se deve, em parte, à predominância de uma dicotomia analítica que opunha os modelos político-ideológicos democrático e totalitário — este último associado às experiências do nazismo e do fascismo europeus.

Os regimes militares na América Latina, no entanto, apresentavam características próprias, que não correspondiam integralmente aos traços

económico, reformismo político y represión (contra-insurgencia y, donde hiciesen falta, regímenes militares).

Los militares fueron considerados como una élite de clase media con aspiraciones modernizadoras. La doctrina de la seguridad nacional integraba los tres elementos señalados. (Santos, 1978, p. 65).

20. No prefácio da edição brasileira do livro *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano* de 2020, Theotônio dos Santos chamou a atenção para as divergências entre o nacionalismo e os objetivos de segurança nacional dos militares latino-americanos e os objetivos das empresas transnacionais cujos interesses eram a base da doutrina de segurança nacional dos EUA. Exemplifica com os rumos que o golpe militar brasileiro tomou depois de 1968 e o nacionalismo militar peruano, além da Guerra das Malvinas, provocada pelos militares argentinos.

observados nas experiências italiana e alemã. Essa especificidade levou à formulação de novas categorias conceituais, como ditadura, autoritarismo e Estado autoritário burocrático, a fim de dar conta das particularidades regionais. Em especial, a atuação das Forças Armadas – fortemente influenciadas pela doutrina de segurança nacional e alinhadas à hegemonia geopolítica dos Estados Unidos no continente – exigia uma abordagem analítica distinta, voltada à compreensão do papel histórico dos militares e da hegemonia estadunidense na região (Quadrat, 2011).

É possível inferir que havia, da parte dos colaboradores de *Cuadernos Americanos*, a intenção de classificar como fascistas os regimes militares e civil-militares da região justamente pela “conotação injuriosa” que o termo carregava naquele contexto histórico (Comblin, 1978 apud Quadrat, 2011, p. 249). O fascismo evocava, de imediato, experiências políticas traumáticas associadas à Segunda Guerra Mundial – experiências que o mundo democrático supostamente se comprometera a combater, e não a repetir.

Assim, ao estabelecer uma relação direta entre as práticas repressivas dos militares latino-americanos e a influência do imperialismo norte-americano, buscava-se produzir uma rejeição moral e política a esses regimes, tanto no interior de seus próprios países quanto na comunidade internacional. Estimulava-se a indignação como forma de resistência simbólica e política.

O argumento de que a Guerra Fria renovava o fascismo no mundo ficou mais forte em 1955, com a admissão na ONU da Espanha franquista que havia se aliado a Hitler e a Mussolini para chegar ao poder. Vale recordar que, ao final da II Guerra Mundial, a ditadura franquista era considerada um governo com estrutura fascista, apoiado num forte alicerce oferecido pela Igreja Católica – principalmente por meio da Falange, que contava também com ações paramilitares que deveriam ser combatidas. Porém, com o avanço da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a ver na Espanha franquista um aliado na contenção do comunismo na Europa e no mundo. Essa virada de classificação do “mundo livre” sobre o regime franquista fortaleceu a ideia da vitória nazifascista após 1945.

É importante lembrar que os conceitos de totalitarismo e fascismo ultrapassaram os limites da teoria política e da análise histórica para se

tornarem instrumentos estratégicos nas lutas políticas internas e da comunidade internacional. O termo “totalitarismo” foi amplamente utilizado pelos Estados Unidos e seus aliados como uma ferramenta de denúncia dos regimes alinhados à União Soviética. Por outro lado, o campo socialista e os intelectuais utilizavam o conceito de “fascismo” para identificar os regimes de direita do período. Com isso, tanto “fascismo” quanto “totalitarismo” tornaram-se termos de disputas de memória, legitimidade e hegemonia política profundamente marcados por seus usos políticos na Guerra Fria (Angenot, 2019).

Muitos colaboradores de *Cuadernos Americanos*, principalmente os republicanos espanhóis exilados, debatiam a aproximação entre Franco e a ONU como um sinal de que o fascismo conquistava legitimidade em detrimento da democracia. Para o diretor da revista, Jesús Silva Herzog (1951), a aproximação não partia de Franco, mas sim das nações democráticas.

Manuel Sánchez Sarto (1951) argumentava que esse processo, apoiado por Estados Unidos, Inglaterra e França, visava fortalecer as defesas do Ocidente no contexto da Guerra Fria, assegurando a hegemonia geopolítica dessa parte do globo. Já Mariano Ruiz-Funes (1953) chamou a atenção para o papel decisivo de países latino-americanos na reabilitação internacional do regime franquista, evidenciado pela admissão da Espanha na Unesco em 1953. Na ocasião, apenas México, Guatemala e Uruguai se posicionaram contra, demonstrando que a luta anticomunista liderada pelos aliados dos Estados Unidos reconfigurava a lista de inimigos externos e internos. Em nome da supremacia ocidental, as causas que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 eram, assim, relegadas ao esquecimento.

Essa crítica articulava-se também a uma postura solidária em relação aos movimentos de independência na África, na Ásia e no Oriente Médio, conectando-se diretamente ao apoio que *Cuadernos Americanos*, os republicanos espanhóis e outros intelectuais latino-americanos manifestavam às lutas revolucionárias do chamado Terceiro Mundo. Essa temática ganharia ainda mais centralidade com a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e o surgimento de movimentos guerrilheiros em diferentes países do continente.

Vitória cubana, guerrilhas e o Terceiro Mundo

Depois do fracasso de governos progressistas derrubados por golpes militares apoiados pela CIA, como foi o caso da Guatemala em 1954, a vitória da Revolução Cubana foi recebida como um exemplo de que era possível vencer as forças imperialistas dos EUA no continente. Cuba, além de inspiração para resistência e para enfrentamento de ditaduras e do imperialismo norte-americano, mostrou que era necessária uma aproximação entre a América Latina e os países africanos e asiáticos, numa estratégia de resistência e de construção de um mundo multipolar.

Neste ponto, é importante observar que a revista procurava assumir uma postura de “não alinhamento” com as duas forças em conflito na Guerra Fria. Jesús Silva Herzog, no artigo que escreveu para *Cuadernos Americanos* em 1950, afirmou que, embora admirasse o trabalhador norte-americano e embora, na União Soviética, o novo sistema beneficiasse o povo do antigo Império Russo, a América e a União Soviética não eram modelos para os povos hispano-americanos. O diretor de *Cuadernos Americanos* defendia que

Os povos da América Hispânica devem unir-se, defender os seus valores legítimos, o seu modo de vida particular e seguir o mesmo caminho ou um caminho semelhante. Nem os Estados Unidos, nem a União Soviética, nem o capitalismo americano, nem o comunismo russo. Devemos ser nós próprios, sem parar, mas marchando em frente, em busca de melhores fórmulas para a convivência humana. (Herzog, 1950, p. 7-18. Tradução nossa)²¹

Era preciso que os povos latino-americanos construíssem seu próprio caminho, observando suas especificidades econômicas, culturais e históricas. Para a revista, era importante conversar com aqueles que viviam os mesmos problemas e dilemas de um passado colonial, numa economia subdesenvolvida, num mundo em disputa.

21. Los pueblos de la América Hispánica deben aproximarse, deben defender sus legítimos valores, su modo particular de vida y seguir igual o parecido rumbo. Ni estados Unidos, ni la Unión Soviética, ni capitalismo norteamericano, ni comunismo ruso. Debemos ser nosotros mismo, sin detenernos, sino marchando hacia adelante en busca de mejores fórmulas de convivencia humana.

Em 1960, a revista entrevistou o sociólogo americano C. Wright Mills sobre temas como crise na esquerda e caminhos para a América Latina. Na entrevista, o sociólogo americano criticou o modelo soviético, que, segundo seu ponto de vista, era responsável pela crise na esquerda e pela necessidade de buscar alternativas. Para Mills, o caminho seria um terceiro modelo de industrialização para os países subdesenvolvidos, nem capitalista, nem soviético. Embora essa proposta ainda não existisse, ela seria a base da nova esquerda mundial²². É preciso observar que, para C. Wright Mills (1960), naquele momento, um novo modelo viria da China ou da Índia.

A Revolução Cubana reforçara a concepção de que as lutas travadas no passado guardavam a chave para a compreensão de alternativas, de possibilidades. O Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raúl Roa Kouri, publicou um artigo na revista em 1960 em que afirmava que as raízes da Revolução estavam nas lutas pela independência, na Emenda Platt. Estavam também na retomada do processo interrompido em 1902 e 1933 pela intervenção norte-americana aliada aos militares. Ou seja: a Revolução não havia começado em 1953. Seu processo estava sendo gestado há muito tempo, e isso seria uma das explicações pela rápida adesão da classe média e dos camponeses.

Nesse mesmo artigo, o Ministro Roa Kouri (1960, p.42-52) reforçava a ideia de que era preciso reunir os povos, pois “os países subdesenvolvidos têm, por isso, um caminho próprio a seguir, nem à direita nem à esquerda de ninguém, mas perante os nossos legítimos interesses e aspirações”²³. Enfatizava ainda que a Revolução Cubana estava no contexto das lutas pela autodeterminação dos povos:

Na verdade, o governo revolucionário e o povo de Cuba ligaram o seu destino ao das pessoas mais necessitadas deste mundo e, lado

22. O sociólogo norte-americano encontrava-se na cidade por conta de outros compromissos, e um grupo de intelectuais mexicanos – Víctor Flores Olea, Carlos Fuentes, Jaime García Terrés e Enrique González Pedrero – organizou uma mesa-redonda na qual foram debatidos três temas centrais: a crise da esquerda, a Guerra Fria e a situação dos países subdesenvolvidos, especialmente os latino-americanos, em face da hegemonia dos Estados Unidos (Mills, 1960).

23. Los países subdesarrollados tenemos, pues, un camino propio que seguir, ni a la derecha ni a la izquierda de nadie, sino al frente de nuestros legítimos intereses y aspiraciones (Roa Kouri, 1960) Tradução nossa.

a lado, estão envolvidos numa luta irrevogável: a grande batalha da autodeterminação nacional, do desenvolvimento económico, da democracia efetiva e da justiça social. Ou seja, tornar realidade o lema do nosso movimento: “Nem liberdade sem pão, nem pão sem liberdade. Nem capitalismo sem justiça social, nem comunismo sem liberdade individual. Liberdade com pão, pão sem terror”. (Kouri, 1960, 42-62. Tradução nossa)²⁴

Cuadernos Americanos tinha a perspectiva de que os destinos dos países pobres ou subdesenvolvidos estavam intrinsecamente conectados e, por essa razão, publicava artigos que reforçavam a ideia de que a união entre os povos do Terceiro Mundo era o caminho possível para enfrentar o imperialismo e a dominação das grandes potências.

Um exemplo significativo é o artigo de Francisco López Cámara (1963) que, ao analisar os movimentos de independência e de revolução social no continente africano, afirmava que o Terceiro Mundo havia se convertido em uma nova força geopolítica mundial, cada vez mais influente na definição dos rumos da política internacional. Ao concluir seu texto, o autor chamava a atenção para o fato de que, apesar de os caminhos serem distintos, todos convergiam para um mesmo propósito, que era o da autodeterminação e o da revolução social. Na Ásia, os modelos a serem seguidos seriam os de Birmânia, da Indonésia e da China; na África, os exemplos vinham de Gana, da Guiné, do Mali e da República Árabe Unida (RAU); na América Latina, Cuba já havia aberto uma via própria de enfrentamento da hegemonia imperialista.

Em 1968, entretanto, Jesús Silva Herzog, diante da crescente violência na região, principalmente na América Central, publicou um artigo em que analisava a viabilidade das guerrilhas na América Latina. O diretor de *Cuadernos Americanos* fez um pequeno histórico dessa forma de luta e classificou os movimentos guerrilheiros em quatro grupos.

24. En efecto, el gobierno revolucionario y el pueblo de Cuba han ligado su destino al de los pueblos más necesitados de este mundo, y codo con codo, están empeñados en una lucha irrevocable: la gran batalla de la autodeterminación nacional, el desarrollo económico, la democracia efectiva y la justicia social. O sea, hacer carne de realidad la divisa de nuestro movimiento: “Ni libertad sin pan, ni pan sin Libertad. Ni capitalismo sin justicia social ni comunismo sin libertad individual. Libertad con pan, pan sin terror”.

No primeiro grupo, estariam as guerrilhas para a independência de um país colonial, como a luta dos argelinos. No segundo, estariam as guerrilhas revolucionárias em um país politicamente “mais ou menos” independente, cujo objetivo seria transformar a ordem estabelecida e modificar as estruturas. Os exemplos para esse segundo grupo seriam a Revolução Mexicana e a Revolução Cubana. O terceiro grupo seria o das guerrilhas para defender território invadido por forças estrangeiras, como o México contra os franceses, em 1867, ou as Filipinas nas guerrilhas Hukbalahaps para combater as tropas norte-americanas, ação que só terminou em 1906. No quarto grupo, estariam as guerrilhas reacionárias, defensoras de um governo deposto por um movimento revolucionário.

Silva Herzog, depois de classificar os movimentos guerrilheiros, seguiu sua análise dos movimentos existentes nos países americanos, como na Guatemala, na Colômbia e na Venezuela. Para o autor, “a guerrilha que, depois de certo tempo, não se converte em exército está em vias de fracassar” (Silva Herzog, 1968, p. 13). O maior problema para Silva Herzog era identificar as condições objetivas em que existiria ou não a conjuntura histórica propícia. Para ele, o “caso dos revolucionários cubanos, também chamados de rebeldes – algo curioso que deve ser realçado – tinha características exclusivas, únicas, excepcionais. É duvidoso que isto possa ser repetido noutro lugar” (Silva Herzog, 1968, p. 7-15). Acrescentava ainda que

Por outro lado, a experiência de um país não pode ser aplicada em todos os países, simplesmente porque as condições objetivas do momento histórico são ou podem ser diferentes. Na nossa opinião, a experiência de Cuba, que tinha características tão excepcionais, não pode ser aplicada com sucesso noutros territórios com características diferentes sob vários pontos de vista. Entre a luta de guerrilha em Cuba e a sua surpreendente vitória, e a situação atual noutras nações latino-americanas, houve quase uma década e mudanças muito importantes na política dos Estados Unidos em relação à nossa América. (Idem, p. 13) (Tradução nossa)²⁵

25. Por otra parte, la experiencia de un país no puede aplicarse en todos los países, sencillamente porque las condiciones objetivas del momento histórico son o pueden ser diferentes. En

A avaliação de Jesús Silva Herzog, segundo a qual as guerrilhas que ainda se espalhavam pela América Latina não teriam êxito, tornava-se cada vez mais dominante entre os analistas da revista. O êxito da Revolução Cubana, entretanto, levou os Estados Unidos a recrudescerem suas ações no continente, com o objetivo de conter a propagação de movimentos revolucionários. No mesmo número de *Cuadernos Americanos*, Benjamin Carrión (1968) advertia que os Estados Unidos haviam intensificado sua atuação na chamada luta contra a subversão comunista, adotando novos métodos de intervenção. Carrión ressaltava que os Estados Unidos não operavam de forma isolada, mas contavam com o apoio e a cumplicidade de diversos governos latino-americanos.

O autor também chamava atenção para o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, ao seguir as diretrizes definidas por Washington, atuava como instrumento de legitimação da política hemisférica estadunidense. Essa postura ficou evidente na expulsão de Cuba da OEA, em 1962, ao mesmo tempo em que a entidade mantinha relações diplomáticas com regimes notoriamente autoritários, violentos e corruptos, como o de François Duvalier (Papa Doc), no Haiti.

Apesar da suspensão na OEA, Cuba continuava a atuar na ONU, onde mantinha certa margem de articulação internacional. Com a vitória de Salvador Allende no Chile, em 1970, Cuba passou a contar com um aliado importante no continente. Ambos os países passaram a defender pautas contrárias aos interesses dos Estados Unidos, como demonstrado pelo apoio à admissão da China Popular na Assembleia Geral da entrada da China em 1971²⁶.

Nesse contexto, tanto Cuba quanto o Chile de Allende passaram a exercer um papel simbólico fundamental na construção de um imaginário político alternativo à hegemonia estadunidense no continente. Suas experiências – ainda que distintas em natureza e trajetória – tornaram-se referência para

nuestra opinión la experiencia de Cuba, que tuvo características tan excepcionales, no puede aplicarse con éxito en otros territorios de características distintas desde diversos puntos de vista. Entre la lucha guerrillera en Cuba y su victoria sorprendente, y la situación de este momento en otras naciones de la América Latina, media casi un decenio y cambios importantísimos en la política de los Estados Unidos con respecto a nuestra América.

26. Ver Álvarez del Vayo, 1968.

diversos movimentos sociais, partidos de esquerda e intelectuais engajados na luta por transformações estruturais. Cuba simbolizava a possibilidade de ruptura radical com a ordem capitalista e colonialista, enquanto o Chile representava a via democrática e institucional para a construção do socialismo. A aproximação entre ambos reforçava, no campo discursivo e geopolítico, a ideia de um “Terceiro Mundo” solidário e autônomo, capaz de tensionar os blocos tradicionais da Guerra Fria. Esse simbolismo, no entanto, também os tornava alvos prioritários das estratégias de desestabilização promovidas pelos Estados Unidos e seus aliados na região.

Após o golpe de Estado que derrubou Salvador Allende em setembro de 1973, a revista publicou, na íntegra, o discurso proferido pelo ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raúl Roa, em 10 de outubro de 1973, durante a 28ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Essa publicação em *Cuadernos Americanos* permite inferir que Cuba muitas vezes representava os ideais defendidos pela revista. O discurso oficial de um país que resistia aos ataques e aos bloqueios da maior potência econômica e militar da época não deixava de ser relevante e, muitas vezes, relembra que era necessária uma outra ordem global.

Naquele discurso, Cuba reafirmava sua solidariedade com a luta libertadora do Egito e da República Árabe Síria. Também destacava a legitimidade da luta pelos territórios que considerava usurpados e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino. Raúl Roa (1974, p. 27-49) deixava claro que, para o governo cubano, “a dramática situação do povo palestino era imposta por Israel em conluio com o imperialismo”. Destacava ainda que “Cuba tem apoiado e apoia, por comunidade de destino e de acordo com seu dever internacional, a todos os movimentos de libertação nacional na África, na Ásia e na América Latina”.

Um dos trechos mais importantes do discurso de Raúl Roa foi a denúncia dos interesses norte-americanos no golpe que havia derrubado e, em consequência, provocado a morte de Salvador Allende. Importante também foi denunciar as primeiras ações de embargo que a ilha comandada por Fidel Castro sofria:

[...] os objetivos fundamentais que levou a CIA a instigar a derrubada de Allende são os seguintes: restaurar o domínio económico e político dos Estados Unidos no Chile, liquidar as relações de amizade e cooperação com Cuba e os países socialistas, provocar o colapso económico e financeiro para criar as condições apropriadas para o golpe fascista, comprometer a participação das forças armadas, assegurar a derrubada do Presidente Allende antes de 13 de Novembro e estabelecer um governo dependente que adotasse a filosofia económica imperialista e se colocasse no controle, a serviço dos objetivos dos Estados Unidos naquele país.

[...]

Há poucos dias, o navio mercante cubano “Imías”, proveniente do Japão com destino ao nosso país, foi apreendido no Canal do Panamá, na zona do Lago Gatún, e é virtualmente sequestrado pelas autoridades norte-americanas em conivência com a Junta fascista do Chile. (Roa Kouri, 1973, 42-47. Tradução nossa) ²⁷

O discurso de Raúl Roa evidenciava não apenas a solidariedade do governo cubano com os povos “não alinhados”, mas também sua leitura crítica da ordem internacional dominada pelos interesses das grandes potências, especialmente os Estados Unidos. Ao articular a defesa dos movimentos de libertação nacional na Ásia, na África e na América Latina com a denúncia do golpe militar no Chile e das sanções económicas contra Cuba, Roa expunha a lógica da intervenção imperialista, que buscava

27. Según testimonios fidedignos, los objetivos fundamentales que perseguía la CIA con el derrocamiento de Allende son los siguientes: restaurar el dominio económico y político de los Estados Unidos en Chile, liquidar las relaciones de amistad y cooperación con Cuba y los países socialistas, provocar el colapso económico y financiero para crear las condiciones apropiadas para el golpe fascista, comprometer la participación de las fuerzas armadas, asegurar el derrocamiento del Presidente Allende antes del 13 de noviembre y establecer un gobierno dependiente que adoptara la filosofía económica imperialista y se pusiera al servicio de los objetivos de los Estados Unidos en ese país.

[...] Hace muy pocos días, el buque mercante cubano “Imías”, que procedía del Japón con destino a nuestro país, fue apresado en el Canal de Panamá, en la zona del Lago Gatún, y está virtualmente secuestrado por las autoridades norteamericanas en connivencia con la Junta fascista de Chile.

conter processos de autodeterminação considerados ameaçadores à hegemonia estadunidense.

O discurso do ministro de relações exteriores de Cuba, ao ser veiculado em *Cuadernos Americanos*, ainda reforçava a afinidade entre o projeto editorial da revista e os itens defendidos na política externa cubana, marcada pelo anti-imperialismo, pela solidariedade tricontinental e pela defesa ativa dos direitos dos povos oprimidos. Assim, a publicação do discurso não apenas informava, mas também mobilizava politicamente seus leitores em torno de uma causa comum.

Considerações Finais

A compreensão do contexto histórico e dos objetivos que motivaram a criação da revista *Cuadernos Americanos* é fundamental para interpretar sua atuação no período analisado. Desde seu número inaugural, a revista declarou abertamente seu compromisso com a luta antifascista, antifranquista e anti-imperialista, posicionando-se como um veículo de intervenção crítica no debate público latino-americano. Essa orientação programática inicial não apenas guiou sua linha editorial, mas também se manteve como eixo estruturante ao longo das décadas, mesmo diante das transformações geopolíticas e intelectuais da Guerra Fria.

Para os colaboradores da revista, o fascismo não se limitava às experiências históricas clássicas do nazismo alemão e do fascismo italiano, mas se manifestava de maneira adequada à formação histórica, econômica e social na América Latina por meio de regimes autoritários, repressão política e estruturas de dominação associadas ao imperialismo. Nesse sentido, não era possível conceber o fascismo como um fenômeno superado enquanto organismos multilaterais, como a ONU e a OEA, conferiam legitimidade a regimes como o de Francisco Franco na Espanha ou a golpes de Estado que substituíam governos democráticos por formas institucionalizadas de terrorismo de Estado.

A crítica ao imperialismo, por sua vez, assume na revista uma perspectiva abrangente, que reconhece sua plasticidade e capacidade de reconfiguração conforme os interesses das potências centrais. *Cuadernos*

Americanos denunciou não apenas a ação dos Estados Unidos na América Latina, mas também o papel de Israel como representante do imperialismo norte-americano no Oriente Médio, estabelecendo paralelos entre as lutas de libertação nacional travadas por povos árabes, latino-americanos e africanos. A defesa da solidariedade tricontinental emerge, assim, como horizonte estratégico para garantir autonomia política, autodeterminação e modelos de desenvolvimento enraizados na história e na cultura de cada povo.

É importante reconhecer, no entanto, que o discurso veiculado pela revista, embora radicalmente crítico das estruturas de dominação externas, por vezes deixava à margem uma reflexão mais aprofundada sobre as responsabilidades internas – especialmente o papel das elites locais e os limites da sociedade civil latino-americana na sustentação ou tolerância aos regimes de exceção. Esse silenciamento parcial revela os desafios e contradições da própria crítica intelectual no contexto da Guerra Fria.

A análise de *Cuadernos Americanos* evidencia como os periódicos não apenas refletiam os embates de seu tempo, mas buscavam intervir ativamente nos rumos políticos e culturais do continente. A revista constitui um exemplo paradigmático de como o editorialismo engajado articulava redes intelectuais transnacionais, enfrentava ditaduras e repressões ao mesmo tempo em que buscava alternativas políticas, econômicas e sociais. Estudar revistas como *Cuadernos Americanos* é resgatar não apenas ideias e diagnósticos, mas também entender o lugar da América Latina como sujeito na disputa por projetos históricos no século XX.

Referências

ALVAREZ DEL VAYO, Julio. “El futuro de las Naciones Unidas”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 1, p. 45-64, ene./feb. 1968.

ANGENOT, Marc. “Le siècle des totalitarismes: éléments d’histoire conceptuelle et polémique”, *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 9-35, jul.-dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337181001_Le_siecle_des_totalitarismes_elements_d_histoire_conceptuelle_et_polemique. Acesso em: 01/06/2025.

ARÉVALO, Juan José. “Discurso al dejar el poder”, *Cuadernos Americanos*, n. 3, año X, p. 07-18, maio-jun. de 1951.

CARDOZA Y ARAGÓN, Luiz. “El discurso de Arévalo (Encuesta)”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 4, p. 70-88, jul./ago. 1951.

CARRION, Benjamin. “Entre la era atómica y la era gorila”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 2, p. 24-37, mar./abr. 1968.

GALLEGOS, Rómulo. “El discurso de Arévalo (Encuesta)”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 4, p. 70-88, jul./ago. 1951.

LANDER, Luis. “La Doctrina Venezolana de *Accion Democrática*”, *Cuadernos Americanos*, n. 4, p. 20-39, jul./ago. 1950.

LOPEZ CAMARA, Francisco. “El nuevo nacionalismo africano”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 2, p. 41-54, mar./abr. 1963.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. *Nas tramas da cidade letrada: sociabilidades dos intelectuais latinoamericanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 131-151.

MARTINS, Maria Antonia Dias. *Identidade Ibero-americana em revista: Cuadernos Americanos e Cuadernos Hispanoamericanos, 1942-1955*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, Maria Antonia Dias. “Jesús Silva Herzog: um intelectual entre o Estado e a cultura”, *Outros Tempos*, v. 13, n. 21, p. 125- 147, 2016.

MARTINS, Maria Antonia Dias. Guatemala na Guerra Fria: intersecção entre projetos, conflitos, esperanças e derrotas. In: BORGES, Elisa de Campos; SILVA, Ângela Moreira domingos da. *Os processos de ruptura e transições democráticas na América Latina*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024, p. 286-313. Disponível em: <https://www.finotracoeditora.com.br/e-book-os-processos-de-ruptura-e-transicoes-democraticas-na-america-latina>. Acesso em: 01/06/25.

MILLS, C. Wright. “Izquierda, subdesarrollo y Guerra Fria. Un coloquio sobre cuestiones fundamentales. Participan: C. Wright Mills, Enrique

González Pedrero, Carlos Fuentes, Jaime García Terrés y Víctor Flores Olea”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 03, p. 53-69, mayo/jun. 1960.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (org.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ROA KOURI, Raúl. “Un año de Revolución cubana”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 03, p. 42-55, mayo/jun. 1960.

ROA KOURI, Raúl. “Chile en el panorama internacional”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 01, ene./feb. 1974.

RUIZ-FUNES, Mariano. “Falange en la Unesco”, *Cuadernos Americanos*, año XII, n. 1, p. 86-90, ene./feb. 1953.

SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo o fascismo*. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano, México: Edit. Edicol, 1978.

SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular livros, 2020. (Coleção Pátria Grande, v. 7). Ebook. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/socialismo-ou-fascismo-o-novo-carater-da-dependencia-e-o-dilema-latino-americano-ebook/>. Acesso em: 01/06/2025.

SIERRA, Manuel J. “De Monroe a Roosevelt – La Política del Buen Vecino”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 01, p. 17-32, ene./feb. 1942.

SILVA HERZOG, Jesús. “La muerte de un hombre continental”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 03, p. 75-79, mayo/jun. 1945.

SILVA HERZOG, Jesús *et al.* “Mesa Rodante, ‘Imperialismo y Buena Vecindad’”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 05, p. 64-90, set./out. 1947.

SILVA HERZOG, Jesús. “¿Los Estados Unidos o la Union Soviética?”, *Cuadernos Americanos*, México D.F. n. 03, p. 7-18, mayo/jun. 1950.

SILVA HERZOG, Jesús. “El discurso de Arévalo (Encuesta)”, *Cuadernos Americanos*, México D.F., n. 4, p. 70-88, jul./ago. 1951.

WEINBERG, Liliana. *Cuadernos Americanos: la política editorial como política cultural*. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Madrid: Katz Editores: 2010.

Guerra Fria, mestiçagem e modernização: a revista *América Indígena* sob a égide da OEA nas gestões de Manuel Gamio e Miguel León- Portilla (1953-1966)

Natally Vieira Dias
Igor Luis Andreo

A revista *América Indígena*: órgão trimestral de Instituto Indigenista Interamericano foi criada em 1941 como principal publicação oficial do Instituto, que havia surgido no ano anterior, a partir das resoluções aprovadas no I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, em 1940. Apesar de se tratar de uma instituição de caráter continental, desde o início, o Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) teve uma vinculação muito clara com dois países e suas respectivas políticas externas: México e Estados Unidos.

O México ocupou lugar central no projeto de criação da instituição. Em grande medida, a proposta de se criar o I.I.I. foi fruto do indigenismo mexicano pós-revolucionário, tendo sido encabeçada pelo educador Moisés Sáenz e encampada pelo presidente Lázaro Cárdenas, que em seu último ano de governo realizou a convocação dos demais países do continente para o I Congresso Indigenista, realizado na cidade de Pátzcuaro, no estado de Michoacán, em abril de 1940.

Juntamente com o México, os Estados Unidos também estiveram intimamente relacionados com a realização do referido Congresso e a criação do I.I.I., sendo representados, nesse contexto, pela figura do seu comissário de Assuntos Indígenas, John Collier. Ao lado do mexicano Moisés Sáenz, Collier foi um dos principais articuladores do I Congresso e da criação do I.I.I., tendo feito parte do Comitê Executivo responsável pela organização da instituição indigenista continental.¹

A atuação conjunta de ambos os países na gestação do indigenismo interamericano, sob liderança do México, se inseria em um contexto muito particular da história estadunidense, sob o *New Deal* e a política de “boa vizinhança”. Nesse período, ao menos em relação à questão indígena, a postura da potência continental foi menos caracterizada pela noção de superioridade, chegando-se mesmo a uma posição de admiração em relação às políticas indigenistas do México pós-revolucionário por parte do presidente F. D. Roosevelt e parcela significativa dos políticos e intelectuais de seu círculo mais próximo (Ahlstedt, 2015).

No caso mexicano, do ponto de vista da sua política continental, vivia-se o fim do latino-americanismo característico do México revolucionário, que foi abruptamente interrompido após o fim do governo Cárdenas, com a adoção oficial do pan-americanismo pelo México, em 1941,² precisamente o ano de criação da revista *América Indígena* (AI). Nesse mesmo ano, uma outra situação alterou profundamente os rumos que seriam tomados pela nova instituição indigenista continental. Com a morte prematura e inesperada de Moisés Sáenz – então diretor do Comitê Executivo do I.I.I. e principal articulador do projeto original da instituição –, quem ascendeu à direção foi o também mexicano Manuel Gamio. Essa mudança culminou no “*alejamiento inexorable del indigenismo militante, político y social defendido por Sáenz a favor de un indigenismo apolítico y científico defendido por Gamio*”, como assinala Laura Giraudo (2011, p. 82).

1. A respeito das gestões em torno do Congresso de Pátzcuaro e a criação do I.I.I., consultar Giraudo (2011). Sobre a relação de John Collier com Moisés Sáenz e seu projeto indigenista, ver Santos (2021).

2. Sobre a drástica mudança pela qual passou a política continental mexicana a partir de 1941, consultar Dias (2024).

Enquanto o projeto original do I.I.I., encabeçado por Sáenz e Collier, trazia a questão da terra e do respeito à diversidade cultural como premissas centrais,³ sob Gamio instituiu-se uma retórica de cientificidade e pretensa apolitização do indigenismo, identificado como uma prática supostamente técnica e objetiva visando à modernização social e homogeneização cultural dos Estados nacionais do continente. Tal perspectiva indigenista, sob a qual se consolidou de fato o I.I.I., mostrou-se bastante convergente com as novas direções – convergentes entre si – das políticas externas do México e dos Estados Unidos, principalmente nos pós-1945. Nesse novo contexto, a questão indígena passou a ser encarada pela ótica das teorias da modernização, e o próprio I.I.I. foi transformado em um “organismo especializado” da Organização dos Estados Americanos (OEA), instituição criada sob a lógica da Guerra Fria.

O propósito do presente capítulo é mostrar como essas questões foram trazidas ao debate público por meio da revista AI e como essa publicação funcionou como um espaço de propaganda e defesa do indigenismo oficial interamericano. Para isso, é necessário começar demarcando o lugar desse periódico no “continente de revistas” que é a América Latina, como bem define Horacio Tarcus (2020). Apesar de se tratar de uma publicação de caráter continental, a revista AI, que era editada no México, sede do I.I.I., e dirigida por mexicanos, pode ser inserida na tradição latino-americana de “revistas culturais” traçada por Tarcus.

América Indígena: da tipologia à materialidade

Ao tratar das conexões entre campo intelectual e “*campo revisteril*” no nosso continente, Tarcus (2020) ressalta que o surgimento das revistas culturais não apenas coincide, mas se confunde e, de fato, “*no es otra cosa*

3. Essa perspectiva indigenista encontra-se claramente expressa na *Acta Final* do Congresso de Pátzcuaro, que teve como primeiro tópico “*Repartos de tierras a los indígenas*” e também adotou como resolução a “*defensa de la cultura indígena para enriquecer el acervo cultural de cada país*”, recomendando “*que los países de América adopten e intensifiquen la política de ofrecer la más amplia oportunidad al desarrollo de las capacidades de sus grupos indígenas, con el fin de que su cultura propia no desaparezca y sirva para enriquecer el acervo cultural de cada país, así como la cultura del mundo*”. Ambos os temas foram destacados por John Collier na 1ª edição da revista AI (out. 1941, p. 12).

que el ciclo que va de los letrados del siglo XIX a los intelectuales del siglo XX. Las revistas intelectuales son impensables sin ellos”. O autor propõe uma definição mais ampla e bastante pertinente das revistas culturais como “*voceros de grupos que se proponen postular una agenda y desplegar una política cultural mediante una intervención en el campo intelectual*” e enfatiza o fato de que essas revistas “*son, por definición, programáticas*”, pois seu propósito é intervir nos debates intelectuais do presente (Tarcus, 2020, p. 20-21; 33-34; 24).

Destacar a ligação intrínseca entre as revistas culturais e as figuras dos intelectuais é fundamental para demarcar a atuação dessas publicações no âmbito político. Como muito bem identifica Carlos Altamirano (2006), os intelectuais, enquanto “tipo histórico” característico da modernidade, diferem-se dos anteriores letrados justamente por sua vinculação com a esfera pública política, posto que seu discurso se direciona não somente aos seus pares intelectuais, mas “*interpela también (ya a veces directamente) a esa audiencia imprecisa que llamamos opinión pública*” (Altamirano, 2006, p. 102). Essa articulação entre cultura e política é precisamente o que define o discurso intelectual, do qual o indigenismo é uma expressão.

Como propõe Henri Favre (1999), durante seu período de apogeu, entre as décadas de 1920 e 1970, o indigenismo deve ser entendido como “*un movimiento ideológico de expresión literaria y artística, aunque igualmente político y social, que considera el indio en el contexto de una problemática nacional*”, estando, portanto, “*estrechamente ligado al nacionalismo*” (Favre, 1999, p. 8). Dentro desse quadro, é importante destacar o surgimento do I.I.I. no início da década de 1940 como manifestação de uma percepção, já então consolidada, do indigenismo como um fenômeno compartilhado pelos diversos países do continente, o que justificava dotá-lo de uma expressão continental.

Desde o início, o I.I.I. procurou se estabelecer como um espaço central de sociabilidade entre os indigenistas do continente a partir de uma perspectiva supranacional que, ao mesmo tempo, não extinguiu – por vezes até potencializava – as diversas manifestações nacionais do amplo e diversificado fenômeno indigenista. Tal interação intelectual pode ser entendida nos termos de uma rede de caráter transnacional na qual a revista

AI funcionou como o principal eixo de conexão entre esses intelectuais.⁴ Tendo em vista sua periodicidade trimestral, a publicação possibilitava debates mais recorrentes do que aqueles oportunizados, por exemplo, pelos Congressos Indigenistas Interamericanos realizados pelo I.I.I., que ocorriam em intervalos de tempo muito maiores e sem uma periodicidade fixa.⁵

A revista AI surgiu com o propósito explícito de “*fomentar el intercambio de informaciones acerca de la vida indígena actual y de la política y programas que se están desarrollando en su favor*”, como aparece no verso da capa de sua 1ª edição (AI, out. 1940). Na prática, a publicação foi muito além da troca de informações, tornando-se um importante espaço de interação intelectual sobre a questão indígena no continente e em seus diversos países. A revista oficial do I.I.I. é um grande exemplo do que observa Fernanda Beigel (2003) sobre “*revistas culturales [que] cumplen una función aglutinante dentro del campo intelectual*” e que, por essa mesma função, “*se institucionalizan y perduran durante décadas*” (Beigel, 2003, p. 106).

No caso de AI, trata-se de uma revista que já nasceu dotada de um caráter institucional, muito embora isso não tenha resultado em um discurso unívoco e simplesmente oficial, num sentido mais restrito. O principal periódico do I.I.I. se configurou propriamente enquanto uma revista cultural, entendida como um “texto coletivo” (Beigel, 2003), necessariamente caracterizada pela heterogeneidade discursiva. Se, por um lado, durante todo o período estudado a publicação jamais prescindiu de um editorial de abertura no qual se assentavam as bases do indigenismo oficial interamericano que ela representava, por outro, a maior parte da revista era dedicada a artigos assinados por indigenistas dos mais diversos países do continente, um espaço que esteve continuamente aberto a diferentes perspectivas indigenistas. Indicativo dessa abertura é a informação tradicionalmente reproduzida nas páginas iniciais de cada edição de AI,

4. Para mais informações sobre a formação de uma rede continental de intelectuais indigenistas em torno do I.I.I. e o papel fundamental cumprido por suas publicações oficiais – a revista AI e o *Boletín Indigenista* – nesse processo, consultar Dias (2018).

5. Após o I Congresso, que foi realizado em 1940, somente nove anos depois foi realizado o II, que ocorreu na cidade de Cuzco, no Peru, em 1949. Durante o período abordado, ocorreram mais três Congressos Indigenistas Interamericanos, realizados em diferentes países: em 1954, na Bolívia; em 1959, na Guatemala e; em 1964, no Equador.

desde seu primeiro número, de que “*el Instituto Indigenista Interamericano no e[ra] responsable por el contenido de los artículos firmados*”.

Evidentemente, essa abertura estava sujeita a relações de força muito precisas e não deixava de envolver estratégias editoriais bastante claras, como a inclusão de notas editoriais em um artigo que apresentasse uma visão diametralmente oposta à linha editorial da revista e/ou a publicação de um artigo rebatendo tal visão na mesma edição, o que representava uma limitação ao acesso dos leitores à referida visão de forma autônoma às críticas a ela endereçadas. Ainda assim, é significativo observar que esse espaço de relativa abertura foi capaz de acolher debates entre diferentes concepções indigenistas, não obstante devamos reconhecer, como adverte Beigel (2003), que uma revista cultural sempre materializa “*un proyecto y una praxis colectiva*”, representados por seus diretores e/ou editores principais (Beigel, 2003, p. 113).

No presente capítulo, mais do que destacar a heterogeneidade presente em AI, interessa-nos evidenciar precisamente o projeto e a práxis coletiva dos quais a publicação era produto. Para tanto, nos valeremos da proposta metodológica sugerida por Beigel, especialmente no que se refere a “*una atención mayor a los momentos de inflexión del recorrido de la publicación*”, o que envolve “*abordar de manera específica los textos programáticos [los artículos-editoriales] que van construyendo los ejes del proyecto*” (Beigel, 2003, p. 113).

Nosso estudo da revista AI, aqui apresentado, concentra-se precisamente em um importante momento de inflexão da publicação, representado por sua vinculação mais estreita aos ditames da Guerra Fria interamericana, a partir da conversão do I.I.I. em um organismo especializado da OEA, em 1953, durante a direção do arqueólogo e antropólogo mexicano Manuel Gamio. Como mostraremos, essa mudança institucional não incidiu imediatamente no plano discursivo da revista, mas evidenciou-se em toda sua profundidade durante a direção do filósofo e também mexicano Miguel León-Portilla, já na década de 1960.

Antes de nos aprofundarmos em “desentranhar”, conforme a expressão de Beigel, o projeto e a práxis por trás da revista AI, por meio da análise de seus textos, faremos uma breve apresentação da sua materialidade. Partimos da compreensão de que essa dimensão é parte constitutiva do discurso veiculado pela revista e, portanto, também se relaciona diretamente com seu projeto e sua práxis, na forma em que esses foram apresentados ao público leitor.

Como constava em seu subtítulo, a revista AI era uma publicação trimestral. Suas quatro edições anuais saíam sempre nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Cada edição contava, em média, com cem páginas, sem uso de colunas nos textos, e era estruturada da seguinte forma: editorial, sempre publicado em espanhol e traduzido para o inglês, contendo geralmente duas páginas, mas, em casos excepcionais, chegando a quase dez; seção de artigos assinados, que variavam em extensão – de menos de dez até mais de vinte páginas – e eram predominantemente escritos em espanhol, com algumas contribuições em inglês e, raramente, em português; e uma seção final de breves resenhas, comumente com menos de uma página.

O formato do periódico foi mantido ao longo do tempo, sempre utilizando fontes pequenas, espaçamento reduzido e margens estreitas. Não havia anúncios ou uso de cores na revista, nem mesmo nas imagens que ela publicava. No recorte temporal abordado (1953-1966), as edições podiam ser adquiridas de forma avulsa (por 32 pesos mexicanos ou 4 dólares estadunidenses) ou por assinatura anual (por 80 pesos mexicanos ou 10 dólares estadunidenses), o que incluía o envio do *Boletín/Anuário Indigenista*, publicação suplementar à revista principal.⁶

A capa da revista AI manteve, ao longo do tempo, o mesmo *design*: sem destaques para artigos ou para autores, exibia apenas os dados da edição nas partes superior e inferior e, a partir da segunda edição, lançada em janeiro de 1942, trazia, ao centro, o emblema oficial do I.I.I. Esse símbolo foi desenvolvido pelo artista plástico guatemalteco Carlos Mérida, juntamente

6. Essa publicação foi lançada em 1941 como um suplemento da revista AI, sob o título *Boletín Indigenista*. Em 1962, passou a ser publicada anualmente e teve seu nome alterado para *Anuario Indigenista*.

com o escritor Carlos Girón Cerna, também guatemalteco, que foi secretário do Comitê Executivo que organizou o I.I.I.⁷

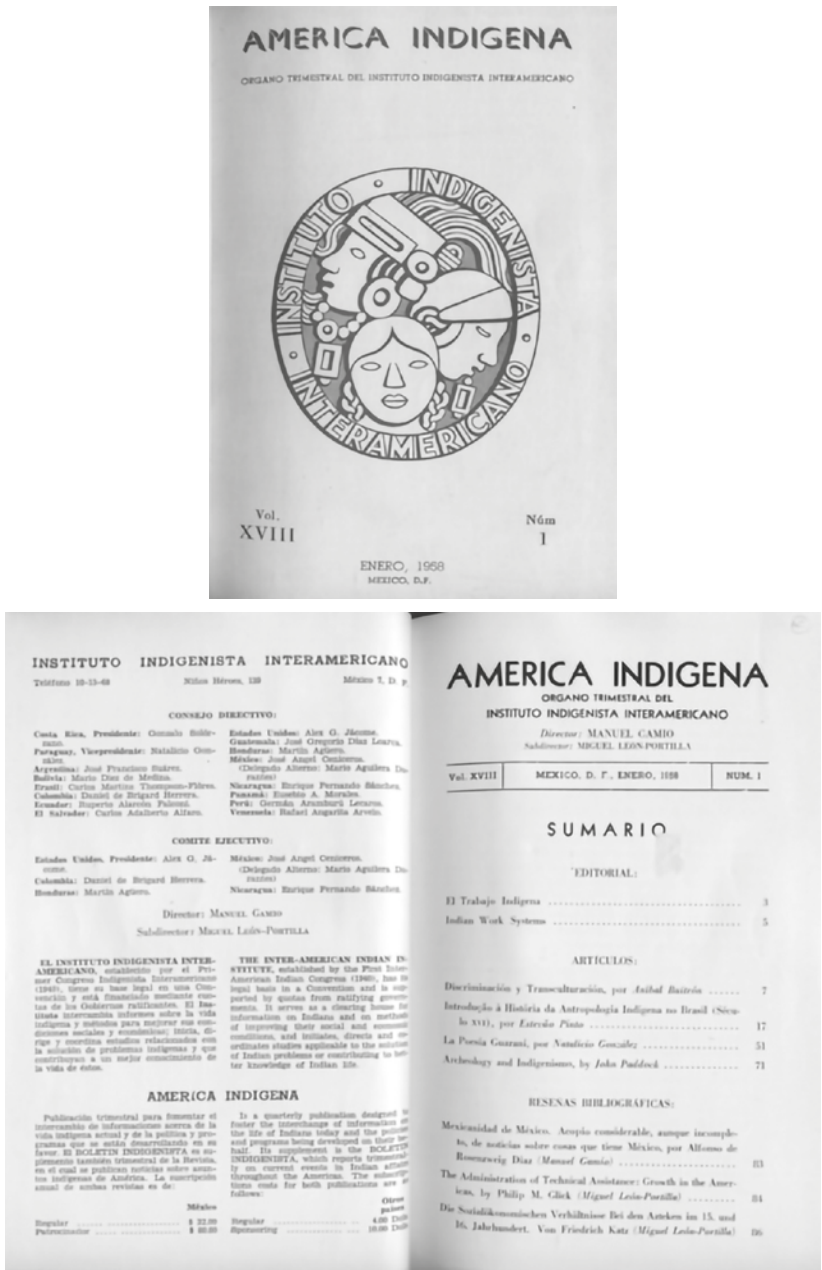
Um elemento material da revista que sofreu mudanças foi a quantidade de imagens, mais especificamente no que se refere ao tipo de imagens – permanecendo sempre publicadas em preto e branco. Desde o início, as edições de AI apresentavam imagens de diferentes tipos, incluindo gravuras e fotografias.⁸ Mas observamos que essas últimas foram mais numerosas no período inicial da publicação. Durante a gestão de Miguel León-Portilla, na década de 1960, as fotografias, que em geral apresentavam imagens de indígenas representativos de diversos grupos étnicos, foram bastante reduzidas. Essa alteração se alinhava à mudança no foco da linha editorial da revista, que passou a priorizar questões pragmáticas relacionadas à implementação de políticas indigenistas práticas, em detrimento de debates mais amplos sobre os povos indígenas, o indigenismo e suas funções, como ocorria na fase anterior.

As características bastante sóbrias da publicação, associadas ao conteúdo dos artigos, dão a percepção de que a revista era voltada principalmente para leitores especializados, ou seja, os próprios intelectuais indigenistas. Abaixo apresentamos algumas imagens da revista para exemplificar nossos apontamentos quanto à sua materialidade.

7. Sobre a simbologia das “três cabeças” envolvida no emblema do I.I.I., consultar Dias (2018).

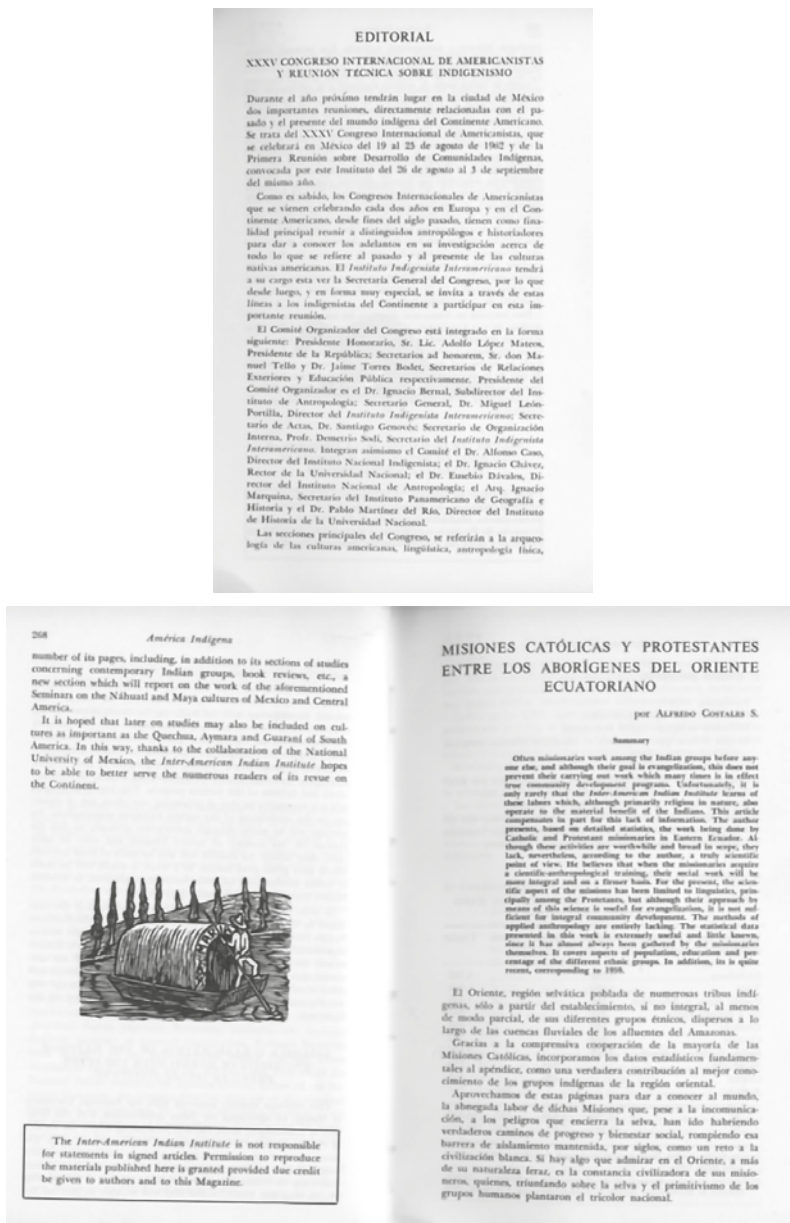
8. Sobre a dimensão visual envolvida na revista AI, consultar Dorotinsky (2022).

Figura 1: Capa e primeiras páginas da revista AI



Fonte: digitalização a partir do arquivo do I.I.I. (México).

Figura 2: Primeira página do editorial e primeiro artigo assinado - AI, outubro de 1961



Fonte: digitalização a partir do arquivo do I.I.I. (México).

Evolucionismo e mestiçagem: a revista América Indígena sob a direção de Gamio e os inícios da vinculação à OEA

Manuel Gamio ocupou a direção do I.I.I. e da revista AI por quase duas décadas, entre 1942 e 1960. Sua gestão foi responsável por definir a linha indigenista a ser seguida pela instituição e por buscar caminhos para implementá-la. A lógica que prevaleceu nesse cenário – inclusive pela proeminência do México no I.I.I. desde seu projeto original – foi a de ampliar para o restante do continente o paradigma indigenista mexicano, que sob a tutela de Gamio correspondia ao ideário da mestiçagem.

Como tem sido mostrado por trabalhos recentes sobre sua atuação à frente do I.I.I., esse ideário comportava uma forte carga evolucionista, em flagrante tensão com a perspectiva culturalista de Franz Boas, com quem havia se formado. Na prática, o discurso da mestiçagem, que pretendia substituir o evolucionismo característico da ideologia positivista, não passava de um “aparato discursivo com aparentes novas feições”, mas que, “ao final, ocultava velhas estruturas de dominação” (Dias; Boaventura, 2021, p. 570).

Ao analisar os editoriais de Gamio em AI durante a década de 1940, Guillermo Castillo Ramírez (2019) chama a atenção para duas questões centrais que orientaram sua compreensão e, portanto, a atuação do I.I.I.: por um lado, a presença de “*un esquema dicotómico entre lo rural-moreno-indígena y la ciudad-blanco-extranjero*”, que “*entre más rural, remoto y aislado fuera un individuo, se trataba de alguien ‘más indígena’*”. Por outro lado, o fato de que

no hubo prácticamente referencias a los indígenas como grupo sociales con derechos negados [...]. Tampoco se aludía a [su] discriminación y marginación [...]. Por el contrario, [los indígenas] fueron representados como sujetos desvalidos y vulnerables, en muy malas condiciones de vida, sin capacidad de agencia, organización y resistencia. Se les concibió como grupos humanos necesitados de ayuda ajena. (Castillo Ramírez, 2019, p. 175-177)

O indigenismo oficial se inseria precisamente nesse lugar da ajuda externa às comunidades indígenas e era apresentado como o único caminho

possível para “melhorar” (expressão usada exaustivamente no discurso oficial presente em AI) não só as condições de vida dos nativos, mas eles próprios, por meio da tão afamada mestiçagem. Esse discurso se manteve idêntico ao longo de toda a gestão de Gamio à frente do I.I.I. e, aqui, interessa-nos principalmente destacar a busca por transformá-lo em uma ação prática, por meio da formulação de projetos de “*investigación integral*”, o que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1950, já com o I.I.I. sob a órbita da OEA, mas, como mostraremos, por meio de uma ambígua relação da direção de Gamio com a Organização.

A OEA foi criada em 1948, por meio da 4ª Conferência Internacional Americana, como culminação do Sistema Interamericano originado pela 1ª Conferência, realizada em Washington em 1889, que ficou conhecida como Conferência Pan-americana, exatamente pelo viés continental que ela representava, em franca oposição ao latino-americanismo então predominante.⁹ Se esse contexto de fim do século XIX marcava o avanço do expansionismo da ainda potência continental, o da criação da OEA, no pós-Segunda Guerra, representava um alinhamento geopolítico decisivo do continente com a nova potência capitalista mundial no cenário de início da Guerra Fria. Não por acaso, o primeiro ponto enumerado como objetivo da nova organização era “garantir a paz e segurança continentais”, e, como forma de “realiza[r] os seus fins”, sua estrutura previa o estabelecimento de uma série de órgãos, entre eles os “organismos especializados”, entre os quais figurou o I.I.I. (Arrighi, 2004, p. 35-37).

A definição desses organismos pela Carta da OEA previa “funções em matérias *técnicas* de interesse comum para os Estados americanos” (Arrighi, 2004, p. 55. Grifo nosso). É importante destacar essa concepção do indigenismo interamericano como uma questão técnica, pois ela se alinhava perfeitamente com o discurso oficial do I.I.I., desde a ascensão de Gamio, de um indigenismo “apolítico e científico”. Pelo “*Acuerdo entre el Consejo de la OEA y el Instituto Indigenista Interamericano*”, que estabeleceu o órgão indigenista como um ‘organismo especializado’ da OEA, “*el Instituto*

9. A respeito da Conferência Pan-americana de 1889 e as disputas entre latino-americanismo e pan-americanismo no período, consultar Ardao,(1986).

disfrutar[ia] de autonomía técnica y administrativa”, mas “deber[ia] tomar en consideración las recomendaciones que le formule el Consejo de la OEA” (OEA, 1953, p. 2).

Outro elemento geopolítico a ser levado em conta em relação à vinculação do I.I.I. à OEA no início da década de 1950 é a concorrência representada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no cenário indigenista. Essa instituição, vinculada à ONU, havia surgido em 1919 e, com o surgimento do I.I.I., no início da década de 1940, ambas passaram a atuar em colaboração. Mas, como mostram Martín-Sánchez e Giraudo (2020), em início dos anos 1950, as relações entre I.I.I. e OIT já experimentavam certa tensão, devido ao avanço da atuação da instituição de origem europeia no cenário latino-americano, especialmente a partir dos desdobramentos da primeira reunião de *experts* em trabalhadores indígenas, convocada pela OIT e realizada na Bolívia, em 1951, da qual decorreu a criação do amplo projeto da Missão Andina, que teve grande repercussão na região nas décadas seguintes.¹⁰

Nesse cenário de avanço das ações da OIT na América Latina, a conversão do I.I.I. em um organismo especializado da OEA pode ser vista como uma forma de demarcar e fortalecer os ditames pan-americanistas sobre o indigenismo interamericano. Em termos práticos, a submissão do I.I.I. à OEA representou para a instituição indigenista um aumento considerável dos recursos financeiros, que, até então, eram bastante limitados. Essa situação fazia com que, apesar do perfil continental, a atuação da instituição indigenista se concentrasse basicamente no México. Como mostra Castillo Ramírez (2019), principalmente durante seus primeiros anos, o orçamento bastante reduzido do I.I.I. se limitou a “*cubrir los gastos indispensables para el funcionamiento de carácter interno del mismo*”, mas o governo mexicano, por solicitação da direção da instituição indigenista interamericana, ofereceu recursos adicionais. (Castillo Ramírez, 2019, p. 176, 155.)

10. Como explicam os autores, a Missão Andina esteve presente principalmente na Bolívia, Equador e Peru e “marcou profundamente o campo indigenista das décadas de 1950 e 1960 pelo número de especialistas mobilizados, estudos realizados e [...] pela injeção constante de recursos financeiros, burocráticos e políticos” (Martín-Sánchez; Giraudo, 2020, p. 55. A tradução da citação é dos autores do presente artigo).

Evidentemente, o maior aporte financeiro mexicano ao I.I.I. – que significava um vínculo ainda mais estreito da instituição com o país que a sediava – tinha relação com o alinhamento ideológico do indigenismo oficial interamericano com a política interna mexicana, então centrada na ideia de que “*la productividad y el desarrollo económico debían dirigirse a la producción industrial*”. Como bem identifica Castillo Ramírez (2019),

bajo este esquema gubernamental sobre el desarrollo, el sitio que los pueblos indígenas podían detentar en este proyecto nacional era muy reducido y marginal: les tocaba incorporarse a dinámicas de integración – obligada – o, desde las visiones del Estado mexicano y sus instituciones, ser un obstáculo y permanecer como ‘ejemplos’ de anacronismo premoderno. Esta visión tan lineal y mecánica del desarrollo fue uno de los intrincados y excluyentes rostros de la ansiada y esperada modernidad. (Castillo Ramírez, 2019, p. 159)

A intrínseca relação entre o indigenismo oficial mexicano e o interamericano durante a primeira década de existência do I.I.I. ajuda a entender por que Manuel Gamio – conhecido por sua histórica vinculação com o Estado mexicano pós-revolucionário – demonstrou uma atitude no mínimo ambígua em relação à transformação da instituição indigenista em um organismo especializado da OEA, o que implicava necessariamente em uma hegemonia estadunidense. Embora tenha sido o signatário do I.I.I. no Acordo de 1953, que o transformou em organismo especializado da OEA, Gamio sequer mencionou o referido acordo e a nova categoria institucional do I.I.I. em seus vários editoriais publicados em AI na quase uma década em que ainda seguiu à frente da instituição. Ao contrário disso, não apenas manteve sua prédica mestiçofílica, bastante alinhada ao indigenismo oficial mexicano, como logrou a implementação de um projeto prático de “investigação integral” com recursos financeiros externos à OEA.

Sobre a ideologia da mestiçagem empunhada por Gamio ao longo do tempo, com todas as contradições que a permeavam, vale citar um editorial de AI, datado de 1954, sintomaticamente intitulado “*Ventajas del mestizaje*”, em que define como “mestiços” todos aqueles que “*presentan en mayor o menor proporción características culturales modernas, mezcladas con otras*

de origen precolombino y hablan el idioma nacional de sus respectivos países [...] aun cuando por su aspecto físico corresponden al tipo indígena". Na concepção do diretor, o aspecto físico "*poco significa en sí mismo, pues en dichas Repúblicas [latinoamericanas] no existe, en general, prejuicios raciales*" (AI, Editorial, jul. 1954, p. 183).

Apesar da absurda negação do racismo na América Latina, a afirmação acima parece afastar a noção de mestiçagem do aspecto biológico e enfatizar o cultural, mas a sequência do argumento de Gamio reflete os difíceis meandros envolvidos em tal conceito. Segundo o diretor do I.I.I. e sua publicação oficial, "*autorizadas opiniones*" – das quais ele não menciona nominalmente nenhuma – "*afirman la conveniencia de generalizar el mestizaje racial en los países indo-ibéricos*". A explicação para tal decorria da suposta superioridade biológica inerente da mestiçagem: "*desde el punto de vista biológico, el mestizo participa de las defensas naturales que sus antecesores blancos adquirieron en regiones europeas [...]. De su ascendencia indígena, [...] heredó a su vez las defensas naturales con que contrarresta enfermedades de su medio*". Do ponto de vista cultural, a mestiçagem também era "*conveniente*" e significava "*la gradual incorporación de útiles características modernas, sustituyendo a desfavorables y poco útiles supervivencias precolombinas*" (AI, Editorial, jul. 1954, p. 184).

Alcançar tal objetivo era a razão de ser do "indigenismo científico", conforme defendido por Gamio e realizado pelo I.I.I., e esse indigenismo devia ter como base as "*investigaciones de carácter integral*". No entanto, em um editorial de 1956, Gamio reconheceu que poucas eram as pesquisas do tipo no continente, embora isso fosse algo "*indispensable para poder derivar de ellas los medios prácticos y autorizados que deben aplicarse con el objeto de elevar el inferior nivel en que se desarrolla dicha población [indígena]*". Entre os poucos exemplos que considerava existentes, encontrava-se sua própria pesquisa, realizada entre meados da década de 1910 e inícios dos anos 1920, publicada sob o título de *La población del Valle de Teotihuacán*, em 1922 (AI, Editorial, jul. 1956, p. 167-168).

Portanto, anunciou que conduziria pessoalmente um curso que difundiria tal metodologia para um grupo de profissionais de diversas áreas, tais como médicos, biólogos, antropólogos, agrônomos, entre outros.

Por meio de bolsas financiadas pelo *Instituto Mexicano Norteamericano de Relaciones Culturales* (IMNRC), o referido curso seria ofertado a esses profissionais, que, então, seriam encaminhados para trabalhos de campo entre populações indígenas mexicanas. O projeto era que “*a base de este estudio piloto efectuado en México, en el siguiente año dichos becados harán otro Centro en Sudamérica corrigiendo las deficiencias que haya mostrado la experiencia del primero*” (AI, Editorial, jul. 1956, p. 168).

Apesar da vinculação aos Estados Unidos, o instituto de relações culturais não era fruto do contexto da Guerra Fria, mas havia surgido pouco tempo depois do I.I.I., em 1942, ainda nos marcos da política estadunidense da “boa vizinhança”, e, assim como a instituição indigenista, também era sediado no México.¹¹ Aparentemente, o oferecimento de bolsas para o curso de metodologia em “*investigaciones de carácter integral*”, divulgado em AI em 1956, foi o único projeto do I.I.I. em parceria com essa instituição, pois todos os seguintes, que se desenvolveram durante a gestão de León-Portilla, após a morte de Gamio, tiveram a OEA como principal fonte de recursos.

Mas o projeto encabeçado por Manuel Gamio à frente do I.I.I. em parceria com o IMNRC ocupa um lugar importante no histórico das ações práticas levadas a cabo pelo indigenismo oficial interamericano por algumas razões. Primeiramente, ele expressa uma tentativa – no fim das contas, frustrada – de manter certa independência de ação (o que incluía o financiamento) do I.I.I. em relação à OEA. Além disso – e, nesse caso, algo em que foi exitoso –, o referido projeto representou um primeiro intento prático de realização do apregoado “indigenismo científico”, estabelecendo a pesquisa do Valle Teotihuacán como momento fundador e principal base científica para as políticas indigenistas baseadas em “*investigaciones de carácter integral*”. Por fim, esse programa acabou servindo de protótipo para os que se seguiram, financiados pela OEA, que mantiveram o mesmo *modus operandi* de um projeto piloto, realizado inicialmente no México, para ser replicado em outras regiões do continente.

11. Para mais informações sobre a origem e o desenvolvimento da instituição, consultar a página oficial do Repositório Institucional da *University of Delaware*, no seguinte endereço: <https://udspace.udel.edu/server/api/core/bitstreams/da54ff45-59b8-45cd-9682-f1287e4ce991/content>.

Da mestiçagem à aculturação modernizadora: caminhos da vinculação à OEA na revista América Indígena

A ascensão do filósofo mexicano Miguel León-Portilla à direção do I.I.I. e de sua revista acarretou a busca incessante por um foco pragmático, desta feita claramente atrelado à política externa dos EUA e seus projetos de modernização e desenvolvimento econômico da América Latina, por meio da vinculação do I.I.I. à OEA. Em um editorial de AI publicado logo no início de sua gestão, em abril de 1961, intitulado precisamente *El indigenismo y la Organización de Estados Americanos*, o novo diretor apresenta um amplo programa para as ações do I.I.I. a partir de então, deixando bem clara sua anuência ao aprofundamento da vinculação com a política pan-americana em curso.

O texto começa destacando que os indígenas eram, no continente americano, o grupo que vivia nas “*más desfavorables condiciones*”, mas o I.I.I. era consciente disso e participava de inúmeras reuniões e congressos como “*representante nato de la población nativa*”, visando mudar tal situação. Sobre os referidos congressos, León-Portilla destaca “*una reunión de Directores de varios organismos interamericanos, convocada pelo Secretario General de la OEA*”, que teria sido realizada no final do ano de 1960 e “*celebrada para hacer más efectiva y coordinada la que se ha llamado Operación Panamericana*”, que significava a integração dos diversos organismos pan-americanos, incluindo o I.I.I. (AI, Editorial, abr. 1961, p. 95). A respeito das ações práticas derivadas da reunião, ressaltou tanto a existência de uma primeira ação já aprovada como sua expectativa por novos convênios com outras instituições pan-americanas:

Como primer ejemplo concreto de estas formas de colaboración, participan en el Proyecto Piloto de Desarrollo Económico y Cultural, iniciado por el Instituto Indigenista Interamericano entre la población nahua de la sierra de Puebla, tres becarios sudamericanos de los Cursos de Postgrados en Ciencias Sociales de la OEA. [...] El I.I.I. espera suscribir en fecha próxima nuevos convenios, entre otros con el Programa de Cooperación Técnica de la OEA [...]. De ese modo el Indigenismo, colaborando con la Organización de Estados Americanos

aplica así al más necesitado de todos los sectores humanos del continente los beneficios de lo que se ha llamado Operación Panamericana. (AI, Editorial, abr. 1961, p. 96).

Esse editorial funcionou como uma espécie de apresentação geral da atuação do I.I.I. sob León-Portilla, pois nele estão delineadas as linhas mestras que o diretor buscou seguir em sua gestão: uma ação pragmática e a perspectiva do “Indigenismo” – ou seja, do I.I.I. – como um “colaborador” da OEA, ela própria entendida como o agente principal das ações do indigenismo oficial interamericano. Sobre a ênfase pragmática de sua gestão, o novo diretor destacou, em um editorial posterior, que entendia que isso havia faltado ao I.I.I. no período anterior, com Manuel Gamio, pois o Instituto “*durante varios años había restringido su actividad principalmente a labores editoriales.*” Ao contrário disso, sob seu comando, a instituição “*se ha propuesto, para cumplir plenamente su misión, pasar desde luego al campo de la acción directa, en especial del desarrollo de comunidades indígenas y rurales*” (AI, Editorial, out. 1962, p. 287. Grifo nosso).

Mais à frente, abordaremos o “Projeto Piloto” da *sierra* de Puebla e mostraremos como ele se relacionava com o anterior, criado pela gestão de Gamio com financiamento do IMNRC, o que, aliás, mostra que a acusação de León-Portilla sobre a “restrição” das atividades do I.I.I. no período anterior à sua direção a “labores editoriais” não se sustenta. Primeiramente, queremos destacar como, nesses dois editoriais ainda no início, mas já muito representativos de toda a gestão de León-Portilla, o uso de alguns termos e conceitos é bastante ilustrativo do novo prisma pelo qual a questão indígena passava a ser tratada pelo I.I.I.

Observe-se que “comunidades indígenas e rurais” passam a se equivaler dentro dos projetos de ação prática, voltados para “resolver os problemas” da população indígena por meio de um “programa de desenvolvimento econômico” (AI, Editoriais out. 1962, p. 287; abr. 1961, p. 95). Toda essa terminologia de desenvolvimento e a centralidade da questão da pobreza (por isso comunidades indígenas e rurais) tinha relação direta com as teorias da modernização, nas quais se baseou a política estadunidense – que incluía organismos como a OEA – durante a Guerra Fria interamericana.

Como mostra João Feres Jr. (2004), as teorias da modernização configuram-se como resultado de um processo, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, de clamor acadêmico por um cientificismo técnico e empirista nas Ciências Sociais estadunidenses, o que envolvia os chamados “*Latin American Studies*”. Com isso, em áreas como Economia, Sociologia e Ciência Política, as análises centradas em formalismos legais ou em análises conceituais progressivamente começam a perder espaço para a linguagem do “desenvolvimento” e seus conceitos associados, como “subdesenvolvimento”, “tradição” e “Terceiro Mundo” (Feres Jr., 2004, p. 89-94).

No cerne das teorias da modernização, encontra-se a ideia (que parte das teses weberianas relacionadas ao “espírito do capitalismo”) de que a cultura permite interpretar as diferenças socioeconômicas, técnico-científicas e políticas que levam determinadas sociedades a se desenvolverem ou não: “o protestantismo é considerado a perpétua fonte de modernidade, ao passo que todos os não protestantes são relegados a uma condição de tradicionalismo” (Feres Jr., 2004, p. 98). Assim sendo, o mundo é dividido em dois: por um lado, haveria países caracterizados por racionalidade científica, capitalismo, industrialização, riqueza e democracia, como os Estados Unidos, demais países anglo-saxônicos e nações germânicas; de outro lado, estaria o restante tradicional ou subdesenvolvido do planeta (o que evidentemente inclui a América Latina), mas que, a longo prazo, também deveria alcançar uma condição moderna e desenvolvida (Feres Jr., 2004).

Partindo dessas bases, o papel das teorias da modernização seria o de apontar caminhos pelos quais o desenvolvimento poderia ser direcionado e acelerado, levando o “Terceiro Mundo” à condição moderna. Aqui entram, como agentes cruciais, as “elites modernizadoras” em meios tradicionais: primeiramente, a “elite dos negócios”, cuja natureza prática e racional levaria ao desenvolvimento econômico e conduziria a valores universalistas; em seguida, as “elites políticas”, que complementariam o papel das primeiras, ao adotar valores e estilos de vida modernos e incuti-los na sociedade, inclusive por meio da educação; por fim, as “elites intelectuais” e sua influência sobre a própria educação e para fomentar valores e atitudes modernizadoras (Feres Jr., p. 103).

Ademais, João Feres Jr. (2004, p. 104) acrescenta um ponto fundamental:

Ainda que a intervenção americana raramente seja discutida nos textos sobre modernização, deve-se observar que o edifício todo dessa abordagem repousa sobre a premissa de negar a agência àqueles definidos como tradicionais ou subdesenvolvidos. Isto é, somente se espera ação da parte dos americanos e de seus seguidores (elites que emulam o Ocidente); os demais devem segui-los. Por conseguinte, a resistência ao receituário da modernização é considerada sobrevivência tradicionalista ou agitação comunista. Em suma, se deixado por sua conta, o subdesenvolvido não vai se tornar moderno – pelo menos não no ritmo e direção desejados por esses especialistas.

Portanto, percebe-se o encontro dessas teorias com os anseios da política externa estadunidense nas primeiras décadas da Guerra Fria. Inicialmente, a América Latina não era o foco dessa política, mas isso mudaria principalmente a partir da eclosão da Revolução Cubana, em 1959, e especialmente depois do seu alinhamento com a União Soviética, em 1961. Nesse contexto, a política externa estadunidense para a América Latina apropriou-se ainda mais acentuadamente das teorias da modernização, realizando um esforço retórico para mostrar que os interesses dos EUA eram os mesmos dos países subdesenvolvidos da América Latina, culminando com o surgimento do programa de ajudas técnica e financeira massivas, intitulado Aliança para o Progresso: “reconhecia-se que havia [nos países da região] um desejo geral de mudança econômica e social [...] que, caso não fosse atendido, poderia aumentar o perigo de difusão do comunismo no continente, como mostrava o caso cubano” (Ribeiro, 2006, p. 157).

Esse foi o cenário geral da política pan-americanista estadunidense, que se expressou por meio de organismos, como a OEA e o I.I.I., a ela vinculados, ao longo de toda a gestão de Miguel León-Portilla à frente do Instituto e sua publicação oficial. Além da centralidade da OEA, chama a atenção que, já em seu primeiro editorial como diretor, o filósofo mexicano também destaca a importância de envolver a “iniciativa privada” nos projetos desenvolvidos pelo I.I.I. Segundo ele:

Es menester lograr que la iniciativa privada se interese de manera efectiva por participar en esta empresa de elevar las condiciones de vida de los ciudadanos indígenas de sus respectivos países. Para la iniciativa privada esto significará, ante todo, fomentar el desarrollo de la economía nacional y consiguientemente la apertura de nuevos mercados y aún nuevos centros de producción, todo lo cual redundará a la postre en beneficio del desarrollo general del país. (AI, Editorial, jan. 1961, p. 4)

Como se pode observar, o grande interesse que poderia estar envolvido na participação financeira da iniciativa privada junto aos projetos de desenvolvimento voltados à população indígena seria a “abertura de novos mercados” e, juntamente com isso, de “novos centros de produção.” Ou seja, seria interessante para os empresários se juntarem ao esforço estatal e pan-americano de modernização precisamente porque este, em grande medida, culminaria na proletarianização dos indígenas, que seriam “assimilados” à sociedade nacional, tornando-se não apenas consumidores, mas principalmente a mão de obra necessária para se alcançar o tão sonhado desenvolvimento.

O editorial se encerra afirmando que o indigenismo interamericano, *“incrementada su acción en el terreno de la práctica, podrá convertirse éste en uno de los factores fundamentales para el desarrollo y la unión del continente americano”* (AI, Editorial, jan. 1961, p. 4). Essa vinculação estabelecida entre desenvolvimento e “união” (pan-americana) do continente não era uma simples expressão aleatória, mas ia ao encontro do que estabelecia a própria na Carta da OEA em relação ao combate à pobreza, que era colocado como uma tarefa continental dentro da lógica pan-americana da Organização. Em seu Artigo 2º, a Carta estabelecia como um dos objetivos da OEA “erradicar a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério”, e, no Artigo 3º, definia que “a eliminação da pobreza crítica [...] constitui responsabilidade comum e compartilhada dos Estados americanos” (Carta da OEA, 1948 apud Arrighi, 2004, p. 35-36).

Sobre o tema da pobreza e sua relação com o desenvolvimento e o indigenismo, é importante destacar a dualidade flagrante que perpassava o I.I.I. em meio ao contexto geral da lógica modernizadora. Se, por um lado, como mostramos, passava-se a tratar os projetos de desenvolvimento como voltados para “comunidades indígenas e rurais”, por outro, era a própria existência dos indígenas enquanto tais que justificava a manutenção do I.I.I. Como bem aponta Laura Giraudo (2011), desde o Congresso de Pátzcuaro, que marcou o surgimento do indigenismo interamericano, apesar das ambiguidades e fragilidades envolvidas nos acordos ali tomados sobre o significado e objetivos do indigenismo continental, consolidou-se sua identificação “*como política especial [...] dirigida a un grupo de la población con necesidades particulares, los indígenas*” (Giraudo, 2011, p. 26).

Nesse sentido, os pontos centrais e interligados que marcaram todo o período da gestão de Miguel León-Portilla à frente do I.I.I. foram: o foco em projetos práticos e de treinamento de pessoal para trabalhar com o “desenvolvimento integral de comunidades indígenas” e a ideia da inevitabilidade da expansão capitalista e de como lidar com seus impactos sobre os indígenas.

Quanto ao foco na expansão dos projetos práticos para o “desenvolvimento integral de comunidades indígenas”, identificamos certa continuidade com a lógica de Manuel Gamio de se desenvolver um “estudo piloto” no México e, posteriormente, replicar o mesmo modelo para outras regiões do continente. A grande diferença é que, sob a liderança de León-Portilla, a OEA passa a ser a agência financiadora de tais projetos. Durante a primeira metade da década de 1960, foram desenvolvidos vários desses projetos, e o diretor apresentou um “balanço” sobre eles no último editorial de AI no ano de 1964.

O primeiro dos projetos de “*adestramiento*” em “técnicas de desenvolvimento de comunidades”, levado a cabo pelo I.I.I., com o financiamento da OEA, foi iniciado no fim do ano de 1960 na região da *sierra* de Puebla, entre grupos indígenas que o diretor descreve como sendo “de filiação náhuatl”. O projeto foi chamado de *Centro Piloto de Sierra de Puebla* e, segundo ele, tinha uma dupla finalidade: por um lado, funcionar como centro de capacitação para bolsistas latino-americanos em “técnicas

de desenvolvimento de comunidades indígenas e rurais”; por outro lado, coordenar os trabalhos dos bolsistas com as atividades de técnicos ligados ao governo mexicano, às universidades e, até mesmo, à iniciativa privada (AI, Editorial, out. 1964, p. 287).

Chama a atenção o fato de o título dado a esse projeto ter sido “Centro Piloto”, o que traz a ideia de uma experiência inicial. Lembremos que, anteriormente, Manuel Gamio havia usado a mesma palavra “piloto” para se referir ao projeto organizado sob sua gestão e que também previa a distribuição de bolsas para latino-americanos, além de ter a mesma lógica do México como centro pioneiro e principal de treinamento, que deveria ser replicado para outras regiões do continente. Portanto, a implementação dos projetos do I.I.I. nos anos 1960, então financiados pela OEA, seguiu o mesmo *modus operandi* da proposição inicial do seu antigo diretor. Porém, ao chamar o projeto da *sierra* de Puebla de “piloto”, o que se indicava era a ideia de um novo começo, já não vinculado ao projeto original de Gamio.

O programa seguinte, levado a cabo pelo I.I.I. com financiamento da OEA, foi o *Proyecto 208 del Programa de Cooperación Técnica*, iniciado no fim do ano de 1962 e desenvolvido ao longo de 1963, sendo dirigido por antropólogos ligados ao I.I.I., em cooperação com o Departamento de Assuntos Sociais da OEA. Tal projeto consistiu em um treinamento, também por meio de bolsas, mas, dessa vez, realizado em dois centros fora do México, um na Bolívia e outro na Guatemala. Segundo o diretor do I.I.I., “*en dichos centros se adiestraron durante el año de 1963 treinta becarios [...], bajo la dirección de profesores especializados en Antropología Social y Técnicas de Desarrollo de la Comunidad*” (AI, Editorial out. 1964, p. 288).

Apesar de essa informação não aparecer explicitamente no referido editorial de 1964, é possível que o *Proyecto 208* tenha sido um desdobramento do “piloto” constituído na *sierra* de Puebla. É bastante plausível pensar que, entre os “professores especializados” mencionados no editorial, já figurassem pessoas formadas no projeto inicial realizado no México. A própria formação em “Antropologia Social e Técnicas de Desenvolvimento da Comunidade” parece aludir ao contexto mexicano, no qual a Antropologia aplicada era chamada também de Antropologia Social. No mesmo editorial, ao comentar sobre um novo projeto que estava se iniciando no ano de 1964, León-Portilla

explica que o treinamento técnico envolveria “*los principios y métodos de la antropología social, tal como se concibe en México*” (AI, Editorial, out. 1964, p. 288). Embora se tratasse de um novo centro localizado nesse país, era também, como os anteriores, um centro de treinamento de bolsistas de outras partes do continente. O novo Centro de Treinamento criado em 1964, ao qual se referia o editorial, localizava-se na cidade de San Cristóbal de Las Casas, no estado de Chiapas, no sul do México.

O ideal por trás de todos esses projetos foi explicitado pelo diretor do I.I.I. no referido editorial, nos seguintes termos: “*que se cuente en ese Continente con varios centenares de médicos, agrónomos, educadores, etc., adiestrados debidamente en técnicas de desarrollo integral de la comunidad indígena*”. O texto informa, ainda, que o I.I.I. seguia dirigindo as atividades de bolsistas que o *Departamento de Becas y Cátedras* da OEA enviava periodicamente, sendo que já teriam sido “devidamente preparados” por esse método bolsistas argentinos, bolivianos, guatemaltecos, peruanos, equatorianos, colombianos e paraguaios (AI, Editorial, out. 1964, p. 289).

Ainda segundo o referido editorial de 1964, no intuito de criar mais um desses Centros de Treinamento, desta feita em territórios de comunidades indígenas “silvícolas”, havia sido contratado um técnico brasileiro, cujas responsabilidades eram: colaborar com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI); organizar, na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Bolívia, uma série de seminários para trocas de experiências quanto às técnicas de desenvolvimento de comunidades indígenas; organizar um Simpósio sobre “comunidades silvícolas” para o V Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreria naquele mesmo ano, 1964 ; e, por fim, preparar um estudo prévio para o estabelecimento do almejado novo Centro de Treinamento (AI, Editorial, out. 1964, p. 290-29).

A temática das comunidades indígenas que o diretor denomina como “silvícolas” aparece reiteradamente em seus editoriais na revista AI. A análise desses textos permite perceber com maior clareza a perspectiva de modernização – entendida como expansão capitalista – que embasava o indigenismo oficial interamericano não apenas em relação a essas comunidades, mas também em relação aos povos indígenas de uma forma geral.

León-Portilla dedicou o editorial de julho de 1961 à população “silvícola” da América do Sul, em especial os numerosos povos amazônicos que mantêm formas de vida ditas “tradicionais”. No texto, defendeu-se com veemência a necessidade de contatos permanentes e “integração”, até mesmo de comunidades em completo isolamento. E o principal argumento para defender a urgência do contato e integração seria o avanço “inexorável” da civilização e economia modernas, o qual, sem a intervenção indigenista e a consequente “preparação” dos indígenas para sua recepção, produziria a violenta (em muitos casos completa) destruição deles (AI, Editorial, jul. 1961, p. 179-181).

É a partir da já referida perspectiva de “modernização” que León-Portilla pensava a urgente necessidade de desenvolvimento das comunidades indígenas, o que demandaria uma mudança *a priori*, somente possível por meio de um processo de “aculturação”, que deveria ser comandado por indigenistas devidamente preparados. Essa ideia de inevitabilidade do desenvolvimento capitalista ia ao encontro das teorias da modernização e, ao longo de seu período como diretor, tornou-se um dos principais argumentos para defender a validade e a necessidade urgente e indiscutível da proposta de “aculturação” (AI, Editorial, jul. 1961, p. 179-181).

O uso recorrente do conceito de “aculturação” pelo diretor do I.I.I. demanda traçar um breve histórico sobre ele. De origem estadunidense e atrelado à Antropologia Aplicada, a ideia de aculturação ganhou enorme repercussão após a publicação do *Memorandum For The Study Of Acculturation*, em 1936, pelos antropólogos Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J. Herskovits. É possível sintetizar o conceito de aculturação proposto por eles como um processo de relações contínuas e diretas entre duas culturas, levando a paulatinas transformações de uma delas ou de ambas, mas sem chegar a uma assimilação que implique o desaparecimento completo das culturas originais. Apesar de fazer menção à possibilidade de modificação de ambas as culturas envolvidas no processo, ele é explicado no *Memorandum* de uma forma dicotômica, como ocorrendo sempre entre uma cultura “doadora” e outra “receptora” (Redfield; Linton; Herskovits, 1936).

Cabe frisar que, no início dos anos 1930, Robert Redfield, um dos criadores do conceito de aculturação, foi o primeiro antropólogo

estadunidense a realizar estudos de comunidades indígenas no México, onde estabeleceu relações com Manuel Gamio (Santos, 2021, p. 88). É difícil precisar em que medida o conceito de aculturação pode ter sido influenciado pela concepção de mestiçagem cultural, mas, no mínimo, o que se pode observar é que não há incompatibilidade entre suas proposições centrais.¹² Vale destacar que o conceito de aculturação, no modelo estadunidense, foi inicialmente pensado para abordar a integração de imigrantes estrangeiros à cultura nacional, dentro da qual a mestiçagem não era o objetivo, muito menos um desejo. Porém, nas apropriações posteriores desse conceito para tratar dos indígenas na América Latina, seu uso geralmente se relaciona à ideia de “integração” ou “assimilação” dos povos nativos a uma “cultura nacional”, muitas vezes identificada à mestiçagem, que é a perspectiva usada por Miguel León-Portilla.¹³

O editorial *Aculturación Espontánea y Antropología Social*, publicado em 1966, já no fim da gestão do filósofo mexicano como diretor do I.I.I., expressa de maneira emblemática o posicionamento do indigenismo oficial interamericano em relação ao tema da aculturação. Apesar de usar a ideia de “espontaneidade” – que pressupõe algo não forçado, feito de livre vontade por ambas as partes –, o que León-Portilla chama de “aculturação espontânea” é a chegada da modernização capitalista nas regiões com comunidades indígenas, o que as “obrigaria” a se aculturarem. Sigamos o raciocínio do diretor:

Existen actualmente en el ámbito de los países americanos numerosos proyectos de desarrollo [...] que, aun cuando en su enfoque no tengan

12. Acerca da relação de Manuel Gamio com o conceito de aculturação e sobre a transição da gestão deste para a de Miguel León-Portilla no I.I.I., conferir Andreo (2024).

13. O referencial teórico ao qual Miguel León-Portilla remete o emprego do conceito de aculturação advém do antropólogo mexicano Gonzalo Aguirre Beltrán (1957), que realiza uma apropriação do conceito de aculturação dentro da proposta oficial mexicana de “integração indígena”. Na perspectiva desse autor, teoricamente, as trocas culturais que deveriam ser induzidas pelo processo de aculturação e as modificações subsequentes seriam necessariamente dinâmicas e mútuas. No entanto, a “integração” visada teria sobretudo um caráter de modernização técnico-econômica das comunidades indígenas, o que remete às já referidas teorias da modernização e sua ideia de “desenvolvimento”. Dessa forma, persistia, ainda que não de forma explícita, a lógica de uma cultura “doadora”, no caso, a nacional moderna, e outra “receptora”, a indígena.

necesariamente relación directa con los grupos indígenas que en muchos casos viven en esas zonas, de hecho y de manera inevitable los afecta. [...] En varios países que tienen territorios en la cuenca amazónica se trabaja actualmente en la construcción de carreteras [...]. Otro ejemplo nos lo ofrecen los proyectos de aprovechamiento de recursos naturales en grande escala, como son la construcción de presas y sistemas de riego en zonas pobladas en parte por indígenas. [...] Además de casos como los anteriores, hay también un sin-número de proyectos, programas y trabajos que en diversas escalas originan, asimismo, nuevos procesos de contacto entre la cultura y la técnica modernas y los grupos indígenas que conservan aún elevada proporción de rasgos e instituciones de origen precolombino. [...] Indudablemente que muchos de esos procesos de aculturación espontánea pueden ser benéficos para las poblaciones indígenas [...]. La creación de una industria, bien sea estatal o de la iniciativa privada, podrá significar para los indígenas que viven en su vecindad, nueva posibilidad de trabajo y de ingresos. [...] Al hacerse presentes en las zonas con población indígena, habrán de modificar radicalmente su situación de aislamiento y de ínfimo *subdesarrollo*. [...] [Pero] la introducción de factores que originan violentos procesos de cambio, sin tomarse en cuenta las hondas diferencias culturales de quienes se ven afectados por ellos, casi seguramente traerá consigo elementos de desintegración que impedirán muchas veces la *asimilación* adecuada [...]. Piénsese en los trastornos que podrán producirse en una comunidad indígena secularmente aislada, cuando muchos de sus miembros se ven violentamente forzados a adaptarse a los requerimientos de una organización industrial cuya estructura les es totalmente ajena.

Em modo alguno significa esto adoptarse una actitud de oposición a todas esas maneras de contacto y de cambio que inevitablemente han de presentarse [...]. Oponerse significaría pretender ir contra la historia y la vida misma, que por necesidad llevan al desarrollo y a un mejor aprovechamiento de los recursos naturales de que puede disponer cualquier estado. [...] Ante la realidad de este fenómeno que da origen a innumerables procesos de aculturación espontánea, lo que

fundamentalmente se requiere es la participación en ellos de quienes debidamente pueden encauzarlos, tomando en cuenta la realidad cultural de los grupos indígenas que se ven afectados. (AI, Editorial, abr. 1966, p. 111-112. Grifo nosso)

Portanto, na perspectiva oficial do I.I.I., proletarizar uma comunidade indígena em uma indústria ou outras práticas equivalentes seria o caminho natural para consolidar a “assimilação” e vencer o “subdesenvolvimento”. O grande problema estaria na falta da preparação dos indígenas (aculturação) para vivenciar esse processo, e era essa, precisamente, a função do indigenismo. Na perspectiva apresentada pelo diretor da instituição, contatos culturais dirigidos cientificamente garantiriam aos indígenas “*su mejoramiento y desarrollo, sin hacer violencia a sus antiguos padrones culturales*” (AI, Editorial, jan. 1966, p. 3). Se essa era a tarefa do indigenismo interamericano, o lugar que ele deveria ocupar para exercê-la efetivamente era o de um “intermediário” entre a Aliança para o Progresso e as comunidades indígenas:

Gracias a las gestiones realizadas por el Director del Instituto, fue factible iniciar un labor en beneficio de comunidades indígenas de acuerdo con un plan de trabajo que realiza una de las ramas de la Alianza al Progreso. [...]

El instituto ha servido de intermediario y ha enviado ya cerca de ochenta peticiones de los representantes de diversas comunidades indígenas del Continente, esperándose que se puedan satisfacer sus necesidades más apremiantes y mejorar su bajo nivel económico. (AI, Editorial, out. 1964, p. 263-264)

Essa explicação aparece no já citado editorial de AI de 1964, em que León-Portilla fazia um “balanço” dos seus primeiros anos à frente do I.I.I. O caráter desse texto, uma espécie de prestação de contas por parte do diretor, não era casual. De fato, estava previsto pelo Acordo de 1953, que instituiu a vinculação do I.I.I. à OEA, que a direção do Instituto deveria enviar anualmente um informe das atividades desenvolvidas com os recursos recebidos (OEA, 1953, p. 6). Ao contrário do que ocorreu durante a direção

de Manuel Gamio, Miguel León-Portilla passou a fazê-lo publicamente em sua gestão, por meio dos seus editoriais na revista AI.

O I.I.I. na Guerra Fria interamericana: as aporias do “indigenismo científico”

Desde o início da década de 1940, quando Gamio ascendeu à direção do I.I.I. e da revista AI, o discurso oficial da instituição passou a ser o de um “indigenismo científico”, pretensamente afastado da política. Ao tratar dessa orientação tomada pelo recém-formado indigenismo interamericano, Laura Giraudo (2011) observa que o afastamento de um indigenismo militante – predominante no contexto de criação do I.I.I. e representado pela figura de Moisés Sáenz – em direção a um outro modelo indigenista, centrado no “estudo científico”, foi uma mudança essencial no sentido de sua profissionalização:

Con ese tránsito, se resolvían las últimas dificultades para convertir al indigenismo en un campo casi profesional al dotarlo de una lógica y un tipo de capital específicos suficientemente diferenciados del siempre incierto campo político. Desde esta coyuntura, ese capital propio del indigenismo será el desarrollo de la antropología aplicada. (Giraudo, 2011, p. 87)

Na prática, porém, o que se pode identificar, ao analisar o desenvolvimento do indigenismo interamericano, é a sua indefectível vinculação não apenas com o campo do político, mas com a própria política estatal, especialmente a mexicana, além da política externa estadunidense e seus desígnios na Guerra Fria interamericana, particularmente a partir da vinculação do I.I.I. à OEA, em 1953. Nem mesmo a lógica da proeminência da Antropologia como o saber especificamente mais vinculado ao indigenismo consolida-se completamente, se considerarmos que quem sucedeu a Gamio na direção do I.I.I. foi o filósofo Miguel León-Portilla, que era certamente a figura politicamente mais adequada para tal sucessão, mas estava longe de ser uma referência científica no âmbito antropológico.

Os editoriais de León-Portilla, como mostramos, apresentam um indigenismo muito distante da pretensa autonomia científica, mas expressam, bem ao contrário, a realidade de um indigenismo técnico, até mesmo tecnicista, absolutamente vinculado e dependente do financiamento – portanto, dos desígnios políticos – da OEA e seus demais parceiros financeiros, incluindo órgãos da iniciativa privada. Ao fim e ao cabo, o tão afamado “indigenismo científico” do I.I.I. não foi muito mais que um instrumento da política pan-americana empunhada pela OEA e um “intermediário” da Aliança para o Progresso, com seu fim “modernizador” – leia-se aculturador – no cenário da Guerra Fria interamericana. Não por outro motivo, tornou-se alvo de críticas mordazes – inclusive vindas da própria Antropologia –, que desvelaram suas negadas vinculações políticas e econômicas. A formulação do conceito de “colonialismo interno”¹⁴, nos anos 1960, e a publicação da obra coletiva *De eso que llaman Antropología mexicana* (1970) são bastante ilustrativas dessas críticas.

O que a história do I.I.I. durante a Guerra Fria nos revela são as aporias envolvidas no mito da possibilidade de existência de um indigenismo “apolítico”, que nega a natureza política própria do indigenismo, enquanto um discurso intelectual com suas práticas correspondentes. Embora esse entendimento do indigenismo não tenha sido absoluto – pois existiram, no mesmo período, expressões indigenistas muito distintas desse modelo e que foram capazes de reconhecer a natureza eminentemente política do fenômeno¹⁵ –, o indigenismo oficial interamericano foi, sem dúvida, o que alcançou hegemonia no período aqui tratado. Nesse sentido, a revista AI, especialmente em seus editoriais, apresenta-se como um espaço privilegiado

14. Sobre a formulação do conceito de colonialismo interno, consultar Peregalli (2024).

15. Para citar apenas alguns casos mais diretamente ligados à própria história do I.I.I., destacamos parte significativa do indigenismo peruano, com destaque para a figura de Luis E. Valcárcel, que esteve envolvido no contexto de criação do I.I.I. e liderou, em meados da década de 1940, a criação do Instituto Indigenista Peruano, vinculado aos ideais do Congresso de Pátzcuaro. Outro grande exemplo é o indigenismo representado por John Collier nos Estados Unidos, que destacou-se por fomentar o protagonismo dos próprios nativos, entre os quais a figura do intelectual indígena D’Arcy McNickle é uma das mais representativas. Por fim, destacamos a existência de uma crítica interna ao próprio indigenismo interamericano, que foi explicitamente articulada no IV Congresso Indigenista, realizado na Guatemala em 1959. A respeito desses casos, consultar, respectivamente: Dias (2023; 2025); Santos (2021; 2024); Dias; Santos (2023).

para seguir as tramas que permitiram dotar o mito do indigenismo “apolítico” – ele mesmo político – de um caráter hegemônico.

Referências Bibliográficas

- AGUIRRE BELTRÁN. *El proceso de aculturación*. México: UNAM, 1957.
- AHLSTEDT, Wilbert T. *John Collier and Mexico in the Shaping of U.S. Indian Policy: 1934-1945*. Faculty of The Graduate College of the University of Nebraska, Lincoln, Nebraska, 2015 (Dissertation of Doctorate), 362 p. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/historydiss/82/>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Editorial Norma, 2006.
- ANDREO, Igor L. “Pragmatismo político e atualização conceitual como forma de resguardar um legado: a transição da direção do Instituto Indigenista Interamericano e sua revista *América Indígena* de Manuel Gamio para Miguel León-Portilla (1960-1962)”, *Revista de História da UEG*, v. 13, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2024.
- ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-71.
- ARRIGHI, Jean Michel. *OEA, Organização dos Estados Americanos*. Barueri-SP: Manole, 2004.
- BEIGEL, F. “Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana”, *Utopia e Praxis Latinoamericana*, v. 8, n. 20, p. 105-115, 2003.
- CASTILLO RAMÍREZ, Guillermo. “El cambio cultural como programa indigenista”, *Signos Históricos*, n. 42, p. 146-179, 2019.
- DIAS, Natally V. *América Indígena e Boletín Indigenista: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945)*. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 233-265.

DIAS, Natally V. “Intelectuais peruanos em debate sobre indigenismo nas revistas *América Indígena* e *Perú Indígena*: do nacional ao continental (1950-1954)”, *Intelligere. Revista de história intelectual*, USP, v. 16, p. 1-35, 2023.

DIAS, Natally V. “Debates indigenistas peruanos na década de 1940: da revista *América Indígena* ao primeiro número de *Perú Indígena*”, *Tempo*, UFF, v. 31, n. 1, p. 1-19, 2025.

DIAS, Natally V. “Do latino-americanismo ao pan-americanismo: a política continental mexicana da Doutrina Carranza à Revolução como “herança” (1919-1941)”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* (FURG), v. 16, n. 33, p. 138-174, jul.-dez. 2024.

DIAS, Natally V.; BOAVENTURA, Nathália A. L. “Manuel Gamio e seu projeto indigenista para o México e a América Latina através dos periódicos *Ethnos* e *América Indígena* (1920-1960)”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 31, p. 537-575, ago.-dez. 2021.

DIAS, Natally V.; SANTOS, Guilherme G. O Informe da Comissão sobre Integração Social, dirigida por Darcy Ribeiro, no IV Congresso Indigenista Interamericano (1959-1960): tensões e fissuras na rede interamericana. In: COSTA, Adriane V. (org.). *Darcy Ribeiro: intelectualidade e pensamento crítico latino-americano*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023, p. 247-266.

DOROTINSKY, Deborah. “*América Indígena* and inter-American visual indigenismo, 1941-1951”, *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 17, n. 4, p. 445-447, 2022.

FAVRE, Henri. *El indigenismo*. México: FCE, 1999.

FERES Jr. João. *História do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru-SP: EDUSC; ANPOCS, 2005.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). *La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales* (1940-1970). Lima: IEP, 2011, p. 21-98.

MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan; GIRAUDO, Laura. “De la ‘race indigène’ à ‘essentialisme pratique: le rapprochement de ‘institut indigéniste

interaméricain et de l'organisation internationale du travail' (1940-1957)", *Critique Internationale*, Sciences Po, Paris, n. 86, p. 45-65, 2020.

OEA – *Acuerdo entre el Consejo de la OEA y el Instituto Indigenista Interamericano*. División de Conferencias y Organismos, Departamento Jurídico. Unión Panamericana – Washington, D. C., 17 mar. 1953.

PEREGALLI, Alessandro. "60 anos das 'Siete tesis': a trajetória crítica de Rodolfo Stavenhagen", *Revista de História da UEG*, v. 13, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2024.

REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph; HERSKOVITS, Melville. "Memorandum for the Study of Acculturation", *American Anthropologist*, New Series, v. 38, n. 1, p. 149-152, jan.-mar. 1936. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2791001>. Acesso em: 08 fev. 2025.

RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. Os Combatentes da Paz?: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). X Congreso de la Solar – Sociedad Latinoamericana de Estudios Sobre America Latina y El Caribe, 2006, La Havana. *Memória del X congreso de la Solar*. La Havana, 2006, v. 10.

SANTOS, Guilherme G. *O indigenismo de John Collier na revista América Indígena: Órgano Trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1963)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2021.

SANTOS, Guilherme G. "Tecendo o *Red Power*: uma análise das origens do movimento a partir do *Indian New Deal* e a trajetória de D'Arcy McNickle", *Revista de História da UEG*, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2024.

TARCUS, Horacio. *Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles*. Temperley (Buenos Aires): Tren en Movimiento; CeDInCI, 2020.

Revista Bohemia: da estatização ao internacionalismo revolucionário na Conferência Tricontinental em Havana (1966)

Adriane Vidal Costa

Ana Paula Cecon Calegari

Taciana Almeida Garrido de Resende

A *Bohemia* é uma revista cubana que atravessou praticamente todo o século XX, estendendo-se até o século XXI. Trata-se de uma publicação que permite uma análise em uma perspectiva de longa duração histórica. No entanto, considerando as limitações próprias de um capítulo de livro, optamos por realizar um recorte temporal delimitado entre os anos de 1959 e 1966. O objetivo é analisar o processo que conduziu à estatização da revista pelo governo revolucionário em 1960, a fim de compreendermos como ela passou a desempenhar o papel de porta-voz do Estado cubano na cobertura jornalística da Conferência Tricontinental, realizada em Havana, em 1966, como parte de um projeto de internacionalismo revolucionário terceiro-mundista no contexto da Guerra Fria Interamericana.

As pressões da Guerra Fria já estavam presentes na América Latina, mas os acontecimentos da Revolução Cubana foram cruciais para potencializar os conflitos na região e redefinir políticas hemisféricas. Para a historiadora Tanya Harmer (2013), a Guerra Fria não foi somente um conflito entre Estados Unidos e União Soviética, ela também envolveu dinâmicas regionais

complexas na América Latina, onde países como Cuba, Chile e outros desempenharam papéis ativos. O estudo da revista *Bohemia* aqui proposto nos ajuda a compreender como múltiplos atores locais – como a imprensa, partidos, movimentos sociais e guerrilheiros – atuaram nas dinâmicas próprias da região e frente ao contexto Sul-Sul e Norte-Sul. Para refletir sobre esse período, Harmer (2013) propõe, então, o uso do termo Guerra Fria Interamericana, com o qual dialogamos neste texto.

A revista assumiu um papel significativo na imprensa cubana durante a Guerra Fria, especialmente como meio de propaganda e difusão das ideias e ações do governo revolucionário após a vitória em 1959. A *Bohemia*, então alinhada ao governo, passou a cobrir eventos significativos da Guerra Fria, como a invasão da Baía dos Porcos (1961), a Crise dos Mísseis (1962) e a Conferência Tricontinental (1966). Sua linha editorial refletia, desse modo, as mudanças na política externa cubana, a aproximação da Ilha com a URSS e até mesmo o apoio cubano aos movimentos guerrilheiros na África e América Latina.

Como toda revista de cultura, política e variedades, a *Bohemia* é uma fonte valiosa para a história, porque em suas páginas encontramos o contexto social, político e cultural de uma época (Beigel, 2003). O que diferencia as revistas dos livros e outras fontes é que elas oferecem uma perspectiva mais imediata com o presente e incluem uma diversidade de vozes e autores em diálogo com a realidade (Sarlo, 1992). Portanto, elas têm a capacidade de moldar, mediar e legitimar discussões que podem ser, antes de tudo, políticas. Por isso, para Beatriz Sarlo (1992), as revistas respondem a um momento histórico e, ao fazê-lo, elas definem suas estratégias de comunicação. Como veremos, a revista *Bohemia*, por meio de textos e imagens, respondia a diversos momentos históricos, mudando não somente a forma de se comunicar com o público, mas também o conteúdo da comunicação, ou seja, o discurso. Um desses momentos significativos esteve relacionado com uma clara mudança histórica em Cuba: a chegada dos revolucionários ao poder a partir de 1959, que trouxe transformações estruturais para o país.

Pablo Rocca (2004) tem compreendido as revistas como laboratório de ideias no século XX. No caso de *Bohemia*, quanto mais se alinhava com os ditames do governo, mais espaço perdia em efervescência e pluralidade de

ideias e mais se aproximava de ser um órgão oficial e porta-voz do poder instituído. Como analisa Horacio Tarcus (2020), as condições materiais, econômicas e políticas têm incidência direta no conteúdo, formato, financiamento e recepção de uma revista. Em seus estudos, Tarcus (2020, 2021) trabalha com a noção de revistas hegemônicas e contra-hegemônicas para compreender como elas atuam na disputa pelo poder. A revista *Bohemia*, após seu alinhamento com o governo revolucionário, deixou de contestar a ordem estabelecida – ou seja, deixou de ser contra-hegemônica – e passou a ser uma revista hegemônica vinculada às instituições de poder e, por essa razão, veiculava e reforçava ideias e valores dominantes. No nível internacional da Guerra Fria Interamericana, como um instrumento do governo cubano, ela se insere em um contexto de luta contra-hegemônica. Como veremos a seguir, o modo como cobriu e difundiu a Conferência Tricontinental reforçava seu caráter hegemônico(interno) e seu caráter contra-hegemônico (externo).

1. Bohemia: do anticomunismo à estatização revolucionária na Guerra Fria

A *Bohemia* é uma revista cubana de cultura e variedades criada em 1908 e ainda publicada na Ilha em formato impresso e digital¹. A publicação foi fundada por Miguel Ángel Quevedo Pérez² e seu nome deriva de uma homenagem prestada à ópera favorita do fundador: *La bohème*, de Giacomo Puccini. Também foi inspirada na revista cubana de variedades chamada *El figaro*, da qual Quevedo Pérez havia sido editor entre 1908 e 1910 (Denis, 2016, p. 60-61). Com uma trajetória de mais de um século, A *Bohemia* passou por significativas transformações no seu editorialismo programático³, materialidade e circulação⁴. Uma das principais transformações operadas na

1. Para este capítulo, foram utilizadas as edições digitalizadas da revista, que podem ser encontradas em: <https://original-ufdc.uflib.ufl.edu/dloc1/results/?t=bohemia>.

2. Miguel Ángel Quevedo Pérez foi jornalista, empresário e o responsável pela criação do movimento escoteiro da Ilha.

3. O editorialismo programático é a linha editorial de uma revista. A expressão foi cunhada por Fernanda Beigel (2003).

4. Inicialmente, *Bohemia* tinha uma tiragem semanal aproximada de 400 exemplares. Nos anos de 1920, devido a problemas econômicos, as vendas continuavam baixas. Foi somente

revista ocorreu com a vitória da Revolução, em janeiro de 1959. Diante disso e do recorte temporal deste trabalho, como já apontamos, nos deteremos em alguns acontecimentos circunscritos entre a vitória revolucionária e a realização da Conferência Tricontinental em Havana em 1966.

Já na década de 1950, a revista era distribuída em Nova Iorque, Miami, Panamá e Venezuela, e, em menor número, na Costa Rica, no Paraguai e na Argentina. Nesse decênio, publicavam-se nela contos, passagens sobre alguns eventos históricos, comentários políticos, previsões do horóscopo e receitas gastronômicas. Contava com colunas fixas, como “Gotas de saber” (com informações gerais sobre história e cultura), “Seguindo o mundo” (com dados políticos, culturais e eventos em diversas partes do mundo) e “Assim vai a ciência” (com informes científicos na área da física, medicina, biologia), além de charges e do editorial no início de cada edição. Além disso, *Bohemia* continha muitas fotorreportagens, uma característica que permaneceu mesmo após as mudanças editoriais na década de 1960.

Alguns colaboradores eram políticos e intelectuais cubanos que tiveram grande notoriedade no país, como Andres Rivero Agüero, Francisco Ichaso, Rene Fiallo, Eduardo Chibás, Herminio Portell Vila, Jorge Mañach, Luis Conte Agüero, Rafael García Barcena, Andrés Valdespino e Cosme de la Torriente. Os principais jornalistas da revista mantiveram vínculos políticos, especialmente com duas das grandes agremiações políticas de Cuba, o Partido Revolucionário Cubano (PRC-Autêntico) e o Partido do Povo Cubano (PPC-Ortodoxo)⁵.

Os jornalistas de *Bohemia* transitavam em outros jornais: Enrique de la Osa e Carlos Lechuga, responsáveis pela coluna *En Cuba*, também escreviam no jornal *El Mundo*; o poeta Angel Augier e o economista Jacinto Torras, que publicavam na *Bohemia*, trabalhavam no jornal comunista *Notícias*

com a mudança da direção da revista, em 1926, que esse índice aumentou. Miguel Angel Quevedo de la Lastra, filho do fundador, passou a dirigir a revista com um ambicioso projeto de modernização. Entre os anos de 1940 e 1950, a revista teve um aumento significativo em sua circulação. Em 1948, circulavam 125 mil exemplares por semana, já em 1953, esse número subiu para 260 mil e, em 1958, atingiu a marca de 315 mil exemplares. Desde 1991, a revista passou a ter tiragem quinzenal (Denis, 2016).

5. Os autênticos e os ortodoxos, como ficaram conhecidos, foram os dois grandes partidos de centro-esquerda de Cuba nos anos de 1940. O PPC-O surgiu como uma ramificação do PRC-A no ano de 1947 e recebeu em suas fileiras o diretor da *Bohemia*, Quevedo de la Lastra.

de Hoy ⁶ (*Bohemia*, 5/5/1978, p. 13). Além disso, comunistas vinculados ao Partido Socialista Popular (PSP)⁷ foram informantes da revista (*Bohemia*, 5/5/1978, p. 19). É interessante observar que, mesmo sendo um periódico com discurso anticomunista, alguns membros do PSP publicaram em suas páginas. Possivelmente, esse espaço era fruto da ação de Enrique de la Osa, como informou o jornalista da revista Mario Garcia del Cueto: “El personal de la Sección se subordinaba exclusivamente a Enrique de la Osa y no a las estructuras jerárquicas de la Empresa” (*Bohemia*, 5/5/1978, p. 17). A jornalista Marta Rojas (*Bohemia*, 5/5/1978, p. 19) indicou que, várias vezes, a direção da revista entrou em conflito com de la Osa por causa das publicações de *En Cuba*⁸. No contexto do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, os conflitos que permearam a Guerra Fria já se faziam presentes na revista e opuseram escritores mais flexíveis a uma aproximação com o PSP e aqueles como Miguel Angel Quevedo de la Lastra, filho do fundador e diretor da revista desde 1926, com evidente postura anticomunista.

Bohemia foi um ator político – nos termos propostos por Héctor Borrat (1989)⁹ – muito relevante na imprensa cubana e se tornou um *locus* privilegiado para observar os impactos da Guerra Fria política e cultural para além da Ilha. Destaca-se que, nessa conjuntura dos anos de 1950, a revista já apresentava uma evidente linha editorial anticomunista e, enquanto movimentos de esquerda e o movimento comunista passaram a sofrer

6. *Noticias de Hoy* foi um dos principais veículos de imprensa em Cuba antes e depois da Revolução Cubana. Fundado em 1938, era vinculado ao Partido Socialista Popular (PSP). Durante a ditadura de Fulgencio Batista (1952-1959), enfrentou censura e perseguições. A partir de 1959, o *Noticias de Hoy* teve um papel importante na consolidação da nova ordem política, tornando-se um dos principais meios de difusão da ideologia revolucionária. Em 1965, foi incorporado ao *Granma* (Calegari, 2024).

7. Partido Socialista Popular (PSP) foi o nome adotado pelo Partido Comunista de Cuba naquela ocasião. Essa era a organização vinculada à Terceira Internacional comunista. Para mais informações, ver: Calegari, 2024.

8. Lillian Guerra (2018) sinaliza que de Enrique la Osa era militante do PSP, mas sem indicar a fonte dessa informação.

9. Borrat (1989) define a imprensa como um ator político. Na sua percepção, um jornal (no nosso caso uma revista), como parte de suas estratégias discursivas, seleciona e hierarquiza as informações que são publicadas em suas páginas; opinam e dispensam maior ou menor relevo a determinadas notícias; e ignoram determinados temas. Tudo isso de acordo com seu posicionamento político, interesses mais difusos, preferências, convicções dos editores, dos seus proprietários ou de grupos que lhe dão sustentação (econômica ou política).

perseguição e censura dentro da Ilha¹⁰, a *Bohemia* permaneceu incólume às primeiras ondas de repressão da Guerra Fria Interamericana.

Essa situação mudou a partir do golpe de Estado efetuado pelo general Fulgencio Batista em março de 1952. *Bohemia* foi uma opositora da ditadura do general Batista e, por isso, sofreu censura prévia em inúmeras edições, até a derrocada do regime. Segundo Patrícia Calvo (2014, p. 372), nessa nova conjuntura, a revista denunciou a violência e a censura, mas sem fazer referências diretas ao ditador. A revista também condenou, inicialmente, a violência armada contra o regime e defendeu a via eleitoral como forma de solucionar a crise institucional cubana. De acordo com Rodríguez (1978, p. 8), naquele contexto, a revista advogava pelo retorno do regime presidencialista democrático e pela legalidade dos partidos políticos existentes até 1952.

Apesar da postura antimilitarista, na medida em que as guerrilhas do Movimento 26 de Julho avançavam, as notícias sobre a luta armada e os manifestos produzidos na *Sierra Maestra* ganharam as páginas da publicação. Seus editores conseguiam romper com a censura, demonstrando que, mesmo defendendo o retorno da legalidade democrática, a revista apoiava um movimento de orientação revolucionária que usava a guerra de guerrilhas como método principal. Inclusive, jornalistas da *Bohemia*, como Enrique de la Osa, enviavam informações clandestinas para os dirigentes dos movimentos de oposição ao regime a fim de contribuir para a derrocada da ditadura (*Bohemia*, 5/5/1978, p. 19).

Em janeiro de 1959, após a queda de Batista, a *Bohemia* organizou edições especiais para celebrar a vitória da Revolução, com uma tiragem recorde de um milhão de exemplares. Foram três edições, com cerca de 200 páginas (*Bohemia*, 11/01/1959; 18-25/01/1959 e 01/02/1959), intituladas *Edición de la libertad*, nas quais publicou inúmeras reportagens sobre o exército rebelde, a conjuntura da tomada do poder e as denúncias sobre torturas, prisões e assassinatos cometidos pela ditadura derrotada.

10. Dentro de Cuba, os primeiros conflitos da Guerra Fria foram materializados no ataque à sede do jornal do PSP, *Noticias de Hoy*, que impossibilitou a saída da publicação entre 1950 e 1951. Em 1947, o líder sindical do PSP, Jesus Menéndez, foi assassinado, e os comunistas ainda foram expulsos da direção da Central dos Trabalhadores de Cuba. No final da década de 1940, o número de filiados ao PSP caiu de, aproximadamente, 157 mil, em 1948, para 59 mil, em 1951. Ver: Calegari, 2024.

Nessas três edições (Fig. 1), a tendência política da revista ficou explícita: estava ao lado de Fidel Castro, e ele era apresentado como uma espécie de “messias”, de “herói nacional”, de salvador de Cuba. Vê-se também na capa da terceira edição uma imagem de José Martí. O líder da independência cubana era constantemente mobilizado para mostrar que seus ideais, que antes eram frustrados pela ingerência dos Estados Unidos, seriam concretizados com a Revolução.

Figura 1



Fonte: *Bohemia*, 11/01/1959; 18-25/01/1959 e 01/02/1959

A tónica das três edições pode ser resumida da seguinte maneira:

[...] el ataque al latifundismo imperante en Cuba; la denuncia de las condiciones de oprobio en las que vivía una parte mayoritaria de la población cubana; las críticas a los monopolios extranjeros y a las grandes empresas que asfixiaban el florecimiento de la economía cubana; [...]; la exaltación de las democracias latinoamericanas y la desautorización de las dictaduras y regímenes de fuerza del continente, y, por último, el encendido anticomunismo del que hizo gala en todo momento. Un anticomunismo doctrinal, difundido muchas veces sin medida y que era deudor, en gran medida, de todo el aporte periodístico que llegaba de Estados Unidos. (Rodríguez Suárez, 2016, p. 92)

Observa-se que, após 1959, a revista manteve a defesa da democracia e esperava uma retomada do sistema republicano tal como existiu antes do golpe de Batista. Entretanto, mesmo observando que o novo governo não se mostrava disposto a reorganizar o sistema político-partidário, ela apoiou as leis revolucionárias, como a reforma agrária, para a qual recolheu dinheiro, a fim de organizar um fundo para financiá-la; defendeu também a lei dos aluguéis e as intervenções nas companhias de eletricidade e de serviços de telefonia. A *Bohemia* também apoiou os julgamentos dos apoiadores da ditadura, condenou aqueles que atacavam a Revolução e denunciou as atividades da contrarrevolução armada. Fidel Castro, inclusive, visitou a sede da revista em 10 de janeiro de 1959, para se encontrar com Quevedo de la Lastra. Carlos Franqui, membro do M-26 e diretor no jornal *Revolución*, indicou que Castro era tão grato a Quevedo de la Lastra que “inicialmente confiou mais em *Bohemia* do que no *Revolución* para promover sua visão, políticas e imagem” (Franqui apud Guerra, 2012, p. 44). A ação de Fidel Castro é compreensível se considerarmos que a revista o apoiava incondicionalmente naquele momento e que a *Bohemia* era a publicação de maior circulação e alcance no exterior, contribuindo para informar a opinião pública internacional sobre os acontecimentos em Cuba.

Entretanto, a linha anticomunista da publicação ainda não havia sido abandonada nesse momento. Já na primeira edição de 1959, a revista publicou um editorial intitulado “Contra o comunismo”. Nele, acusou os comunistas

de serem uma minoria dentro de Cuba e chamou-os de aproveitadores, proselitistas, alegando que a Revolução Cubana não tinha nenhuma relação com os “inimigos da liberdade” (*Bohemia*, 11/1/1959, p. 95).

Além da representação negativa do comunismo internacional e da União Soviética, o discurso anticomunista das publicações insulares relembra a associação que os comunistas cubanos tiveram com Fulgencio Batista entre 1940 e 1944, quando firmaram uma coalisão eleitoral e saíram vitoriosos no pleito presidencial. Nesse quadriênio, inclusive, os membros do PSP ocuparam um ministério sem pasta e governaram junto a Batista. Apesar da posterior ruptura dessa coalisão, os partidos e a imprensa anticomunista colocavam em xeque a credibilidade dos comunistas, alegando que eles eram oportunistas e apoiadores do general. A *Bohemia*, principalmente por meio dos textos de Andrés Valdespino, Quevedo de la Lastra e Francisco Pares, compartilhava esses recursos discursivos e, ainda que declarasse apoio à Revolução, ela e outros meios de comunicação pressionavam o governo rebelde para que afastasse ou excluísse os comunistas do governo e até mesmo caçasse a legenda do PSP.

É importante ressaltar que a *Bohemia* tinha uma posição anticomunista bem anterior a 1959, mas essa postura se tornou um ponto de tensão mais efetivo após aquele ano. A Revolução Cubana trouxe outro contorno para a Guerra Fria na América Latina e, como sinalizou Tanya Harmer (2013, p. 2), o conflito entre Cuba e os Estados Unidos formou os “opostos polares revolução e reação no continente”. Nesse contexto de polarização anterior à estatização da revista, ela manteve uma linha editorial dúbia, de crítica aos EUA, à URSS e aos comunistas cubanos. Essa dubiedade era fruto do histórico de ingerência e do apoio militar dos EUA aos regimes autoritários na região – incluindo a ditadura de Batista –, que criou um sentimento de antiamericanismo forte e anterior à Guerra Fria. Esse aspecto poderia coadunar, sem necessariamente se opor, com posturas anticomunistas, como é o caso do editorialismo de *Bohemia*. Nesse sentido, as batalhas e ideias defendidas pela revista são fontes para a compreensão das disputas multifacetadas que perpassaram o conflito bipolar na região. Para Harmer (2013), a Guerra Fria Interamericana teve matizes propriamente regionais,

e os agentes que protagonizaram as disputas em torno de projetos e modelos econômicos e políticos refletiam aspectos da disputa global, mas também se orientavam a partir de suas relações com os países da região e de problemáticas próprias de cada país.

Essa posição editorial da *Bohemia* se tornou insustentável quando os conflitos entre Cuba e os EUA escalonaram, e a Revolução se aproximava cada vez mais dos soviéticos. E isso ocorreu a partir do ano de 1960. Em fevereiro, Anastas Mikoyan, vice primeiro-ministro da URSS, visitou Cuba para inaugurar uma exposição soviética de técnica, arte e cultura. Nesse ínterim, Cuba e URSS firmaram acordos econômicos e restabeleceram relações diplomáticas. Essa conjuntura de aproximação da Revolução com os países do bloco socialista se deu a partir dos embates políticos e econômicos travados entre Cuba e os Estados Unidos. As nacionalizações das companhias estadunidenses de eletricidade e telefonia, em 1959, de centrais açucareiras e refinarias de petróleo, em 1960, e a supressão, por parte dos Estados Unidos, do fornecimento de petróleo, bem como o corte no fornecimento de alimentos e remédios e a suspensão na compra da cana de açúcar cubana, agravaram a situação econômica insular. Então, a partir de meados de 1960, Cuba buscou novos parceiros, para evitar uma crise econômica e para tornar o projeto revolucionário viável e possível de ser realizado em Cuba. Além disso, a aproximação com a URSS iniciou, para a América Latina, uma nova etapa da Guerra Fria.

Esse redirecionamento da Revolução apareceu na *Bohemia*. A revista anunciou timidamente a presença do primeiro-ministro russo na Ilha, porém a exposição soviética ganhou destaque. Rodríguez Suárez (2016) considera que a posição de *Bohemia* ante a visita de Mikoyan e os acordos comerciais firmados entre os dois países foi ambivalente, porque, por um lado, a revista rechaçava o modelo socialista e, por outro, divulgava a exposição de arte soviética e elogiava os acordos comerciais entre Cuba e a URSS. Para o autor: “*Bohemia* distinguía claramente entre la URSS como vía de apertura al mundo para Cuba y la URSS como modelo a imitar para promover el desarrollo cubano” (Suárez, 2016, p. 593).

Observa-se que, entre 1959 e julho de 1960, a *Bohemia* atacou o comunismo e a URSS, mas alegou que as relações comerciais com os países socialistas eram fundamentais para a Revolução desenvolver seus projetos. Assim, a revista esperava que a Revolução seguisse uma via equidistante dos regimes capitalistas e socialistas e atuasse de maneira independente, sem aderir ao modelo político dos países socialistas e sem ceder às pressões dos Estados Unidos e da contrarrevolução frente ao projeto de transformações sociais e econômicas que o governo rebelde estava executando. Como destacou Riquelme Segovia (2014, p. 15), vários atores políticos buscaram um caminho de não alinhamento com as duas potências da Guerra Fria e, assim, maneжaram estratégias e discursos a fim de construir uma terceira via. Esse é um traço fundamental do editorialismo a *Bohemia* nos primeiros anos da Revolução, porém não era o que o governo revolucionário defendia ou colocava em prática.

O cenário conflituoso envolvendo Cuba, Estados Unidos e União Soviética teve seu ápice dentro da revista entre maio e julho de 1960. Andrés Valdespino (*Bohemia*, 22/5/1960, p. 81), colaborador da revista, escreveu um artigo no contexto do restabelecimento das relações diplomáticas de Cuba com a URSS de forte teor anticomunista, no qual definiu o comunismo como “Taimado, traidor, oportunista, acomodaticio. Condenando el imperialismo, mientras trata de consolidar el más vasto y dominante imperio de la historia; invocando la justicia social, mientras convierte en esclavos a los trabajadores y campesinos que padecen su sistema de oprobios”. Carlos Rafael Rodríguez, liderança comunista do PSP, solicitou uma réplica que foi publicada na *Bohemia*. A partir desse primeiro artigo, Rodríguez e Valdespino escalonaram o embate, que teve como fio condutor discussões sobre “classe, Estado, a ditadura do proletariado, a intelectualidade e o caráter das relações internacionais da URSS” (Garcia Rodríguez, 2006, p. 35), bem como perpassou o tema da efetiva participação dos comunistas na luta contra a ditadura de Batista. Vê-se, então, que disputavam uma narrativa sobre os rumos da Revolução e o posicionamento dela frente aos conflitos da Guerra Fria Interamericana.

É nesse momento que, em julho de 1960, o diretor da *Bohemia* buscou asilo na embaixada da Venezuela e, posteriormente, migrou para os Estados Unidos¹¹, suprimindo o apoio até então dado ao processo revolucionário: As causas dessa atitude ainda estão em debate. O conflito entre Valdespino e Rodríguez, ocorrido nas páginas de uma revista historicamente anticomunista, pode ter desgastado Quevedo de la Lastra, que era uma das principais vozes contra os comunistas na imprensa insular. Outro possível fator que motivou esse exílio, segundo Richard Denis (2016, p. 124), foi a chegada de Ernesto Guevara ao cargo de presidente do Banco Nacional, porque Guevara era considerado comunista e isso poderia ameaçar a *Bohemia*, que era uma empresa capitalista e que tinha nos anúncios publicitários uma de suas principais fontes de renda. Além disso, a chegada de membros do PSP a cargos políticos dentro do governo foi entendida, por algumas figuras, como Quevedo, como um sinal de uma guinada ideológica da Revolução. Na edição de 24 de julho de 1960, há uma nota sobre o exílio de Quevedo de la Lastra qualificando-o como “incompreensível” e “inconsequente”:

Ante tan insólita y lamentable situación, el personal de esta revista – periodistas y obreros por igual – ha decidido seguirla editando por su cuenta, y no tanto por mantener abierto este centro de trabajo, sino para que continúe siendo, como hasta hoy, un baluarte de los mejores intereses y aspiraciones nacionales, vinculados al destino de la revolución que orienta y representa íntegramente Fidel Castro. (*Bohemia*, 24/7/1960, p. 49)

A saída do diretor da *Bohemia* foi um golpe para a Revolução, pois, como atesta Rodríguez Suárez (2016, p. 877), Quevedo de la Lastra era um defensor do governo rebelde e acusou Fidel Castro de “trair o povo cubano

11. Entre junho e julho, além de Quevedo de la Lastra, Andrés Valdespino e alguns embaixadores cubanos, dentre eles Miró Cardona, embaixador nos Estados Unidos, também pediram asilo, alegando que a Revolução Cubana já era comunista. No exílio, Quevedo de la Lastra criou a revista *Bohemia Libre*, e nela trabalharam antigos colaboradores da *Bohemia*, como o próprio Valdespino, Mario Llerena, José Pardo Llada, Humberto Medrano, entre outros. A revista *Bohemia Libre* terminou radicada na Venezuela e em 1969 seu fundador cometeu suicídio em Caracas.

e trabalhar pelo interesse do comunismo internacional”, o que teria abalado a credibilidade do governo. A saída de Quevedo de la Lastra também foi inesperada, pois nada indicava, ao menos em seus últimos artigos, que ele estava prestes a romper com a Revolução. Diante dos fatores apresentados, observa-se que o seu exílio foi uma tomada de posição frente ao aguçamento das tensões envolvendo Cuba, EUA e URSS. O anticomunismo de Quevedo de la Lastra foi mais forte do que suas críticas aos Estados Unidos, e as tensões oriundas da Guerra Fria marcaram profundamente esse episódio da história da imprensa cubana.

Bohemia foi estatizada em julho de 1960, e Enrique de la Osa assumiu a direção da publicação, permanecendo no cargo até 1971. A partir de então, a revista buscou parcerias novas e agregou, entre seus colaboradores, intelectuais até então vetados pela direção, como o líder comunista Juan Marinello. Além disso, as reportagens baseadas em informes das agências estrangeiras cessaram, bem como os informes de viés anticomunista ou aqueles que eram elogiosos aos Estados Unidos. Ao se converter em um órgão da Revolução Cubana, a revista se tornou um canal de divulgação do governo e, de maneira recorrente, os discursos dos líderes rebeldes eram publicados nela. O foco das publicações era o discurso anti-imperialista e a crítica aos Estados Unidos, o apoio aos movimentos guerrilheiros do Terceiro Mundo e a divulgação das conquistas da Revolução (Plá León, 2006, p. 42). A mudança de conteúdo também foi acompanhada por uma mudança na forma. Os artigos de opinião e as polêmicas políticas quase desapareceram e os anúncios publicitários diminuíram enormemente. Segundo Rodríguez Suárez:

La revista perdió así los característicos tintes polemistas de los que había hecho gala en el pasado y desatendió su papel de ágora para el debate entre las diferentes tendencias. Sin embargo, también ganó en otros aspectos. [...], la revista creció en lo tocante a los temas culturales y literarios y conquistó terreno en los asuntos de análisis internacional, tanto en lo que se refiere a contenidos y espacio dedicado en sus páginas, como en lo tocante a la amplitud de miras. (Suárez, 2016, p. 1102)

Na década de 1960, várias publicações cubanas desapareceram e outras surgiram. Na primeira metade do ano de 1960, os principais jornais de direita da Ilha deixaram de ser publicados ou mudaram de direção, dentre os quais estão *El Diario de la Marina*, *Información* e *Prensa Libre*¹². Em 1961, o suplemento *Lunes*, do jornal *Revolución*, foi suspenso sob alegação de falta de papel, porém, como mostrou a pesquisadora Silvia Miskulin (2003, p. 190-191), a supressão de *Lunes* relacionava-se mais com a centralização da política cultural do governo e com a definição de parâmetros discursivos e estéticos aos quais o suplemento não se adequava. Ademais, em 1965, as publicações dos órgãos de imprensa representantes do PSP (*Notícias de Hoy*) e do Movimento 26 de Julho (*Revolución*) fundiram-se para dar origem ao jornal diário *Granma*¹³. Em 1967, as revistas *Cuba Socialista* e *Teoría y Práctica* foram fechadas e, em 1971, a revista *Pensamiento Crítico* também deixou de ser publicada.

Se vários órgãos da imprensa desapareceram ou se fundiram, por que a *Bohemia* continuou sendo editada? O fato de a revista ter uma estrutura já bem-organizada (sede própria, maquinário próprio e corpo editorial) e ter uma boa circulação e popularidade foi um dos fatores que possibilitou sua manutenção. Ou seja, a revista era um órgão consolidado em termos estruturais e tinha um alcance e credibilidade editorial para além da Ilha. Esses fatores certamente foram considerados pelo governo revolucionário ao torná-la um canal de propagação dos ideais da Revolução. Assim, sustentamos que a *Bohemia* se tornou um ator político do governo cubano na

12. *La Marina* foi criado em 1832 e, em 1960, seu diretor, José Ignacio Rivero, abandonou o jornal e saiu de Cuba, alegando como motivação a entrada dos comunistas no governo cubano e a falta de liberdade de imprensa. O jornal ainda teve algumas poucas edições publicadas de maneira bem irregular, mas encerrou suas atividades em 1961. *Información* anunciou em maio de 1960 o fim de suas atividades e deixou de circular nessa data. O diretor de *Prensa Libre*, Sergio Carbó, saiu de Cuba em maio de 1960. O jornal continuou sendo publicado sob a direção de Mario Kuchilán, com uma linha editorial mais afinada com o governo revolucionário.

13. *Granma* foi fundado em 03 de outubro de 1965 e recebeu esse nome em homenagem ao iate *Granma*, usado por Fidel Castro, Che Guevara e outros revolucionários para desembarcar em Cuba e iniciar a luta armada contra Fulgêncio Batista em 1956. O jornal é vinculado ao PC cubano, sendo uma das principais fontes de informação oficial do país. Atualmente distribuído em formato impresso e digital, com edições em espanhol, inglês, francês, português, alemão e italiano.

busca pela legitimidade da Revolução diante das estratégias anticomunistas e antirrevolucionárias que se espalharam na imprensa continental. No contexto da Guerra Fria Interamericana, no qual as potências capitalistas tinham recursos para financiar revistas, eventos e instituições, a Revolução, debilitada economicamente pelo embargo econômico iniciado em 1962, não podia prescindir da *Bohemia*.

Por essas razões, a *Bohemia* é uma fonte privilegiada para análise da Revolução Cubana e do desenvolvimento da Guerra Fria na região. Após a estatização da revista, encontramos em suas páginas, entre outros temas, as percepções do governo sobre os rumos da Revolução que, em 1961, foi definida por Fidel Castro como socialista, os conflitos com os Estados Unidos, como a invasão da Baía dos Porcos (1961), que, junto com a Crise dos Mísseis (1962), é considerado como ápice da Guerra Fria na América Latina. Também encontramos na revista textos sobre o embargo econômico dos EUA à Ilha, o processo de transformação revolucionária com a campanha de alfabetização e a formação do Partido Comunista de Cuba em 1965.

Como destacado por Vanni Pettinà (2018, p. 30), é fundamental que a historiografia avalie a forma como os atores da América Latina “se adaptaram às mudanças regionais que se produziram a partir das mutações que o projeto hegemônico estadunidense, global e regional, sofreu depois do enfrentamento da URSS”. Pensando nesse desafio, a última parte deste capítulo se debruçará em uma problematização a respeito do internacionalismo da Revolução Cubana e da Conferência Tricontinental nas páginas da *Bohemia*, partindo do pressuposto de que a revista era um ator político fundamental do governo cubano e que colocou em pauta os problemas comuns do chamado Terceiro Mundo e destacou a posição de Cuba na Guerra Fria Interamericana (Resende, 2025).

2. A Bohemia à serviço do internacionalismo cubano: a cobertura jornalística da Conferência Tricontinental em Havana

Como outros veículos de imprensa cubanos, como o *Notícias de Hoy*, o *Prensa Latina*¹⁴ e o *Granma*, a *Bohemia* foi uma aliada na divulgação e amplificação do discurso do governo pós-1959 em seus temas mais caros junto à opinião pública, do político ao econômico, do social ao cultural. Testemunha atenta dos principais acontecimentos políticos no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, em especial sobre a América Latina, a *Bohemia* conferiu destaque, em suas colunas e seções, à temática internacional, e, por vezes, sua equipe editorial esteve presente nas próprias notícias. Neste tópico, daremos ênfase à cobertura feita, pela revista, da Conferência Tricontinental, ocorrida em Havana, em janeiro de 1966.

Esse evento reuniu em Havana representantes estatais e não estatais em delegações de composições diversas, como partidos, grupos de oposição aos governos em seus países ou territórios, organizações afro-asiáticas nacionais e movimentos de independência engajados em discutir soluções conjuntas aos seus desafios internos e denunciar padrões internacionais de exclusão e dependência. Direcionada para a recepção de representantes de países independentes ou de territórios em situação colonial, foi uma conferência de povos arquitetada na esteira do movimento de solidariedade internacional que se agigantou no Terceiro Mundo a partir dos anos 1950, tendo a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia (1955), como exemplo mais paradigmático da década. Herdeira dos preceitos bandunguianos de autodeterminação dos povos, a Conferência em Cuba foi disruptiva do movimento pacifista internacional encabeçado pela União Soviética, na medida que colocava o elemento da luta armada na mesa de discussões e credenciava agentes engajados nessa luta como legítimos

14. Agência de notícias internacional com linha editorial afinada com o governo cubano, foi fundada em 16 de junho de 1959, com sede em Havana. Criada com o apoio de Fidel Castro e sob a direção inicial do jornalista argentino Jorge Ricardo Masetti, seu objetivo era oferecer uma visão alternativa à grande imprensa ocidental, que, segundo o governo cubano, distorcia os acontecimentos da América Latina. Tinha correspondentes em vários países e foi uma das principais vozes da mídia estatal cubana no cenário internacional.

interlocutores na arena internacional. Foi um evento curto, vindo de uma história já longa de encontros de solidariedade entre Ásia e África, e que, com a inclusão da América Latina na tríade da solidariedade internacional, reverberou pelo tempo.

Foi também um ponto de encontro fronteiro de histórias locais e globais. Lidava com desafios concretos enfrentados por diferentes localidades nos três continentes, propondo soluções pontuais ou conjuntas a cada um deles, e, ao mesmo tempo, dialogava com elementos centrais da Guerra Fria, como a questão da coexistência pacífica, as desavenças sino-soviéticas¹⁵, as alternativas econômicas para o desenvolvimento e a discussão sobre os caminhos para a libertação colonial e para o enfrentamento às ações imperialistas. Fruto de uma longa articulação do governo cubano com diferentes agentes do Terceiro Mundo, ao todo, foram mais de 600 convidados que estiveram em Havana entre os dias 03 e 15 de janeiro de 1966 para discutir propostas de ação e de resistência anticolonial, antineocolonial e anti-imperialista.

Vista como uma oportunidade de política internacional, a Tricontinental era uma vitrine para que os convidados cubanos que estavam na Ilha para a reunião vissem os feitos da Revolução – mas era preciso estender essa imagem para além das testemunhas oculares. Nesse sentido, a *Bohemia* – e a imprensa de um modo geral – mostrou-se uma poderosa aliada na empreitada internacionalista cubana, exercendo uma política tanto de divulgação nacional e internacional quanto de intermediação com as delegações, sendo ela própria partícipe em uma rede em formação.

As reportagens, fotografias e charges publicadas na revista *Bohemia* sobre essa experiência foram direcionadas tanto para o público cubano quanto para o público internacional¹⁶ e nos oferecem elementos que não

15. A partir de 1956, a política soviética de coexistência pacífica com o Ocidente gerou um rompimento crescente com a China, que atingiu seu auge nos anos de 1960. A China rejeitava a postura soviética, classificando-a como revisionista, o que não apenas abalou as relações bilaterais, mas também impactou as esquerdas globais e a dinâmica política da Guerra Fria. Esse conflito ideológico entre as duas potências do campo socialista influenciou diretamente as estratégias revolucionárias na África, Ásia e América Latina (Friedman, 2015; Iber, 2022).

16. Nos jornais e nas revistas a serviço da Revolução, algumas coisas mudaram em razão da Tricontinental. A revista *Bohemia* e o jornal *Granma*, por exemplo, lançaram novas seções informativas voltadas para o público cubano e estrangeiro.

figuram na documentação oficial do encontro. Essa documentação oficial, guardada no arquivo histórico da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL)¹⁷, reúne as atas do que era discutido nas sessões plenárias, comissões e subcomissões de trabalho da Tricontinental, mas deixa lacunas sobre seus bastidores e os encontros ocorridos fora do Hotel Havana Livre, onde foi realizado o evento. Essa cobertura encontramos nos jornais e revistas da época, daí a importância da *Bohemia* para um entendimento expandido do encontro, para além de sua agenda oficial.

Aparte a revista ser uma fonte importante para acessar a agenda cultural e ampliar o conhecimento sobre a Conferência (Resende, 2025), ela pode e deve ser entendida como um objeto de estudos em si e, como veremos adiante, também como agente de intervenção e aliada junto ao projeto do governo cubano no campo internacional. Sem perder de vista a história e a materialidade do próprio periódico, recuperando aspectos formais do semanário a partir da proposta de análise de Alejandra Pita González e María Carmén Grillo (2015), a ideia é perceber como a *Bohemia* se adequou a esse evento e, por meio de sua equipe de jornalistas, participou dele. Da perspectiva teórica, trabalhos importantes da área buscam iluminar essa proposta, percebendo as revistas como um espaço comum de intervenção (Beigel, 2003). Como afirmam María del Carmen Grillo e Pita González (2015), o estudo das revistas permite incrementar o conhecimento sobre o campo intelectual, as redes locais, nacionais e internacionais, e é por essa rota que caminha esta investigação.

Como dito anteriormente, os desafios de ordem econômica causados pelo paulatino isolamento internacional imposto pelos Estados Unidos e seus aliados à Cuba, acrescidos de um engajamento internacional por parte sobretudo de Che Guevara (Löwy 2012, Castañeda, 1994; Silva, 2019) dentro do governo, impulsionaram a articulação de uma rede transnacional,

17. A OSPAAAL foi criada ao fim da Conferência Tricontinental e ficou responsável por organizar o movimento de solidariedade dos três continentes, com ampla rede de articulações no Terceiro Mundo. Também atuou ativamente no campo cultural, com a publicação da revista *Tricontinental* e com extensa produção cultural de pôsteres, filmes e documentários. Sua sede esteve em funcionamento na cidade de Havana até 2019, quando a organização encerrou suas atividades.

na qual a Tricontinental representava uma oportunidade única de driblar esse isolamento e impulsionar uma rearticulação e um reposicionamento necessários, atraindo o Terceiro Mundo para o território cubano, literalmente. Os encontros das delegações em Havana, como nos mostram a *Bohemia*, foram além das reuniões de trabalho previstas na agenda oficial da Conferência, com uma programação intensa fora dos salões e com diferentes agentes envolvidos em sua construção.

A partir dessas informações, voltamo-nos à materialidade e ao conteúdo da revista. Desde 1965, houve uma ênfase crescente na divulgação do evento e dos contatos internacionais. Começou de forma tímida a partir de outubro de 1965, com a divulgação do convite (*Bohemia*, 22/10/1965, p. 68) e do histórico da aproximação cubana com o movimento afro-asiático (*Bohemia*, 29/10/1965, p. 44-45), e avolumou-se nas edições de dezembro de 1965, com entrevistas com os representantes que chegavam a Havana, convidados pelo comitê cubano para assistir às festas de fim de ano e do aniversário da Revolução (*Bohemia*, 31/12/1965, p. 48-54). Nas edições de janeiro de 1966, como era de se esperar, em razão dos trabalhos da Conferência e com a chegada de todos os convidados, vemos longas e minuciosas reportagens (*Bohemia*, 07/1/1966; 14/01/1966; 21/01/1966 e 28/01/1966).

A seção *En Cuba* ficou reservada para os assuntos tricontinentais durante o período, e foi criada uma coluna temporária e semanal exclusiva para notícias referentes ao encontro a partir da edição de 29 de outubro de 1965 (*Bohemia*, 29/10/1965, p. 44), com *boxes* informativos com curiosidades da geopolítica dos territórios dos três continentes e uma subseção chamada *Hombres de África*, na qual eram divulgadas as biografias de africanos importantes no contexto da luta contra o colonialismo e o neocolonialismo. Nesse ponto, vale lembrar que o investimento do governo cubano nas relações com a África, em especial com os movimentos de independência, era forte (Gleijesis, 2002)¹⁸. Por isso, possivelmente, o continente africano

18. Na década de 1960, Cuba apoiou a luta anticolonial na África tanto militarmente quanto politicamente. Em 1962, forneceu armamentos aos rebeldes argelinos e acolheu refugiados de guerra. Em 1964, após a 19ª Assembleia da ONU, Che Guevara realizou uma expedição de três meses pelo continente, visitando Argélia, Gana, Egito, Congo-Brazzaville e Angola, onde se encontrou com líderes como Ahmed Ben Bella, Kwame Nkrumah e Agostinho Neto. Em 1965, além de Che Guevara, cerca de 400 soldados cubanos estavam na África

adquiriu maior destaque no semanário, assim como o teve na Conferência propriamente dita. Além disso, a *Bohemia* reportava o andamento dos preparativos do evento internacional semanalmente, cobrindo as reuniões dos comitês e grupos responsáveis desde o ano anterior.

Trabalhadores, estudantes e organizações foram convocados para desenvolver atividades e organizar ações em razão da Tricontinental. A revista *Bohemia* noticiou, por exemplo, que “todos los niveles de la enseñanza se conozcan ampliamente las luchas, costumbres, tradiciones históricas y circunstancias geográficas, económicas y políticas de dichos tres continentes”, e que o Ministério da Educação (MINED) apresentou um plano de estudos e de atividades estudantis voltado para a Tricontinental que ocorreria entre 1965-1966 (*Bohemia*, 5/11/1965, p. 52-63). A cartilha, que levou o nome de *Unidad Pedagógica “Asia, Africa y América Latina”*, foi publicada na íntegra na *Bohemia*, e, entre os seus objetivos, estava “estrechar los lazos de solidaridad internacional entre nuestros alumnos y los obreros y campesinos” (*Bohemia*, 26/11/1965, p. 42). A Federação de Mulheres Cubanas (FMC)¹⁹ também se envolveu ativamente, buscando federadas que contribuíssem com horas de trabalho voluntário, “estudando durante uma semana o material elaborado sobre a Tricontinental” e o divulgando “para além dos espaços da FMC” (*Bohemia*, 5/11/1965, p.50).

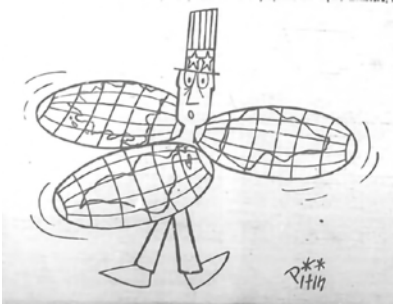
A revista também fez uso massivo de charges para compor as páginas das reportagens sobre a Tricontinental. Em sua maioria, os desenhos representavam o ataque de três continentes à figura imperialista, entrincheirada. Vê-se também o uso recorrente da forma do globo terrestre, das três figuras humanas representativas de cada um dos continentes e do numeral 3, além da figura do velho imperialista (Fig. 2, 3 e 4)²⁰.

Central, auxiliando conflitos no Congo/Zaire e treinando rebeldes angolanos. Nos anos 1970, a empreitada cubana na África continuou, com o envio de tropas e operações, como a Operação Carlota, em Angola (Gleijeses, 2003).

19. Organização criada em 23 de agosto de 1960, sob a liderança de Vilma Espín. Ainda que com algumas limitações, a FMC teve um papel fundamental na alfabetização e inserção das mulheres na vida política e social do país, no mercado de trabalho e no acesso à saúde, sendo um pilar da política social do governo cubano. Ver: Santos, 2009.

20. Em sua tese de doutorado, Lidia Generoso (2023) analisa em pormenores as representações visuais feitas em Cuba a respeito da Conferência.

Figura 2



Fonte: *Bohemia*, 24/12/65, p. 60

Figura 3



Fonte: *Bohemia*, 31/12/1965, p. 66.

Figura 4



Fonte: *Bohemia*, 31/12/65, p. 69.

As mensagens das charges pareciam cobrir os espaços em branco das páginas, mas não eram aleatórias e dialogavam de perto com o tom das reportagens. Nelas, aparecem o peso e o impacto que representava a união dos três continentes contra o imperialismo. A certeza na força da Conferência dialogava com uma característica bastante própria da década de 1960, na qual o protagonismo do Terceiro Mundo inaugurou consigo um sentimento de urgência e a segurança na renovação política da arquitetura internacional. Durante a década,

[...] a revolução cubana, a descolonização africana, a guerra do Vietnã, a rebelião antirracista nos Estados Unidos e os diversos surtos de rebeldia juvenil permitem aludir ao *hall* de relações institucionais, políticas, sociais e econômicas fora das quais é difícil pensar como poderia haver surgido a percepção de que o mundo estava prestes a mudar [...] (Gilman, 2003, p. 37).

Assim, de modo geral, as notícias publicadas na *Bohemia* corriam pelo fio da cobertura jornalística convencional do que era esperado: destaque para a grandiosidade do evento e o engajamento do governo e de sua população, notícias sobre os trabalhos das delegações participantes e transcrição dos principais discursos de lideranças. Até certo ponto, pode-se afirmar, *Bohemia* entregou o que se esperava de uma revista à serviço do governo anfitrião de uma conferência internacional. Como plataforma de notícias de ampla circulação, da população cubana ao público estrangeiro, trazia um discurso que desafiava e contradizia os que minimizavam a importância da Tricontinental como marco da solidariedade internacional e de formação de redes políticas intercontinentais. A Tricontinental, segundo *Bohemia*, era um “passo transcendental” (*Bohemia*, 21/01/1966, p. 44), e a solidariedade internacional estava ali descrita – e prescrita – como um direito dos povos do Terceiro Mundo: “En nuestro tiempo se dan las condiciones apropiadas en Africa, Asia y América Latina para limpiar la atmósfera de los gases letales del colonialismo que mantienen asfixiados económicamente y heridos en su dignidad a millones de seres humanos” (*Bohemia*, 14/01/1966, p. 59).

Além da retórica tradicional e esperada da cobertura jornalística da *Bohemia*, chamam a atenção os recorrentes encontros e visitas de delegações, jornalistas estrangeiros e membros de embaixadas à redação antes e durante a Tricontinental e como a equipe editorial esteve envolvida também na recepção dos convidados da Conferência em sua sede. Sobretudo, chama a atenção como isso foi incluído como notícia nas páginas do periódico. Ainda nas edições de dezembro de 1965, foram publicadas fotografias desses encontros na sede da revista, com suas respectivas legendas (Fig. 5 e 6):

Figura 5



Fonte: *Bohemia*, 24/12/1965, p. 62.

Figura 6



Fonte: *Bohemia*, 24/12/1965, p. 62.

Curioso notar que as fotografias compunham reportagens sobre a Tricontinental, embora os textos não fizessem nenhuma referência a esses encontros na sede da *Bohemia*. A revista parece querer demarcar seu lugar no arranjo tricontinental e divulgar sua atuação por meio dos registros fotográficos e suas legendas, compondo um quadro maior do relato sobre os dias da Conferência em Havana.

Nos números de janeiro de 1966, publicados nos dias 7, 14, 21 e 28, *Bohemia* apresentou uma ampla cobertura jornalística e fotográfica dos trabalhos ocorridos entre os dias 03 e 15 de janeiro, acompanhou as comissões, a agenda cultural e deu destaque à diversidade de seus participantes. Nas edições de 14 e 21 de janeiro, foram publicadas duas reportagens sequenciais a respeito da Conferência, assinadas por Javier Rodríguez, com a equipe de jornalistas Mario G. del Cueto, Gregório Hernández, Osvaldo Solas Escobar e Félix Pitta Astudillo, e dos fotógrafos Mariano Ferré, Antonio Martín e Carlos Nuñez. Essa sequência merece destaque porque o periódico mostrou que as visitas das delegações à sede da revista ocorridas em dezembro (Fig. 7 e 8) não foram aleatórias ou pontuais, mas sim parte de um projeto:

Figura 7



Fonte: *Bohemia*, 14/01/1966, p. 69.

Figura 8



Fonte: *Bohemia*, 14/01/1966, p. 68.

Figura 9



Fonte: *Bohemia*, 14/01/1966, p. 71.

Na edição de 14 de janeiro, ainda antes do encerramento oficial, a reportagem assinada por Javier Rodríguez com fotografias de Mariano Ferré mostrou “*La Conferencia por dentro*” (*Bohemia*, 14/01/1966, p. 54). Das 21 fotografias organizadas em apenas 4 folhas que compuseram a fotorreportagem, chamam a atenção duas delas (Fig. 10 e 11):

Figura 10



Fonte: *Bohemia*, 14/01/1966, p. 56.

Figura 11



Fonte: *Bohemia*, 14/01/1966, p. 56.

Ou seja, a seleção das fotografias nas quais aparecem *Bohemia*, seja no formato material da revista, seja pela figura de seu diretor, parece informar que ela também fazia parte da Conferência *por dentro*, como atestava o título da reportagem. De igual modo, podemos pensar que as fotografias feitas na sede da *Bohemia* que ilustravam a reportagem *Diario de una Conferencia* (Fig. 7, 8 e 9) também traziam a mensagem de que a revista fazia parte da rotina do encontro, por isso deveria ser representada em seu “diário”.

A reportagem especial de 15 páginas do semanário na coluna *En Cuba*, intitulada *La solidaridad en marcha*, publicada no dia 21 de janeiro, deu sequência ao “diário, preservado como subtítulo da seção. Nela, a revista narra os momentos finais dos trabalhos, que foram encerrados oficialmente no dia 15 de janeiro. Não há autoria da reportagem ou dos fotógrafos, mas, por ser uma reportagem em sequência com os dois números anteriores, é possível supor que a equipe divulgada na edição de 14 de janeiro tenha sido a mesma, sobretudo porque se preservou o subtítulo *Diario de una conferencia*. Novamente, Enrique de la Osa e equipe aparecem como representantes da *Bohemia* em fotografia do “diário” (Fig. 12):

Figura 12



Fonte: *Bohemia*, 21/01/1966, p. 46.

Como vemos, recepcionada pelo diretor Enrique de la Osa e pelo redator Gregório Hernández e outros membros do grupo, como Mario García del Cueto e Julián Iglesias, a equipe jornalística do semanário por vezes quebrou o protocolo – ou obedeceu a ele? – e foi fotografada para as matérias, sendo ela própria objeto de notícia.

É interessante destacar como a equipe da *Bohemia*, presente na Tricontinental, mostrou o trabalho da revista e o trânsito de seus jornalistas e diretores com embaixadores, delegações e jornalistas estrangeiros presentes em Havana por ocasião do evento. A equipe, para isso, saiu dos bastidores da reportagem e do lugar convencional ao cargo, isto é, a assinatura do texto ou autoria da foto, e tornou-se objeto fotografado, inserindo-se como parte da notícia, como integrante da rede terceiro-mundista em trânsito e em formação. Foram várias as imagens em que membros do *staff* e da diretoria do semanário apareceram nas reportagens, participando e se relacionando com membros das delegações em momentos descontraídos ou oficiosos do evento. Amparando-nos nos estudos de Alejandra Pita (2008, p. 4), podemos pensar na *Bohemia* dentro do escopo dos estudos sobre redes intelectuais e periódicos, já que é por meio dessas redes “que este grupo se ha servido para promover la realización de una o varias actividades que van desde la difusión de su trabajo, organización de equipos, creación de revistas o instituciones y hasta defensa de intereses corporativos”. Para além dos laços intelectuais, podemos inferir que houve a intencionalidade de oferecer aos participantes da Tricontinental uma vivência memorável nos breves dias em Havana, oferecendo-lhes uma proximidade e discussões em outras esferas, além das comissões de trabalho.

A presença da *Bohemia* nos coquetéis, reuniões em sua sede com os participantes da conferência e nos eventos culturais das delegações após as reuniões aponta para uma circulação e atuação da revista que extrapolava a dimensão jornalística profissional e sugere a criação de uma rede de profissionais cujo trabalho, além de documentar os acontecimentos diários, estava intimamente vinculado ao entendimento de si como mediadores e partícipes do projeto cubano terceiro-mundista, situando *Bohemia* como um espaço de cruzamento entre o presente e o futuro que se pretendia

criar. Nas palavras de Rocca (2004, p. 3), “aun viviendo en el presente la revista apunta, siempre, al futuro. Tiene, por decirlo así, una suerte de mirada bifocal: construye el presente y levanta la cabeza para trata de ver el futuro”. Compreendê-la como mais uma plataforma de divulgação da rede continental e terceiro-mundista estruturada pela Tricontinental e por Cuba, como elemento integrante e integrador da rede de sociabilidade fomentada a partir da Conferência, nos convida a observar os agentes pouco convencionais das Relações Internacionais envolvidos nos desafios impostos pela Guerra Fria Interamericana.

Referências documentais

Bohemia, Havana, ano 57, n. 43, 22 de outubro de 1965.

Bohemia, Havana, ano 57, n. 44, 29 de outubro de 1965.

Bohemia, Havana, ano 57, n. 45, 5 de novembro de 1965.

Bohemia, Havana, ano 57, n. 48, 26 de novembro de 1965.

Bohemia, Havana, ano 57, n. 52, 24 de dezembro de 1965.

Bohemia, Havana, ano 57, n. 53, 31 de dezembro de 1965.

Bohemia, Havana, ano 58, n. 1, 07 de janeiro de 1966.

Bohemia, Havana, ano 58, n. 2, 14 de janeiro de 1966.

Bohemia, Havana, ano 58, n. 3, 21 de janeiro de 1966.

Bohemia, Havana, ano 58, n. 4, 28 de janeiro de 1966.

Editorial nº 2: Contra el comunismo. *Bohemia*, año 51, n. 2, enero 11 de 1959.

La sección en Cuba: 35 años de combativa vigencia. *Bohemia*, n. 18, mayo 5 de 1978.

Los soldados de “Bohemia” recogen la bandera. *Bohemia*, año 52, n. 30, julio 24 de 1960.

RODRÍGUEZ, Pedro Pablo. “Biografía de *Bohemia*”. *Bohemia*, n. 18, mayo 5 de 1978.

VALDESPINO, Andres. “El comunismo: la gran estafa del siglo XX”, *Bohemia*, año 52, n. 21, mayo 22 de 1960.

Referências bibliográficas

- BEIGEL, Fernanda. “Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana”, *Utopía y Praxis Latinoamericana*, p. 105-115, enero-marzo 2003.
- BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- CALEGARI, Ana Paula Cecon. *Trajetória partidária e cultura política dos comunistas em Cuba*. Vitória, ES: Edifes, 2024.
- CALVO GONZÁLEZ, Patricia. “Visiones desde dentro. La insurrección cubana a través del Diario de la Marina y Bohemia (1956-1958)”, *História*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 346-379, jul./dez. 2014.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CONSUEGRA SANFIE, Alberto. Entre el desaliento y el choteo: caricatura y humor gráfico en la revista *Bohemia* de cara a la Segunda Guerra Mundial (1935-1941). In: FRATICELLI, Damián et al. *Arruinando chistes: panorama de los estudios del humor y lo cómico*. Buenos Aires: Damián Fraticelli; Teseo, 2021.
- FRIEDMAN, J. *Shadow Cold War: the Sino-Soviet Competition for the Third World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.
- DENIS, Richard. *Una revista al servicio de la nación: Bohemia and the evolution of cuban journalism (1908-1960)*. Thesis presented to the graduate school of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. University of Florida, 2016.
- GARCIA RODRÍGUEZ, Yadira. 1959-1960: crónica de una polémica ideológica en torno al rumbo de la Revolución Cubana. In: PLÁ LEÓN, Rafael; GONZÁLEZ ARÓSTEGUI, Mely (coord.). *Marxismo y revolución*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales/Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2006.
- GENEROSO, L. M. A. *Solidariedades tricontinentais em movimento: política, imagens e temporalidades na produção cultural da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina 2023*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

GLEIJESES, P. *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill; London: University of North Carolina Press, 2002.

GUERRA, Lillian. *Heroes, Martyrs, and Political Messiahs in Revolutionary Cuba, 1946-1958*. New Haven: Yale University Press, 2018.

GUERRA, Lillian. *Visions of power in Cuba: revolution, redemption, and resistance, 1959-1971*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2012.

HARMER, Tanya. *El gobierno de Allende y la Guerra Fría interamericana*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

IBER, P. From Peace to National Liberation: Mexico and the Tricontinental. In: PRAKASH, G.; ADELMAN, J. (ed.). *Inventing the Third World: In search of freedom for the Postwar Global South*. London: Bloomsbury Academic, 2022, p. 45-63.

LÖWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e revolução cubana, 1959-1961*. São Paulo: Xamã, 2003.

PETTINÀ, Vanni. *Historia mínima de la Guerra Fría en América Latina*. Ciudad de México, México: El Colegio de México, 2018.

PITA GONZÁLEZ, Alejandra. Las revistas culturales como fuente para el estudio de redes intelectuales. In: PALÁCIO MONTIEL, Celia del; MARTÍNEZ MENDOZA, Sarelly (coord.). *Voces en papel: la prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970*. México, Universidad Autónoma de Chiapas, 2008.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. “Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales”, *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 5, n. 01, p. 3-30, 2015.

PLÁ LEÓN, Rafael. Trayectoria ideológica de la revista *Bohemia* en los sesenta. In: PLÁ LEÓN, Rafael; GONZÁLEZ ARÓSTEGUI, Mely (coord.). *Marxismo y revolución*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales/Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2006.

RESENDE, Taciana A. G. *A Conferência Tricontinental em Havana: disputas e acordos na consolidação do terceiro-mundismo em tempos de Guerra*

Fria (1966). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

RIQUELME SEGOVIA, Alfredo. La Guerra Fría en Chile: los intrincados nexos entre lo nacional y lo global. In: HAMER, Tanya; RIQUELME, Alfredo. *Chile y la Guerra Fría global*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2014.

ROCCA, Pablo. “Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano)”, *Hispanica*, año XXXIII, n. 99, p. 3-20, diciembre de 2004.

RODRÍGUEZ SUAREZ, Daniel. *Prensa y revolución*. El proceso revolucionario cubano a través de las publicaciones periódicas de España y Cuba (1959-1961). Tesis doctoral presentada al Programa de Doctorado en Historia Contemporánea de la Universidad Autónoma De Madrid, Madrid, 2016.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. “Mulher e revolução em Cuba”, *Histórica*, São Paulo, online, v. n 38, p. 01, 2009.

SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”, *America, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, p. 9-15, 1992.

SILVA, Izabel Pimentel. Nuestra América: a Revolução Cubana e o internacionalismo das esquerdas revolucionárias na América do Sul. In: SALES, Jean *et al.* *Revolução cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracajú: Editora IFS, 2019.

TARCUS, Horacio. “El ciclo histórico de las revistas latinoamericanas: trazos de una genealogía”, *Revista Nueva Sociedad*, n. 291, p. 192-207, 2021.

TARCUS, Horacio. *Las revistas culturales latinoamericanas: giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles*. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2020.

La representación de un acontecimiento político. La ruptura democrática chilena en Marcha y Crisis, dos revistas del Cono Sur

Claudio Maíz

En este trabajo nos ocuparemos de dos publicaciones culturales rioplatenses – *Marcha* y *Crisis* – que adoptan definiciones políticas. Estas publicaciones comparten un lugar de enunciación que es la región rioplatense. Adhieren a ideologemas como los de un nacionalismo continental, es decir, una marcada defensa y preocupación por América Latina, así como también una solidaridad extensiva a los países conocidos por entonces como del Tercer Mundo. Estas ideas están en la base de la praxis editorial como relato maestro que faculta ocuparse de temas más allá de fronteras nacionales y adherir a causas de la cultura de izquierdas durante la década del 60 y 70 del siglo pasado. La sensibilidad tercermundista que impera en el periodo se percibe en el contenido de las revistas. Ello por cierto no las homologa, sino que las sitúa en el campo bien delineado de la cultura impresa de izquierdas. La representación del acontecimiento conocido como el “golpe militar en Chile” (setiembre de 1973) es una problemática que las revistas intentan resolver mediante recursos verbales y no verbales a fin de activar la conciencia de los lectores.

El estudio de las publicaciones periódicas se ha acrecentado durante estas últimas décadas. Varias disciplinas han puesto su atención sobre estos

textos públicos. Más allá del valor de difusión de doctrinas, corrientes de pensamiento, introducción de novedades, han contribuido asimismo a forjar conciencias supranacionales, conformación de redes intelectuales, acumulación de capital simbólico (Tarcus, 2020). Las revistas pertenecen a un género discursivo que se define por la periodicidad, las entregas seriadas generalmente, el tamaño diverso al de los diarios y un número acotado de páginas (Ausa, 1998). La revista es, además, un género discursivo cultural que posee una “textualidad, funciones y sociologías propias” (Osuna, 1998, p. 2). En ese sentido, aunque haya una sintáctica semejante en las revistas culturales que invariablemente definen su orientación editorial, se debe hacer una primera y principal distinción si agregamos el componente de la política. En efecto, las revistas culturales con sesgo político se diferencian de las revistas político-partidarias por el hecho de que unas son de orden conjetural y debate, mientras que las partidarias son aseverativas y taxativas. La revista cultural con una dirección ideológica se abre en un amplio espectro, de acuerdo con la orientación de su ideario. Ahora bien, los medios utilizados por las revistas culturales para manifestar la dimensión política son diversos, que incluyen desde la expresión clara de la línea ideológica, a las materialidades que dan forma a la publicación: recursos tales como fotografía, ilustraciones, cartografía; también las decisiones tomadas a nivel gráfico como la tipografía, las titulaciones, secciones y distribución de textos.

Las dos publicaciones culturales rioplatenses – *Marcha* y *Crisis* – que adoptan definiciones políticas. La elección de estas publicaciones obedece al hecho de que el lugar de enunciación no es indiferente, la cercanía es un elemento considerable. Además, hay varias zonas de confluencia entre ambas publicaciones, que, en líneas generales, podríamos enmarcarlas dentro de un nacionalismo continental, es decir, una marcada defensa y preocupación por América Latina, así como también una solidaridad extensiva a los países conocidos por entonces como del Tercer Mundo (Albuquerque, 2015). Esta impronta está en la base de la praxis editorial como soporte ideológico y punto de inflexión, desde donde es posible ocuparse de temas más allá de fronteras nacionales y adherir a causas de la cultura de izquierdas durante la década del 60 y 70 del siglo pasado. La sensibilidad tercermundista que impera en el periodo se percibe en el contenido de las revistas. Ello por

cierto no las homologa, sino que las sitúa en el campo bien delineado de la cultura impresa de izquierdas. Dicha sensibilidad no aflora como una expresividad explícita –que la puede haber– sino más bien por el hecho de que la defensa de una idea, como el tercermundismo, no se registra al modo de una historia sino como argumentación. Son las estructuras argumentativas en danza las que apelan a las emociones para reforzar las definiciones. Las argumentaciones pertenecen a personas que persiguen un fin: persuadir a sus lectores. Las acciones argumentativas sobre tópicos de la cultura de izquierda son uno de los caracteres más representativos de las publicaciones. De manera que en la exposición del golpe contra Salvador Allende y la interrupción democrática en Chile lleva este componente emocional en el énfasis argumentativo de quienes organizan discursivamente el acontecimiento¹.

Las publicaciones en cuestión son *Marcha*, un semanario publicado en Uruguay (1939-1974) y *Crisis*, publicada en Argentina (entre mayo de 1973 y agosto de 1976). Más precisamente, estamos interesados en observar la manera como se configuraron los artefactos materiales (discursivos y no discursivos) que dieron cuenta de la ruptura democrática en Chile en septiembre de 1973. Para ello será necesario detenerse en las estrategias del lenguaje editorial de acuerdo con algunos parámetros de recepción e inducción de lectura. Sabemos que las publicaciones periódicas son dispositivos semióticos complejos, compuestos por contextos, públicos y programas editoriales. En tanto dispositivos semióticos tienen una gran relevancia en la forma de diseñar un acontecimiento político y los sentidos que estos adoptan. La tipografía, el estilo y la sintaxis “determinan las maneras en las que los textos portan significados”, escribe Robert Darnton (2010, p. 142) al hablar de la palabra impresa. Nuestro objetivo principal está centrado en dilucidar los procedimientos tanto retóricos como visuales de un hecho político como fue el golpe militar que interrumpió el proceso democrático de Chile. La acción inicialmente descriptiva busca indagar sobre el impacto público de estas revistas en el espacio público político-

1. Van Dijk (1990) llevó a cabo un estudio de la noticia desde el punto de vista del análisis del discurso, en el que admite los usos retóricos de la prensa con el fin de impactar en los lectores.

cultural, teniendo en cuenta un factor crucial que es de la configuración de un acontecimiento en respuesta a la inmediatez de lo sucedido (Borrat, 1989). Para ello debe poner en juego tanto una narrativa maestra que guíe como la materialidad que la represente en el marco de la configuración del discurso revisteril.

Una doble temporalidad acecha a la configuración de lo que ha sucedido en la realidad y la representación en las publicaciones. Por un lado, la inmediatez como se ha dicho y, por otro, la distancia que provee la mirada crítica desde un nuevo presente (el nuestro). La primera, somete al discurso a una mirada empañada por la cercanía, que deja escaso margen para un recorte más nítido y con mayores precisiones de lo ocurrido. Por ello, la reconstrucción de lo sucedido demanda decidir sobre la selección de datos que ayuden a su esclarecimiento. Es necesario partir de alguna certeza dentro del conjunto de versiones que circulan. La escasez, reticencia o tergiversación de datos obliga a las publicaciones a recurrir a otros factores, incluso conjeturales, que auxilien la tarea de decir lo que ocurrió. Por el otro, la mirada a la distancia concede una cierta supremacía al contarse con información faltante en los años del acontecimiento, de esa manera es posible la restitución de algunas piezas ausentes, provistas por investigaciones sobre el golpe, la desclasificación de archivos, como los de la CIA, las memorias, biografías o epistolarios de los protagonistas. Por caso, estos archivos han permitido confirmar la participación de los Estados Unidos en el apoyo a los grupos cívico-militares que realizaron el golpe. Entre uno y otro punto de vista – el inmediato y el del nuevo presente- posiblemente pueda calibrarse la densidad intuitiva, predictiva o asertiva de las publicaciones en torno a un episodio de naturaleza política (Lúgaro; Saldías; Fonseca; 2023).

Ahora bien, a la metodología descriptiva se le sumará un pasaje hermenéutico que considere los textos revisteriles como sucesos culturales, es decir, en tanto factores que inciden en los debates públicos. Asimismo, el golpe militar será abordado como acontecimiento, ya que no se trataría de un hecho singular y repentino sino de una sustancia proto/intrahistórica. Y, en tercer lugar, la lectura hermenéutica tendrá en cuenta la intervención intencionada del discurso revisteril en el contexto de una contemporaneidad.

Para que se entienda mejor, podemos apoyarnos en algunas distinciones que Levi-Strauss (1997) formuló en torno a la historia y el pensamiento salvaje. Desde luego, lo haremos mediante una extracción acotada de la formidable obra del antropólogo. Si bien las publicaciones que estudiamos, como veremos con más detalle, utilizan el código cronológico propio de la historia, es lo único que toman de ella justamente por la inmediatez en la que se encuentran inmersas. Estas circunstancias las inducen a “la búsqueda de la información” no ya de grupos o conjuntos sino la de los individuos, a fin de considerar “sus motivaciones, que corresponden a su historia personal y a su temperamento, es decir, a un dominio intrahistórico en el que reinan la psicología y la fisiología [...]” (Strauss, 1997, p. 380). Lo que pierde en rigor histórico, ya que lo biográfico y anecdótico es lo menos explicativo, lo gana en información y en la consideración de “los individuos en su particularidad, y puesto que detalla, para cada uno de ellos, los matices del carácter, los rodeos de sus motivos, las fases de sus deliberaciones. Esa información se esquematiza, luego se borra, después queda abolida, cuando se pasa a historias cada vez más “fuertes” (Strauss, 1997, p. 378-379). La configuración del acontecimiento “golpe militar de 1973” en la sintaxis revisteril integra la discusión de una historia del presente abierta desde hace décadas². De ahí que sea conveniente ampliar nuestro idea del acontecimiento.

El golpe militar como acontecimiento y superposición de tiempos

El acontecimiento está asociado a la contemporaneidad, a los hechos que se producen en el presente de manera inesperada. Hay que distinguirlo de su conversión en discurso, es decir, cuando se convierte en noticia, cuando se lo comunica. La ocurrencia del acontecimiento solo alcanza inteligibilidad, se hace accesible (no veraz) en la organización de un discurso. Por eso resulta pertinente interrogarse sobre la relación entre estrategias retóricas, realidad y discurso periodístico en la recepción del golpe militar chileno. En un estudio sobre el “caso chileno” en la revista *Crisis*, la respuesta

2. Una síntesis del debate puede seguir en Trebitsch, M. “El acontecimiento, clave para el análisis del tiempo presente”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 20, p. 29, 1998. Disponible em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/CHCO9898110029A>. Acesso em: 02/052023.

a este juego de factores es que no habría fidelidad respecto de lo “real” sino una serie de condicionamientos que afectan “lo real” al ser representados en la escritura:

[...] tratar los discursos sobre el golpe – escribe Bardauil – como un precipitado de discursos genéricos no solo dejará ver mejor a la narración de los acontecimientos acaecidos como el efecto de un dispositivo retórico particular, sino que pondrá de relieve los modos en que tal dispositivo incide y condiciona la representación de los “hechos” en la escritura. (Bardauil, 1999, p. 13)

Huelga decirlo, pero la mimesis está totalmente excluida. Por otro lado, las publicaciones, que representan discursivamente un acontecimiento de sustancia política incurren en una contradicción entre la sujeción a una contemporaneidad y la ulterior transformación en archivo cuando la contemporaneidad cambia, es otra. La materialidad de la publicación nace como contemporánea y pasa luego a integrar el archivo, calidad de tales como la recibimos. La senda crítica va del archivo a la restitución imperfecta de la contemporaneidad primera en la operación de analizar el acontecimiento político. Frente a ello, hay dos alternativas: “politizar el archivo o archivar la política” (Casullo, 2004/2005, p. 17). La literatura crítica sobre el archivo ha probado la politización de los archivos, lo que parece más enigmático es saber la manera como la política se archiva. Descartada esta última instancia, en las publicaciones de sesgo político existe una asociación muy estrecha entre la materialidad, la prosa ensayística requerida para expresar lo conjetural y la sujeción al tiempo presente, pero con vistas a un futuro. La utopía que en algunos casos pregonan, entonces, no es una imaginación irrealizable sino la imaginación crítica de la contemporaneidad.

A primera vista, nada más paradójico que una conexión como la realizada. Mientras que la contemporaneidad es condición del presente, el archivo lo es de la memoria que recupera el pasado. Sin embargo, a pesar de todo, hay un punto en el que se cruzan: el archivo hace más densa la contemporaneidad, cualquiera sea su orden. Cuánta “luz” arroja el archivo sobre la “oscuridad” contemporánea, esto es, sobre el presente, no pone en duda que lo hace. El semanario *Marcha* y la revista *Crisis*, especialmente,

intentaron leer en el “caso” chileno la pérdida de vigencia de una “ley histórica”, afirmada en una serie de acontecimientos de cambios radicales (la revolución cubana, la revolución cultural china, los movimientos africanos de liberación, entre otros) “que había llevado a un amplio sector de la sociedad a confiar en la ineluctabilidad del destino revolucionario nacional y latinoamericano” (Casullo, 2004/2005, p. 7). Poner bajo sospecha la realidad tal y como aparece adaptada por los discursos sociales, indagar entre sus pliegues, descreer de lo obvio, restablecer otras representaciones son procedimientos de desacople necesario entre lo dado y lo presumido. De manera que una plana coincidencia con el presente, entonces, consiste en no cuestionar un orden de las cosas, lo contrario es percibir los pliegues oscuros de la realidad presente (Agamben, 2011, p. 21). *Crisis*, por caso, se interesa por el análisis de “los problemas de infraestructura cultural” y ocuparse de “los testimonios más escondidos y marginados de la cultura popular” (*Crisis*, 1974, p. 69). Merece llamarse contemporáneo, en palabras de Giorgio Agamben (2011, p. 22), “aquel que percibe la oscuridad de su tiempo como algo que le incumbe y no cesa de interpelarlo, algo que, más que cualquier luz, se dirige directa y singularmente a él”. La condición de contemporáneo demanda coraje, sigue Agamben, que se necesita para percibir lo oscuro en el presente de la luz. Es por esta razón que no todos son contemporáneos, sólo unos pocos que pueden soportar la mirada fija en la oscuridad de la época y al mismo tiempo percatarse de la presencia de una luz que surge del oscuro presente, dirigida hacia el que mira pero que a la vez se aleja indefectiblemente (Agamben, 2011, p. 23). ¿*Marcha* y *Crisis* actuaron en la organización discursiva del “golpe militar” con esas sospechas sobre la contemporaneidad en la que lo realizaron?

Las revistas, textos situados

Lo contemporáneo entendido como un contexto, merece que lo abordemos para calibrar las correspondencias entre discurso y producción periódica. Quentin Skinner realizó una interesante distinción entre los “textos arquitectónicos” (Bocardo Crespo, 2007, p. 59) y los textos situados” o también llamados de “ocasión” para aludir a textos con una clara pertenencia

a un contexto determinado, cuyo estudio demandaba preguntarse por las intenciones que movieron al autor a escribirlo. Ahora bien, la diferencia entre uno y otro radica en una indisimulada ubicación en un contexto y movidos por “intenciones” que anima justamente a los “textos de ocasión” (Skinner, 2007, p. 10). En esa dirección, el “estar situados en su realidad” implica para las revistas *Marcha* y *Crisis* trabar una estrecha relación entre la reflexión sobre el propio lugar de enunciación (la periferia) y una comunidad de lectores imaginada que comparte con ellos el horizonte político-cultural. Tales publicaciones permiten observar la dinámica en juego entre la historia, las materialidades y la cultura en su proyección política. Justamente, parte del relato maestro con el que se lee el golpe está impregnado de la asunción de la dependencia con los países centrales (especialmente los Estados Unidos), el propósito emancipatorio unido a un ideal de integración continental, y cambios sociales profundos son los contenidos primordiales que recortan el universo revisteril considerado. Arte y contorno, o lo que es análogo arte y contexto constituyen el vector para describir con mayor precisión la prosa a mitad de camino entre la ocasión y la reflexión, caracterizadoras de revistas como expresiones de contemporaneidad. Aquella denominación de “textos situados”, que tomamos de Skinner, nos lleva a insistir sobre el otro soporte en el que se asienta nuestro propósito de observar la recepción del golpe militar de 1973 en las dos publicaciones. Como ya se ha dicho, la categoría de acontecimiento presenta en la gramática de las revistas diseños diferentes, pero en muchos aspectos convergen. Braudel se refirió a la duración en tres dimensiones (según su tesis sobre *El Mediterráneo*, 1949): la larga duración (las relaciones entre el hombre y las estructuras), coyunturas (ritmos cíclicos de economías y sociedades) y el “tiempo corto” del acontecimiento (Braudel, 1970, p. 40). El tiempo corto del acontecimiento no era el que más interesaba a la Escuela de los Anales. Con Alain Badiu o Pierre Nora, entre otros, habrá un retorno del acontecimiento como un evento que no es de orden natural, ni neutro al decir de Badiu (2003). Solo los hechos poseen esas características, en tanto que los acontecimientos no se rigen ni por la naturalidad ni la neutralidad ni neutro. Frente a las situaciones naturales se ubican las situaciones históricas (Nora, 1985, p. 202). Como

situación histórica, el acontecimiento reúne un haz de signos dispersos que es necesario desatarlos, en palabras de Pierre Nora (1985, p. 237), para pasar “de la evidencia del acontecimiento a la puesta de manifiesto del sistema”.

El golpe en el semanario Marcha

El semanario Marcha extendió su existencia entre los años 1939-1974. Al divulgar el golpe cívico-militar chileno, la publicación uruguaya se encontraba bajo un estado de excepción democrática. En efecto, el 27 de junio de 1973 se había producido en Uruguay un golpe militar. Por lo tanto, en la diagramación del acontecimiento chileno se imbrica el presente que la publicación transita. En su larga existencia, el semanario como tribuna intelectual en el contexto rioplatense y latinoamericano asumió posiciones diversas: oposición al fascismo, las dictaduras, el imperialismo. Con todo, la adhesión al latinoamericanismo, la tercera posición y el nacionalismo continental guiarán su trayectoria. Para los años del golpe la publicación alcanzó un tiraje de unos 30 mil ejemplares. Apenas un dato para medir su influencia. El proyecto de su director Carlos Quijano (1900-1984) incluía el semanario, los *Cuadernos de Marcha* (1967 a 1974), publicaciones más extensas y analíticas y la *Biblioteca de Marcha* (1969 a 1974). Esta última fue fundada en 1969 en Montevideo bajo la dirección de Jorge Ruffinelli. La editorial corona la obra planeada por Carlos Quijano.

Desde el punto de vista de la materialidad del semanario, es conveniente destacar que, a partir del año 1967, el diseño de la tapa procurará ser una síntesis del interior de la revista, no porque contenga todo sino porque la tapa enfatiza lo más relevante, algo así como sinécdoque (ver imagen 1).



Nota: Tapa de la revista *Marcha* N° 1655.

Dentro de los nuevos parámetros gráficos, la tapa de la edición que toma el golpe de Chile está ocupada solamente por una foto de Salvador Allende y la cita de un discurso de André Malraux (1973, s/p): “La palabra “no” firmemente opuesta a la fuerza, posee una potencia misteriosa que viene del fondo de los siglos. Todas las más altas figuras espirituales de la humanidad dijeron “no” a César. Prometeo reina sobre la tragedia y sobre nuestra memoria por haber dicho “no” a los dioses. El esclavo dice siempre “si””. Tapa austera pero impactante por la gran fuerza visual tal como el suceso comunicado lo exigía. El tema se retoma recién en la página 18 bajo el título “Allende, Chile y el mundo”. Un orden ascendente que alude al hombre, la nación y la comunidad internacional en un mismo sintagma. El tono de la bajada de la nota tiene toques épicos. Habla de “la muerte gloriosa de Allende”, de “conmovido homenaje”, de “gran experiencia iniciada en 1971”. Y aquí aparece un recurso de astucia por parte de *Marcha* (1973, p. 18) que alude indirectamente a su propio presente. Dice: “Para juzgar hombres y hechos de tanta gravitación en la historia y particularmente en la historia

de nuestro continente, *ha de estarse libre de trabas y cortapisas*” (cursivas nuestras). ¿Cuáles son esas trabas y cortapisas? La censura que ejerce el gobierno de facto. Si la revista no puede expresarse libremente, conviene entonces que hablen otros: “por eso dejamos la palabra a quienes pueden hablar”. ¿Quiénes se expresan? Pierre Mendès France, primer ministro (1954-1955), de procedencia socialista, admite su conmoción y decepción a la vez por los franceses que simpatizan con el golpe; *Le monde* (Apud *Marcha*, 1973, p. 19) en su nota “Las lágrimas y los actos” denuncia que los lamentos son insuficientes sino hay actos que los avalen. Continúa con un repaso de los diferentes países que solo envían condolencias a la viuda de Allende, o la alusión a los EE. UU. más preocupado en negar su participación en el golpe. Brasil y Uruguay son nombrados como los países que apoyan abiertamente la interrupción democrática, es entendible ya que ambos países viven bajo gobiernos cívico-militares. A propósito del comportamiento de la comunidad internacional, *Le Monde* cierra diciendo: “Una moral sin sanciones es a menudo generosa pero casi siempre irrisoria”. Las páginas se complementan con extractos de un reportaje de *Times* (Apud *Marcha*, 1973, p. 21): “Pinochet: democracia sangrienta”, en el que el dictador expresa que la democracia debe purgarse con sangre, e ironiza, aunque en ocasión de este golpe solo han sido “unas gotas”. En un tramo de la transcripción la tipografía pasa a mayúsculas, una decisión gráfica, justo cuando Pinochet manifiesta la restauración a EE. UU. de las propiedades expropiadas por la Unidad Popular y la coalición derrocada. En otro extracto de *Times* titulado “Por mal camino” se denuncia la proscripción de todos los partidos políticos.

Habrá otra tapa dedicada a Salvador Allende en la edición del 8 de febrero de 1974 (ver imagen 2). Después de este número, *Marcha* deja de salir. Una foto de Allende bien conocida, en la que se lo ve armado y rodeado de otros combatientes, el presidente depuesto mira hacia arriba luciendo un casco de guerra. En el interior solamente un breve suelto titulado “así murió Allende”, la fotografía es caracterizada como “dramático testimonio” de los últimos minutos de Allende, el “héroe y guía” de toda “nuestra América”. Hay una asimetría entre la tapa dedicada plenamente a Allende y el breve texto que en el interior del semanario, casi desapercibido, se refiere a ella.



Nota: Tapa de la revista *Marcha* n° 1671.

El acontecimiento que compagina *Marcha* está atravesado tanto por diversas temporalidades (compromiso con su histórico pasado latinoamericanista y de izquierda) como por episodios del presente (a la vez actor y víctima en un contexto de libertades perdidas) que condicionan su acción discursiva (habla a través de otros). *Marcha* aborda los sucesos de Chile desde un condicionamiento muy fuerte, compartido con la sociedad chilena: estar bajo el peso estructural de las dictaduras. En este caso la contemporaneidad del acontecimiento chileno es compartida y por lo tanto esa circunstancia habrá de orientar las estrategias editoriales adoptadas.

En septiembre de 1973 dedica el número 74 de los *Cuadernos de Marcha*, de periodicidad mensual, al golpe militar de Chile. El número anterior de los *Cuadernos* ayuda a contextualizar el marco en que se publica el referido a Chile. Como se sabe, en Uruguay ha habido un golpe militar, este otro acontecimiento mejora las perspectivas desde donde se interpreta el golpe chileno. Efectivamente, el número 73 se abre con esta síntesis:

Este Cuaderno es la continuación de los titulados “7 días que conmovieron a Uruguay” (número 68) y “La era militar” (número 69). El primero refirió a los sucesos de febrero y a sus antecedentes

inmediatos; el segundo documentó las primeras consecuencias de aquellos sucesos y llegó hasta los iniciales días de abril. Este que hoy publicamos, parte de ahí y recoge los textos que muestran el fin de lo que principió en febrero. Quedan así reunidos hasta la fecha, todos los documentos principales que abren la nueva era. (*Cuadernos de Marcha*, 1973, p. 3)

El proyecto de *Marcha* que compartía algunos de los tópicos del relato maestro de la cultura de izquierdas ha comenzado a resquebrajarse, hay un hecho irrefutable que lo corrobora y el golpe militar sufrido. El acontecimiento lleva a pensar que se ha abierto una “nueva era” y que ella es “militar”. El número 74 dedicado al golpe chileno dice:

La gloriosa y trágica muerte de Salvador Allende -nada ni nadie podrá borrar ya esa sangre- cierra una etapa de un proceso cuyas raíces se extienden a lo lejos. Esa etapa, breve se inició el mismo día -4 de setiembre de 1970- de la elección de Allende, a la presidencia de la república. Sobre todo el proceso, y de modo particular sobre toda esa etapa, pesa la sombra ominosa del imperio. Dejamos hoy hablar a los textos. Son claros e irrecusables. Un segundo y próximo Cuaderno analizará con detención los hechos. Con emoción, rabia y esperanza nos inclinamos ante el sacrificio heroico de Salvador Allende, guía y ejemplo para siempre, de nuestros pueblos. (*Cuadernos de Marcha*, 1973, p. 2)

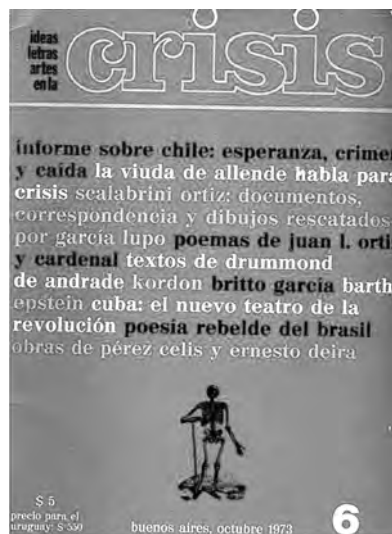
El número 75 es nuevamente dedicado a Allende. Ambos números llevan el mismo título “Allende. Compañero presidente”.

Crisis: el acontecimiento como anticipo

Crisis aparece en mayo de 1973 y cierra en agosto de 1976, editada en Buenos Aires, con una periodicidad mensual, llegó a publicar 40 números. El aparato semiótico de *Crisis* fue una confluencia de textos, fotos y artes visuales. Serigrafías, expresiones artísticas plásticas rioplatenses como las de Santiago Corgorno, Ana Tarsia, Pablo Obelar, por nombrar algunos. Utilizó asimismo facsimilares de documentos de diversas materialidades que provenían de una colección personal del impulsor de la publicación que

daban cuenta de la historia colonial. En cuanto al elenco de colaboradores, además de Eduardo Galeano como director editorial, la revista contó con las colaboraciones de Alejo Carpentier, Pablo Neruda, Miguel Ángel Asturias, Roa Bastos, entre tantos otros escritores de la nueva narrativa latinoamericana. *Crisis* recibe influencias desde dos vertientes. Una de ellas, el modelo del semanario *Marcha*, ya que *Crisis* organizó un proyecto editorial similar al del semanario uruguayo: publicó 29 series de *Cuadernos* y puso en funcionamiento *Ediciones Crisis*. La otra, fue la experiencia de la revista *Casa de las Américas*, referencia ineludible de la cultura de izquierdas del momento. Se debe destacar que la figura de Eduardo Galeano resulta un nodo de religación entre *Crisis*, *Marcha* y *Casa de las Américas*, en virtud de los lugares que ocupó cada una de ellas, como director, jefe de redacción y colaborador, respectivamente. *Crisis* no tuvo secciones fijas ni manifiesto inaugural. Pero sí tuvo un programa estético, político y cultural que se nutría del clima intelectual de la época. Una narrativa maestra basada en el cambio revolucionario guiaba en general a las publicaciones de aquellos. La perspectiva crítica de *Crisis* consistía en un juego entre la revisión del pasado como un modo de encontrar los sentidos de la conflictividad del presente. El sumario de la revista remeda un mosaico. Sus tendencias son explícitas: izquierda nacional, adhesión a movimientos revolucionarios de América Latina y Tercer Mundo. La sintaxis de la revista es acumulativa, procede por adición: hechos, hipótesis, imágenes. Ejercita una revisión del peronismo y la revolución cubana aporta claves interpretativas. En el momento de mayor conflictividad en la Argentina, previo al golpe de 1976, *Crisis* alcanzó los 50 mil ejemplares. También comparte con su modelo *Marcha* dos formas genéricas: entrevista y ensayo, estrategias discursivas con tonos pedagógicos.

En el número 6 de octubre de 1973 (ver imagen 3), *Crisis* hace referencia a los sucesos de Chile bajo el título “esperanza, crimen y caída. Informe sobre Chile”. El espacio que se le concede al “informe” es considerable y se podría dividir en tres bloques. Un primer bloque está ocupado por una cronología elaborada por el periodista Gregorio Selser.



Nota: Tapa de la revista *Crisis* n.º 6.

Cada página de este primer bloque es ilustrada con una foto y la incorporación de un texto que no forma parte de la crónica. Este recurso de fotografía y texto refuerza desde otro ángulo la sucesión de fechas y episodios. Así, por ejemplo, en la primera página del bloque aparece una foto de Salvador Allende con la mano levantada y el extracto de una entrevista hecha por Regis Debray, en la que Allende habla de su posible muerte. La cita textual lleva un título vibrante “si me asesinarán” y está fechada en 1971. La segunda página, ocupada siempre por la crónica, repite el procedimiento y se incorpora en un recuadro, bajo el título de “un antecedente”, una vieja foto de Iquique de 1907 tomada antes de la conocida matanza y el breve texto que pertenece Elías Lafertte, *Vida de un comunista* (1961), en el que relata el momento en que se montan las ametralladoras frente a la escuela Santa María de Iquique donde ocurrió la matanza. La tercera página está dedicada solamente a la crónica, pero con la foto de una bandera de Chile en el centro. En la última página de la cronología se completa con una foto del Palacio de la Moneda ardiendo, durante el bombardeo y un reportaje a Hortensia Bussi, viuda de Allende, hecho telefónicamente por la revista. Como es posible observar se transmite la idea de una continuidad represiva de los sectores populares. Otras contemporaneidades vienen en auxilio.

El segundo bloque lleva por título “informe sobre chile/voces” y está presidida por una foto del momento en que es retirado el cadáver de Allende. Las “voces” son las de Julio Cortázar, Ernesto Sábato y Rafael Alberti. En la página siguiente la “voz” excluyente es la de Allende a través de la reproducción del mensaje ante el Congreso en 1973, fragmento de una respuesta a una periodista en 1972, en la que vuelve sobre su posible muerte y otro fragmento del primer mensaje al congreso en 1971. Los títulos son: “las realizaciones de la unidad popular”, “no me inquieto por mi vida” y “la vía chilena al socialismo”, respectivamente.

El tercer bloque que lleva el título “informe sobre chile/documentos” se abre con un escueto texto en el que por primera vez *Crisis* toma la palabra, ya que a lo largo de todo el informe se ha limitado a especificar nombres o detallar fuentes de donde se obtienen las voces de otros. Esa breve introducción resignifica el desarrollo del informe ya que actúa como un dispositivo explicativo de la forma elegida para transmitir el acontecimiento del golpe. “Los hechos – reza el breve texto – suelen ser profetas certeros. Durante la etapa previa al golpe de estado, ocurrieron en Chile numerosos episodios que prefiguraban la matanza de setiembre [...]” (1 *Crisis*, 1973, p. 7). Aquí se pone en evidencia dos cosas: por un lado, la relevancia atribuida a lo fáctico, por otro, lo fáctico como antecedente de otro suceso. Lo fáctico como profecía, además, obedece al mecanismo hermenéutico de *Crisis* en el sentido de buscar en el tiempo precedente la explicación de lo acontecido en el presente. En la página siguiente este funcionamiento se hace más perceptible. La infaltable foto, esta vez, una marcha militar y un texto sobre la denuncia del apoyo norteamericano al golpe. Uno de los títulos no deja dudas “nixon dio luz verde” y otro “el cobre tras el trono” ilustrando el texto la foto de un minero.

Nicolás Casullo (2004/2005, p. 13) afirma que las “dictaduras, en sus finales, optaron por el desvanecimiento de pruebas y anales”. A ello se suma, en palabras de Casullo (2004/2005, p. 13), que la sociedad “siempre se acomoda, se sitúa, se acostumbra, se resigna o se alivia por ese vivir en una pérdida ininterrumpida de memoria, de extravío de archiveros imaginarios sobre la identidad que se porta”. Un primer corolario de nuestro recorrido admite que las dictaduras desvanecen las pruebas o registros de sus acciones,

pero son pérdidas de memoria que demandan una decantación para ser recuperadas, no como contemporáneas sino a través de los archivos. Las revistas que consideramos, con su doble marca de contemporaneidad y archivo, contribuyen a ello. Un segundo corolario tiene que ver con la inconformidad de las prácticas editoriales de *Marcha* y *Crisis* que orientan el diseño del acontecimiento llamado “golpe cívico-militar en Chile”. Tal inconformismo permite interpretaciones diferentes de la experiencia chilena, tales como la intervención norteamericana en el desarrollo del golpe, las conspiraciones castrenses precedentes o la hipocresía de las democracias occidentales. Finalmente, la puesta en gráfica de ambas publicaciones del episodio chileno despliega un escenario tan dramático, que a sabiendas o no, anunciaba la transformación del cono sur en una enorme frontera ideológica, otra manera de configurar el espacio.

Palabras finales

Llegados a este punto, estamos en condiciones de ratificar que el género de publicaciones periódicas constituye un actor político, en tanto incide en el contexto cultural en el que interviene. “Cuando opinar es actuar” no es solamente el título de un libro colectivo sobre las revistas argentinas (Girbal-Blacha; Quattrocchi-Woisson, 1999), sino una acertada síntesis que bien puede aplicarse a las publicaciones que hemos tratado. La performatividad es primordial para entender las revistas como las de los años sesenta y setenta del siglo pasado en el marco de la cultura de izquierdas. Es una praxis revolucionaria por otros medios. Insistimos en que no se trata de revistas partidarias, esta distinción hay que conservarla para comprender la masividad que alcanzaron. Si bien algunos ideologemas se cruzaban con lo partidario, en especial en algunos puntos de un relato maestro sobre la dirección de la historia que desembocaría en un cambio profundo, raigal, reparador. Sin embargo, a pesar de que las publicaciones de entonces avalaban esa tesis, conservaron una independencia respecto de la amplitud de sus intereses periodísticos y culturales. El triunfo de la revolución cubana está en el centro de la imaginación revolucionaria. La centralidad de esa narrativa maestra está ocupada por una certeza sobre el nuevo rumbo histórico, el juvenilismo a través de la irrupción de recientes

generaciones a la vida política y una emocionalidad caracterizada por la solidaridad, el comunitarismo y la aventura.

Como se sabe, el golpe militar en Chile no fue un episodio aislado en el Cono Sur. El aviso de la activación de otras fuerzas sociales y nuevos actores políticos, como los militares, fue dado con la intervención militar en Uruguay. Para *Marcha* el golpe en Chile constituyó la confirmación de los cambios en el rumbo histórico. En *Crisis* se instala la duda sobre la naturaleza ineluctable de la transformación sociopolítica. Algo que habrá de terminar de corroborarse con el golpe de marzo de 1976 en la Argentina. El “caso chileno” se ubicó entre dos interrupciones democráticas. La saga golpista cierra un ciclo y abre uno inédito. Hemos abordado el golpe en Chile como un acontecimiento en la medida en que irrumpe de manera repentina en la “normalidad” de lo cotidiano. Es una acción transformadora que desequilibra las coordenadas de temporo-espaciales de la realidad y sus diversas dimensiones. “De tal irrupción, originada por causas determinadas, se derivan consecuencias que modifican la configuración del mundo y de quienes en él habitan” (Schlenker, 2011, p. 1). Las secuelas del acontecimiento no están determinadas por ninguna ley, aunque el acontecimiento valga por sí mismo, son las fuerzas sociales las que le asignan uno o diferentes sentidos. En la cultura impresa es el discurso el que organiza las piezas dispersas de un acontecimiento. Ontología del pasado y fenomenología del presente son las dimensiones más representativas del acontecimiento. En la primera se inscribe el discurso, en la segunda se despliegan las acciones humanas. De acuerdo con esta duplicidad, la mirada del investigador “surge entonces el recuerdo del acontecimiento en el lugar del acontecimiento” (El-Ouariachi, 2009) y con la mirada crítica se reencuadra. La fenomenología del presente pertenece a la contemporaneidad y por tanto son las reglas que rigen el ordenamiento discursivo (Foucault, 2009) de ese momento las que vienen en auxilio de las estrategias que harán legible el golpe militar. *Marcha* y *Crisis* convierten el golpe militar en una estructura verbal y no verbal, de conformidad con los recursos utilizados para la verbalización que van de la materialidad a la tropología. Testimonios, declaraciones, recortes periodísticos, citas de libros, fotografías de una alta iconicidad son algunos de los recursos que les dan forma a las páginas. La forma misma rebasa en contenido, en significación.

Referencias bibliográficas

- AA. VV. *Crisis*, 18. 1974. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/18-3/>. Acesso em: 05/11/2024.
- AA. VV. *Cuadernos de Marcha*, 74. 1973. Disponível em: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/42979>. Acesso em: 07/06/2024.
- AGAMBEN, G. *Desnudez*. Anagrama, 2011.
- ALBURQUERQUE, G. “Tercermundismo en el Cono Sur de América Latina: ideología y sensibilidad. Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, 1956-1990”, *Revista Tempo e Argumento*, 13, p. 140–173, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014140>. Acesso em: 04/03/2024.
- AUSA, N. “Las revistas políticas de los siglos XIX y XX. 1810-1930”, *Clío*, 4, 1998.
- BADIU, A. *El ser y el acontecimiento*. Manantial, 2003.
- BARDAUIL, P. “Caso: golpe de estado en Chile. La revolución interrogada”, *Filología*, a. XXXII, p. 1-2, 1999.
- BOCARD CRESPO, E. La historia de mi historia: una entrevista con Quentin Skinner. In: BOCARDO CRESPO, E. (ed.), *El giro contextual*. Cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios. Tecnos, 2007.
- BORRAT, H. “El periódico, actor del sistema político”, *Anàlisi*, 12, p. 67-80, 1989.
- BRAUDEL, F. *La historia y las ciencias sociales*. Alianza Editorial, 1970.
- CASULLO, N. “Presencias, ausencias y políticas”, *La Biblioteca. El archivo como enigma de la historia*, 1, p. 10-19, 2004/2005.
- DARNTON, R. *La palabra impresa en R. Darnton (Ed.)*, El beso de Lamourette. Reflexiones sobre la historia intelectual. Fondo de Cultura Económica, 2010.
- EL-OUARIACHI, K. M. *Acontecimiento en R. Reyes (Dir.)*, Diccionario Crítico de Ciencias Sociales. Universidad Complutense de Madrid, 2009. Disponível em: <https://www.theoria.eu/dictionary/A/acontecimiento.pdf>. Acesso em: 23/08/2023.
- FOUCAULT, M. *El orden del discurso*. TusQuets Editores, 2009.

GIRBAL-BLACHA, N.; QUATTROCCHI-WOISSON, D. *Cuando opinar es actuar*. Revistas argentinas en el siglo XX. Academia Nacional de Historia, 1999.

LAFERTTE, E. *Vida de un comunista*. Austral, 1961.

LÉVI-STRAUSS, C. *El pensamiento salvaje*. Fondo de Cultura Económica, 1997.

MALRAUX, A. *Discurso en la inauguración del Monumento a la Resistencia en la meseta de Glières*. 1973.

OSUNA, R. *Tiempo, materia y texto*. Una reflexión sobre la revista literaria. Edition Reichnberger, 1998.

PIERRE, N. *La vuelta del acontecimiento en J. Le Goff y P. Nora (Eds.)*, Hacer la historia. Laia. 1985.

SCHLENKER, A. *Historia, memoria y narración los tránsitos del acontecimiento al lenguaje literario* [Ponencia]. VII Congreso Internacional de Literatura: Memoria e Imaginación de Latinoamérica y el Caribe (por los derroteros de la escritura y la oralidad). 25 de agosto de 2011. Disponible em: https://www.academia.edu/19609551/Historia_memoria_y_narraci%C3%B3n_los_tr%C3%A1nsitos_del_acontecimiento_al_lenguaje_literario?email_work_card=view-paper. Acesso em: 28/08/2023 02/06/2024

SKINNER, Q. *Lenguaje, política e historia*. UNQ, 2007.

TARCUS, H. *Las revistas culturales*. Giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles. Temperley: Tren en movimiento, 2020.

TÉLLEZ LÚGARO, E.; NOVOA SALDÍAS, F.; ITURRA FONSECA, N. “El Movimiento de Izquierda Revolucionaria según la CIA, 1967-1971”, *Cuadernos de Historia*, 58, p. 333-353, 2023.

TREBITSCH M. “El acontecimiento, clave para el análisis del tiempo presente”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 20, p. 29, 1998. Disponible em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/CHCO9898110029A>. Acesso em: 25/09/2024.

VAN DIJK, T. *La noticia como discurso*. Comprensión, estructura y producción de la información. Paidós, 1990.

Publicações cubanas nos anos 1960 e 1970: propostas estéticas e políticas culturais

Sílvia Cezar Miskulin

A Revolução Cubana desencadeou profundas transformações na sociedade da ilha. O surgimento de novas publicações, instituições culturais e manifestações artísticas acompanhou a intensa efervescência política e cultural dos anos 1960. Dentre as inúmeras novas publicações culturais que surgiram em Cuba nessa época, analisarei o surgimento do magazine *Lunes de Revolución* e o suplemento *El Caimán Barbudo*, evidenciando também a formulação de uma política cultural que implicou, desde a década de 1960 e acentuadamente após 1971, a normatização e o controle governamental sobre as edições e revistas culturais.

Muitos estudiosos têm analisado revistas, suplementos culturais e jornais latino-americanos. Estabeleci um diálogo com muitos desses intelectuais, apoiando-me em suas análises. Com relação às publicações cubanas, extenso levantamento das revistas cubanas entre 1902 e 1958 foi realizado nos Estados Unidos por Roberto Esquenazi-Mayo (1993). Destaco e dialogo muito com os trabalhos sobre *Orígenes*, *Ciclón* e *Casa de las Américas*. Jesús Barquet (1990) analisou na sua tese de doutorado, defendida na *Tulane University*, a revista *Orígenes* (1944-1956), dirigida por José Lezama Lima, além de pesquisar também todas as publicações dos “*origenistas*” que a antecederam. Já Adriana Kanczepolsky (2004) desenvolveu

seu doutorado, na USP, sobre a relação de *Orígenes* com os intelectuais europeus, latino-americanos e estadunidenses que publicaram em suas páginas. A revista *Ciclón* (1955-1959), editada por José Rodríguez Feo e Virgilio Piñera, foi estudada em Cuba por Roberto Pérez León (1995). A revista *Casa de las Américas* surgiu em 1960 e é publicada bimestralmente até hoje. Diversos trabalhos foram elaborados sobre a revista, desde o de Luisa Campuzano (2001), em Cuba¹, além de muitos outros estudos críticos desenvolvidos fora da ilha, como o de Hans-Otto Dill (1992), Juan Carlos Quintero Herencia (2002) e Idalia Morejón Arnaiz. A tese de doutorado de Idalia Morejón (2010), elaborada no PROLAM da USP, analisou a revista *Casa de las Américas* e as polêmicas travadas com a revista *Mundo Nuevo*. Muito recentemente, a tese de doutorado de Isabella Duarte Pinto Meucci (2024), defendida na UNICAMP, também se debruçou sobre a primeira fase da revista *Casa de las Américas* e seus discursos para construção do nacionalismo e do socialismo. Uma última referência importante para meu trabalho foi a análise realizada por Liliana Martínez Pérez sobre a primeira época de *El Caimán Barbudo*².

Muitas antologias e pesquisas sobre revistas foram editadas na América Latina. Dentre elas, destaco as organizadas por Regina Crespo (2010) e por Saúl Sosnowski (1999). No Brasil, o trabalho pioneiro de utilização da imprensa como fonte documental para análise histórica, de Maria Ligia Coelho Prado e Maria Helena Capelato, foi inspirador para a perspectiva metodológica de minha pesquisa. No livro *O Bravo Matutino*, as historiadoras analisaram a ideologia liberal do jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos de 1927 e 1937 e mostraram como a imprensa foi fundamental no processo político do período, como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (Capelato; Prado, 1980). O jornal foi estudado como um veículo que intervinha na realidade, ao

1. Luisa Campuzano foi membro do conselho de redação da revista e fez uma leitura canonizadora da publicação *Casa de las Américas*.

2. Na tese de doutorado em História, elaborada na Universidade Ibero-americana, no México, Liliana Martínez Pérez analisou a intelectualidade cubana, enfocou a primeira época de *El Caimán Barbudo* (1966-1967) e relacionou-a com a trajetória da revista *Pensamiento Crítico* (1967-1971), do departamento de Filosofia da Universidade de Havana. Ver: Martínez Pérez (2006).

fazer política, assumir posições, analisar a história e participar no debate ideológico e estético da época³. Revistas e suplementos culturais também foram objetos de pesquisas no Brasil. O trabalho de Tania Regina de Luca (1998) centrou-se na *Revista do Brasil*, de 1916 a 1925, para analisar como essa publicação enfocou a questão nacional no quadro amplo das relações entre política e cultura. Já Angela de Castro Gomes (1999) investigou a política cultural do Estado Novo por meio da revista *Cultura política* e do suplemento *Autores e Livros*, do jornal *Amanhã*, que circulou de agosto de 1941 a fevereiro de 1945. Os órgãos de imprensa selecionados por Castro Gomes eram porta-vozes do governo de Getúlio Vargas. Foram criados para divulgar a doutrina estado-novista, propiciar a difusão da política cultural no período e buscar consolidar o apoio da intelectualidade às diretrizes estatais. A política cultural do Estado-Novo fazia parte das políticas públicas e tratava de “presidir e unificar inúmeras iniciativas”, com o objetivo de produzir um “apoio de massas para o nacionalismo estatal” (Gomes, 1999, p. 20).

As revistas também foram objeto de reflexão de Gramsci (1981, p.111), já que eram ao mesmo tempo redação e “círculo de cultura”, contribuía na elaboração dos trabalhos dos redatores individuais, trabalhavam de forma organizada e seguiam uma divisão do trabalho preestabelecidos. As discussões e críticas construtivas realizadas entre os redatores das revistas acabavam por criar condições para o surgimento de um “grupo homogêneo de intelectuais” que estava preparado para a atividade editorial. Gramsci (1981, p.151-152) também avaliou as revistas de partido, que deviam se tornar “força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa”: “O partido é essencialmente político, e, mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural; as ‘instituições’ culturais devem ser não apenas de ‘política cultural’, mas de ‘técnica cultural’”. Sua perspectiva sobre revistas, e sobretudo revistas de partido, deu elementos para pensar o papel institucional que ocupou *El Caimán Barbudo* em Cuba como órgão da União de Jovens Comunistas, organização essa que possuía vínculos estreitos com o Partido Comunista Cubano.

3. Dentro dessa abordagem, inseriu-se também outra pesquisa de Maria Helena Capelato, cujas fontes foram diversos periódicos da imprensa paulista, entre 1920 e 1945. Ver: Capelato (1989).

Cuba presenciou, a partir de 1959, o florescimento de um vigoroso movimento cultural, caracterizado pela emergência de publicações, instituições, editoras, teatros e diversas manifestações artísticas e musicais. A criação de novas oportunidades e os incentivos à produção intelectual foram importantes para o desenvolvimento cultural cubano. Nesse mesmo ano, consolidaram-se marcos importantes, como o jornal *Revolución*, que saiu da clandestinidade, e o surgimento do suplemento cultural *Lunes de Revolución*.

O jornal *Revolución* foi editado clandestinamente desde 1956, durante as ações de guerrilha do Movimento Revolucionário 26 de Julho na Sierra Maestra⁴. Carlos Franqui, membro do Movimento, dirigia *Revolución* e a Radio Rebelde, que realizava transmissões na *Sierra* com grande popularidade. A partir de janeiro de 1959, Franqui dedicou-se exclusivamente à direção do jornal, disposto a construir uma enorme força intelectual em torno do periódico. *Revolución* atraiu um grupo de escritores, fotógrafos, jornalistas e repórteres, sendo porta voz do Movimento 26 de Julho, mas permitindo pluralidade, autonomia e liberdade no seu projeto editorial⁵.

Lunes de Revolución foi lançado pela primeira vez em 23 de março de 1959 e distribuído às segundas-feiras como encarte do jornal *Revolución*. Guillermo Cabrera Infante e Pablo Armando Fernández atuaram, respectivamente, como diretor e subdiretor desse suplemento cultural cuja missão era a publicação de textos culturais, políticos e obras ficcionais.

Os primeiros editoriais do *Lunes* evidenciam de forma clara as proposições de seus editores. A definição das linhas gerais da publicação estava presente no primeiro editorial, *Una posición*, que apresentou o suplemento como “o magazine-suplemento do periódico *Revolución* que é também uma revista literária”⁶. Desde seu surgimento, *Lunes* foi definido ambigualmente como um magazine e/ou suplemento, mas também em

4. Fundado por jovens cubanos que lutavam contra a ditadura de Fulgencio Batista, o Movimento 26 de Julho teve seu marco inicial nesse dia no ano de 1953, quando buscou tomar o quartel Moncada, em Santiago de Cuba. Após a derrota da ação, com a prisão e morte de muitos de seus membros, parte do grupo se exilou no México e depois, em 1956, retornou a Cuba para iniciar a guerrilha na *Sierra Maestra*.

5. Barthón Favatto Jr. pesquisou a trajetória de Carlos Franqui e de Guillermo Cabrera Infante, enfatizando a importância e autonomia que *Revolución* ganhou no espaço público político e cultural da ilha. Ver: Favatto (2014).

6. “Editorial Una posición”. In: *Lunes de Revolución*, n. 1. Havana, 23 mar. 1959, p. 2.

segundo lugar como uma revista literária. Ao utilizar preferencialmente a denominação de suplemento, que remete a condição de *Lunes* ser um anexo a outra publicação, leva-se também em conta a definição dos editores de se identificarem em segundo lugar como uma revista literária, termo que aparece em outros editoriais e textos de *Lunes*⁷. Nesse primeiro editorial, a equipe dirigente repudiou a geração de intelectuais que fora conivente com o regime de Fulgencio Batista (ditadura que perdurou entre 1952 e 1958) e defendeu a publicação como um veículo para a participação ativa dos intelectuais cubanos na Revolução. Na visão dos diretores de *Lunes*, literatura e arte deveriam dialogar intrinsecamente com as questões políticas, sociais e econômicas da época.

No editorial do terceiro número, o suplemento posicionou-se politicamente, aproximando sua ideologia dos princípios revolucionários. Nele, *Lunes* criticava abertamente a política cultural comunista da União Soviética – em especial, os parâmetros do realismo socialista⁸ como estética oficial para a literatura e as artes. Para os editores, a Revolução Cubana não se caracterizava como comunista, e a definição ideológica do suplemento alinhava-se com os preceitos do Movimento 26 de Julho⁹: nem comunista, nem anticomunista.

Rapidamente o suplemento cultural ou magazine conquistou um grande espaço, conseguindo criar uma editora, *Ediciones R*, dirigida por Cabrera Infante e posteriormente por Virgilio Piñera, de 1960 a 1964. A televisão também abriu um horário nobre ao grupo, que passou a veicular o programa *Lunes en TV*, e uma gravadora, *Sonido R*, foi fundada pelo grupo.

7. Alguns editoriais utilizam o termo “magazine”, que é uma outra designação para revista. Ver: Editorial In: *Lunes de Revolución*, n. 53. Havana, 4 abr. 1960, p. 2; Editorial. In: *Lunes de Revolución*, n. 61. Havana, 30 maio 60, p. 2; Cabrera Infante, Guillermo. “Una sola unión contra todas las amenazas. Editorial”, *Lunes de Revolución*, Havana, n. 90, p. 2-3, 9 jan. 1961.

8. O realismo socialista foi uma política cultural implementada na União Soviética nos anos 1930 e 1940 por Jdanov, que buscou enquadrar as produções culturais dentro das normas patrióticas, otimizadas, populares e com uma linguagem acessível à maioria da população (Schnaiderman, 1997).

9. O programa do Movimento 26 de Julho era nacionalista, lutava contra a ditadura e defendia a reforma agrária. Apenas com a radicalização do processo revolucionário, após diversas disputas com os Estados Unidos, que a revolução de libertação nacional se transformou no processo de construção do socialismo (Fernandes, 1979).

Lunes converteu-se num espaço de disputa ideológica, refletindo as contradições políticas e estéticas do início da Revolução. A publicação também evidenciou as tensões culturais envolvendo José Lezama Lima (Miskulin, 2003, p. 89-94) e os escritores da extinta revista *Orígenes*, num esforço de reivindicar a “verdadeira cultura cubana”. O debate instaurado nas páginas do *Lunes*, ao confrontar os *origenistas*, representou uma disputa entre distintos grupos literários, com divergências de concepções estéticas entre os dois lados. A intenção dos colaboradores de *Lunes* era transformar a literatura, orientando-a para o compromisso político exigido pela nova realidade cubana. Assim, rejeitava-se a estética *origenista*, predominantemente poética, que se utilizava de metáforas e de uma linguagem erudita. As críticas dirigidas aos *origenistas* contavam com o respaldo da influência que o suplemento detinha naquele momento, o que integrava de forma indissociável as questões estéticas e políticas. Entretanto, com o avançar do processo revolucionário, as tensões entre os diferentes setores da intelectualidade cubana foram se intensificando.

Grupos que defendiam o realismo socialista entravam em conflito com as abordagens ecléticas divulgadas pelo *Lunes*, as quais abraçavam correntes vanguardistas e experimentações estéticas¹⁰. O espaço reservado à divulgação de correntes como o surrealismo, a literatura do absurdo, a arte moderna e abstrata, bem como a influência dos *beatniks*, era interpretado pelos intelectuais ligados ao Partido Socialista Popular (PSP) – designação do Partido Comunista Cubano na época – como uma provocação, uma vez que tais manifestações eram consideradas incompatíveis com as exigências do momento revolucionário (Guillén, 1960). *Lunes* foi acusado de “estrangeirado” por destinar espaço significativo à divulgação de intelectuais estrangeiros (Rodríguez, 1960). Para os editores do suplemento, entretanto, a proposta não se opunha ao desenvolvimento de uma cultura cubana que respondesse às demandas nacionais, mas em diálogo com as produções artísticas internacionais.

10. Rafael Rojas mostrou como o conflito de gerações de intelectuais nos anos 1960 revelou o confronto entre diferentes concepções de cultura, entre elas a dos comunistas seguidores do marxismo soviético e do realismo socialista, e por outro lado dos comunistas libertários e heterodoxos, como alguns intelectuais de *Lunes*. Ver: Rojas (2010, p. 45-61).

O confronto entre intelectuais comunistas e o grupo do *Lunes* tornou-se particularmente evidente com a proibição, em maio de 1961, do documentário *P.M.*, medida adotada pela comissão revisora do *Icaic* – órgão responsável pela autorização das exibições cinematográficas¹¹. O curta, realizado por Sabá Cabreira Infante (irmão de Guillermo Cabrera Infante) e Orlando Jiménez-Leal, foi considerado licencioso, obsceno e repleto de imagens de trabalhadores embriagados (Villaça, 2010). Intitulado *P.M.* – abreviação de *post-meridien* –, o filme retratava a vida noturna de Havana, com cenas de restaurantes, bares e seus frequentadores. O *Icaic* vetou sua exibição pública, classificou-o como contrarrevolucionário tanto do ponto de vista político quanto estético e procedeu à apreensão da cópia do filme. Em defesa do documentário, *Lunes* reuniu assinaturas de protesto contra sua proibição e apreensão. A polêmica estava criada.

O episódio foi debatido em reuniões na Biblioteca Nacional José Martí, realizadas em junho de 1961, com a presença dos principais dirigentes políticos, artistas e intelectuais. Apesar das manifestações favoráveis – que incluíam vozes da imprensa e do próprio jornal *Revolución* –, a censura ao documentário foi ratificada. Tanto o *Revolución* quanto o *Lunes* foram severamente criticados por Alfredo Guevara (Diretor do *Icaic*) e demais membros do PSP, que acusavam as publicações de posicionamentos contrarrevolucionários (Franqui, 1985). Ao encerrar o encontro, Fidel Castro proferiu o discurso “*Palabras a los intelectuales*”, no qual avaliou as reuniões e constatou que determinados setores intelectuais, ao manifestarem receios de que a Revolução restringisse a liberdade de expressão, não possuíam um compromisso genuíno com a causa revolucionária. Segundo Fidel, os verdadeiros revolucionários deveriam se preocupar prioritariamente em assegurar a continuidade do triunfo da Revolução. Na ocasião, ele deixou claro que, embora houvesse consenso quanto à liberdade formal de criação, a liberdade de conteúdo era controversa – os intelectuais que defendiam uma liberdade irrestrita não poderiam ser plenamente atendidos. Assim, o discurso estabeleceu a nova política cultural, sintetizada na máxima: “Isto

11. A história do *Icaic*, *Instituto Cubano del Arte y Industria Cinematográficas*, foi objeto da pesquisa de Mariana Martins Villaça, que analisou as principais polêmicas políticas e estéticas que a instituição tomou partido, entre 1959 e 1991, além de mostrar também muitos filmes e obras inovadoras esteticamente no cinema cubano. Ver: Villaça (2010).

significa que, dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada” (Castro, 1961, p. 11). Desde então, passou a vigorar uma delimitação da liberdade de expressão dos artistas e escritores cubanos.

Em agosto de 1961, foi realizada uma profunda reestruturação nos organismos culturais, culminando no Primeiro Congresso Nacional de Escritores e Artistas e na criação da *Unión de Escritores y Artistas de Cuba* (*Uneac*), presidida por Nicolás Guillén. Nesse congresso, o discurso “Palabras a los intelectuales” foi reiterado, e ficou definido que o empenho dos escritores e artistas deveria estar direcionado à “elaboração de uma nova criação cultural vinculada aos elementos da nacionalidade cubana e às preocupações do povo de Cuba” (Declaración..., 1961, p. 32-33).

A formação da *Uneac* representou a necessidade de centralizar as atividades culturais em Cuba, em consonância com as associações de escritores e artistas existentes na União Soviética. O objetivo primordial da *Uneac* era coordenar a produção intelectual e artística por meio de novas publicações, como *La Gaceta de Cuba* e a revista *Unión*. Evidentemente, tal centralização não poderia coexistir com a manutenção do *Lunes de Revolución*, cuja linha editorial e atuação paralela ao governo contrariavam os esforços centralizadores do novo aparato estatal.

O encerramento de *Lunes*, com a publicação de seu último número – dedicado a Pablo Picasso –, em 6 de novembro de 1961, simbolizou o controle estatal sobre a produção e a expressão artística em Cuba, representando um claro ato de censura que visava dispersar o grupo de intelectuais em torno do suplemento. Oficialmente, o fechamento de *Lunes* foi atribuído à escassez de papel; contudo, as razões subjacentes à extinção da publicação eram muito mais complexas e profundas. Embora os intelectuais que colaboravam fossem favoráveis à Revolução, sua proposta de uma política cultural eclética e não dogmática contrariava os parâmetros estabelecidos pelo governo, o que inviabilizou a continuidade do grupo na esfera cultural cubana.

O fechamento do suplemento significou uma dispersão dos colaboradores mais frequentes de *Lunes*. Pablo Armando Fernández passou a secretário de redação da revista *Casa de las Américas* em 1961 e, no ano seguinte, foi enviado à Inglaterra para trabalhar como conselheiro cultural da

embaixada cubana, permanecendo nessa função até 1965. Guillermo Cabrera Infante foi enviado em 1962 a Bruxelas, como adido cultural na embaixada cubana. Heberto Padilla continuou colaborando no jornal *Revolución*, viajando em 1965 a Praga e Moscou, ocupando cargos oficiais. Os demais colaboradores de *Lunes* permaneceram em Cuba: Virgilio Piñera dirigiu as *Ediciones R* até 1964; Antón Arrufat dirigiu a revista *Casa de las Américas* de 1960 a 1964; e Calvert Casey também trabalhou no conselho de redação da revista *Casa de las Américas*.

Alguns anos depois, certos colaboradores optaram pelo exílio, outros permaneceram em Cuba, e muitos desses escritores jamais voltaram a se ver. O trabalho intelectual coletivo que realizaram em *Lunes* jamais pôde ser realizado novamente, pois *Lunes* aglutinou um grupo de escritores e intelectuais que se dispersou. Guillermo Cabrera Infante exilou-se, em 1965, na Espanha, e posteriormente na Inglaterra, onde veio a morrer em 2005. Carlos Franqui saiu de Cuba em 1968, exilando-se na Itália. Em 1990, mudou-se para Porto Rico, onde faleceu em 2010. Calvert Casey exilou-se, em 1965, na Suíça e acabou se suicidando alguns anos mais tarde, em 1969, em Roma. Heberto Padilla exilou-se, em 1980, nos Estados Unidos, depois de ter sido preso em 1971 e obrigado a declarar-se publicamente culpado, em episódio que ficou internacionalmente conhecido como “caso Padilla”, conforme analisarei mais adiante. Padilla faleceu em 2000, nos Estados Unidos. Rine Leal exilou-se, em 1990, na Venezuela, onde acabou falecendo, em 1996. José Alvarez Baragaño morreu pouco tempo depois do fim da publicação, em 1962, em Havana. Virgilio Piñera faleceu no ostracismo, em Cuba, em 1979, e durante toda a década de 1970 a única função que lhe foi permitida exercer foi a de tradutor. Oscar Hurtado morreu em um asilo em Cuba em 1977. Antón Arrufat permaneceu em Cuba, também sofreu com a parametrização dos anos 1970, foi reabilitado nos anos 1990 e ganhou o prêmio Nacional de Literatura em 2000. Morreu em 2023, em Havana. Pablo Armando Fernández permaneceu em Cuba, ganhou o prêmio Nacional de Literatura em 1996 e faleceu em 2021. Humberto Arenal também viveu na ilha, ganhou o prêmio Nacional de Literatura em 2007 e faleceu em Havana em 2012.

A perseguição aos homossexuais em Cuba já se fazia notar antes mesmo do fechamento de *Lunes*. Em 11 de outubro de 1961, a prisão de prostitutas e de indivíduos suspeitos de homossexualidade, ocorrida na Havana velha – especificamente no bairro Colón – numa noite que ficou conhecida como “la noche de las tres P” (pederastas, prostitutas e proxenetas), marcou o início de uma repressão sistemática. Entre os colaboradores do suplemento, Virgilio Piñera foi detido ao sair de sua residência, situada em área afastada do centro, e sua prisão foi brevemente interrompida por intervenção de Franqui, diretor de *Revolución*. Alguns anos mais tarde, a política de repressão aos homossexuais – e, por extensão, a todos aqueles com “conduta imprópria” – intensificou-se, com a criação de campos de trabalho forçado, as *Umaps* (Almendros; Jiménez-Leal, 1984).

O governo cubano passou a controlar rigorosamente a conduta sexual de seus cidadãos, com foco especial nos homossexuais – entre os quais se contavam muitos intelectuais. Inicialmente uma repressão pontual, a política de perseguição individualizada transformou-se, a partir de 1964, em uma campanha massiva, com buscas e internações de homossexuais (sejam eles reais ou presumidos) nas *Umaps*, que operavam como campos de trabalho forçado destinados aos “desviados” ideológicos ou sexuais. Nesses campos, eram detidos também dissidentes, hippies, jovens que desejavam emigrar, religiosos (seminaristas católicos e ministros protestantes do interior), estudantes “depurados” das universidades, intelectuais, camponeses que se recusavam a integrar-se às cooperativas e pequenos empresários urbanos. As pressões internacionais desempenharam papel fundamental, contribuindo para que o governo decidisse encerrar os campos em 1966.

A criação de El Caimán Barbudo

O vácuo deixado pelo encerramento do magazine *Lunes de Revolución* foi, em parte, suprido pelo novo suplemento literário *El Caimán Barbudo*, lançado em maio de 1966 como encarte mensal do jornal *Juventud Rebelde*¹².

12. O jornal *Juventud Rebelde*, órgão de imprensa do partido Comunista Cubano, foi criado em outubro de 1965, ano de fundação do PCC. *El Caimán Barbudo* é publicado até os dias de hoje, na forma de revista. Acrescentar no final dessa nota a seguinte frase: Todas as traduções das citações são de minha autoria.

Sob a direção do escritor e professor de filosofia Jesús Díaz, com Guillermo Rodríguez Rivera como chefe de redação, Juan Ayús como artista gráfico e José Luis Posada como ilustrador, o suplemento contou com a colaboração de escritores como Luis Rogelio Noguera, Raúl Rivero, Víctor Casaus, Félix Contreras, Orlando Alomá, Helio Orovio e Pío Serrano, além dos professores de filosofia Ricardo Jorge Machado, Fernando Martínez Heredia, Aurelio Alonso, Ricardo Jorge Machado e Hugo Azcuy, entre outros. No primeiro número, os editores apresentaram de forma clara as diretrizes da publicação, enfatizando a intenção de desenvolver uma publicação cultural ampla e comprometida com a Revolução:

El Caimán Barbudo faz-se presente. Obra dos jovens revolucionários, estará, como eles, comprometida só com a Revolução, com seu Partido, que é igual a estar comprometida com a verdade e com a arte. A arte verdadeira não foi nem poderá ser jamais contrarrevolucionária. [...] Cremos com Fidel, que deve ser preocupação fundamental da Revolução o desenvolvimento espiritual do homem novo. Órgão dos jovens, seja este um chamado à colaboração e à crítica. Sabemos que a arte não está divorciada da vida; nossa publicação tratará de literatura e política; de artes plásticas e de filosofia. (Apresentación..., 1966, p. 1-2)

Também no primeiro número, o suplemento publicou o manifesto “Nos pronunciamos”, no qual escritores e jornalistas defendiam uma poesia criativa, livre, caracterizada por versos irregulares – a que posteriormente foi denominada “nova poesia cubana” – e, simultaneamente, manifestavam seu apoio à Revolução¹³. O manifesto repercutiu significativamente na comunidade intelectual ao criticar tanto a ideia de uma poesia pura quanto a poesia de cunho panfletário.

O nome *El Caimán Barbudo*, segundo explicação elaborado muitos anos depois por Jesús Díaz, quando já vivia em Madri, poderia ser traduzido como

13. Os críticos literários convencionaram chamar essa poesia de poesia *conversacional ou prosaísta*. (Rodríguez Rivera, 2000).

“Cuba revolucionária”, que estava inserido no contexto da Guerra Fria¹⁴ e das lutas anticoloniais e anti-imperialistas dos anos 1960:

Os nomes, já se sabe, nunca são inocentes, e nós, e eu pessoalmente, apoiávamos a revolução cubana, por ingênua, ilusória, estúpida ou culpada que possa se considerar essa atitude, que era também, por outra parte, esmagadoramente majoritária entre os intelectuais da época em Cuba e fora dela. Parece-me útil recordar que estávamos em plena guerra de agressão norte-americana ao Vietnã; na cúspide da luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos; no período de desagregação dos impérios coloniais na África; no momento de maior distância entre Cuba e a União Soviética; no cúmulo das emoções que provocavam as figuras de Martin Luther King e sobretudo do Che Guevara; e nas vésperas de 68 em Paris, México e Praga.(...) Além de seu significado implícito, o nome de nossa publicação era uma metáfora, não uma obviedade realista, porque estávamos decididos sobretudo a fazer literatura. (Díaz, 2000, p. 107)

O nome do suplemento foi uma sugestão do ilustrador José Luis Posada, que também elaborou o logotipo da publicação (Martínez Perez, 2006). *El Caimán Barbudo* era uma referência à própria ilha de Cuba, cuja forma assemelhava-se a de um *caimán* (uma espécie de jacaré), adjetivada da qualidade de barbudo, uma alusão explícita aos guerrilheiros e revolucionários cubanos. Dessa maneira, o nome da publicação já definia o lugar de onde seus editores buscavam participar da Revolução: por meio de um suplemento cultural que participaria ativamente na construção da nova sociedade cubana.

Contudo, os colaboradores de *El Caimán Barbudo* não permaneceram por muito tempo na direção do suplemento. Os escritores Heberto Padilla e Lisandro Otero, este último vice-presidente do *Consejo Nacional de Cultura*, travaram uma polêmica nas páginas de *El Caimán Barbudo* a

14. A Guerra Fria teve seus desdobramentos no meio cultural e intelectual, já que as artes e a cultura se transformaram em espaços para a propaganda e disputas ideológicas. A CIA atuou diretamente nessa disputa, financiando revistas, congressos e escritores, e o governo cubano passou a rechaçar muitas obras e produções estrangeiras, sobretudo de exilados cubanos, para fazer frente à Guerra Fria Cultural (Saunders, 2001).

respeito do prêmio Biblioteca Breve recebido em 1967, na Espanha, por Guillermo Cabrera Infante, por seu romance *Tres Tristes Tigres*. Lisandro Otero também concorreu ao prêmio com *Pasión de Urbino*. A pedido da direção de *El Caimán Barbudo*, Padilla escreveu um artigo, mas analisou muito negativamente o livro de Otero, ao mesmo tempo em que elogiou o livro de Cabrera Infante, que se encontrava no exílio. Seu artigo abriu uma polêmica não só com a direção do suplemento, mas também com a direção da UJC, e se estendeu por vários números. Na sequência, a comissão editorial do suplemento foi substituída, e Jesús Díaz foi removido da direção¹⁵. A publicação continuou a circular ao longo dos anos 1970, sob a gestão de outras equipes de escritores vinculadas diretamente à UJC.

No relato posterior de Jesús Díaz (2000), a polêmica em torno do artigo de Padilla foi o pretexto final para a troca de direção da publicação, já que foi apenas um dos motivos de atrito com a direção da UJC. Outros elementos contribuíram para a hostilização da UJC aos dirigentes do jornal: uma autocaricatura feita pelo desenhista Posada que, para a UJC, era imoral; um conto de Carlos Victoria, que também foi considerado imoral, por recriar uma masturbação; a seção de humor *La carabina de Ambrosio*, que foi considerada desrespeitosa e herética; artigos criticando o *Icaic*, que foram lidos como conflitivos em relação a uma instituição estatal; um poema de Juan Gelman, que chamava metaforicamente Fidel de *El caballo*; e o conto *Los diablos blancos* de Sixto Quintela, que considerado ofensivo ao sistema e ao máximo líder.

El Caimán Barbudo da primeira época, como foi denominado, apesar de não ser uma publicação dissidente, foi uma publicação dissonante e, por isso, não pôde mais continuar a ser publicada pela equipe inicial de seus colaboradores, sobretudo diante do fechamento cultural que já se anunciava nos anos 1960 e tornou-se evidente nos 1970.

15. Após seu desligamento de *El Caimán Barbudo*, Jesús Díaz fez parte do conselho de redação da revista *Pensamiento crítico*, do Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, do qual era também professor. A revista foi fechada em 1971, conjuntamente com o próprio departamento, acusados de “diversionismo ideológico”. Díaz passou então a trabalhar no *Icaic*, escreveu roteiros e dirigiu filmes, mas nos anos 1990 exilou-se em Madri, onde fundou, em 1996, a revista *Encuentro de la Cultura Cubana*.

A segunda época de *El Caimán Barbudo* iniciou-se no número 18, em janeiro de 1968, sob a direção de Félix Sautié. Membro da direção nacional da *Unión de Jóvenes Comunista*, Félix Sautié já havia participado da organização do jornal *Juventud Rebelde*, órgão de imprensa diário da UJC. Durante o curto período em que Sautié esteve na direção do suplemento, do número 18 ao número 21, até junho de 1968, não houve conselho de redação, e seu nome apareceu como único responsável pela publicação, além de Juan Ayús, como diretor artístico. O início da segunda fase foi bem marcado por meio de um editorial e de um texto de apresentação de sete páginas, intitulado *El Caimán Barbudo*, em que se definiam as diretrizes e os novos objetivos da publicação, ao delimitar e diferenciar-se claramente da primeira etapa do suplemento. Ao definir *El Caimán Barbudo* como uma publicação cultural, que tinha como objetivo despertar interesse nos jovens pela literatura e pela arte, rechaçava ser considerado “o órgão dos jovens intelectuais”, por tratar-se de uma expressão esquemática e imprópria. Para o diretor, a expressão “jovem intelectual” reduzia o campo da atividade cultural a um compartimento estreito, que separava o trabalho intelectual do trabalho manual, desvinculando-o da prática e da própria Revolução.

A nova função do intelectual defendida no suplemento relacionava-se com a construção do “homem novo” em uma nova sociedade, a comunista, na qual a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual tenderia ao desaparecimento. O modelo citado do “homem novo” e revolucionário era o próprio Che Guevara, que representou com seu exemplo de vida o “guerrilheiro heróico” e o intelectual revolucionário¹⁶. Nas entrelinhas desse texto estava um forte questionamento de que a primeira época de *El Caimán Barbudo* não só era uma publicação voltada para a elite intelectual da juventude, mas também que seus editores e membros do conselho de redação formavam um grupo fechado de escritores, constituíam-se numa “*piña*”. Ao definir o novo perfil da publicação, o diretor restringiu suas fronteiras ao meio cultural, mas deixou bem claro sua intenção e seu compromisso em não fazer do suplemento um espaço de confronto político em relação às produções literárias e artísticas, como havia ocorrido na fase anterior da

16. “El Caimán Barbudo”, *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 18, p. 3, janeiro de 1968.

publicação. Dois documentos seriam os guias políticos para o trabalho do suplemento em relação à arte e à literatura: *Palabras a los intelectuales*, de Fidel Castro, e *El socialismo y el hombre en Cuba*, de Che Guevara.

A partir do número 22, em julho de 1968, Félix Sautié foi substituído na direção de *El Caimán Barbudo* por Alberto Arufe, membro da Direção Nacional da UJC. A equipe estava composta também pela escritora Lina de Feria, como chefe de redação, por Juan Ayús, como diretor artístico, por José Luis Posada, como responsável pela ilustração, e por Peroga, como responsável pela fotografia. Além dessas mudanças de direção apresentadas na segunda época de *El Caimán Barbudo*, muitos outros escritores se sucederiam na coordenação e na redação do suplemento, o que mostrava uma incerteza e indefinição em sua direção, mas também a ausência de um grupo forte e de agentes consolidados para conduzir com segurança as diretrizes na publicação da União de Jovens Comunistas e da política cultural oficial. Essas mudanças na equipe de direção buscavam adequar *El Caimán Barbudo* da segunda época às diretrizes da política cultural. O suplemento deixava de ser uma publicação relativamente autônoma para tornar-se cada vez mais um instrumento de propaganda da UJC e um divulgador acrítico das políticas oficiais. A cultura e a intelectualidade iam aos poucos se submetendo às políticas ditadas pelos “homens de ação” do governo cubano.

O episódio ocorrido em *El Caimán Barbudo* em 1967 constituiu apenas o prelúdio dos problemas enfrentados pelo escritor Padilla. O “caso Padilla” marcou o fim da “lua de mel” entre o governo revolucionário e a intelectualidade de esquerda internacional. O escritor Heberto Padilla ficou 28 dias preso em 1971 e foi obrigado a fazer uma autocrítica, em que confessou ter conspirado contra a Revolução, envolvendo sua esposa Belkis Cuza Malé e os escritores Manuel Díaz Martínez, César López, Norberto Fuentes, Pablo Armando Fernández, Antón Arrufat, Lezama Lima e Virgilio Piñera. Sua autocrítica foi lida publicamente no salão de atos da *Uneac* no dia 17 de abril de 1971, em sessão presidida por José Antonio Portuondo, quando Padilla viu-se obrigado a ampliar a sua confissão diante de muitos agentes de segurança do Estado, que filmaram o episódio (Edwards, 1991; Barreto;

Gianela; Samailovich, 2000; Padilla, 1989; 1998)¹⁷. Padilla foi utilizado como bode expiatório pelo governo cubano para provar o alinhamento de Cuba com a política cultural soviética, além de abafar qualquer pretensão de uma política cultural mais aberta e eclética na ilha (Miskulin, 2010).

O caso ganhou repercussão internacional. A primeira carta de protesto dirigida a Fidel Castro contra a prisão de Padilla, assinada pelos escritores mexicanos do Pen Club do México, foi publicada em 2 de abril de 1971, no jornal *Excelsior*¹⁸. Escritores de esquerda europeus e latino-americanos, simpatizantes da Revolução Cubana, assinaram outra carta enviada a Fidel Castro, publicada no jornal *Le Monde* em 9 de abril de 1971, em que declararam seu desacordo em relação à prisão de Padilla e ao uso de “medidas repressivas” contra intelectuais que exerceram “o direito de crítica dentro da Revolução”¹⁹. Uma outra carta dirigida a Fidel Castro foi publicada em 21 de maio no jornal *Madrid* e também em Paris, em que sessenta intelectuais protestaram enfaticamente diante da confissão pública de Padilla, que se redimia de crimes políticos que tinham sido “forçados”²⁰.

A autoconfissão de Heberto Padilla, ao invés de atenuar o escândalo internacional desencadeado com sua prisão, acabou por acentuar e abrir uma ruptura entre a política repressiva do governo cubano e a atitude dos intelectuais de várias partes do mundo que até aquele momento não

17. A filmagem da autoconfissão de Padilla transformou-se, em 2022, em documentário inédito sobre o caso. Ver: Villaça; Miskulin (2024).

18. Os intelectuais mexicanos Carlos Fuentes, Octavio Paz e Juan Rulfo, entre outros, assinaram essa carta. Ver: “Carta del Pen Club de México a Fidel Castro”. *Excelsior*, México, 2 de abril de 1971. In: Padilla (1998, p. 122).

19. A carta, conhecida como *Declaración de los 54*, foi assinada por Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Italo Calvino, Marguerite Duras, Carlos Franqui, Juan Goytisolo, Alberto Moravia, Octavio Paz, Hans Magnus Enzensberger, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Jorge Semprún, Carlos Barral, Maurice Nadeau, Rossana Rossanda, entre outros. Ver: “Primera carta de los intelectuales europeos y latinoamericanos a Fidel Castro”, *Le Monde*, Paris, 9 de abril de 1971. In: Padilla (1998, p. 123).

20. Assinaram essa carta, a *Declaración de los 62*, Nathalie Sarroute, Susan Sontag, Pier Paolo Pasolini, Alain Resnais, André Gorz, Rodolfo Hinostroza, Juan Rulfo, José Agustín Goytisolo, entre outros, além da maioria dos intelectuais que subscreverem a carta anterior, publicada no *Le Monde*. Destaca-se que Octavio Paz, Julio Cortázar, Carlos Barral e Gabriel García Márquez não assinaram essa última carta. Ver: “Segunda carta de los intelectuales europeos y latinoamericanos a Fidel Castro”, *Madrid*, 21 de maio de 1971. In: Padilla (1998, p. 160-161).

acreditavam que o governo reproduzia em Cuba os métodos stalinistas²¹. Padilla, ao ter se submetido às exigências da *Seguridad del Estado* e realizado a “farsa” de sua autocrítica, evidenciou o caráter autoritário do governo cubano. Sua confissão não foi sincera, mas produto da imposição dos órgãos de repressão do governo, pois continha muitas passagens com duplo sentido, que beiravam a “hipocrisia”²². As restrições aos intelectuais em Cuba foram explicitadas, não só quanto à liberdade de criação e de expressão, mas também em relação ao controle de sua conduta pública e privada.

Durante a década de 1970, alguns congressos se destacaram enquanto definidores de políticas culturais. Considerado um marco na política cultural oficial da Revolução, o Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura realizou-se entre 23 e 30 de abril de 1971. Em seu discurso de encerramento do Congresso, Fidel Castro, dez anos depois de *Palabras a los intelectuales*, continuava a definir padrões morais, ideológicos e sexuais que deveriam guiar os intelectuais e educadores. Suas obras “eram uma arma da Revolução” e seriam “úteis para o povo, para a libertação do homem”. Fidel também teceu críticas aos intelectuais estrangeiros que publicaram cartas na imprensa internacional condenando o caso Padilla. As resoluções desse Congresso intensificaram a repressão aos intelectuais homossexuais, impedindo-os de exercer qualquer função educacional ou cultural em Cuba:

21. Stálin comandou uma campanha ostensiva contra os dirigentes do *bureau* político da época de Lênin. Bukharin, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Radek, entre outros, foram afastados da direção, presos e mortos. O ápice dos expurgos e das autoconfissões ocorreu durante os Processos de Moscou, entre 1936 e 1938, quando cinco milhões de soviéticos foram condenados à prisão, à morte ou aos campos de trabalhos forçados. Ver: Trotski (1977); Ferro (1984).

22. Para Juan Goytisolo, a confissão de Padilla era “caricaturesca” e seu tom era “burlesco”, ou seja, tratava-se de uma mensagem codificada, que deveria ser interpretada, com leitura nas entrelinhas. Padilla havia feito suas “autoinculpações abjetas”, exagerando ao absurdo as fórmulas e os clichês, com um aparente “servilismo sem limites”, que escondia a farsa que ele foi obrigado a representar. Ver: Goytisolo apud Leante (1999, p. 220-221). Na interpretação de Roger Reed, a autocrítica de Padilla utilizou uma “linguagem dupla” e foi pronunciada para ser entendida de duas maneiras. Padilla queria transmitir que sua autoconfissão não era sincera e que havia sido forçado a fazer aquela declaração, segundo Reed. Ao declarar desde o princípio que seu discurso não era imposto pela Revolução, Padilla queria manifestar exatamente o contrário e que toda sua fala seria “pura hipocrisia”. Ver: Reed apud Leante (1999, p. 213). Já na reedição de seu livro *Fuera del Juego*, em 1998, Padilla avaliou que sua confissão havia sido uma “burla”, pois repetiu de memória um texto previamente redigido na prisão pelos órgãos da *Seguridad del Estado*. Ver: Padilla (1998, p. 9).

Não se pode permitir que, por seus ‘méritos artísticos,’ reconhecidos homossexuais influam na formação da nossa juventude. Como consequência, é necessário analisar como se deverá encarar a presença de homossexuais nos diversos organismos da frente cultural. Sugeriu-se o estudo de medidas que permitam o encaminhamento para outros organismos de aqueles que, sendo homossexuais, não devam ter participação direta na formação de nossa juventude a partir de atividades artísticas ou culturais. (Resoluções..., 1980, p. 29)

As atividades culturais também foram regulamentadas pelas resoluções do Congresso. As manifestações artísticas e literárias deveriam ser desenvolvidas pelas massas, e não se restringirem a uma “elite” intelectual. Os trabalhadores das instituições literárias, artísticas, meios de comunicação e universidades deveriam possuir condições “políticas e ideológicas” para levar adiante a aplicação da política cultural da Revolução. A existência da liberdade de criação foi reafirmada, entretanto, sem permitir obras que caíssem na libertinagem. Em maio de 1971, *El Caimán Barbudo* publicou a declaração do Congresso, e a direção da publicação deixou explícita sua adesão às resoluções do Congresso no editorial desse número²³.

Um desdobramento das resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura foi a publicação em *El Caimán Barbudo* de uma carta de Haydée Santamaría, diretora de *Casa de las Américas*, em resposta a Mario Vargas Llosa. O escritor peruano havia escrito uma correspondência a Haydée em 5 de abril de 1971, na qual renunciava ao comitê de colaboração da revista *Casa de las Américas*, como forma de contestação à repressão a Heberto Padilla, que naquele momento se encontrava preso. A carta de Haydée Santamaría, datada de 14 de maio de 1971, tratou do “caso” Padilla sem em nenhum momento mencionar seu nome:

Por isto foi detido um escritor, não por ser escritor, desde logo, mas por atividades contrárias à Revolução que ele mesmo diz ter cometido. (...) Esse escritor reconheceu suas atividades contra-revolucionárias,

23. “Declaración del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura”, *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 46, p. 27-32, maio 1971; “Editorial Aclaración”, *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 46, p. 2, maio 1971.

apesar do qual está livre, integrado normalmente ao seu trabalho. Outros escritores também têm reconhecido seus erros, o que não os impede estar igualmente livres e trabalhando. Mas você não vê em tudo isto senão “um lastimoso espetáculo” que não foi espontâneo senão pré-fabricado, produto de supostas torturas e pressões. (Santamaría, 1971, p. 16-17)

Ao introduzir o texto, *El Caimán Barbudo* relembra que Mario Vargas Llosa havia assinado a carta coletiva dirigida a Fidel Castro, juntamente com intelectuais latino-americanos e europeus, em que protestava contra a prisão do “escritor contrarrevolucionário”, segundo a versão da publicação (Padilla, 1998, p. 123). Também nessa apresentação, alusões eram feitas a Padilla, sem mencionar seu nome diretamente. Para os editores, Vargas Llosa fazia o jogo dos “inimigos da Revolução”, da “propaganda anticomunista internacional” e das “atividades da CIA”, ao buscar ser “juiz” do processo revolucionário e censurar a “autocrítica” de Padilla na *Uneac*, ao denominá-la de “espetáculo lastimável”. Tanto para os editores de *El Caimán Barbudo* como para Haydée Santamaría, Mario Vargas Llosa era um “escritor colonizado” a serviço dos interesses do imperialismo. Esses mesmos termos já haviam sido usados para atacar os intelectuais estrangeiros solidários a Padilla nas resoluções e intervenções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura. Por fim, os editores declaravam seu reconhecimento à “fraterna” revista *Casa de las Américas* com a publicação dessa carta.

Uma nova seção surgiu no número 84 de *El Caimán Barbudo*, em novembro de 1974. Intitulada de *Noticiero*, era um espaço para a divulgação de notícias culturais, como concursos, debates, festivais, prêmios e lançamentos na ilha e em outros países, em que se estimulava o desenvolvimento da cultura cubana. Além das temáticas diretamente relacionadas com a ilha, a publicação abriu seu espaço às produções artísticas dos países latino-americanos, principalmente o Chile desse período, que passava pela experiência do governo de Salvador Allende; além de editar diversos artigos sobre literatura, cinema, teatro, artes plásticas da União Soviética e demais países do Leste Europeu e divulgar textos do marxismo. Nessa fase da publicação, houve uma diminuição de artigos sobre os países

da África e da Ásia e de suas lutas pela libertação contra o imperialismo e o colonialismo, que havia sido bastante divulgada na primeira época de *El Caimán Barbudo* (Miskulin, 2009). Nos anos mil novecentos e setenta, a publicação deixou explícito seu objetivo de “trabalhar para a cultura”, e os artigos ou ensaios de temas políticos e sociais diminuíram significativamente em comparação com a primeira época²⁴. Entretanto, o perfil cultural da publicação não significava falta de compromisso político com a Revolução, pelo contrário, a publicação afirmava mais do que nunca seu engajamento ideológico diante de todas as tarefas e organismos revolucionários cubanos.

O Primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano foi realizado em dezembro de 1975, ditando resoluções sobre cultura. Reafirmou a ideia de que as obras de arte deveriam estar em consonância com “os interesses da sociedade socialista, auxiliando na formação do homem novo”. Nas suas resoluções, a arte deveria ser um instrumento para “combater posições ideológicas adversas ao socialismo” (Resolución, 1982, p. 95-97) e também uma forma de dialogar com a história combativa do povo cubano. Definia-se uma concepção de obra de arte como reflexo da realidade, otimista e com a crença no futuro socialista, novamente elementos bem comuns ao realismo socialista soviético. Em 1976, proclamou-se a nova Constituição da República Cubana, surgindo o Ministério da Cultura, sob a direção de Armando Hart.

Nesse contexto, os intelectuais que não eram considerados “revolucionários” dentro desses parâmetros foram excluídos e/ou não tiveram espaço em *El Caimán Barbudo* (Miskulin, 2009). As manifestações culturais se politizaram ao máximo nessa época, com o incentivo do realismo socialista, o que ficou bem demarcado nesse periódico da juventude comunista. A arte e a literatura assumiram uma função pedagógica e

24. As restrições impostas pela política cultural oficial relacionaram-se com o perfil temático das publicações cubanas, que se restringiram às questões artísticas e culturais, e na maioria das vezes silenciaram os temas sociais, como ecologia, educação, moral, modo de vida, religião, etnia e gênero. As restrições à função crítica dos escritores e artistas levaram a maioria da intelectualidade a não se voltar aos problemas sociais e se restringir aos temas culturais ou da política cultural. Problemas como prostituição ou discriminação racial, por exemplo, foram temas tabus na ilha até os anos mil novecentos e noventa. O discurso oficial afirmava que os intelectuais não eram “competentes” para realizar análises sociais, que careciam de referencial “teórico e empírico da realidade social concreta”, e que esse terreno deveria ser palco para os políticos e especialistas. Ver: Navarro (2002, p. 698).

transformaram-se, na maioria dos casos, em veículo de propaganda do governo, com o objetivo de educar as massas na construção do socialismo e do “homem novo”. Dentro dessa lógica, condenava-se a produção crítica que revelava os aspectos negativos da sociedade e incentivava-se as intervenções não críticas ou mesmo apologéticas, ao mostrarem apenas o lado positivo da realidade.

O endurecimento no campo cultural fez com que os anos 1970 ficassem conhecidos como a “*década gris da cultura cubana*” (Cancio Isla apud Barquet, 1998b, p. 72). O crítico literário Ambrosio Fornet, bastante afinado com a linha oficial governamental, reconheceu que 1971 representa o início do período conhecido como “*quinquenio gris*” (Fornet apud Espinoza, 1992, p. 103), enquanto outros, como Desiderio Navarro (2002), identificaram, de 1968 a 1983, um período de autoritarismo e dogmatismo cultural. A “*parametrización de la cultura cubana*” significou o estabelecimento de parâmetros ideológicos e morais que deveriam direcionar a conduta dos intelectuais. O diretor do Consejo Nacional de Cultura, Luis Pavón Tamayo, passou a impulsionar uma “campanha de saneamento”, em que muitos intelectuais e artistas foram expulsos de seus postos de trabalho, acusados de ter “conduta imprópria”. A partir desse momento, o intelectual teria que demonstrar “combatividade revolucionária”, ou seja, participar como um militante das tarefas da Revolução (Barquet, 1998b). Diversos intelectuais caíram no ostracismo, foram silenciados, impedidos de publicar ou praticaram a autocensura, o que se relacionava diretamente com as normas rígidas da política cultural oficial nos anos 1970²⁵.

As obras artísticas e literárias deveriam escolher temas épicos e triunfalistas, demonstrando uma orientação política rígida. Valorizavam-se obras didáticas, que “refletissem o momento de construção do socialismo em Cuba”. A crítica literária Mirta Aguirre (1987) defendeu o “realismo socialista

25. Alguns escritores censurados ou sancionados durante o período gris foram: José Lezama Lima, Virgilio Piñera, Heberto Padilla, Antón Arrufat, Humberto Arenal, César López, Pablo Armando Fernández, José Triana, René Ariza, Reinaldo García Ramos, Delfín Prats, Belkis Cuza Malé, José Milián, Víctor Casaus, Luis Rogelio Noguera, Guillermo Rodríguez Rivera, Norberto Fuentes, Edouardo Heras León, Manuel Díaz Martínez, Lina de Feria, Tomás González, Carilda Oliver, Vicente Echerri, Esteban Luis Cárdenas, Rogelio Moya, Renato Recio, entre outros. Ver: Barquet (2002, p. 51); Barquet (1998a, p. 11); Barquet (1994, p. 26).

cubano”, que, para ela, se aproximava dos cânones do modelo soviético. O realismo socialista foi incentivado sobretudo pelos intelectuais que aderiram ao Partido Comunista Cubano, ou ainda por aqueles que já eram militantes comunistas do PSP antes do triunfo da Revolução. O cientista político Rafael Hernández apontou que houve uma forte aproximação do modelo soviético, cujas imitações do “socialismo real” afetaram profundamente o sistema, a cultura e o pensamento na ilha (Hernández, 1999).

O papel do intelectual revolucionário nesse contexto também perdeu sua autonomia e sua função de crítica pública ao se subordinar às decisões políticas e diretrizes formuladas pelos líderes políticos. Os dirigentes culturais e políticos passaram a priorizar o conteúdo revolucionário e deixaram de lado os aspectos formais e artísticos das obras, mesmo que isso significasse sacrificar “gêneros, escolas, estilos e estéticas” (como o teatro do absurdo, o teatro da crueldade, a ficção científica) em função da coesão ideológica (Rama, 1971, p. 64). Nesse contexto, houve uma perda de autonomia da obra de arte e do trabalho do intelectual, que se viram subordinados às decisões dos líderes políticos e obrigados a deixar de lado seu “espírito crítico” para assumir uma postura militante. A criatividade, a liberdade de criação e expressão foram cerceadas diante das normas vigentes no campo cultural. Nota-se que muitos intelectuais acabaram por se orientar e se colocar a serviço dos parâmetros e normas ditadas pelo governo e pela direção do Partido Comunista Cubano. *El Caimán Barbudo* sobreviveu esses tempos duros em Cuba por enquadrar-se nas diretrizes da política cultural e assumir seu papel de veículo de propaganda oficial da juventude comunista e do governo cubano.

Os teóricos que analisaram as políticas culturais em Cuba enfatizaram a efervescência dos anos 1960 como um momento de enorme produção intelectual, enquanto que a década de 1970, sobretudo após as deliberações do Congresso de 1971, foi vista como um período de endurecimento, marcado por grande repressão e pelo estabelecimento de normas rígidas, que cercearam a conduta dos intelectuais e a elaboração de suas obras. Entretanto, observamos que, já na década de 1960, ocorreram diversos conflitos entre certos grupos de intelectuais e o governo, que acarretaram a censura de

certos filmes, obras ou publicações. Os casos do fechamento de *Lunes de Revolución*, em novembro de 1961, e da censura ao documentário *P.M.*, em junho de 1961, foram bastante significativos enquanto primeiro marco de limitação da liberdade de expressão implementada pelas políticas culturais oficiais. A existência das *Umaps*, a repressão aos intelectuais homossexuais e o desligamento dos escritores que dirigiam *El Caimán Barbudo*, em 1968, configuram um fechamento cultural muito anterior ao ano de 1971.

A conformação da política cultural oficial em Cuba esteve muito atrelada, ao longo dos anos 1960 e 1970, aos interesses dos dirigentes políticos do governo e aos intelectuais que aceitaram encampar essas diretrizes na elaboração de suas obras. Por isso, os discursos de Fidel Castro, as resoluções dos congressos culturais e as definições do Partido Comunista Cubano foram tão decisivos das linhas centrais da política cultural. Nesse contexto, as experiências do magazine *Lunes de Revolución* e da primeira época do suplemento *El Caimán Barbudo* tiveram seus dias contados, pois representavam outros projetos de políticas culturais divergentes daqueles adotados como política cultural oficial pelo governo cubano. Embora mudanças no campo cultural venham ocorrendo lentamente desde meados dos anos 1980, a ausência de reformas políticas abrangentes impede que a liberdade plena de criação e de expressão seja alcançada em Cuba.

A Revolução Cubana trouxe inúmeros benefícios e conquistas para a maioria da população, reduzindo desigualdades sociais, eliminando o analfabetismo e ampliando o acesso à educação e à saúde. Entretanto, não foi possível assegurar os direitos civis e a liberdade plena dos indivíduos, tanto na esfera privada quanto na pública. A presença contínua da censura, aliada a diretrizes, normas e parâmetros oficiais, além da restrição no acesso à informação, à imprensa estrangeira e à internet, limitam significativamente a liberdade no trabalho intelectual. A ampla liberdade de criação, expressão e de associação política permanece como uma questão não resolvida pela política oficial cubana. As ricas experiências fomentadas por *Lunes de Revolución* e pela primeira época de *El Caimán Barbudo* fizeram parte da grande agitação cultural que Cuba viveu nos anos mil novecentos e sessenta e que não pôde mais se repetir, devido à diáspora dos intelectuais e aos parâmetros estabelecidos pela política cultural oficial.

Referências

- AGUIRRE, M. Realismo, realismo socialista y la posición cubana. In: ESCALONA, J. F. *Estética selección de lecturas*. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1987.
- ALMENDROS, N.; JIMÉNEZ-LEAL, O. *Conducta impropia*. Madri: Playor, 1984.
- APRESENTACIÓN. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 1, p. 1-2, abr. 1966.
- ARENAS, R. *Antes que anoiteça*. Trad. Irène Cubrie. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- BARQUET, Jesús J. *El grupo orígenes y la eticidad cubana: recuento de un proceso*. [S. l.]: Tulane University, 1990.
- BARQUET, Jesús J. “Cinco notas para el estudio de la poesía cubana contemporánea”, *La crónica*, México, n. 18, 1-5, p. 26, set. 1994.
- BARQUET, Jesús J. “La generación de Mariel”, *Encuentro de la cultura cubana*, Madri, n. 8-9, p. 110-125, primavera-verão 1998a.
- BARQUET, Jesús J. “El teatro cubano en la encrucijada sociopolítica (1959-1990)”, *La palabra y el hombre*, n. 108, p. 63-80, out./dez. 1998b.
- BARQUET, Jesús J. *Teatro y revolución cubana – subversión y utopía en Los siete contra Tebas de Antón Arrufat*. Lewiston/Queenston/Lampeter: The Edwin Mellen Press, 2002.
- BARRETO, T. C. *A libélula, a pitonisa: revolução, homossexualismo e literatura em Virgílio Piñera*. São Paulo: Iluminuras: Fapesp, 1996.
- BARRETO, T. C.; GIANERA, P.; SAMOILOVICH, D. “Virgílio Piñera. Cronología”. Trad. de Teresa Cristófani Barreto. *Revista Usp*, São Paulo, n. 45, p. 151-154, mar./maio 2000.
- CABRERA INFANTE, G. *Mea Cuba*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CABRERA INFANTE, G. “Una sola unión contra todas las amenazas”, *Lunes de Revolución*, Editorial, Havana, n. 90, p. 2-3, 9 jan. 1961.
- CAMPUZANO, Luisa. La revista Casa de las Américas, 1960-1995. In: FORNET, Ambrosio; CAMPUZANO, Luisa. *La revista Casa de las Américas: un proyecto continental*. Havana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O Bravo matutino*. Imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de São Paulo'. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CASTRO, F. *Palabras a los intelectuales*. Havana: Ediciones del Consejo Nacional de Cultura, 1961, p. 11.

CHOMSKY, A. *História da Revolução Cubana*. Trad. de Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2015.

COSTA, A. V. *Intelectuais, política e literatura na América Latina*. São Paulo: Alameda: Fapesp, 2013.

CRESPO, Regina (org.). *Revistas en América Latina*: Proyectos literários, políticos y culturales. México: UNAM, 2010.

DECLARACIÓN final del Primer Congreso Nacional de Escritores y Artistas de Cuba. *Lunes de Revolución*, Havana, n. 120, p. 32-33, ago. 1961.

DECLARACIÓN del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 46, p. 27-32, maio 1971.

DÍAZ, J. El fin de otra ilusión. "A propósito de la quiebra de El Caimán Barbudo y la clausura de Pensamiento crítico", *Encuentro de la cultura cubana*, Madri, n. 16-17, p. 106-119, 2000.

DILL, Hans-Otto. "Cultura, literatura, política latinoamericanas en Casa de las Américas 1970-1990", *América. Cahiers du CRICCAL (Centre de Recherches Interuniversitaire sur les Champs Culturels en Amérique Latine), Le discours culturel dans les revues latino-américaines de 1970 à 1990*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, n. 15, p. 105-118, 1992.

EDITORIAL "Una posición". *Lunes de Revolución*, Havana, n. 1, p. 2, 23 mar. 1959.

EDITORIAL "Una posición: haciendo lo que es necesario hacer". *Lunes de Revolución*, Havana, n. 3, p. 3, 1959.

EDITORIAL In: *Lunes de Revolución*, Havana, n. 53, p. 2, 4 abr. 1960.

EDITORIAL In: *Lunes de Revolución*, Havana, n. 61, p. 2, 30 maio 1960.

EDITORIAL Aclaración. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 46, p. 2, maio 1971.

EDWARDS, J. *Persona non grata*. Barcelona: Tusquets Editores, 1991.

EL CAIMÁN Barbudo. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 18, p. 3, jan. 1968.

ESPINOSA, C. Uma dramaturgia escindida: cronología. In: *Teatro cubano contemporáneo: antología*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 13-127.

ESQUENAZI-MAYO, Roberto. *A survey of Cuban Revistas (1902-1958)*. Washington, D. C.: Library of Congress, 1993.

FAVATTO JR., B. *Entre o doce e o amargo: memórias de exilados cubanos*. São Paulo: Alameda: Fapesp, 2014.

FERNANDE S, F. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERRO, Marc. *O Ocidente diante da Revolução Soviética*. A História e seus mitos. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANQUI, C. *Retrato de família com Fidel*. Trad. de Fábio Fernandes da Silva. Rio de Janeiro: Record, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

GUEVARA, Ernesto Che. El socialismo y el hombre en Cuba. *Marcha*. Montevideo, 12 de março de 1965. In: GUEVARA, Ernesto Che. *Obras escogidas (1957-1967)*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991, p. 367- 384.

GUILLÉN, N. “Lunes de Revolución”, *Hoy*, Havana, mar. 1960.

HERNÁNDEZ, R. *Mirar a Cuba: ensayos sobre cultura y sociedad civil*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 1999.

KANZEPOLSKY, Adriana. *Un dibujo del mundo: extranjeros en Orígenes*. Rosario: Beatriz Viterbo Ed., 2004.

LEANTE, César. *Revive, historia*. Anatomía del castrismo. Madri: Biblioteca Nueva, 1999.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

MARTÍNEZ PÉREZ, L. *Los hijos de Saturno: intelectuales y Revolución en Cuba*. México: Flacso: Miguel Ángel Porrúa, 2006.

MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. *Pátria ou morte: nacionalismo e socialismo em Casa de las Américas*. Tese (Doutorado em Ciências Política) – UNICAMP, Campinas, 2024.

MISKULIN, S. C. *Cultura ilhada: imprensa e Revolución Cubana*. São Paulo: Xamã: Fapesp, 2003.

MISKULIN, S. C. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução*. São Paulo: Alameda: Fapesp, 2009a.

MISKULIN, S. C. “Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista Vuelta”, *Revista brasileira do Caribe: Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil*, Brasília, v. 10, n. 19, p. 191-208, jul./dez. 2009b.

MISKULIN, S. C. “La Revolución Cubana y el caso Padilla en las revistas Plural y Vuelta”, *Estudios: Revista del Centro de Estudios Avanzados da Universidad Nacional de Córdoba*, Córdoba, n. 23-24, p. 159-171, jan./dez. 2010.

MOREJÓN ARNAIZ, I. *Política y polémica en América Latina: Las revistas Casa de las Américas y Mundo Nuevo*. México: Educación y Cultura, 2010.

NAVARRO, D. In medias res publicas. Sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana. In: HERNÁNDEZ, R.; ROJAS, R. (org.). *Ensayo cubano del siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 689-707.

NOS pronunciamos. *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 1, p. 11, maio 1966.

PADILLA, H. *La mala memoria*. Barcelona: Plaza & Janes, 1989.

PADILLA, H. *Fuera del juego*. Miami: Ediciones Universal, 1998.

PÉREZ LEÓN, Roberto. *Tiempo de ciclón*. Havana: Unión, 1995.

QUINTERO HERENCIA, Juan Carlos. *Fulguración del espacio*. Letras e imaginario institucional de la Revolución Cubana (1960-1971). Rosario: Beatriz Viterbo, 2002.

RAMA, Angel. “Una nueva política cultural en Cuba”, *Cuadernos de Marcha* Montevideu, n. 49, p. 47-68, maio 1971.

RESOLUCIÓN sobre la cultura artística y literaria. In: *La lucha ideológica y la cultura artística y literaria*. Havana: Ed. Política, 1982, p. 97.

RESOLUÇÕES del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura. São Paulo: Livramento, 1980.

RODRÍGUEZ, C. R. “¿Porque me gusta y no me gusta Lunes?”, *Lunes de Revolución*, Havana, n. 52, p. 4, mar. 1960.

RODRÍGUEZ RIVERA, G. “La poesía de Luis Rogelio Noguerras”, *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madri, n. 18, p. 223-233, 2000.

ROJAS, R. Apuntes para una historia intelectual. In: NARANJO OROVIO, C. (org.). *Historia de Cuba*. Madri: CSIC: Ediciones Doce Calles, 2009, p. 393-416.

ROJAS, R. Anatomía del entusiasmo: cultura y revolución en Cuba. In: ALTAMIRANO, C. (org.). *Historia de los intelectuales en America Latina*. Buenos Aires/Madri: Katz Editores, 2010, p. 45-61.

SANTAMARÍA, Haydée. “Imagen de un escritor colonizado”, *El Caimán Barbudo*, Havana, n. 47, p. 16-17, jun. 1971.

SAUNDERS, F. S. *La CIA y la guerra fría cultural*. Madri: Editorial Debate, 2001.

SCHNAIDERMAN, B. *Os escombros e o mito: a cultura e o fim da União Soviética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOSNOWSKI, Saúl. *La cutura de un siglo*. América Latina en sus revistas. Madri/Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999.

TROTSKI, León. *La revolución traicionada*. Que és y a donde va la Unión Soviética. Barcelona: Fontamara, 1977.

VERDÈS-LEROUX, J. *La lune et le caudillo: le rêve des intellectuels et le régime cubain (1959-1971)*. Paris: Gallimard, 1989.

VILLAÇA, M. M. *Polifonia tropical: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972)*. São Paulo: Humanitas, 2004. (Série Teses/História Social USP).

VILLAÇA, M. M. *Cinema cubano: revolución e política cultural*. São Paulo: Alameda: Fapesp, 2010.

VILLAÇA, M.; MISKULIN, Sílvia Cezar. “O caso Padilla em Cuba: debates na História e na tela do cinema”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 37, p. 241-270, jan./jun. 2024.

VILLAÇA, M.; SCHMIEDECKE, N. A.; GARCIA, T. C. *Políticas cultuais na América Latina: entre conflitos e negociações*. São Paulo: Editora Unifesp, 2023.

(Cuadernos del) Tercer Mundo: projeto editorial e debate sobre o papel da comunicação no Terceiro Mundo (1974-1979)

Carine Dalmás
Gabriel Corrêa

A revista *Cuadernos del Tercer Mundo (CTM)*¹ foi uma revista político-cultural orientada pelo propósito comunicacional de cobrir lacunas informativas existentes na América Latina a respeito dos debates sobre os problemas do Terceiro Mundo. No número de lançamento, declarou-se aberta às correntes e ideias terceiro-mundistas, comprometendo-se a valorizar conexões entre a realidade social latino-americana em todas as suas dimensões, com África, Ásia e Oriente Médio, respeitando a diversidade ideológica e estratégica dos movimentos de libertação nacional e evitando um enfoque que comprometesse a compreensão das múltiplas realidades que conformavam o Terceiro Mundo (TM, n.1, set. 1974, p.1).

Lançada em Buenos Aires, em 1974, com o nome *Tercer Mundo (TM)*², teve sua denominação alterada na décima edição para que pudesse ser relançada no México, em 1977, passando a chamar-se *Cuadernos del*

1. Ao longo do texto, nas referências a *Cuadernos del Tercer Mundo*, utilizaremos a abreviação “CTM”.

2. Nas suas primeiras 9 edições, a revista chamou-se *Tercer Mundo*. Ao longo do texto, nas referências à *Tercer Mundo* e citações, utilizaremos a abreviação “TM”.

Tercer Mundo. Os responsáveis pelo projeto editorial da *Tercer Mundo/Cuadernos del Tercer Mundo* foram o jornalista e político brasileiro José Guimarães Neiva Moreira, o jornalista Pablo Piacentini e a editora Julia Constenla, ambos argentinos. A proposta editorial da revista expressou a (re)estruturação da atividade profissional e política de jornalistas exilados na América Latina que transitaram no Uruguai e na Argentina entre as décadas de 1960 e 1970. Na retomada do projeto no México, o editor Enrique Cortés Reyna e o jornalista Roberto Remo foram incorporados ao corpo editorial. A revista circulou até 2005, foi traduzida para o português e o inglês, ganhou uma sede no Rio de Janeiro, passou por novas fases e marcou gerações de redatores, colaboradores e de públicos leitores como expressão de um jornalismo político contra-hegemônico.

Nosso interesse pela *Tercer Mundo/Cuadernos del Tercer* resultou do estudo em andamento sobre a trajetória profissional e a produção intelectual de Neiva Moreira durante seu exílio na América Latina (1964-1979).³ A análise preliminar da revista revelou um documento privilegiado para a compreensão de redes intelectuais e temas de interesse de exilados políticos que, como Neiva Moreira, procuraram restabelecer mecanismos de intervenção pública para denunciar as violações das ditaduras de segurança nacional. Tais redes buscavam também promover projetos e ações político-culturais com vistas a informar e integrar a América Latina em movimentos e ações político-culturais implementados por países do bloco geopolítico denominado à época como Terceiro Mundo:

O Terceiro Mundo abarcava nações muito distintas, mas que possuíam em comum o fato de haverem constituído a periferia colonial ou semicolonial. Além de elementos objetivos como população jovem

3. Essa reflexão é resultado do projeto de pesquisa Universal intitulado “Neiva Moreira, imprensa e circulação de ideias na América Latina (1950-1979)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico do Maranhão (FAPEMA), com prazo de finalização para 2026. Com o golpe de 31 de março de 1964, Neiva Moreira, que era deputado federal pelo estado do Maranhão, teve seu mandato cassado, com a imposição do Ato Institucional nº 1, e viu-se obrigado a sair do Brasil. Seu percurso como exilado político começou pela Bolívia, seguindo, nessa ordem, pelo Uruguai, Argentina, Peru e México, trânsito forçado pelo desencadeamento dos golpes militares na América do Sul e pela sua insistência de permanecer na América Latina. Apenas em 1979, após a aprovação da Lei de Anistia (6.683/1979), Neiva Moreira pôde regressar ao Brasil.

e em expansão e abundantes recursos naturais, seu limitado nível de desenvolvimento apontava para potencial expansão econômica e a articulação de organizações políticas como o Movimento do Países Não Alinhados. Havia a busca do desenvolvimento, a ideologia anticolonialista e neutralista, além da rejeição à adesão a blocos militares e à política de grande potência. (Visentini, 2015, p.7)

Os 35 números de (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo*⁴ publicados entre 1974 e 1979 registraram o trânsito e a atuação profissional de jornalistas que se mobilizaram em torno dos problemas do Terceiro Mundo, procurando torná-los conhecidos na América Latina a partir da divulgação e ênfase nos pontos de vista das sociedades que compunham esse espectro geopolítico. A revista configurou-se, assim, como resultado da militância e das reflexões de jornalistas-intelectuais que, entre 1960 e 1970, protagonizaram debates e ações editoriais em torno de variadas temáticas político-culturais, dentre as quais destacaram-se o papel do exílio no ativismo político; o desenraizamento e enraizamento do escritor; as tensões entre cosmopolitismo e nacionalismo; a integração cultural latino-americana; o compromisso político-social do escritor exilado (Costa, 2013).

Os intelectuais, nessa perspectiva, são aqueles que procuram intervir no espaço público para defender valores (ou causas) universais (tais como justiça, verdade e liberdade) e/ou para transgredir à ordem vigente. Portanto, a classificação como “intelectual” não tem a ver com sua formação ou área de atuação (escritor, historiador, filósofo, cineasta, artista, político, jornalista etc.). O central, conforme delimitou Eduard Said, é que o intelectual articule mensagem, pontos de vista e atitude em nome de uma causa representativa de um público específico (Said, 2005). Apenas assim se torna possível combinar uma trajetória intelectual com a formação de redes e seus mecanismos de enunciação e atuação pública que, no caso em questão, materializaram-se na (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo*.

4. Todos os números da revista *Cuadernos del Tercer Mundo* consultados para esta análise se encontram disponíveis no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/211/>.

As redes intelectuais formam um complexo emaranhado, um mapa de conexões que atravessa fronteiras, blocos, regiões, e aproxima sujeitos, constituindo novos regimes de intercambio (Maíz, 2018). A revista (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo*, como tantas outras revistas de cultura e política criadas por intelectuais exilados, expressou múltiplos intercâmbios, promoveu a circulação de ideias, constituindo-se como relevante meio para a identificação de projetos transnacionais articulados em períodos de instabilidade e crise política, para intervir em nome da difusão e legitimação de determinadas concepções políticas e/ou culturais (Crespo, 2010).

Este texto destaca aspectos considerados centrais do projeto editorial da (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* em dois momentos centrais para sua consolidação: o período de sua criação e difusão, a partir de Buenos Aires, interrompido pela crise que culminou com o golpe militar de 1976, e a retomada e relançamento da revista no México, entre 1977 e 1979. A análise toma a trajetória de Neiva Moreira no exílio como marco temporal e eixo de articulação de sujeitos, movimentos e concepções que buscaram identificar e caracterizar problemas e colaborar para a transformação da realidade dos países do Terceiro Mundo.

Entendemos que (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* expressou um programa de ação intelectual forjado na América Latina e comprometido com a estruturação de mecanismos informativos dispostos a enfrentar as narrativas difundidas por conglomerados comunicacionais dos países economicamente dominantes sobre a realidade e as lutas políticas dos países do Terceiro Mundo. Interessa-nos analisar a forma como a questão da difusão da informação e, em consequência, do papel da comunicação e do jornalista foi apresentada na revista e como inspirou-se em determinadas experiências políticas latino-americanas.

Nessa perspectiva, não perdemos de vista que, na década de 1970, conforme demonstrou Mirta Varela, o interesse pelos meios de comunicação na América Latina levava implícita a pergunta pela especificidade de uma zona da cultura em permanente tensão com a mundialização, em que a concepção dos meios de comunicação como agentes do “imperialismo cultural” outorgou matizes peculiares aos debates e às práticas. O contexto

latino-americano impôs a teoria da dependência como matriz principal para a análise dos meios de comunicação e atribuiu ao jornalista-intelectual a condição de uma militância baseada na denúncia, na defesa de uma transformação radical ou na criação de projetos comunicacionais alternativos (Varela, 2010).

Neiva Moreira, exílio na região do Rio da Prata e a criação de (Cuadernos del) Tercer Mundo

Em 1964, quando saiu para o exílio, Neiva Moreira era um jornalista político experiente e reconhecido no Brasil (Sena, s/d). Por meio da atuação na imprensa local e no parlamento, destacou-se como opositor político do domínio coronelista no poder de seu estado natal, o Maranhão. Como deputado federal, participou da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), criada em 1954, defendendo a soberania nacional e denunciando os interesses político-econômicos do capital estrangeiro no Brasil (Coelho; Grill, 2016).

O principal porta-voz de suas posições políticas foi o *Jornal do Povo* (1950-1964), periódico maranhense do qual tornou-se proprietário em 1952 e no qual, além de manifestar suas ideias políticas sobre as questões que afetavam o Maranhão e o Brasil, abordou problemas e acontecimentos latino-americanos, com destaque para a Revolução Cubana (1959) e sua luta anti-imperialista (Ribeiro, 2024; Freitas, 2023).

Nos editoriais regularmente escritos por Neiva Moreira, o *Jornal do Povo* expressou posições nacionalistas associadas à defesa da soberania brasileira sobre os recursos naturais (campanha “O petróleo é nosso!”, anos 1950), de uma política externa independente (anti-imperialista) e da reforma agrária (Moreira, 1989). O nacionalismo correspondia às posições como parlamentar. Filiado ao Partido Social Progressista (PSP), Neiva Moreira elegeu-se deputado estadual em 1950 e federal em 1954, 1958 e 1962. No âmbito federal, liderou a formação da FPN, atuou na articulação que garantiu a posse de João Goulart, em 1961, e incorporou-se na frente de sustentação do governo e das reformas de base (Cannabrava Filho, 2017). Gradualmente, Neiva Moreira desligou-se do grupo de Adhemar de Barros (PSP) e acercou-se do trabalhismo e de Leonel Brizola.

O golpe militar de 1964 no Brasil interrompeu a trajetória profissional e política de Neiva Moreira, que estava em franco desenvolvimento, do mesmo modo que aconteceria com diversos jornalistas, artistas, escritores e professores do Brasil e de vários países latino-americanos. O impacto dessas interrupções abruptas, violentas e quase concomitantes culminou no abandono forçado de seus países e na busca pela (re)construção de projetos políticos e profissionais em novas condições impostas pelo exílio.

Neiva Moreira iniciou seu trânsito como exilado na Bolívia, onde, no início dos anos 1950, havia ocorrido uma revolução nacionalista e anti-oligárquica, protagonizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sob a liderança de Paz Estensoro e Silez Suazo. Neiva Moreira acompanhou o trinfo da revolução, em 1952, e, segundo Cannabrava (2017), forjou uma amizade duradoura com os líderes do MNR.⁵

Entre 1965 e 1973, Neiva Moreira viveu no Uruguai, tornando-se um articulador da resistência à ditadura brasileira, junto a Leonel Brizola. No âmbito profissional, contribuiu em vários periódicos de esquerda, com destaque para o semanário socialista *El Oriental*, em que conviveu com Eduardo Galeano (Bissio, 2015) e com a chefia de redação do jornal diário *Ahora* (Cannabrava Filho, 2017). Em Montevidéu, conheceu o jornalista Paulo Cannabrava Filho e a estudante Beatriz Bissio, e conviveu com os brasileiros Darcy Ribeiro, Paulo Shilling e Carlos Olavo.

Como correspondente do jornal *Ahora*, Neiva Moreira participou da IV Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, realizada em Argel (Argélia), em 1973. O grupo geopolítico dos Países Não Alinhados, estruturado a partir da Conferência de Bandung (Indonésia)⁶, em 1955,

5. Até esse momento, a pesquisa não encontrou detalhamentos sobre a relação de Neiva Moreira com o MNR. No entanto, o jornal do povo publicou dois textos, um editorial e um artigo de opinião assinado por Neiva Moreira sobre a Revolução Boliviana. São eles: Revolução na Bolívia, *Jornal do Povo*, São Luís, 10 de abril de 1951, p. 01; e MOREIRA, Neiva. Boliviana (História de uma Revolução Popular). *Jornal do Povo*, 29 de maio de 1955, p. 02.

6. O Movimento dos Países Não Alinhados foi estruturado a partir da Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, quando, sob os efeitos da Guerra Fria, países africanos e asiáticos esforçaram-se para estruturar uma frente geopolítica independente dos dois blocos hegemônicos, mesmo que “muitos deles mantinham um relativo alto grau de dependência de uma ou de outra superpotência – o plano econômico ou político, tecnológico, militar, ou em todos eles ao mesmo tempo” (Bissio, 2015, p. 26-27). Os países e movimentos representados em Bandung rejeitaram a participação em qualquer pacto militar e, conhecedores da experiência

atribuiu à concepção de Terceiro Mundo o sentido de uma aliança estratégica estruturada para enfrentar e superar o legado do colonialismo em África, Ásia e Oriente Médio, apoiar movimentos de libertação nacional e, principalmente, legitimar “uma nova forma de compreensão do momento histórico e da geopolítica”, contrapondo-se à divisão Leste e Oeste e afirmando que “a divisão do mundo que importava ressaltar era aquela que separava os países ricos e industrializados dos países pobres, subdesenvolvidos” (Bissio, 2015, p. 31).

Do espectro asiático-africano, participaram da Conferência de Argel importantes movimentos de libertação nacional: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); o Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); da Organização Popular da África Sul Ocidental (SWAPO, da Namíbia); e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). A América Latina também ampliou sua representatividade no movimento. Além de Cuba, que participou das Conferências desde a década de 1960, participaram representantes da Argentina, do Peru e do Chile de Salvador Allende, dado que ela aconteceu entre 5 e 9 de setembro, poucos dias antes do golpe militar chileno. Segundo Beatriz Bissio, a presença ativa de Cuba resultou na aproximação explícita dos Não Alinhados com o bloco socialista (Bissio, 2015).

A Conferência de Argel estabeleceu duas estratégias de ação para o Movimento dos Países Não Alinhados que são fundamentais para a compreensão do programa editorial da revista (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo*: uma, no terreno da economia, sob a bandeira da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), e outra, no plano das comunicações, com o objetivo de implantar uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

Sobre a experiência jornalística em Argel, Paulo Cannabrava Filho (2017, p. 68-69. Grifo nosso) recordou:

colonialista, reiteraram “princípios de respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações, com a defesa dos direitos humanos como valor fundamental” (Bissio, 2015, p. 27).

Neiva e eu formamos uma dupla e nos dedicamos com especial interesse a estreitar relações com os movimentos de libertação das colônias portuguesas na África, e com as revoluções de caráter nacionalista no mundo árabe. Havia sido criada a OPAEP – Organização dos Países Árabes Exportadores do Petróleo que no cerrar das portas da conferência decretaria o bloqueio do petróleo aos países envolvidos na guerra do golfo.

Tudo isso constituía o cenário de um mundo em grandes transformações. Um cenário sonhado ao público pela imprensa, salvo raras exceções [...]

Com relação à Nova Ordem Informativa, a delegação peruana, com amplo apoio, levou proposta de criação de um Pool de Agências de Notícias dos Países Não-Alinhados.⁷ Havia mais de mil jornalistas presentes em Argel. *Com Neiva estimulávamos a discussão sobre a necessidade de se ter um meio de comunicação alternativo, feito por jornalistas para o grande público que noticiasse os fatos escondidos e desse voz para os protagonistas. Paralelamente, essa conferência também teve o mérito de abrir-nos fontes que alimentaram um jornalismo diferenciado.*

A Conferência de Argel aconteceu pouco mais de dois meses após o golpe militar de 27 de junho de 1973, no Uruguai. Dadas as restrições às liberdades políticas e de opinião impostas pelo regime, Neiva Moreira, imbuído da missão de integrar a América Latina na Nova Ordem Informativa Internacional, buscou na Argentina meios para realizar um projeto editorial terceiro-mundista. Em Buenos Aires, com a ajuda de Beatriz Bissio, que também partiu para o exílio, e do jornalista argentino Pablo Piacentini, conseguiu apoio da editora *Linea*, de Julia Constenla, e fundaram, em setembro de 1974, a revista *Tercer Mundo*, estreitamente alinhada aos pressupostos comunicacionais da Conferência de Argel. Na ficha técnica das primeiras edições, Pablo Piacentini apareceu como diretor, Neiva Moreira como editor internacional e Julia Constenla como chefe de

7. Um “pool de agências de notícias” corresponde a um trabalho conjunto com representantes de diferentes veículos de imprensa, que colaboram pontualmente em uma cobertura especial comum.

redação. Inicialmente, Beatriz Bissio foi colaboradora frequente, publicando artigos de análise e opinião.

A fase fundacional da revista corresponde à sua criação e manutenção por uma rede de jornalistas, escritores e editores residentes na região do Prata. Na editora *La Línea*, a equipe da *Tercer Mundo* conviveu com Eduardo Galeano, Mário Benedetti e Eric Nepomuceno. Os dois últimos identificados como eventuais colaboradores da (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* em todo período analisado.

De forma geral, a revista (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* abordou temáticas que valorizaram a soberania nacional; a mudança social; a luta contra o imperialismo; a recuperação econômica de países que passaram por guerras e revoluções; a retomada ou manutenção do controle da exploração dos recursos naturais pelos países do Terceiro Mundo; a integração continental e intercontinental; a solidariedade e a unidade terceiro-mundista (Oliveira, 2024).

Os nove números de *Tercer Mundo* publicados na Argentina contaram com uma média de 110 páginas e reuniram artigos de opinião, reportagens e, sobretudo, entrevistas dedicadas a apresentar e problematizar lideranças, movimentos e acontecimentos sociais, políticos e culturais da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Agregaram também textos sobre política econômica e política externa dos Estados Unidos que afetavam o Terceiro Mundo, especialmente a América Latina, além de abordagens sobre movimentos portugueses de resistência.

Os artigos tratavam, preponderantemente, de questões políticas e econômicas que afetavam os países do bloco, com eventuais textos sobre as produções culturais e educacionais em perspectiva descolonizadora. A diagramação dos números impressos em Buenos Aires apresentou artigos, documentos, discursos e reportagens como um compilado de textos sem um ordenamento que indicasse com clareza a intenção dos editores. No sumário, artigos de opinião e reportagens apareceram listado sob o título “Informes Especiais” ou “Temário”, mesclado com análises de temáticas diversas sobre as diferentes regiões do Terceiro Mundo. As reportagens acompanhadas de entrevistas exclusivas destacaram-se entre os gêneros textuais mais recorrentes na revista, sendo a maioria delas realizada pelo

corpo editorial.⁸ Visualmente, preponderaram imagens produzidas por fotojornalistas que acompanhavam os movimentos e acontecimentos de destaque em cada edição.

A única seção presente na revista desde sua criação foi a intitulada “Panorama Tricontinental”. Nela, observamos notas curtas e informes sobre eventos políticos e culturais nos três continentes e no Oriente Médio; comentários curtos de redatores sobre temas diversos; breves artigos de opinião; entrevistas; declarações de personalidades ou lideranças políticas e intelectuais; denúncias sobre censura à imprensa e violação dos Direitos Humanos pelas ditaduras latino-americanas; e uma diversidade de informações pontuais que expressavam o propósito de informar sobre os acontecimentos, ações e realizações relacionadas às lutas terceiro-mundistas que estavam em andamento ou programadas para um futuro próximo nos três continentes.

Nas edições impressas em Buenos Aires, os esforços para articular problemas e movimentos latino-americanos às lutas terceiro-mundistas contaram com abordagens sobre Argentina, Brasil, Paraguai, Peru, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana Francesa, Jamaica, Porto Rico, Cuba e México. No entanto, foram análises sobre a situação política da Argentina e as reformas comunicacionais impostas pelo governo do Gal. Juan Velasco Alvarado, no Peru, que indicaram caminhos para a compreensão do sentido atribuído ao terceiro-mundismo e à comunicação social latino-americana na (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo*.

Terceiro-mundismo latino-americano entre Perón e Velasco Alvarado

Pablo Piacentini abriu o número de lançamento da revista *Tercer Mundo* na Argentina com um balanço sobre o legado político de Perón e do peronismo.⁹ Motivado pelo falecimento do presidente argentino, em julho

8. O conteúdo de certas reportagens, muitas vezes acompanhadas de entrevistas ou depoimentos exclusivos de agentes/lideranças de movimentos e processos políticos investigados, coletado por jornalistas da revista, foi compilado em livros-reportagens que serão mencionados ao longo do texto.

9. Juan Domingos Perón foi presidente da Argentina em três períodos: 1946-1951; 1952-1955; 1973-1974.

de 1974, durante seu terceiro mandato, o diretor de *Tercer Mundo* valorizou o legado do *justicialismo* para o desenvolvimento político e econômico do país.

É importante esclarecer que a “Doutrina Justicialista” representou o eixo ideológico de sustentação dos governos de Juan Domingos Perón. Sua origem esteve atrelada à ideia de justiça social respaldada na atividade de Perón como Secretário de Trabalho e Previsão durante o governo militar do Grupo de Oficiais Unidos (GOU), imposto com o golpe de 1943. Nesse posto, Perón empenhou-se para a implementação de uma política trabalhista, alcançando “popularidade entre as classes trabalhadoras, fato importante para o sucesso que conquistou na cena política” (Capelato, 1998, p. 192). Durante a primeira gestão na Presidência da República (1946-1951), estabeleceu as bases da doutrina justicialista, “concebida com a preocupação de definir um caminho novo, uma ‘terceira concepção’ ou uma ‘terceira posição’ que Perón considerava como uma saída para as duas alternativas em disputa no mundo: o liberalismo individualista e o comunismo ou socialismo estatista” (Capelato, 1998, p. 193). Em 1973, Perón retomou essa ideia na mensagem lida durante a IV Conferência de Países Não Alinhados, destacando o sentido precursor da “Terceira Posição”, proclamada trinta anos antes e que retomava sua vigência na referida conferência (Capelato, 1998).

A valorização do legado justicialista explicitou no diálogo do diretor da *Tercer Mundo* as bases ideológicas do peronismo, atribuindo-lhe mérito pela consolidação de concepções nacionalistas e anti-imperialistas na política nacional e como fundamento para o enfrentamento da dependência econômica da Argentina em relação aos Estados Unidos. Piacentini problematizou a consistência da atribuição de equivalência entre os imperialismos estadunidense e soviético, considerando as diferenças político-ideológicas dos regimes, mas, como alternativa, sugeriu que o justicialismo, acompanhado de uma política de integração continental e solidariedade terceiro-mundista, deveria inspirar o conjunto da América Latina em suas lutas de libertação nacional (TM, n. 1, set. 1974, p. 2-7). A relação direta entre peronismo e terceiro-mundismo sugerida no texto indica a influência de valores centrais da cultura política argentina da época no projeto editorial da *Tercer Mundo*.

German Alburquerque, no intuito de explicar como, a partir da década de 1960, o terceiro-mundismo configurou uma sensibilidade hegemônica no pensamento dos movimentos e organizações de esquerda da Argentina, ressaltou que a valorização dos trabalhadores nos dois primeiros governos de Perón estabeleceu no horizonte coletivo a possibilidade da emancipação popular sem a necessidade de alinhamento político-ideológico com os campos em disputa na Guerra Fria. Essa perspectiva, segundo o autor, teria dado corpo a uma “nova esquerda” argentina que se propôs a superar os partidos tradicionais, o comunista e o socialista, e que encontrou na “sensibilidade terceiro-mundista” a perspectiva de uma unificação ideológica:

A intelectualidade – em termos gerais – passou a ser anti-imperialista (e nacionalista) e revolucionária, apoiando o movimento popular (pretendia se aproximar ou pertencer ao povo) e a luta anticolonial (vocalização, digamos, terceiro-mundista) [...] (Alburquerque, 2013, p. 216)

Nesse contexto de disseminação do terceiro-mundismo na Argentina, estabeleceu-se como único internacionalismo viável, aquele que uniria os povos dependentes na luta pela libertação, e não a comunhão das classes proletárias de países ricos e pobres. Para Alburquerque, ao invocar os povos para a luta, desvinculando-os de seu sentido de classe, o terceiro-mundismo coincidia com o peronismo (Alburquerque, 2023).

Assim como Perón, o presidente peruano Juan Velasco Alvarado aderiu ao Movimento dos Países Não Alinhados na IV Conferência, em 1973. A expropriação de empresas estrangeiras e os decorrentes embates com o governo estadunidense (Vasconcelos, 2015) tornaram essa experiência uma referência de defesa da soberania e de política anti-imperialista eficaz para os movimentos terceiro-mundistas latino-americanos (Alburquerque, 2017). Nos números da revista (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* analisados, foram frequentes as referências ao governo de Velasco Alvarado como um “governo revolucionário”. O programa de governo denominado de “Plan Inca” foi publicado e comentado na revista (TM, n. 1, set. 1974, p. 68-69).

O segundo número da *Tercer Mundo*, publicado em fevereiro de 1975, dedicou um espaço especial para análises sobre a reforma da imprensa implementada pelo governo de Velasco Alvarado, em 1974, como parte

do processo de expropriações. O editorial da edição, assinado por Pablo Piacentini, descreve a expropriação e a transferência do controle dos jornais para organizações camponesas e de trabalhadores como um marco decisivo na consolidação da “revolução” (TM, n.2, fev. 1975, p.2-4). O editorial classificou a medida como um ato de soberania, tendo em vista que os principais veículos de imprensa do país serviam aos interesses das elites econômicas peruanas e estrangeiras e estavam sendo utilizados como instrumentos de desestabilização do governo. Nenhum fator limitador da liberdade de imprensa relacionado ao controle governamental foi considerado nos textos apresentados na edição em questão. Pelo contrário, no editorial e em outras duas análises reunidas sob o título “Peru, la batalla por la libertad de prensa”, a reforma foi considerada uma medida necessária para acabar com o monopólio da informação no país (TM, n. 2, fev. 1975, p. 2-14).

Outro elemento de suma importância para considerar a relação da (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* com os governos de Perón e Velasco Alvarado consiste na relação objetiva dos editores da revista com a realidade política da Argentina e do Peru. Em 1975, *Tercer Mundo* passou por uma crise editorial que prejudicou a publicação regular de exemplares a partir de Buenos Aires. A crise deveu-se à perseguição desencadeada por grupos paramilitares, especialmente pelas ações repressivas da Triple A¹⁰, ainda durante o governo de Maria Estela Perón. Segundo Beatriz Bissio (2015, p. 24), a sede da editora *La Línea* sofreu um atentado, e ela e Neiva Moreira foram coagidos por homens encapuzados durante uma madrugada. A situação obrigou a equipe editorial de *Tercer Mundo* a deixar Buenos Aires. Julia Constenla asilou-se na Itália, Neiva Moreira, Pablo Piacentini, Beatriz Bissio e outros colaboradores da revista (Gregório Selser e Horácio Verbitski, por exemplo) foram para o Peru (Bissio, 2015). Após o golpe de 1976, alguns colaboradores “desapareceram” e, posteriormente, configuraram na lista de vítimas assassinadas pelo regime militar.

10. A Aliança Anticomunista Argentina, ou “Triple A”, foi um ator político coletivo com uma organização interna (estrutura, hierarquia, *modus operandi*) que exercia uma ação política não convencional, não legal e violenta, utilizando os recursos do próprio Estado, mas sem seu apoio explícito (Rostica, 2011).

Neiva Moreira, Beatriz Bissio, Pablo Piacentini, Mario Benedetti, Horacio Verbitsky e Gregorio Selser ingressaram no Peru no contexto em que o governo Velasco já havia expropriado os jornais de grande circulação e entregado aos trabalhadores organizados. Portanto, como destaca Cannabrava Filho, encontraram uma situação favorável para ingressar no país (Cannabrava Filho, 2017). Pouco tempo antes, Neiva Moreira havia encontrado apoio para pesquisar e realizar entrevistas sobre o processo de transformação política iniciada com Velasco Alvarado. Esse trabalho investigativo resultou no livro “Modelo Peruano”, um estudo jornalístico sobre as reformas implementadas que teve uma primeira edição publicada pela *La Línea*, em Buenos Aires, ainda em 1974.

No curto período em que o núcleo editorial da revista permaneceu no Peru, entre, aproximadamente, outubro de 1974 e dezembro de 1975, a equipe aprofundou pesquisas e produziu conteúdos para os números publicados até janeiro de 1976. Ainda no Peru, Neiva Moreira tornou-se assessor de comunicação da presidência, editando o boletim oficial do governo *Peru Informa*. Na ocasião do golpe de agosto de 1975, que depôs Velasco Alvarado, Neiva Moreira e toda a equipe da *Tercer Mundo* deixaram o Peru.

Cuadernos del Tercer Mundo, organização e expansão do jornalismo terceiro-mundista

A retomada da publicação ocorreu após Neiva Moreira e Beatriz Bissio firmarem residência no México e Pablo Piacentini, na Itália. A décima edição, com o título alterado para *Cuadernos del Tercer Mundo*, foi publicada em fevereiro de 1977. Nas primeiras páginas desse número, o editor relata seu lançamento prévio na sede da *Federación Latinoamericana de Periodistas* (FELAP). Genaro Carnero Checa, Secretário-Geral da FELAP, apresentou a revista a um público de jornalistas latino-americanos que caracterizou como democratas e entusiasmados com a reaparição da publicação interrompida pela repressão da ditadura argentina (CTM, n. 11, mar-abr/1977, p. 3-4).

No corpo editorial da nova etapa, Neiva Moreira manteve-se como editor internacional e Pablo Piacentini, como diretor. O mexicano Enrique Cortés Reyna tornou-se editor e Beatriz Bissio apareceu, entre a décima e

a décima nona edição, como secretária de redação. A partir do vigésimo número, Bissio passou a ocupar o posto de editora adjunta e Ricardo Remo tornou-se chefe de redação. Nas edições mexicanas, encontramos informação sobre a utilização dos serviços das agências de notícias InterPress Service (IPS), da *Prensa Latina* e intercâmbios com as revistas terceiro-mundistas *Afrique-Asie*, *Nueva*, *Tempo*.

Enrique Cortés Reyna, autor do editorial do número de relançamento da *Cuadernos del Tercer Mundo*, direcionou suas palavras “A los lectores latinoamericanos” e utilizou o espaço para relatar os esforços da revista no sentido da consolidação de um novo sistema internacional de informações, conforme estabelecido na IV Conferência dos Países Não Alinhados, pois, ao longo dos anos, a revista havia incorporado o apoio de uma abrangente rede de jornalistas (CTM, n.10, fev.-mar. 1977, p. 2). Segundo dados apresentados no texto, a *Cuadernos del Tercer Mundo* contava com uma equipe distribuída entre quarenta países da América Latina, África, Ásia e Europa, além do Canadá e dos Estados Unidos. A maior parte deles era composta por profissionais do jornalismo atuantes em importantes meios de comunicação de seus respectivos países, assim possibilitando o acesso a informações e à realização de análises políticas, econômicas e sociais que respondiam às necessidades do Terceiro Mundo. Concretamente, Cortés Reyna mencionou o início da circulação das edições da *Cuadernos del Tercer Mundo* em língua portuguesa, em abril de 1975, distribuídas por sedes da revista instaladas em Lisboa, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Santo Tomé y Príncipe (CTM, n.10, fev.-mar. 1977, p. 2).

Outro aspecto relevante relatado no editorial de relançamento diz respeito às missões especiais que eram atribuídas aos repórteres da revista:

Las relaciones del grupo editor y la penetración de la revista fueron considerablemente ampliados en la reciente gira de seis meses por el continente africano de José Neiva Moreira y Beatriz Bissio, quienes estuvieron presentes en algunos de los acontecimientos más importantes de los países africanos en los últimos años, como lo fueron la declaración de la independencia de Mozambique y Angola, y en momentos cruciales de los procesos políticos del Índico y del Mundo Árabe.

La amplia difusión lograda en América Latina del material periodístico y audiovisual producto del trabajo en África de los dos enviados especiales de ‘Cuadernos del Tercer Mundo’ revelan el creciente interés y la receptividad que en nuestro continente hay para los temas de la liberación y el proceso de cambios en África.

Por igual en consecutivos viajes a través de América Latina y Europa, Pablo Piacentini consolidó en los países visitados los lazos de la revista y los amplió considerablemente. (CTM, n.10, fev.-mar. 1977, p. 2)

O trânsito dos jornalistas da revista por países africanos, asiáticos e pelo Oriente Médio, realizando entrevistas, registros fotográficos e coletando materiais para as reportagens publicadas em *Cuadernos del Tercer Mundo*, marcou o perfil editorial da publicação. Nas edições impressas no México, ampliaram-se as reportagens e entrevistas resultantes de levantamentos prévios, planejamento e identificação política dos acontecimentos de acordo com a perspectiva terceiro-mundista da revista¹¹. Os resultados da experiência de Neiva Moreira e Beatriz Bissio em África, por exemplo, resultou em artigos variados e na publicação do livro-reportagem escrito em coautoria e intitulado “Os Cubanos na África” (Moreira; Bissio, 1979).

A transferência da sede da revista para a Cidade do México, capital que se destacava pelas liberdades políticas e pela acolhida de exilados em diferentes conjunturas, além de favorecer o trânsito e intercâmbios de jornalistas, intelectuais, militantes e representantes políticos, expressou-se na diversificação das seções e conteúdos da revista, na inclusão de charges, tirinhas e suplementos, como o “Almanaque del Tercer Mundo”. Artigos de opinião, reportagens especiais e documentos foram agrupados por região (América Latina, África, Ásia e Oriente Médio); as seções específicas se diversificaram, além da “Panorama Tricontinental”, foram criadas as seções

11. MOREIRA, Neiva. África la batalla final (CTM, n. 12, 1977, p. 14-23); BISSIO, Beatriz. Mozambique las áreas liberadas. (CTM, n. 12, 1977, p. 31-46); MOREIRA, Neiva. África. Mozambique entre dos guerras. (CTM, n.16, 1977); BISSIO, Beatriz. “La batalla del libro” (Angola). (CTM, n. 19, 1978, p. 95-99); MOREIRA, Neiva; BISSIO, Beatriz. ¿Qué pasó con la ofensiva de Shaba? (Zaire). (CTM, n. 20, 1978, p. 13-20); MOREIRA, Neiva. El epicentro del huracán revolucionario (África). (CTM, n. 22, 1978, p. 6-11); MOREIRA, Neiva; BISSIO, Beatriz. Los cubanos en Africa. (CTM, n. 28, 1979, p. 7-60).

“Correspondencias”; “Cartas a los lectores”; “Prensa y Comunicación”; “Cultura y Cambio”; “Deporte y Política” e “Documentos del Tercer Mundo”.

O conteúdo da revista, além de ser identificado no sumário, ganhou um texto de apresentação localizado antes do editorial e intitulado “Diálogo que esperamos sea profundo”. As breves descrições enfatizavam os propósitos de cada reportagem, entrevista, discurso político, artigo, informes e documentos publicados. Buscava-se com isso, como definiu Cortés Reyna, estabelecer um diálogo com os leitores:

Dentro de la temática latinoamericana presentamos un informe especial sobre la gesta de Zapata. Seguramente para muchos lectores mexicanos la existencia de un grupo tan numeroso de veteranos de la gesta zapatista no es algo nuevo. Pero no sucede lo mismo en otros países donde circulamos, en los que amplios sectores están ávidos de conocer más sobre este fascinante capítulo de las luchas campesinas encabezadas por el general Emiliano Zapata. El reportaje de Beatriz Bissio está primordialmente dirigido a ese grupo de lectores, al mismo tiempo que expresa la presencia de “Cuadernos del Tercer Mundo” en el recuerdo al caudillo de Morelos a los 58 años de su muerte. (CTM, n. 11, mar.-abr. 1977, p. 3-4)

Como é possível observar na apresentação da reportagem de Beatriz Bissio sobre Emiliano Zapata e os zapatistas, o editor enfatiza a importância de que todos os povos do Terceiro Mundo conhecessem a história da luta pela terra no México e seus líderes.

Do ponto de vista dos objetivos comunicacionais da revista, a seção intitulada *Prensa y Comunicación* explicitou preocupações e compromissos editoriais da revista para essa nova etapa. A seção apareceu no número 16, de 1977, e manteve-se regularmente até o ano de 1979. Nela foram comentados teóricos, produções bibliográficas e eventos (acadêmicos e políticos), realizadas entrevistas e apresentados movimentos, organizações e projetos destinados a colaborar com a promoção de uma ordem informativa própria para os países do Terceiro Mundo.

Sob o título “*Descolonizar la información*”, a seção divulgou dois eventos realizados na Europa em que a revista foi representada por Pablo

Piacentini. O primeiro foi o seminário “La comunicación internacional y la participación del Tercer Mundo: un marco conceptual y práctico”, realizado em Amsterdã, pelo Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales (ILET). A seção enfatizou o aporte das discussões para a compreensão e problematização da ideia de “livre fluxo de informação”, tendo em vista que a difusão da informação partia, majoritariamente, dos conglomerados comunicacionais dos países capitalistas dominantes que almejavam controlar a opinião pública terceiro-mundista de acordo com os seus interesses:

El ILET, coincidiendo así con todos los sectores que luchan por la liberación, ha dado un valioso aporte para demostrar que los órganos del sistema transnacional, y en primer término las grandes agencias de noticias (AP, UPI, AFP y Reuter), han producido un grave desequilibrio en el sector de la información, cuyos resultados más graves son la exaltación de las potencias capitalistas, de sus instituciones y de sus sistemas, induciendo a los países del Tercer Mundo a adoptarlos y a estimular un consumismo que choca con los intereses naturales de las sociedades subdesarrolladas.

Al mismo tiempo, es minimizada y deformada la información proveniente del Tercer Mundo, que ocupa un menguado espacio en el flujo noticioso, constituyéndose así una sistemática deformación de las realidades de los países explotados. (CTM, n. 17, dez. 1977, p. 100)

O consenso entre especialistas a respeito do desequilíbrio no fluxo informacional corroborava a necessidade de enfrentamento dos monopólios e o incentivo a projetos alternativos no campo das comunicações.

Logo em seguida, a seção comentou os encaminhamentos do III Coloquio Internacional de Jornalistas, realizado em Bagdá, no Iraque, e promovido pela *Organización Internacional de Periodistas (OIP)*, UNESCO e União de Jornalistas do Iraque. Segundo a seção, os órgãos reunidos defenderam a constituição de comissões para traçar estratégias direcionadas à descolonização da informação. Avaliou-se a possibilidade de se construir uma coordenação dos meios informativos disponíveis no Terceiro Mundo e, a partir disso, iniciar a articulação de um sistema próprio, capaz de competir com o monopólio comunicacional imposto pelos conglomerados

transnacionais (CTM, n. 17, dez. 1977, p. 100). Na declaração final do Colóquio, publicada no número seguinte, foram implicados jornalistas e instituições governamentais e intergovernamentais na realização dessa missão (CTM, n. 18, jan. 1978, p. 49).

Um organismo internacional recorrentemente mencionado na revista e na seção *Prensa y Comunicación* foi a *Federación Latinoamericana de Periodistas* (FELAP) (CTM, n. 18, jan. 1978, p. 50). A seção divulgou uma publicação elaborada a partir da transcrição das palestras realizadas durante o Seminário da FELAP, intitulado “La Circulación de Noticias en América Latina” que aconteceu em Caracas, em 1976. O material reuniu as seguintes intervenções: “La Información en América Latina. Responsabilidad de las Agencias”, de Alberto Maldonado; “La Selección de Noticias”, de José Antonio Mayobre Machado; “Agencias Transnacionales de Noticias, Alternativas y Descolonización”, de Roberto Savio; e “La Agencia Latinoamericana de Noticias”, de Luis Aníbal Gómez.

No mesmo número, a seção publicou uma entrevista de Roberto Remo com Herbert I. Schiller, autor do livro de “Mass Communications and American Empire” (CTM, n. 18, jan. 1978, p. 51-54). Schiller foi indagado sobre o impacto das mudanças nas redes de difusão da informação nos países de Terceiro Mundo e o decorrente desequilíbrio no controle da informação. Reconheceu com pessimismo a forma como o sistema transnacional organizava o fluxo de informação para continuar se fortalecendo:

[...] lo básico es que lo que se transfiere es la técnica de organización, la forma de hacer las cosas. El concepto de qué es una noticia, por ejemplo, es un elemento del proceso de control. Entonces si ayudan a periodistas, digamos de México o de Venezuela a estudiar cómo ser ‘buenos periodistas’, ¿qué les enseñan? Les enseñan a insertarse en el sistema que actualmente opera. Y ya sabemos qué material sale de ese sistema [...].

La propia idea de cultura, que actualmente es vendida como un bien de consumo, depende del sistema económico que prevalece. Para cambiarla hay que cambiar el sistema y ese es asunto interno que solo puede ser resuelto internamente en un país dado. Este ya no es más

un problema de comunicaciones sino el gran problema ideológico y político – en el que las comunicaciones y la información desempeñan sí un papel relevante de las transformaciones sociales y económicas. (CTM, n. 18, jan. 1978, p. 51-54)

A entrevista com Herbert Schiller procura esclarecer como as empresas transnacionais da comunicação se instalavam nos países do Terceiro Mundo com o argumento de promover a transferência de tecnologia e como isso implicava a introdução de novos mecanismos de dependência e dominação. Indagado sobre as possibilidades de transformação dessa ordem informativa internacional, o entrevistado ressaltou que não dependia apenas da ampliação das redes de comunicação e de seu controle pelos países do Terceiro Mundo, mas de mudanças políticas e culturais mais profundas nas sociedades. Em síntese, a questão fundamental era a consolidação de uma nova concepção de sociedade.

Algum tempo depois, a seção publicou uma entrevista com o Secretário-Geral da FELAP, Genaro Carnero Checa, cujas declarações colocaram Cuba como modelo de gestão do sistema informativo a ser seguido (CTM, n. 22, jul. 1978, p. 34-35). Paradigma reiterado após o segundo Congresso da FELAP, realizado entre 21 e 24 de julho de 1979, que adotou o slogan “por un periodismo libre en una patria libre” (CTM, n. 30, jun. 1979, p. 108-109). E aprofundado com realização de uma entrevista com Ernesto Veras, secretário da União de Jornalistas de Cuba (UPEC) e vice-presidente latino-americano da Organização Internacional de Periodistas (OIP), sobre a criação da primeira Escola Internacional de Jornalismo da América Latina, com previsão para iniciar os trabalhos no começo de 1980 (CTM, n. 33, set.-out. 1979, p. 106-108). A criação da escola foi definida como uma realização fundamental para atender às demandas de criação de uma NOII:

¿se puede hablar de un Nuevo Orden Informativo Internacional separado de los demás ‘órdenes’, fundamentalmente del nuevo orden político, económico y social, de la nueva estructura de la sociedad, de la liberación real y definitiva de los pueblos? ¿Es que puede haber un Nuevo Orden Informativo Internacional verdadero pero desligado de todos estos problemas?

Realmente nosotros no creemos en esa posibilidad. No obstante, nuestra posición es que no puede haber un Nuevo Orden Informativo Internacional sin que haya una liberación real y definitiva de los pueblos [...]. Debe ser una expresión de las nuevas condiciones de vida que se establezcan en los países. (CTM, n. 33, set.-out. 1979, p. 106-108)

A entrevista sobre a Escola Internacional de Jornalismo da América Latina reiterou uma tendência manifestada em diferentes oportunidades na revista: a de que as mudanças almejadas dependeriam da disseminação de um processo de transformações profundas em todo o Terceiro Mundo e que a experiência revolucionária cubana deveria ser tomada como inspiração. Há aspectos que podem ser desdobrados dessa constatação no sentido de indicar caminhos para a compreensão de nuances ou transformações na proposta editorial da revista.

Centrando-nos em apenas duas questões, observamos que a tomada de posição pelo modelo comunicacional cubano indica certa contradição com a perspectiva fundacional da revista de respeitar a diversidade ideológica e estratégica dos movimentos de libertação nacional. Porém, ao mesmo tempo, ao acompanhar as reportagens sobre os movimentos de libertação nacional de África produzidos pelos jornalistas do seu corpo editorial, chama atenção o entusiasmo com a presença e as ações institucionais cubanas de solidariedade com os povos em luta em diferentes regiões do Terceiro Mundo. Nesse sentido, como afirmou Carlos Rafael Rodríguez, Vice-presidente do Conselho de Estado de Cuba, em entrevista a Pablo Piacentini: “Nadie tiene derecho a cuestionar la solidaridad de Cuba con los países que luchan por la independencia nacional y las transformaciones sociales” (CTM, n. 14, jul. 1977).

Considerações finais

A (Cuadernos del) Tercer Mundo materializou projetos e concepções através de reportagens, textos de opinião, artigos e imagens fotojornalísticas que se desdobraram dos esforços ativistas de seu conselho editorial em nome da constituição de uma Nova Ordem Informativa Internacional. O comprometimento de Neiva Moreira com o fomento de redes de

informação alinhadas às necessidades do Terceiro Mundo ganhou destaque nesse processo.

Por meio do conteúdo das revistas, é possível compreender os temas privilegiados para cumprir os propósitos de um projeto jornalístico que buscou apresentar e conectar a realidade político-social da América Latina ao restante do Terceiro Mundo. Nesse sentido, a imagem de execução desse projeto editorial, fortemente ligado com a realidade político-social latino-americana, elegeu e privilegiou em suas páginas os temas mais latentes do debate público continental, com o fim de consolidar uma rede informativa centrada na conscientização política e solidariedade entre as sociedades envolvidas. Não por acaso, a valorização do protagonismo internacional cubano, por exemplo, se alinha e complementa a valorização das experiências políticas peronistas, na Argentina, e de Velasco, no Peru. Em comum, por meio da análise de tais abordagens valorativas e privilegiadas, fica sugerido ao leitor da revista (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo* as muitas faces de um retrato de projetos políticos diversos, que se assemelham em torno do nacionalismo e se contrapõem aos enquadramentos ideológicos do contexto de Guerra Fria.

Para isso, os pontos de tensão retratados nos debates em torno de governos do Terceiro Mundo, incluindo seus aspectos militares, nacionalistas e autoritários, podem ser aproveitados como chaves de leitura, não apenas das revistas (*Cuadernos del*) *Tercer Mundo*, mas também do próprio projeto compartilhado e levado adiante pela difusa rede de intelectuais latino-americanos exilados em uma época em que foram vislumbrados de modo mais efetivo os pontos de conexão com os projetos políticos das nações do Terceiro Mundo.

Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, Germán. “No alineamiento, tercermundismo y seguridad en Perú: la política exterior del gobierno de Juan Velasco Alvarado (1968-1980)”, *América Latina Hoy*, Salamanca, 75, p. 149-166, 2017.

ALBURQUERQUE, Germán. “O terceiro-mundismo no campo cultural argentino: uma sensibilidade hegemônica (1961-1987)”, *Revista Tempo*, v. 19, n. 35, p. 211-228, jul.-dez. 2013.

BISSIO, Beatriz. Bandung. “Não Alinhados e mídia: o papel da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* no diálogo Sul-Sul”, *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, p. 21-42, jul./dez. 2015.

CANNABRAVA FILHO, Paulo. Minha memória do Neiva Moreira. In: ALMADA, Jhonatan. (org.). *Neiva Moreira: semeador das rebeldias*. São Luís: Ed. Engenho, 2017, p. 63-78.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 1998.

COELHO, José Hailton Costa; GRILL, Igor Gastal. “Causas”, engajamentos políticos e produção escrita na trajetória de Neiva Moreira. *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS*. 27 a 29 de abril de 2016, PPGS/UFJ.

COSTA, Adriane Vidal. Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970. In: COSTA, Adriane Vida; MAÍZ, Claudio (orgs.). *Nas tramas da “Cidade Letrada”*. Sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 153-178.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. In: *Coloquio Interncional de Historia y Ciencias Sociales*. Colima: Universidad de Colima, 2010.

FREITAS, Karina Viana de. *O anticomunismo no Jornal do Povo (1950-1964)*. Monografia (Graduação). Licenciatura em História. Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (orgs.). *Nas tramas da “Cidade Letrada”*. Sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 131-151.

MOREIRA, Neiva. *O pilão da madrugada: um depoimento a José Louzeiro*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989, 418 p.

OLIVEIRA, Erika Samara Martins. *Revista Tercer Mundo: redes intelectuais e a construção de uma nova ordem informativa internacional a partir da América Latina*. Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

RIBEIRO, Larissa Ferreira. *Impactos da revolução cubana no debate político maranhense: uma reflexão a partir do jornal do povo (1959- 1964)*. Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

ROSTICA, Julieta. “Apuntes sobre la ‘Triple A’ Argentina, 1973-1976”, *Desafíos*, 23, II, p. 21-51. 2011.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SENA, Clovis (org.). *Neiva Moreira*. Testemunha de Libertação. Comitê Brasileiro pela Anistia. Seção Maranhão. s/d.

VARELA, Mirta. *Intelectuales y medios de comunicación*. In: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina*. v. 2. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 759-781.

VASCONCELOS, Lúcio Flávio. “Ditadura militar e reformismo no Peru (1968-1975)”, *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, [32], p. 127-144, jan./jun. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “Editorial: Terceiro Mundo ou Sul Global?”, *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 8, p.7-8, jul./dez. 2015.

Revistas mencionadas no texto

TERCER MUNDO. Buenos Aires: La Línea, año 1, n. 1, set. 1974, 128 p.

TERCER MUNDO. Buenos Aires: La Línea, año 1, n. 2, fev. 1975, 128 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Cidade de México: Azteca, año 2, n. 10, fev.-mar., 1977, 112 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 11, mar.-abr., 1977, 112 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 12, maio. 1977, 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 14, jul. 1977. 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 16, set.-out. 1977, 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 17, dez. 1977, 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 18, jan. 1978. 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., n. 19, feb.-mar. 1978, 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 2, n. 20, abr. 1978, 104 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Cidade de México: Azteca, año 2, n. 22, jul. 1978, 112 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Cidade de México: Azteca, año 3, n. 28, mar. 1979, 112 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Cidade de México: Azteca, año 3, n. 30, jun. 1979, 112 p.

CUADERNOS DEL TERCER MUNDO. Ciudad de México: Tercer Mundo Ltda., año 3, n. 33, set.-out. 1979, 111 p.

Cuadernos de Peronismo y Revolución: *debates y transformaciones de la militancia argentina en el exilio a inicios de los años ochenta*

Daniela Slipak¹

“¿Cómo se implica nuestra subjetividad para pensar la Argentina de adentro, desde esta otra Argentina de fuera que constituimos?”

(Héctor Schmucler. *Controversia para el examen de la realidad argentina*, número 4, febrero de 1980, p. 4)

A inicios de 1980, distintos exiliados argentinos que habían militado en el peronismo de los años setenta fundaron la Agrupación Eva Perón en tres ciudades de España: Madrid, Alicante y Bilbao. Entre ellos, estaban Lidia Massafferro, Nilda Orazi, Juan Carlos Scarpatti, Oscar Strada Bello, Arturo Ferré Gadea, Alicia Milia, Gustavo Farías y Carlos Aznárez. Buena parte había integrado Montoneros, una de las organizaciones político-militares más importantes de Argentina durante la década del setenta (llegando a cumplir, en el caso de Massafferro, un rol fundamental incluso en el organigrama partidario del exilio). Otros provenían de las múltiples y heterogéneas redes, de política legal o clandestina, que habían demandado

1. Agradezco a Martín Armelino los comentarios realizados a una versión preliminar del presente texto.

la revolución y simultáneamente habían defendido la tradición peronista pero sin encuadrarse en aquella organización (Strada Bello, 2009).² Además, antes de confluir, varios habían logrado escapar de centros clandestinos de detención en Argentina (Confino; González Tizón, 2022).

Desde que se agruparon, estos militantes hicieron reuniones periódicas, tuvieron encuentros con otros emigrados peronistas en Europa, denunciaron la dictadura vigente en Argentina, y debatieron su pasado, su presente y su futuro. Manteniendo la preocupación por una política de prensa que había caracterizado su militancia anterior, editaron durante más de dos años una publicación denominada *Cuadernos de Peronismo y Revolución*. A la vez, presentaron notas en la más conocida y extensa revista *Resumen de la actualidad argentina*, editada en Madrid desde 1978 hasta 1983. Esta última se realizó con el impulso de Carlos Aznárez y estuvo vinculada a lo que se llamó el “Club para la recuperación democrática argentina”, que se reunía semanalmente en aquella ciudad (Ponza, 2010; Baeza Belda, 2018; Zito Lema, 2018).

Aunque, hasta donde pude explorar, no existen estudios sobre la Agrupación Eva Perón, lo cierto es que fue una protagonista más de las redes sociales, culturales y políticas exiliarias que se recrearon desde mediados y fines de los setenta en distintos países de América y Europa, con particular intensidad en México y España. Como es conocido, fueron muchos los militantes conosureños, armados y no armados, y en general de clase media, que emigraron a raíz de las dictaduras militares de la época. En efecto, los exilios fueron parte del entramado represivo de estos regímenes, que implicaron además planes sistemáticos de tortura, asesinato, detención ilegal y desaparición de militantes de distintas ideologías pero también de la población en general (Markarian, 2006; Jensen, 2007; Franco, 2008; Canelo, 2016). Los emigrados se integraron más o menos fuertemente en los lugares de acogida: trabajaron, estudiaron, desplegaron actividades culturales y artísticas, editaron publicaciones, armaron grupos de lectura y debate, conformaron redes de solidaridad, y denunciaron y elaboraron valiosos

2. Véanse también los perfiles de Juan Carlos Scarpatti y Arturo Ferré Gadea en <http://www.robertobaschetti.com/biografia/s/92.html>. Agradezco a Eudald Cortina Orero por haberme brindado esta información.

testimonios sobre los crímenes dictatoriales contra los derechos humanos. En sus propios términos, se dedicaron a la “denuncia” y la “solidaridad”. Sostuvieron, también, organizaciones, organismos y asociaciones con pretensiones plurales que, sin embargo, presentaron conflictos internos, muchas veces ocasionados por la presencia y la presión de las dirigencias de las organizaciones armadas (Acha, 2006; Yankelevich, 2010; Bernetti; Giardinelli, 2014; Carnovale, 2014; Jensen; Lastra, 2014; Confinio; González Tizón, 2022). Desde ya, no la totalidad sino solo una parte se abocó a las actividades políticas.

A pesar de lo que pretendieron algunos exiliados aferrados a las coordenadas previas, estas experiencias estuvieron lejos de ser repliegues circunstanciales y transitorios en el camino de la lucha revolucionaria. Implicaron el replanteamiento de muchos principios vitales y de las responsabilidades por lo ocurrido. Con este horizonte, varios discutieron la derrota de la lucha revolucionaria, el devenir de las organizaciones armadas y de las izquierdas en general, los crímenes sufridos y la violencia utilizada, el peronismo y el populismo, las dictaduras y los gobiernos constitucionales, la guerra de Malvinas, el eurocomunismo y la socialdemocracia europeas, y las perspectivas militantes a futuro. Se ha afirmado que esto implicó para algunos sectores el paulatino desplazamiento del lenguaje revolucionario hacia el democrático-liberal. Lo que comenzó siendo una demanda estratégica contra los regímenes militares se convirtió, con el paso del tiempo, en una conciencia del fin del ciclo y en una identificación compartida y sustantiva en torno a los derechos humanos y la democracia (Jensen, 2007; Franco, 2008). Como sugiere Héctor Schmucler en el epígrafe del presente capítulo, la subjetividad atravesó devenires en ese desplazamiento que fue a la vez espacial, temporal y político.

Desde ya, la condición de posibilidad de todo esto fueron un conjunto de transformaciones ocurridas globalmente en la última etapa de la Guerra Fría, que incluyeron el cambio de política norteamericana durante el gobierno del demócrata James Carter, preocupado por las violaciones a los derechos humanos cometidas por las dictaduras latinoamericanas; el nuevo ciclo de movilización revolucionaria inaugurado a partir del triunfo del Frente

Sandinista de Liberación Nacional en Nicaragua en 1979 y las movilizaciones en El Salvador y Guatemala, que transformaron y actualizaron los focos de la nueva izquierda que se habían sucedido desde la Revolución Cubana de 1959 (Martín Álvarez; Rey Tristán, 2012, 2018; Cortina Orero, 2017, 2020); los debates intelectuales de la llamada “crisis del marxismo” y las experiencias del eurocomunismo, encaminados a mediados de los setenta en una relectura intelectual de la tradición marxista que denunciaba el totalitarismo (Burgos, 2004; Casco, 2008); y las transiciones en los gobiernos del Cono Sur con la consecuente llegada de los regímenes democráticos; entre otras.

Ahora bien, quisiera en este capítulo interrogar las transformaciones de la subjetividad revolucionaria a inicios de los años ochenta (Cortina Orero, 2021; Slipak, 2024) tomando el caso de la publicación *Cuadernos de Peronismo y Revolución* de la Agrupación Eva Perón, espacio que tuvo una participación activa en las redes exiliares españolas y europeas. Propongo a continuación analizar sus cinco números a partir de las siguientes preguntas, que resultan claves para el modo en que se concibe la vida en común: ¿cómo se entendió la política y la violencia? ¿Cómo se interpretó la militancia de los años sesenta y setenta? ¿Cómo se pensaba la revolución? ¿Qué nociones de derechos humanos y de democracia, cada vez más extendidas en los ámbitos exiliares de comienzos de los años ochenta, se sostuvieron? En definitiva, ¿qué formas de coexistencia colectiva puso en juego *Cuadernos de Peronismo y Revolución*?

Considerando la bibliografía referida a la nueva izquierda de los años setenta y ochenta, así como los trabajos sobre la especificidad de la experiencia exiliar originada en el marco de las dictaduras latinoamericanas, en las siguientes páginas pretendo: a) indagar las características de *Cuadernos de Peronismo y Revolución* de la Agrupación Eva Perón, su interpretación sobre la militancia pasada y su diagnóstico sobre el presente y el futuro; y, b) explorar, a través de un caso particular, los grises y ambigüedades en los desplazamientos de la subjetividad revolucionaria a inicios de los años ochenta.

Sobre la derrota y la revolución

La Agrupación Eva Perón se conformó alrededor de 1980. Su documento constitutivo, “Aportes para la unidad del peronismo revolucionario”, fue escrito en mayo de 1980. El grupo asistió a los encuentros transnacionales de exiliados peronistas en Europa, en los que se discutió sobre la situación argentina, la dictadura y el Movimiento Peronista (Mira-Delli-Zotti; Baeza, 2005; Baeza, 2018). De hecho, preparó documentos de trabajo para esas jornadas, explicando sus diferencias de opinión con otros asistentes. Más allá de ellas, apoyó, como el resto, la propuesta de Intransigencia y Movilización Peronista en la transición argentina, una alianza entre el aparato residual de la dirigencia montonera, algunos de sus adherentes o simpatizantes, y políticos peronistas liderados por el catamarqueño Vicente Saadi, que finalmente obtuvo magros resultados en las elecciones nacionales de 1983. Sin embargo, fue vista por buena parte de los exiliados como un intento de supervivencia del peronismo revolucionario en las nuevas condiciones. La Agrupación Eva Perón hizo circular sus documentos programáticos y comunicados en las redes exiliares españolas. Comentando todas estas cuestiones, editó, como indiqué, *Cuadernos de Peronismo y Revolución*, que tuvo cinco números desde mayo de 1980 hasta noviembre de 1982, casi durante la última etapa del gobierno militar en Argentina.³

Quisiera comenzar explorando su evaluación de la militancia pasada. Al respecto, utilizó un concepto repetido en las redes exiliares europeas y latinoamericanas, a saber, el de la derrota. Aunque podría decirse junto a Marina Franco (2008, p. 303) que el uso del término mantenía en todos los casos la interpretación bélica del conflicto político, su evocación fue ciertamente diversa. Por ejemplo, como ya fue trabajado por varios autores, *Controversia para el examen de la realidad argentina* -revista editada en la Ciudad de México por un conjunto de peronistas y socialistas que habían simpatizado o participado de la lucha armada en Argentina- debatió largamente dicha idea. La asumió y le dio visibilidad pública. Aunque

3. Dado el carácter exploratorio del presente trabajo, dejo pendiente para próximas indagaciones las preguntas sobre la hechura y circulación de la publicación: decisiones y staff editorial, cantidad de ejemplares impresos, distribución y recepción.

con diferencias entre sus escribientes, la publicación sentenció la derrota definitiva e irreversible de las vanguardias armadas marxistas y peronistas, del foquismo y del proyecto revolucionario, cuando no de los sectores populares sin más. Desde su perspectiva, el fracaso de la militancia de los sesenta y setenta no había sido solo militar – tal como pensaban la mayoría de los exiliados, habida cuenta de los resultados dolorosos de la represión – sino también político y conceptual. Involucraba las proyecciones a futuro; iba mucho más allá de los métodos y caminos para obtener el poder, y obligaba a repensar la propia idea de revolución que había alimentado tantas subjetividades de la nueva izquierda en los años anteriores (Gago, 2012; Farías, 2013; Tortti, 2019; Gauna, 2023). Desde México, *Controversia* invitaba, así, a una reflexión profunda -a la vez teórica y política- de las ideas y creencias pasadas. La proponía como antesala para su concepción de la democracia por venir.

Por su parte, en *Cuadernos de Marcha* – revista emblemática del exilio uruguayo editada también en la Ciudad de México –, el periodista y escritor argentino Jorge Luis Bernetti aseveraba: “se dice con acierto que la victoria tiene muchos padres y la derrota ninguno. Por ello, para que esta derrota argentina descubra al menos sus tutores, la reflexión sobre ella no puede tener propietarios o dedos acusadores, sino participantes activos” (*Cuadernos de Marcha*, 1979, p. 87). Como ya sugerí, en las antípodas de esta posición se ubicaron las cúpulas y dirigencias guerrilleras, encerradas en sus premisas y justificaciones sobre las tácticas y las estrategias bélicas de la revolución. Por ejemplo, Mario Firmenich, jefe de Montoneros, decía: “la solidaridad continental que ha despertado la insurrección sandinista, nuestra propia solidaridad y participación junto a nuestros hermanos nicaragüenses nos obligan y nos empujan a triunfar” (*Eva Montonera*, 1979, p. 87). Su organización tildaba de “derrotista” cualquier reflexión crítica sobre la experiencia pasada y cualquier desacuerdo sobre sus decisiones y opiniones. Rodolfo Puiggrós, líder tanto del Movimiento Peronista Montonero – en ese entonces, el espacio frentista y de política legal del Partido Montonero – como del Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino (COSP), afirmaba: “en *Controversia* se habla de la derrota. El revolucionario sabe

de la derrota pero confía en la victoria. Esta gente habla de la derrota definitiva. Nosotros no podemos conciliar con esa gente. [...] Un verdadero revolucionario espera aunque sea necesario cincuenta años” (marzo de 1980 apud Acha, 2006, p. 282).

Cuadernos de Peronismo y Revolución (1980, p. 2-52) intervino en este debate, aunque sus argumentos fueron bastante más grises.⁴ Por un lado, afirmó la derrota de las organizaciones armadas argentinas, con particular énfasis en Montoneros. En el primer número, apareció el documento “Reflexiones críticas y autocríticas acerca de la experiencia revolucionaria en Argentina: los Montoneros (1970-1979)”, que había sido escrito por los integrantes de la Agrupación Eva Perón que habían militado en la organización, aunque fue asumido como propio por el resto. Allí se enumeraban un conjunto de impugnaciones realmente incisivas, aclarando que era necesario asumir las responsabilidades por lo ocurrido. El documento explicaba que Montoneros había tenido un conjunto de concepciones políticas vinculadas a la guerra popular y prolongada que habían estado desfasadas de la realidad argentina. Agregaba que los errores habían sido organizativos, militares y políticos, y que se había propuesto una lectura parcializada y simplista del peronismo. Acusaba a la dirigencia montonera de sectarismo, de falta de alianzas políticas, de foquismo, de elitismo, de mesianismo, de falta de interpelación de los sectores populares y de falta de democracia interna. Reclamaba que nunca se había realizado un congreso interno para debatir y tomar las decisiones colectivas. Por último, aseveraba que los militantes no habían tenido confianza en su proyecto político.

Es importante indicar que para esa época la cúpula dirigente de la organización estaba desarrollando la Contraofensiva Estratégica, su última operación político-militar que sumó casi un centenar de víctimas a los asesinatos y desapariciones que ya había generado el terrorismo estatal, y que le valió su desarticulación final (Confino, 2021). De modo que mientras la conducción montonera continuaba con la lucha revolucionaria de manera

4. Esta diversidad de perspectivas y, en particular, el contrapunto entre *Controversia y Resumen* fueron reconocidos por Carlos Aznárez en la entrevista otorgada a Zito Lema (2018).

inflexible, sin dudar frente a los sacrificios implicados, *Cuadernos* llamaba a la reflexión, a la autocrítica y la responsabilidad. De todos modos, más allá de la radicalidad y variedad de estas acusaciones, hay que señalar que reproducían buena parte de las impugnaciones que ya habían sido enunciadas por los cuatro grupos disidentes que tuvo Montoneros a lo largo de los setenta, dos surgidos en Argentina antes de 1975 y dos emergidos en el exilio a finales de la década (Slipak, 2023).

Por otro lado, al hablar de la derrota, *Cuadernos de Peronismo y Revolución* (1980, p. 1) se centró en una fuerza política en particular. Indicó: “la dictadura es la derrota de todo el campo popular y especialmente del Movimiento Peronista”. Es decir, trasladó aquella primera reflexión sobre la derrota de las organizaciones revolucionarias de los sesenta y setenta a una derrota más general de una de las tradiciones políticas clásicas argentinas del siglo XX, el peronismo. Con este esquema, sostuvo que el golpe militar de 1976 se asimilaba al golpe que había sido efectuado en 1955 al gobierno de Juan Domingo Perón. La publicación homologó así coyunturas realmente disímiles, en las que los gobiernos peronistas habían sido destituidos de modo inconstitucional. Con ello, le quitó especificidad a cada situación y a las diversas modalidades de violencia represiva implementadas. Aseveró: “para nosotros, todos los gobiernos surgidos de golpes militares desde el 30 al 76, han tenido los mismos objetivos (o muy similares) y parecidos pretextos: adaptar nuestra economía a las exigencias del capitalismo internacional” (*Cuadernos de Peronismo y Revolución*, sin fecha, p. 8).

En definitiva, al igual que otros emigrados y que la población argentina en general, *Cuadernos* no terminó de advertir la novedad y la radicalidad del plan sistemático de torturas, asesinatos, detenciones ilegales y desapariciones de la dictadura autodenominada “Proceso de Reorganización Nacional”. En su lugar, propuso, también siguiendo la perspectiva de muchos espacios exiliares, una interpretación economicista del gobierno militar, planteándolo como un proyecto “oligárquico-imperialista” y no como un régimen con objetivos políticos refundacionales (Canelo, 2016). Estableció que, para derrocar a la dictadura, había que seguir militando en el peronismo. Dedicó muchas páginas a narrar su historia, sus orígenes y su devenir a lo largo

de las décadas. A su vez, propuso las transformaciones que consideraba necesarias de cara a la coyuntura, y el tipo de unidad que debía construirse en el Movimiento Peronista. Reproduciendo las coordenadas identitarias dicotómicas que distintos sectores del peronismo revolucionario habían tenido previamente (Slipak, 2015), sostuvo que había que seguir defendiendo su carácter “combativo” y que había que descartar al “peronismo formal” o “burocrático” y a figuras como la ex presidente María Martínez de Perón -quien había sucedido a su esposo en el Poder Ejecutivo tras su muerte en 1974. Para la publicación, ella expresaba la “derecha peronista” y los “enemigos internos” del Movimiento.⁵

En paralelo a las banderas peronistas, *Cuadernos* mantuvo la creencia en el proyecto revolucionario y afirmó que, en todo caso, era necesario renovarlo. Como faros y ejemplos, mencionó los procesos revolucionarios centroamericanos que habían originado un nuevo foco en el devenir de la nueva izquierda latinoamericana (Martín Álvarez y Rey Tristán, 2012), incluyendo el triunfo del Frente Sandinista de Liberación Nacional en Nicaragua así como las movilizaciones en El Salvador y Guatemala. También evocó en términos genéricos las luchas de liberación en América Latina, Asia y África. Concluyó que había que continuar luchando por el socialismo, y que la opción seguía siendo a nivel global “dependencia o liberación” (*Cuadernos de Peronismo y Revolución*, 1982).

Siguiendo esta línea, *Cuadernos* no propuso cambios radicales en la manera de pensar la violencia. Como ya fue subrayado varias veces, la subjetividad revolucionaria de la década del setenta había figurado la violencia como un modo de intervención política (Arendt, 2006; Badiou, 2005; Palti, 2010; Slipak, 2023). Por su parte, en su evaluación del pasado militante, la publicación del exilio argentino en España reconoció problemas en su uso. Adujo que Montoneros había priorizado la lucha militar en un momento equivocado. Explicó que había sido un error utilizarla después del triunfo del Frente Justicialista de Liberación en 1973, intentando construir

5. “Aportes para la unidad del peronismo revolucionario”, mayo de 1980, p. 8; *Cuadernos*, número 3, septiembre de 1981, pp. 10-12; *Resumen de la actualidad argentina*, número 49, 7/9/1981. Agradezco a Joaquín Baeza Belda el haberme facilitado el registro fotográfico del ejemplar de *Resumen*.

un Ejército Montonero y planteando enfrentamientos militares en vez de políticos. Argumentó que, con ello, se había impedido el desarrollo de la política de masas y se había caído en la ilusión de estar desplegando una guerra. Sin embargo, a pesar de todos estos cuestionamientos, no impugnó la violencia de lleno. Advirtió que era legítima bajo determinadas circunstancias:

Una de las principales críticas a Montoneros es la del militarismo, es decir, una sobredimensión de lo militar por sobre lo político. Sin embargo, la lucha militar es una forma de lucha política y puede llegar a ser una política de masas en determinadas circunstancias. Pero el militarismo es el desarrollo de la lucha militar como método principal de lucha política en una etapa histórica inadecuada. No cuestionamos la legitimidad de la violencia revolucionaria. Cuestionamos la forma en que se la desarrolló y su validez para la etapa a partir de [19]73. [...] No nos autocriticamos el haber ejercido la legítima violencia revolucionaria, pero sí el haberla elevado al carácter de estrategia y método principal de lucha. (*Cuadernos de Peronismo y Revolución*, 1980, p. 30-51 passim. Subrayado en el original)

Es decir, para *Cuadernos*, no se trataba de desterrar la violencia de la política, sino de enlazarla a una situación que contara con la participación de diversos sectores de la sociedad. En otras palabras, planteó que la violencia asumía un cariz revolucionario solo en la medida en que era insurreccional. En verdad, este argumento distaba de ser original. Hacía años se venía sosteniendo que la legitimidad de la violencia estaba dada por la presencia del pueblo, abriendo discusiones interminables en torno a cuáles eran los sectores a los que refería esa categoría y a cómo garantizar su presencia (Slipak, 2023). Además, el planteo de la publicación coincidía plenamente con el giro del nuevo ciclo revolucionario originado en Centroamérica, explícitamente insurreccionalista, y al que incluso la propia cúpula dirigente de Montoneros -solo a nivel discursivo- se había plegado (Confino, 2021).

Por tanto, si bien *Cuadernos* repensaba la militancia de los años sesenta y setenta acudiendo al concepto de derrota y se distanciaba críticamente de algunas experiencias pasadas, no lo hacía inaugurando una torsión radical de

la subjetividad de otrora. No abandonaba del todo las premisas vinculadas a la política, el peronismo, el socialismo, la violencia y el compromiso militante. Antes bien, planteaba reconfiguraciones que permitieran mantener, en un horizonte más o menos cercano, la idea de revolución.

Sobre la democracia y los derechos humanos

Otros conceptos repetidos en las discusiones exiliares fueron los de democracia y derechos humanos. Como es sabido, su reivindicación fue clave en la estrategia de oposición a los crímenes que se estaban desplegando en las dictaduras latinoamericanas, y aunaba organismos, organizaciones, publicaciones y casas de solidaridad. Esas redes de activismo transnacional posibilitaron la visibilidad internacional de las violaciones a los derechos humanos (Franco, 2008; Jensen, 2010; Confino; González Tizón, 2022). Ahora bien, más allá de estas estrategias, en muchas ocasiones exitosas, aparece la pregunta por los sentidos de dichos términos. En *Cuadernos de Peronismo y Revolución* (1980, p. 1), no tuvo una respuesta lineal. Por el contrario, articuló ambigüedades a la hora de concebir la comunidad política y la vida en común. Entre tantas veces más, hablando del peronismo, declaró:

Existe la posibilidad que [el Movimiento Peronista] se transforme en un peronismo domesticado que sirva para guardar las formas y garantizar la fachada ‘democrática’, que llegue incluso a ganar una futura elección, pero sin ser un freno para los planes del imperialismo, ni un obstáculo serio para la oligarquía terrateniente, un peronismo sin ningún tipo de trascendencia histórica, un peronismo muerto.

Como se lee, la mención de la categoría de democracia no implicaba una ruptura radical de matrices políticas y del lenguaje revolucionario sostenido en las décadas previas. Para dicho lenguaje, la democracia liberal representativa no había constituido un valor en sí, sino un obstáculo o un engaño para la expresión sustantiva de la voluntad popular, la lucha revolucionaria y el socialismo (Slipak, 2015). Siguiendo esta tesitura, en muchas ocasiones, *Cuadernos* percibió la democracia como una institución formal, “burocrática”, vinculada “estado liberal burgués”, que implicaba una amenaza para la característica “combativa” del peronismo. Continuando así

con el viejo argumento de los sectores vinculados a la llamada Tendencia Revolucionaria del peronismo (Lenci, 1999), la publicación entendía que las elecciones eran un problema porque podían llegar a “domesticar” su cualidad “movimientista”. En otras palabras, podían generar la confusión de que se trataba de un partido político más que debía participar en las elecciones competitivas. Por eso, como dice el fragmento citado, la democracia era planteada una “fachada”. Lejos de ser proyectada como la promesa de un régimen político y de una forma de sociedad marcada por la libertad y la incertidumbre (Lefort, 1990), como una salida a las condiciones autoritarias vigentes y a una dictadura sostenida en el horror, era criticada como una institución formal que trastocaba la esencia de la tradición revolucionaria.

Sin embargo, lo cierto es que en la publicación esta concepción negativa convivió con la reivindicación de la democracia como una forma de comunidad política que debía implicar la participación activa de todos los sectores de la sociedad. Es decir, como un modo de vida en común que significara la “participación popular” en las decisiones del conjunto. En esta línea, de cara a las elecciones nacionales de 1983, *Cuadernos* (1982, p. 26) matizó sus críticas al juego electoral, aunque nunca completamente. Advirtió que “de todos modos hay que apoyarlas pues pueden ser transformadas en una herramienta que aporte a la reorganización y avance popular”.

Otra acepción menos peyorativa sobre la democracia, vinculada al argumento precedente, estuvo presente en su lectura del peronismo y la demanda de democratización del Movimiento Peronista para enfrentar la coyuntura de ese entonces. La publicación abogó por permitir el involucramiento de las bases militantes en las decisiones partidarias, en un intento por incidir en la disputa por el poder que ocurrió a su interior durante la transición argentina. Sostuvo: “debe producirse un proceso de democratización interna que le permita a las bases del mismo [del Movimiento Peronista] expresar su opinión, elegir sus autoridades y establecer un mecanismo de control sobre las mismas para poder garantizar sentirse representadas” (*Cuadernos de Peronismo y Revolución*, 1982, p. 29). Así, *Cuadernos* hibridó todas estas acepciones sobre la democracia, no necesariamente coherentes y articuladas, para debatir la situación pasada y presente del peronismo y de la revolución.

Por último, hay que mencionar que la publicación realizó el reclamo por los derechos humanos de los detenidos y desaparecidos, siempre enmarcándolo en un conjunto más extenso de demandas. Por ejemplo, aseveró:

El problema de los desaparecidos es el que va a marcar el ritmo, la dirección y la profundidad del ‘proyecto de apertura.’ [...] El programa llevado por el peronismo para el eventual gobierno debe contener las bases mínimas que vayan asegurando el inicio de un proceso democrático, la lucha contra la corrupción, el saneamiento de la administración pública, el restablecimiento del poder adquisitivo de los trabajadores, las libertades democráticas, el respeto de los derechos humanos, el castigo de los responsables de la actual situación en la que se halla sumida la Argentina. (*Cuadernos de Peronismo y Revolución*, 1982, p. 23-26)

Como mostró Marina Franco (2021), salvo en la protesta incansable de los organismos de derechos humanos que logró visibilidad en la escena pública, la concepción de dichos derechos como características intransferibles e inalienables de las personas no fue parte de la agenda de los actores sociales y políticos en los últimos años de la dictadura. Fue menos protagonista de lo que tiende a suponer la memoria retrospectiva que idealiza la justicia transicional argentina, en comparación con otros países de la región. Lo mismo puede decirse sobre la importancia del estado de derecho en la época. En efecto, mucho más frecuentemente, los protagonistas refirieron al “problema de los desaparecidos” y la represión, y sus consecuencias para la gobernabilidad de las futuras gestiones. Por su parte, la publicación del exilio español reivindicó los derechos humanos pero sin profundizar en ello. Lo hizo sobre todo hacia fines de 1982, en el tramo final de la dictadura, marcado por su repudio crecientemente generalizado dada la crisis económica y el fracaso estrepitoso en la guerra de Malvinas (Franco, 2021).

Al respecto, para terminar de asir sus planteos, hay que advertir que dicha reivindicación de los derechos humanos no fue presentada en contradicción alguna con su defensa de la violencia revolucionaria. Como

señalé, más allá de sus incisivas críticas, *Cuadernos* seguía considerando que la violencia podía ser legítima, sin advertir sus potenciales víctimas -portadoras, ellas también, de derechos intransferibles. Por tanto, en relación a la democracia y los derechos humanos, lejos de rupturas abruptas, volvió a mostrar grises. Desde 1980 hasta 1982, no propuso una transformación clara de la subjetividad revolucionaria anterior, ni una idea sustantiva de democracia liberal. Sus desplazamientos fueron más ambiguos y ricos.

Palabras finales

En las páginas anteriores, exploré los cinco números de *Cuadernos de Peronismo y Revolución*, publicación editada por la Agrupación Eva Perón. Aunque hasta ahora no fue abordada por la bibliografía especializada en los exilios, se trató de un espacio de encuentro, discusión y articulación política que tuvo una participación activa en las redes exiliares transnacionales que se extendieron a fines de los setenta e inicios de los ochenta en distintos países. Como el resto de los grupos, la Agrupación Eva Perón discutió la derrota de la militancia de la nueva izquierda, el peronismo, el socialismo, la democracia, los crímenes del régimen militar, los detenidos, los desaparecidos y la revolución. Lo hizo al calor de un conjunto de transformaciones globales que implicaron modificaciones en la llamada nueva izquierda, en los debates sobre el socialismo y el comunismo, en la política norteamericana y en los gobiernos latinoamericanos.

Ahora bien, lejos de cambios abruptos y lineales en sus concepciones políticas, la interpretación que *Cuadernos* hizo de los años pasados, de la coyuntura y de los años por venir mostró continuidades y desplazamientos de la subjetividad revolucionaria de los setenta. A diferencia de lo señalado por Pablo Ponza para otras revistas del exilio que, desde su perspectiva, renunciaron a reivindicar transformaciones radicales de la sociedad (2010),⁶ aquí las cosas fueron más grises. Obligan a establecer matices y a descubrir una dinámica más rica por detrás del mencionado tránsito de la revolución

6. En su análisis, Ponza incluye a *Controversia para el examen de la realidad argentina* (Ciudad de México), *Cambio* (Ciudad de México), *Testimonio Latinoamericano* (Barcelona), *Resumen de la actualidad argentina* (Madrid), *Confluencia* (Estocolmo), *El diente libre* (Estocolmo) y *Debate* (Roma).

a la democracia. En efecto, la publicación analizada no puede encuadrarse fácilmente en aquel reemplazo unidireccional del imaginario revolucionario por el democrático-liberal señalado para otros circuitos exiliares (Jensen, 2007; Franco, 2008). Aunque no se perpetuaron las coordenadas anteriores, tampoco se sustituyeron de forma clara.

Ello permite asir, por un lado, la densidad y la diversidad de las experiencias exiliares en el cambio de década, no todas comprensibles como rupturas ideológicas y reemplazos bruscos de matrices.⁷ Por el contrario, ocurrieron, al parecer, temporalidades disímiles. Por otro lado, posibilita advertir la flexibilidad de la subjetividad revolucionaria y de la tradición peronista, que podían aunar simultáneamente los conceptos de violencia, revolución, derrota, derechos humanos y democracia. Por tanto, por lo menos para el caso de *Cuadernos de Peronismo y Revolución*, plantear la exclusión y sustitución diacrónica entre dichos conceptos no responde a la densidad histórica sino a un ejercicio idealizado de memoria retrospectiva.

Bibliografía

ACHA, Omar. *La nación futura*. Rodolfo Puiggrós en las encrucijadas argentinas del siglo XX. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

ARENDT, Hannah. *Sobre la violencia*. Madrid: Alianza, 2006.

BADIOU, Alain. *El siglo*. Buenos Aires: Manantial, 2005.

BAEZA BELDA, Joaquín. “El peronismo en *Resumen*: derrotas y justicialismo en una revista del exilio de Madrid (1979-1983)”, *Estudios. Revista del Centro de Estudios Avanzados*, 39, pp. 13-30, 2018.

BERNETTI, Jorge Luis; MEMPO, Giardinelli. *México: el exilio que hemos vivido*. Memoria del exilio argentino en México durante la dictadura, 1976-1983. Quilmes: Editorial UNQ, 2014.

BURGOS, Raúl. *Los gramscianos argentinos*. Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

7. Para otros estudios que van en esta línea que deconstruye la ajenidad y sustitución entre el imaginario revolucionario y el democrático-liberal, véase Marchesi (2019), Copello (2019), Confinio y Rodríguez Tizón (2022) y Cormick (2024).

CANELO, Paula. *La política secreta de la última dictadura argentina (1976-1983)*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

CARNOVALE, Vera. “El PRT-ERP en el exilio: armas, comunismo y derechos humanos”, *Revista de Historia*, 15, pp. 1-28, 2014.

CASCO, José María. “El exilio intelectual en México. Notas sobre la experiencia argentina, 1974-1983”, *Íconos*, 31, 2008.

CONFINO, Hernán. *La Contraofensiva. El final de Montoneros*. Buenos Aires: FCE, 2021.

CONFINO, Hernán; GONZÁLEZ TIZÓN, Rodrigo. “Revolución, derechos humanos y exilio: Montoneros y la Comisión Argentina de Derechos Humanos en los orígenes de la denuncia de la dictadura argentina (1976-1980)”, *Sociohistórica*, 49, 2022.

COPELLO, David. “Faire la révolution par les droits de l’homme. Un phénomène d’imbrication militante dans l’Argentine des années 1970 et 1980”, *Revue française de science politique*, 69, pp. 577-600, 2019.

CORMICK, Federico. “¿Una democracia para la revolución? La perspectiva política de Poder Obrero en el exilio en México (1977-1982)”, *Papeles de Trabajo*, 34, pp. 58-76, 2024.

CORTINA ORERO, Eudald. “Internacionalismo y revolución sandinista: proyecciones militantes y reformulaciones orgánicas en la izquierda revolucionaria argentina”, *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 28 (2), pp. 80-103, 2017.

CORTINA ORERO, Eudald. “Brigada Sanitaria Adriana Haidar: solidaridad técnica montonera con la revolución sandinista”, *Secuencia*, 108, 2020.

CORTINA ORERO, Eudald. “Militancia transnacional de Montoneros en Centroamérica. De la solidaridad imperialista a la lucha por la recuperación democrática”, en Kristina Pirker y Julieta Rostica (coords.), *Confrontación de imaginarios. Los antiimperialismos en América Latina*, Buenos Aires-México, Clacso-Instituto Mora, pp. 183-214, 2021.

FARÍAS, Matías. “Del intelectual revolucionario al intelectual crítico: la relectura de Walsh en *Controversia*”, *Cuadernos de H Ideas*, 7, 2013.

FRANCO, Marina. *El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

FRANCO, Marina. *El final del silencio*. Dictadura, sociedad y derechos humanos en la transición (Argentina, 1979-1983). Buenos Aires: FCE, 2021.

GAGO, Verónica. *Controversia: una lengua del exilio*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2012.

GAUNA, Juan Pablo. “Controversia y el respaldo para una revista en el exilio mexicano”, *Historia actual online*, 60, 2023.

JENSEN, Silvina. *La provincia flotante*. Historia de los exiliados argentinos de la última dictadura militar en Cataluña (1976-2006). Barcelona: Casa Amèrica Catalunya, 2007.

JENSEN, Silvina. *Los exiliados: La lucha por los derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

JENSEN, Silvina; LASTRA; María Soledad. *Exilios, militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: Edulp, 2014.

LEFORT, Claude. *La invención democrática*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

LENCI, Laura. “Cámpora al gobierno, Perón al poder. La Tendencia Revolucionaria del Peronismo ante las elecciones del 11 de marzo de 1973”. In: PUCCIARELLI, Alfredo (ed.). *La primacía de la política*. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN. Buenos Aires: Eudeba, 1999, pp. 167-201.

MARCHESI, Aldo. *Hacer la revolución*. Guerrillas latinoamericanas, de los años sesenta a la caída del Muro. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.

MARKARIAN, Vania. *Idos y recién llegados*. La izquierda revolucionaria uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos 1967-1984. Ciudad de México: Uribe y Ferrari Editores, 2006.

MARTÍN ÁLVAREZ, Alberto; TRISTÁN, Eduardo Rey. «La oleada revolucionaria latinoamericana contemporánea, 1959-1996. Definición, caracterización, y algunas claves para su análisis», *Naveg@mérica*, 9, 2012.

MARTÍN ÁLVAREZ, Alberto; TRISTÁN, Eduardo Rey. “La dimensión transnacional de la izquierda armada”, *América Latina Hoy*, 80, pp. 9-28, 2018.

MIRA DELLI-ZOTTI, Guillermo; BAEZA BELDA, Joaquín. “El exilio argentino a través de sus publicaciones. Una aproximación a las revistas

publicadas por los exiliados del 76, con especial referencia a España”, ponencia presentada en las X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, 2005.

PALTI, Elías. “La violencia revolucionaria como problema histórico-conceptual. Notas para una arqueología de la subjetividad militante”. In: GARCÍA, Luis (comp.). *No matar*. Sobre la responsabilidad. Segunda compilación de intervenciones. Córdoba: UNC, 2010, pp. 269-301.

PONZA, Pablo. “La izquierda en su laberinto: intelectuales argentinos, ideas y publicaciones en el exilio (1976-1983)”, *Boletín Americanista*, 60, pp. 247-262, 2010.

PIRKER, Kristina. “Activismo transnacional y solidaridad, de Cuba a Centroamérica”, *Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea*, 4 (7), pp. 120-140, 2018.

SLIPAK, Daniela. *Las revistas montoneras*. Cómo la organización construyó su identidad a través de sus publicaciones. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.

SLIPAK, Daniela. *Discutir Montoneros desde adentro*. Cómo se procesaron las críticas en una organización que exigía pasión y obediencia. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

SLIPAK, Daniela. “Montoneros 17 de Octubre y los desplazamientos de la subjetividad revolucionaria armada en el cambio de década”, *Papeles de Trabajo*, 34, pp. 77-96, 2024.

STRADA BELLO, Oscar. “La inmigración argentina en la provincia de Alicante”, In: FEDEAR (coord.). *La inmigración argentina: una cuestión de historia e identidad*. Alicante: Casa de las Américas, 2009, pp. 185-194.

TORTTI, Cristina. “‘Voces en controversia’: la revisión de la experiencia revolucionaria argentina en la revista mexicana (1979-1981)”, *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, 22 (2), pp. 169-198, 2019.

YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio*. Argentinos en México, 1973-1983. Ciudad de México: FCE, 2010.

ZITO LEMA, Camila. “Diálogos con el exilio. La revista *Resumen de la actualidad argentina*, una experiencia de resistencia y comunicación (Madrid, 1979-1983)”, *Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época*, 8, pp. 135-145, 2018.

Documentos

“Aportes para la unidad del peronismo revolucionario”, documento constitutivo de la Agrupación Eva Perón, mayo de 1980, disponible en el CeDeMa.

Controversia para el examen de la realidad argentina, número 4, febrero de 1980, disponible en el Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (Cedinci).-*Cuadernos de Marcha*, número 2, julio-agosto de 1979. Disponible en: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/32647>.

Cuadernos de Peronismo y Revolución, números 1 a 5, mayo de 1980 a noviembre de 1982, disponibles en el Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CeDeMa).

Evita Montonera, número 25, agosto de 1979. Disponible en: <https://eltopoblindado.com/documentos/?s=Evita+Montonera>.

Resumen de la actualidad argentina, números 49 y 66, 7/9/1981 y 17/5/1982 respectivamente. Archivo personal de Joaquín Baeza Belda.

A revista de exílio Chile-América: atuação política e humanitária contra a ditadura pinochetista

Raphael Coelho Neto

No contexto do exílio massivo de chilenos, resultante da ditadura militar iniciada com o golpe de 1973, analisamos neste capítulo o surgimento e a trajetória política da revista *Chile-América*, fundada na Itália em setembro de 1974. Nossa ênfase esteve em entender os aspectos centrais da editoria política da revista, o que pressupõe compreender os personagens centrais de sua fundação, as características materiais do seu projeto editorial e a inserção/participação do impresso em redes políticas, de denúncia e de solidariedade humanitária no exílio e no Chile. A finalidade mais expressiva desse impresso periódico foi a de documentar e fazer circular informações sobre o Chile, contribuindo para a organização da resistência no exílio e ecoando ou produzindo denúncias sobre as violações de direitos humanos no país cometidas pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Os autores Mario Sznajder e Luis Roniger refletiram sobre os exílios latino-americanos e destacaram o fato de que, diante da presença violenta da repressão civil/militar na segunda metade do século XX no Cone Sul, consolidou-se a internacionalização da luta política e da defesa dos direitos humanos, mobilizada pelos exilados integrados a redes transnacionais (Sznajder; Roniger, 2013). Inicialmente, formou-se uma estrutura comum dos exílios latino-americanos constituída por três fatores que, em interação,

marcariam essa condição nos séculos XIX e XX: o Estado que expulsa, a comunidade exilada e o país anfitrião. A essa estrutura triangular, na segunda metade do século XX, um quarto elemento, de crescente importância, foi incorporado: “una arena global preocupada por el derecho humanitario internacional y los derechos humanos” (Jensen, 2015, p. 19).

Os mencionados autores afirmaram que uma dimensão expressiva dos exílios latino-americanos se erigiu como militância, de modo a condenar as ditaduras e como resposta ao crescente caráter transnacional da repressão, sobretudo nos marcos da Operação Condor, que, por sua vez, surgiu para destruir e desmobilizar a reestruturação política e a campanha de denúncia da oposição desde o exílio, incluindo militantes, lideranças partidárias e organizações.¹

Assim, segundo Sznajder e Roniger (2013, p. 181-182), “la contracara de esta ola de exclusión institucionalizada y persecución política fue la internacionalización de los principios de los derechos humanos, promovida por organizaciones internacionales, nacionales y transnacionales que crearon un denso organigrama propulsor del cambio”. Em tal arena global de proteção aos direitos humanos, tiveram atuação determinante organizações como Nações Unidas, Anistia Internacional, Human Rights Watch, Conselho Mundial de Igrejas, ACNUR, Tribunal Russel, Organização Internacional para as Migrações, Cruz Vermelha, Parlamento europeu e as comissões parlamentares de direitos humanos, associações internacionais de partidos políticos, como a Internacional Socialista e a Internacional Democrata-Cristã, as confederações sindicais e as muitas ONGs voltadas para essa causa, consolidando uma potente esfera pública internacional, desentranhando publicamente, em âmbito transnacional, o caráter da repressão autoritária chilena (Sznajder; Roniger, 2013).

1. Melisa Slatman (2018, p. 66) explicou que, no contexto da Operação Condor, formalizada entre outubro e novembro de 1975, em reunião secreta ocorrida em Santiago, desenvolveram-se processos de intercâmbio, tradução e transferência de informação, tecnologia e práticas repressivas, técnicas específicas de perseguição aos opositores no exílio, generalizando e coordenando ações em redes dos sistemas de inteligência das ditaduras militares do Cone Sul: “atentados contra figuras públicas, intercambio de información, secuestro e repatriación forzada de desterrados, operaciones de acción psicológica, operativos transfronterizos [...], técnicas [que] preexistieron a la Operación Cóndor, pero en este marco se potenciaron”.

Foi precisamente a partir dessas conexões internacionais e também com o Chile, sua vinculação com aspectos políticos e econômicos do passado recente do país, do presente em conflito e de um futuro democrático a ser alcançado, atuando na arena transnacional de defesa dos direitos humanos e da articulação política de uma esquerda em reconstrução, que a revista *Chile-América* marcou seu surgimento e trajetória em Roma, na Itália, em 1974.

Abaixo, foto em que se encontram três dos quatro fundadores da revista, recém-exilados, à época da sua criação. Foram eles Julio Silva Solar, Bernardo Leighton, José Antonio Viera-Gallo e Esteban Tomic, além da presença de Fernando Murillo Viaña como ativo construtor da revista, mas não pertencente ao Comitê Editorial original de *Chile-América*:

Figura 1: Da esquerda para a direita, Julio Silva Solar, Bernardo Leighton e José Antonio Viera-Gallo em Roma, 1974



Fonte: Arquivo CESOC.

Julio Silva Solar, o principal editor do impresso, seu diretor até 1982 (a revista durou até setembro de 1983, como veremos), explicou a respeito da criação de *Chile-América* na capital italiana em setembro de 1974:

Esta historia empezó cuando nos encontramos en Roma, a comienzos de 1974, Bernardo Leighton, José A. Viera Gallo, Esteban Tomic y yo (Julio Silva S.). No era precisamente un encuentro de turistas. Estábamos exiliados. Después de largas deliberaciones acordamos formar un

Centro de Documentación que editaría una revista, que fue finalmente “Chile-América”. Queríamos, tal vez, entre otras cosas, revertir en un modesto nivel, la aguda beligerancia que se había producido entre la Democracia Cristiana y la Unidad Popular, lo que despejó el camino al golpe militar del 11 de setiembre de 1973. Al contrario, nuestra iniciativa dependía de la buena y eficaz colaboración que pudiéramos lograr entre dos demócratas cristianos, Leighton y Esteban Tomic y dos de la Unidad Popular, Viera Gallo y yo. Esa colaboración funcionó, dió resultado: la revista se publicó durante 10 años, su último número es de setiembre de 1983. (Silva Solar, 2016)

Como se nota, o ponto central do projeto de concepção da revista foi a tentativa de aproximação entre políticos de parte da esquerda chilena, ligada, durante o governo de Salvador Allende, à Unidade Popular (UP), como Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, e setores mais progressistas da Democracia Cristã (DC), representados por membros importantes do partido, como Bernardo Leighton e Esteban Tomic, estes que, desde o primeiro momento, criticaram o golpe militar e as teses favoráveis a tal desfecho no interior do partido democrata-cristão. As divergências e os embates políticos, presentes sobretudo no âmbito parlamentar, entre membros da UP e da DC, durante o governo de Salvador Allende, foram assumidos por Leighton e Tomic como representantes da ala crítica do partido. Os dois apontaram para o erro político que foi a DC não ter sido capaz de ampliar o diálogo com a UP, de modo a tentar evitar o movimento golpista e a brutal repressão posterior perpetrada pelos militares, o que os levou ao exílio, e ao desaparecimento e morte de muitos chilenos. Similar raciocínio pode ser feito sobre a UP, com base na visão da revista e na autocritica de alguns integrantes da coalizão, referente à suposta incapacidade da esquerda chilena de buscar alternativas táticas mais eficazes de unidade em favor da institucionalidade democrática, por mais que houvesse desgaste e discordâncias político-programáticas na relação estabelecida com a DC.

As marcas para a execução do projeto político-editorial da revista passaram pela existência de um centro de documentação e estudo, denominado *Centro de Estudios y Documentación Chile-América*, com

autorização do Tribunal de Roma para sua existência, de registro N. 15692, de novembro de 1974, outrora localizado na rua *Viale de Trastevere*, 221, no terceiro andar. O diretor responsável pelo centro foi o italiano Giovanni Spinelli, que cumpriu funções burocráticas e administrativas, relativas também à distribuição da revista, sem contribuições efetivas no sentido de realizar contatos com colaboradores, pensar a materialidade e conteúdo da revista, funções a cargo do *Comité Editor*, composto pelos quatro membros fundadores: Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Bernardo Leighton e Esteban Tomic.

A ideia do centro foi a de realizar encontros entre os editores e os principais colaboradores da revista, adquirir documentação e informações diversas no exterior e no Chile e efetivar a materialização das ideias e dos documentos desse núcleo de resistência e oposição à ditadura por meio de *Chile-América*, condição que demandava contatos e formação/fortalecimento de redes. A revista foi o “órgano central de difusión del Centro [...] del mismo nombre”, de modo a “unir la denuncia de la dictadura al análisis de toda la experiencia chilena como una manera de contribuir a encontrar los caminos de salida” ao regime “establecido por los militares”, assim exprimiram os editores de *Chile-América* (*Chile-América*, n. 35-36, 1977, p. 14).

Tudo isso teve relação com o fato de a revista *Chile-América* não ter sido somente mediadora da circulação das denúncias e dos debates da oposição política ao regime, mas ela própria produtora de informação e organizadora de arquivos alternativos sobre a ditadura e seu aparato repressivo, contribuindo para a formulação de ideias voltadas para a organização política da resistência, buscando abrir caminhos para um processo de democratização.

Aspectos do editorialismo programático de Chile-América e as redes transnacionais no exílio

Nas páginas iniciais da primeira edição de *Chile-América*, foi publicada uma declaração assinada por Bernardo Leighton e Rafael Agustín Gumucio, ambos fundadores da DC. Leighton, na definição de *Chile-América*, foi um democrata-cristão de “avanzadas ideas sociales”. Agustín Gumucio,

assim como Julio Silva Solar e Jacques Chonchol, pertenceu à corrente mais progressista da DC, que se desmembrou e formou o *Movimiento de Acción Popular Unitario* (MAPU), em 1969. Em 1971, descontentes com a linha marxista-leninista adotada por esse partido, os três fundaram a Izquierda Cristiana (IC), que pronto aderiu à coalizão em que consistiu a UP. A referida declaração denominou-se *A los cristianos de avanzada de Chile y Latinoamérica*, e nela se revelou a necessidade dos dois autores em levar adiante um pensamento favorável à convivência democrática, aos movimentos dos trabalhadores e às lutas anticapitalistas e anti-imperialistas do continente latino-americano.

Ambos condenaram a Junta Militar instalada no Chile após o golpe, “su orientación económica y social injusta y su actuación fascista y reaccionaria”. Trataram os acontecimentos políticos no Chile como um grave retrocesso e destacaram como tarefa central “la necesidad de concertar, entre los grupos de inspiración cristiana y las formaciones políticas de otras inspiraciones – incluida la marxista – fuertes coordinaciones humanistas y continentales, que aseguren a todos la plena expresión de sus energías creadoras” (Leighton; Gumucio, 1974, p. 2-3). Evidenciou-se, nesse primeiro texto publicado na revista, a vinculação do impresso com valores humanistas e progressistas, orientação presente entre os editores de *Chile-América* e que chancelaria, em alguma medida, a acolhida e o pertencimento às redes transnacionais do mundo religioso cristão/humanista, por um lado, e, por outro, àquelas mais vinculadas ao mundo político-partidário pela democratização no Chile.

Após esse texto, foram publicados os propósitos de fundação de *Chile-América*, os pressupostos do projeto editorial em questão. De maneira central, a revista se apresentou como resultado da iniciativa de um grupo de políticos e intelectuais da DC e da UP que objetivavam agregar forças em uma luta unitária pelo restabelecimento de práticas e instituições democráticas. Nesse sentido, *Chile-América* se prestava a ser uma tribuna de forças progressistas que se dispunham à “defensa de los derechos humanos, del nivel de vida de los trabajadores, de la independencia nacional y de las libertades públicas”. No texto de fundação, ainda se lê que “Chile-América quiere hacer llegar esta voz unitaria al mayor número de personas, dentro

y fuera de Chile, a fin de que no se adormezca la conciencia democrática” (Editorial, n. 1, 1974, p. 3-4).

Tais diretrizes fundacionais gradativamente se reforçaram como os pilares programáticos da revista, acompanhando e se reconstruindo a partir da dinâmica política autoritária do pinochetismo. Os editores da revista também explicitaram o público mais amplo que pretendiam contemplar: os chilenos em seu país e no exílio, bem como a comunidade internacional, sobretudo os meios políticos, culturais e as organizações de direitos humanos de forte repercussão internacional.

A partir da edição 48-49, em 1978, o *Comité Editor* passou a ser denominado *Consejo de Chile-América*, e seu texto programático sofreu alterações pontuais, especificando propósitos, porém sem mudanças em sua linha político-editorial. Asseverou-se, de forma ainda mais detalhada, que a revista se construía impulsionada pelo objetivo de “enjuiciar el régimen impuesto por la dictadura, denunciar su atropello a los derechos humanos, y promover el análisis crítico de los hechos que condujeron a la actual situación”, o que de fato *Chile-América* perseguiu incansavelmente até seu último número, publicado no ano de 1983, contexto de retorno dos exilados, dentre os quais os editores da revista. Além do mais, aprofundando suas pautas de luta, *Chile-América* defendeu ser um espaço de “encuentro, estudio, confrontación de ideas”, aportando “al conocimiento de la nueva realidad y a la elaboración de políticas adecuadas para enfrentarla”. A bem dizer, enfatizando o sentido de intervenção pública das revistas culturais tal qual bem apontou Beatriz Sarlo, destacamos, dentre os objetivos pontuados pelos editores de *Chile-América*, o que se afirmou da seguinte maneira:

Trabajamos por la convergencia de todas las fuerzas sociales, políticas, culturales, que luchan por rescatar a Chile de la dictadura y por abrir paso a un gran consenso democrático que, superando los errores del pasado, asegure el desarrollo de una creciente democratización de la sociedad, la economía, el Estado [...]. Nos esforzamos ante todo por explorar las condiciones que hagan realizable este consenso. (Consejo de *Chile-América*, n. 48-49, 1978, p. 7)

Os propósitos acrescidos estiveram relacionados com o desencadear da conjuntura chilena, em um processo de avanço da institucionalização da ditadura e reestruturação neoliberal, bem como com os esforços iniciais de reorganização da resistência e dos partidos de oposição, possibilitando à revista um distanciamento crítico/analítico desde o golpe, distintamente da *posición y propósitos* do primeiro número da revista. Persistia, em *Chile-América*, o apelo pela necessidade da composição de um campo democrático e unitário de luta. Porém, condicionada à dinâmica dos acontecimentos, avançava-se para uma noção de renovação política e convergência dos setores democráticos, socialistas e humanistas, movimento estimulado pelo campo político de base cristã-marxista, notadamente, o MAPU e a IC, que posteriormente ganhariam a adesão de setores do Partido Socialista (PS), liderado por Carlos Altamirano, em franca elaboração de teses pela renovação do socialismo².

Tais elementos políticos foram constitutivos do *editorialismo programático* da revista, conceito compreendido a partir das ideias de Fernanda Beigel (2003), ao se referir à expressão como a perspectiva editorial política e militante de um determinado periódico, de forma que essa é a característica que o demarca enquanto impresso. Acrescentamos

2. A partir dos seminários de Ariccia, em 1979, impulsionou-se o movimento que vinha se articulando desde fins da década de 1970 e que se convencionou nomear de *Convergencia Socialista* (CS), resultado dos frequentes contatos e das ideias em construção/circulação, por setores intelectuais e partidários que aspiravam as transformações necessárias no seio da esquerda socialista chilena. Tratou-se de um amplo movimento constituído por redes de discussões voltadas para a reconstrução e atualização coletiva, teórica e prática, do socialismo chileno, compreendendo o conjunto das organizações populares, não apenas as partidárias. No aspecto das formações partidárias, que terminaram por expressar e conduzir a *Convergencia Socialista*, uniram-se, sob o signo da renovação, o PS de Carlos Altamirano, o MAPU-OC e o MAPU (esses dois partidos em processo de reunificação, sob as novas diretrizes teóricas e programáticas) e a IC, emanando daí, dessa rede política, ainda mais fortemente, as linguagens voltadas para a reestruturação do socialismo chileno. A *Convergencia Socialista* foi, em síntese, uma força política cuja finalidade consistiu em aglutinar os distintos caminhos e iniciativas que esboçavam o repertório referencial da renovação, tanto no exílio quanto no Chile, por meio das organizações partidárias e das instituições de caráter acadêmico/intelectual. A *Convergencia Socialista* se autodenominava renovadora e aglutinadora dos setores políticos que buscavam vincular teoricamente o socialismo com a democracia, no intuito de criar um novo referencial (discursivo, conceitual, simbólico e prático) que compreendesse a nova realidade chilena instalada pela ditadura e fizesse frente a ela, que atuasse considerando criticamente as mudanças estruturais empreendidas no Chile. Ver Barahona (1981); Moyano Barahona (2010).

a tal expressão o sentido de ator político dos periódicos presente em Héctor Borrat (1989, p. 67), ou seja, a interpretação de que esses impressos denotavam sujeitos coletivos capazes de afetar o processo de tomada de decisão das disputas políticas. O objetivo da atuação desse tipo de impresso passaria por necessariamente buscar dialogar com outros atores políticos de maneira a compor o sentido favorável dos interesses programáticos que representa.

Reforçando seus propósitos político-editoriais, sobre o nome do impresso, os editores explicitaram o sentido de “Chile-América”. Afirmou-se, então, que “nuestro nombre [...] sólo quiere significar que vinculamos profundamente la realidad de Chile a la latinoamericana, que lo que ocurre en Chile, así como en cualquier otro país latinoamericano, no puede ser entendido sino a la luz de los acontecimientos que se producen en el conjunto de ellos” (Editorial, n. 6-7, 1975, p. 8). Nesse sentido, como bem argumentou Rolando Álvarez Vallejos, “el golpe de Estado de 11 de septiembre de 1973 en Chile destrozó fulminantemente una serie de mitologías de la historia política del país”. Entre outras coisas, “se puso fin a la supuesta tradición democrática del sistema político chileno y, junto a ello, estalló en mil pedazos el mito que decía que Chile contaba con unas fuerzas armadas respetuosas del orden constitucional y prescindentes de la política contingente” (Álvarez Vallejos, 2003, p. 9). A conjuntura chilena do golpe e da ditadura comporia, assim, um capítulo importante da escalada autoritária no Cone Sul desde, ao menos, a implantação da ditadura no Brasil em 1964.

Em entrevista ao autor deste capítulo, ao ser questionado sobre quais teriam sido as redes de solidariedade que os editores da revista tiveram em Roma, José Antonio Viera-Gallo (2018) afirmou que os exilados, em geral, não somente os membros de *Chile-América*, obtiveram apoio político fundamental de grande parte das forças de centro-esquerda da Europa, além dos organismos humanitários do mencionado “mundo social-cristão ocidental”, compondo um ambiente transnacional de atuação e solidariedade de instituições ou formações de base religiosa.

O amparo político e solidário desde a Europa ocidental, com o protagonismo dos chilenos exilados, foi representado pela criação da *Oficina de Chile Democrático* ou simplesmente organização *Chile-Democrático*, que

funcionava na capital italiana. Dirigida por Benjamín Teplizky, também dirigente do Partido Radical (PR), e Jorge Arrate, do PS (outro importante membro da corrente pela renovação do socialismo), *Chile-Democrático* foi constituída por membros dos partidos políticos chilenos de centro e, principalmente, da esquerda que se reorganizaram no exílio, como o próprio PR, PS, PC e MAPU, e contava com aporte financeiro de governos da Europa ocidental, sobretudo os de viés social-democrata, propiciando assistência e coordenação para o exílio chileno (Sznajder; Roniger, 2013, p. 291).

Os editores de *Chile-América* trabalharam muito próximos a *Chile-Democrático*, de onde receberam suporte material e político para a produção da revista. *Chile-Democrático* e *Chile-América* atuaram conjuntamente pelo retorno da democracia chilena e na denúncia à violação de direitos humanos no país. Muitos nomes que contribuíram com o trabalho de articulação e reorganização política dos exilados, militantes e dirigentes partidários em *Chile-Democrático* tiveram textos publicados na revista chilena, com destaque para as lideranças dos partidos de esquerda e centro-esquerda (Benjamín Teplizky, Jorge Arrate, Luis Guastavino, por exemplo).

Os recursos financeiros angariados pela revista nos mostram elementos que também podem ser pensados como constitutivos das redes do exílio chileno, ou seja, o apoio material concedido pressupõe uma forma de atuação conjunta pela causa da resistência política. Sobre *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo referiu-se ao financiamento da revista pela DC italiana e o apoio de organizações católicas progressistas, além de aspectos do funcionamento inicial do impresso:

Tuvimos un apoyo económico, pero muy inicial y bien restringido, fueron 500 dólares, de una parte de la Democracia Cristiana. Que además la Democracia Cristiana italiana estaba dividida en muchas corrientes, o sea, bueno [...]. Y también teníamos apoyo de *La Acción Católica de los Trabajadores Italianos* (LACI). Ellos nos dieron una oficina un tiempo, una pequeña oficina donde nosotros trabajábamos. (Viera-Gallo, 2018)

Viera-Gallo ainda explicou que os fundos destinados à revista, suporte material advindo do mundo católico e cristão em vários níveis,

organizações e instituições, eram angariados da Igreja ou dos movimentos humanitários ecumênicos em diferentes partes da Europa, principalmente. Ele mencionou o *Consejo Mundial de Iglesias* como um dos principais doadores de recursos para *Chile-América*; também o *Comité Católico contra la Hambre y por el Desarrollo* (CCFD-Terre Solidaire), francês, localizado em Paris; apoio e fundos foram obtidos na Holanda, por meio da *Acción de los obispos holandeses para la Cuaresma* e, ainda, existiu outra forma de financiamento religioso, que se originava de parte do fundo das ordens religiosas holandesas.³

Tais informações nos deixam entrever parte das redes transnacionais de apoio aos exilados e, particularmente, à revista, redes que, nesse caso, surgiam dos trabalhos humanitários e de assistência social organizado pelas Igrejas cristãs, sobretudo, mas não apenas. Como afirmou, de forma central, Omar Luis Sagredo Mazuela (2017, p. 37), “en la práctica, surgió una asociación entre el cristianismo progresista, que inspiraba a los sectores religiosos involucrados, y el activismo por los derechos humanos de algunas agencias internacionales”, o que passou por vinculações também com formações políticas nacionais e estrangeiras, notadamente de origem partidária ou sindical. Ainda segundo Sagredo Mazuela, de modo a robustecer nosso argumento sobre a participação de *Chile-América* nessa configuração de relações político-cristãs, “esta articulación adoptó

3. Relevante observar que a Holanda foi reduto expressivo das ideias progressistas no interior das Igrejas cristãs, incluindo fortemente o catolicismo, a partir, principalmente, de grupos sacerdotais e paróquias. As ideias transformadoras que dali emanavam voltavam-se para questões como o fim do celibato, maior aproximação entre católicos e protestantes, maior liberdade nas ações sacerdotais, nas práticas litúrgicas e forte trabalho crítico junto a comunidades de base. Consistiram tendências não hegemônicas em seu interior que se desenvolveram desde, ao menos, o fim da Segunda Guerra Mundial, indo além das orientações de tendências humanistas e sociais da cúpula eclesial do Concílio Vaticano II (1962-1965), visto que mexiam na própria estrutura da Igreja Católica. Mesmo em conflito com esses setores nacionais mais rebeldes e “revolucionários” – alguns grupos paroquiais e comunidades de base explicitamente marxistas –, o episcopado holandês tinha notável inclinação social e progressista, algo constitutivo da própria sociedade do país europeu, acentuada ainda mais após o Concílio Vaticano II. Bispos holandeses atuaram frequentemente em ações de solidariedade internacional por causas sociais e pelos direitos humanos, o que nos faz compreender sua inserção nas redes de solidariedade à resistência chilena e à *Chile-América*, especialmente. Sobre o catolicismo na Holanda, as tentativas de renovação e conflitos internos, ver Winkeler (2018).

la forma de redes transnacionales, las que, basadas sobre el sustento de actores internacionales cristianos, movilizaron recursos y sensibilizaron a la comunidad internacional acerca del caso chileno” (Mazuela 2017, p. 37).

A influência cristã-progressista na revista, sua criação e sede na Itália, seu sentido essencial voltado para a denúncia da repressão e das graves violações dos direitos humanos no Chile, assim como o esforço de estampar em suas páginas perspectivas políticas de retorno à democracia, angariaram importante e ampla solidariedade internacional em vários níveis, desde a contribuição material até o intercâmbio de ideias e experiências políticas. Ao ser indagado a respeito da razão da assistência das Igrejas, especialmente pelos setores cristãos (católico-protestante) e progressistas, ao projeto de *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo (2018) respondeu que, dentro do exílio chileno, para tais organizações, a revista pareceu atuar em um campo próximo a elas, condizente com a luta por justiça social, democracia e a defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, devemos ter em vista o direcionamento social e humanista tomado pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, ou mesmo a acepção missionária mais ampla dos cristãos pelos oprimidos, reivindicada por segmentos religiosos protestantes na resistência às ditaduras, especialmente a do Chile.

Mesmo não informando ao certo a quantia advinda de cada instituição doadora de recursos a *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo revelou que ele foi o principal responsável por buscar formas de financiamento para o projeto político-editorial, viajando todos os anos para várias partes da Europa. Apesar do esforço e do importante aporte de recursos, Viera-Gallo explicou não ter sido fácil conseguir fundos para a revista, que não sabia ao certo um indicativo médio da quantia arrecadada, que seria algo em torno de 30 a 40 mil dólares por ano, tendo que cobrir despesas com a impressão, distribuição (correios), todos os gastos com a oficina e o salário de 1500 dólares a Fernando Murillo Viaña, único membro da revista que recebia por seu trabalho.

Os recursos advindos das assinaturas, espalhadas por muitos países, não foram especificados dentro do montante apresentado por Viera-Gallo. Apenas foi dito por ele que a revista não possuiu um número tão elevado de

assinantes, visto que muitos dos seus leitores não podiam pagar ou tinham acesso a ela sem ter de adquiri-la mediante o procedimento de *suscripciones*.

A tiragem média de *Chile-América* não era tão elevada, entre 1000, 1200 e 1500 exemplares, segundo José Antonio Viera-Gallo, revelando limites do seu orçamento. Uma das estratégias editoriais concebidas para a revista, o que, em certa medida, teria diminuído as assinaturas, mas ampliado possivelmente seu potencial de circulação em ambientes intelectuais, políticos e com poder de influência na opinião pública internacional, correspondeu à sua distribuição em instituições, universidades e centros importantes da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina. Nesse sentido, nas palavras de Viera-Gallo – o que ajuda a compreender, por exemplo, a parceria com o editor Klaus Dieter Vervuert:

nosotros mandábamos a universidades importantes de Estados Unidos etc., todas partes; Centros de Estudios de América Latina, mandábamos también; grupos organizados de chilenos, igual; después mandábamos a chilenos que hablaban por radio, por ejemplo, radio Moscú, radio Berlín Oriental hasta a Albania [...] mandábamos, donde hubiera un chileno o dos... imagina quien iba a oír esta radio, pero, bueno, daba lo mismo. La radio de Albania. Mandábamos a China, que sea, bueno... Entonces, al final, era como 1000/1500 [ejemplares], y mandábamos a Chile. La dejaban entrar, a veces la secuestraban, pero, podían llegar. (Viera-Gallo, 2018)

Essa informação de Viera-Gallo nos possibilita ter alguma dimensão não somente da circulação de *Chile-América* e das estratégias de divulgação do impresso, mas também da sua aproximação e parceria com outros centros de cultura e política situados em distintos países, instituições em grande medida envolvidas com a solidariedade com os exilados chilenos e com o trabalho de resistência à ditadura. Também nos revela o potencial de articulação da revista e os emaranhados complexos de redes e articulações políticas, intelectuais e culturais constitutivos do exílio chileno.

O projeto de institucionalização do regime pinochetista e as alternativas políticas à ditadura

O projeto original da revista a concebeu com periodicidade mensal, de média inicial de 20 a 30 páginas apenas em seu primeiro ano ou nas três primeiras edições. Logo, a partir de 1975, com edições mais frequentes que contemplavam dois ou três números, *Chile-América* passou a ter então uma média de cerca de 100 páginas. Depois, ainda nos primeiros anos, desde a edição 16-17-18 (março-abril-maio de 1976), predominou uma média de 200 páginas em suas edições triplas, atingindo o máximo, em alguns números, de pouco mais de 250, reduzindo, no final da publicação da revista, no início dos anos 1980, para, novamente, cerca de 100 páginas. Predominaram as edições trimestrais do impresso, periodicidade vigente em parte significativa da sua trajetória no exílio. Foram editados, no total, 89 números, o que correspondeu a 43 volumes, tendo em conta exatamente as edições duplas e triplas.

A revista possuiu seções mais duradouras que alimentaram e deram sustentação à sua identidade temática e gráfica/visual. Os editoriais e as seções *Análisis*, *Comentario* e *Documentos* apareceram desde o primeiro número de *Chile-América*, presentes na quase totalidade das edições. A discussão política, sobretudo passando pelo viés partidário e pela denúncia dos crimes da ditadura, esteve, de alguma maneira, em todas as seções, mas podemos dizer que algumas foram concebidas para uma análise mais detida sobre esses pontos. Foi o caso de *Editoriales*, *Tribuna Abierta* e *Derechos Humanos*, seções igualmente perduráveis na revista, base para a fundamentação da sua linha político-programática voltada para os direitos humanos e as discussões políticas em torno do processo de democratização e da renovação socialista, centrais em *Chile-América*.

Com ênfase em *Editoriales*, vejamos as orientações políticas da revista em um debate central acerca da democracia e do socialismo entre finais dos anos 1970 e início da década de 1980, momentos decisivos que consolidaram as linhas fundamentais do editorialismo programático de *Chile-América*. Responsável pela redação dos editoriais de *Chile-América*, José Antonio Viera-Gallo, na publicação de número 39-40, evocou um chamamento para

a luta contra a ditadura chilena, que, em sua visão, apresentava-se como tarefa muito mais difícil do que se supusera em um primeiro momento, precisamente pelo veio de estruturação tomado pelo regime de Augusto Pinochet e sua base de apoio social. Todavia, com a resiliência que se devia buscar diante de um contexto tão adverso do ponto de vista democrático e popular, mantinha-se a expectativa de que

la conciencia del país en su conjunto, la lucha de las fuerzas de oposición, la presión continua sobre el régimen, aún desde su interior, y los problemas objetivos que éste debe afrontar en el plano interno e internacional, confluyen en marcar a Chile un curso incompatible con la actual dictadura y que deberá dar lugar a una progresiva normalidad institucional y democrática. (Editorial, n. 39-40, 1978, p. 17)

Ao se vislumbrar um processo de enfrentamento da ditadura e a democratização no Chile, percebamos como a revista, na edição do primeiro trimestre de 1981, construiu sua análise da conjuntura nacional de maneira a estimular o avanço das forças populares e democráticas, mesmo sob condições adversas, em um contexto de institucionalização do regime civil-militar pinochetista, tendo a Constituição, vigente a partir de março de 1981, como marco desse processo autoritário:

El 11 de marzo no ha habido un cambio sustancial de la situación política nacional. [...] No se “han cerrado las puertas”, por la simple razón de que nunca han estado abiertas desde el golpe militar de 1973. Con la muerte de Salvador Allende se cerró un ciclo de la vida política y quienes se apoderaron del poder intentaron, desde el primer momento, echar a andar una verdadera “revolución” de las estructuras y de los valores, con un alto costo social, que pusiera fin a un tipo de desalloro económico y político que en Chile venía desde la época de Arturo Alessandri Palma (1920). El diseño fué desde su origen totalitario y sin plazo de término. (Editorial, n. 68-69, 1981, p. 5)

A referência à Constituição de 1980 se faz de modo a construir um discurso direcionado para a oposição democrática, no sentido de que, mesmo em vias de consolidação por um aparato supostamente legal,

na realidade, a ditadura não mudou seus pressupostos elementares e as transformações estruturais que se encontravam em curso desde o golpe. Assim sendo, a resistência e a luta do campo democrático e popular deveriam continuar ou, para além disso, melhor articular-se como unidade política ante a projeto autoritário tão ambicioso.

A ideia da reconstrução da política por meio da ampla articulação político-partidária com os movimentos sociais era proveniente de setores da esquerda, dos quais *Chile-América* participou, integrados por intelectuais dos mais importantes para sua renovação, que se mobilizariam em torno do que ficou conhecido como *Convergencia Socialista*, unindo partidos como o MAPU, MAPU-OC, IC e setores do PS, responsáveis por conduzir as transformações ideológicas e políticas no interior da esquerda chilena desde o exílio. Em um quadro de recomposição e confrontação ideológica da oposição partidária, aparecia, por outro lado, parte da esquerda liderada pelo PC e pelo PS-Almeyda (referência ao dirigente Clodomiro Almeyda), acompanhada pelo MIR, em que se postulava uma frente única, antifascista (posição mais afinada aos postulados dos comunistas até então), na qual se aceitava o uso da violência como possibilidade teórica e uso tático para derrotar a ditadura, mirando a necessária (porém improvável) aliança com os democrata-cristãos. Presente nesse complexo emaranhado da oposição, a DC buscava reorganizar sua base de maneira a não se confundir com a esquerda e a liderar a reconstrução do sistema político-partidário com seu próprio projeto, não aceitando as propostas por unidade política advindas da esquerda chilena, ainda que se abrindo a acordos específicos e pontuais, e hegemonizando o processo de democratização (Yocelzky, 2002). Tudo isso no início da década de 1980, configurando-se movimentos iniciais de posições políticas que adquiriram dinâmica ainda mais aguda a partir das *Protestas Nacionales* de 1983.

Uma questão de fundo, constatada pelo editorial *Pensar el futuro*, com vistas a recuperar a atuação dos partidos e sair da crise em que se encontravam, dizia respeito ao reencantamento da política para os chilenos: “Se ha insistido con acierto en que los partidos deben comprender que su objetivo prioritario es enfrentar politicamente a la dictadura. Para ello, sin

embargo, hay un paso previo: reconquistar la legitimidad de la política en el país”. Não se tratava de negar o papel fundamental que cabia aos partidos políticos no processo de democratização do Chile. Nenhum movimento social, acrescentava a revista, por mais pujante que fosse, poderia aspirar a disputa do poder estatal sem se expressar politicamente por meio dos partidos (Editorial, n. 72-73, 1981). Todavia, era necessário que as estruturas e diretrizes partidárias se transformassem, de maneira a se aproximarem das lutas populares emergentes, argumento que compunha o conjunto de proposições dos setores ligados à renovação da esquerda socialista.

Com base nisso, os problemas que se colocavam para *Chile-América* eram os seguintes: “Cómo hacer que el cuadro político chileno exprese cabalmente el movimiento social de resistencia a la dictadura en toda su riqueza y diversidad ideológica y política? Cómo refundar la política en Chile?”. A resposta estava, ao menos como ponto de partida, no reencontro com o Chile real, com o presente, com os trabalhadores, os estudantes, os comerciantes, as mulheres, os intelectuais, os empresários, os camponeses, e não com abstratos setores e classes sociais concebidos a partir de teorias rígidas (como a leninista) e não contingentes. Que os partidos recorressem às aspirações populares, que fossem capazes de apreender o sentido comum predominante e, portanto, que não buscassem o caminho mais curto, que coubesse em determinado esquema ideológico ou programa político. Não obstante as limitações da ilegalidade da militância de esquerda e do exílio, o importante para os partidos era manter a capacidade de se agregar social e politicamente por meio de novas formas de luta. Não era questão de renunciar à identidade socialista, comunista, democrata-cristã, radical, liberal, mapucista, mas como sê-los defendendo ideias, métodos e valores condizentes com o Chile que se apresentava naquele momento (Editorial, n. 72-73, 1981).

Claramente se percebe, como argumento em *Chile-América*, apologia por uma profunda reinterpretação sobre os partidos, tendo em vista a necessária aproximação com as novas demandas populares e, assim sendo, o distanciamento das fórmulas teóricas sectárias, insuficientes para compreender o processo em curso no Chile. Nesse sentido, a revista

reverberava, como temos dito, o processo de renovação socialista em franca discussão naquele momento.

Partia-se, em *Chile-América*, de um pressuposto amplo que consistia em reconhecer todo o campo democrático, uma área de consenso – inclusive com uma direita não autoritária e não conservadora –, em que seria possível dialogar e construir algum sentido unitário democratizador. Derrotar a ditadura era a tarefa de toda a oposição, o nível mais basilar e comum, o ponto de partida para a democratização. Os partidos, de modo a pôr em jogo bases possíveis de uma concertação, deveriam “proponer una política unitaria de democratización de la sociedad y excluir cualquier acción violenta o de venganza, exigiendo sólo el castigo por parte de la justicia de aquellos que han incurrido en crímenes graves contra las personas” (Editorial, n. 50-51, 1979, p. 9).

Defendendo o lado político no qual se situava nessa conjuntura, *Chile-América* logo interpretou, de modo mais preciso, que o equilíbrio entre o movimento democrático e a construção do futuro Estado passaria pela articulação entre a DC e a Convergência Socialista, e, com isso, conjugar-se-iam os partidos e os valores de uma cultura política em transformação, na qual se imiscuíam sensibilidades democráticas, socialistas e cristãs/humanistas. Indicava-se, portanto, o sentido a ser seguido pela esquerda, e a renovação, tantas vezes evocada por *Chile-América*, era, precisamente, a linguagem utilizada para preconizar o socialismo renovado.

Contrapunha-se, nesse processo, às teses leninistas, bem como à estratégia insurreccional que ganhava força no interior do PC, concebida teoricamente via *Política de Rebelión Popular de Masas* (PRPM) desde fins de 1981 e consumada militarmente com a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR).⁴ *Chile-América* e a renovação do socialismo também se opunham ao PS-Almeyda e ao MIR, que conformavam bloco com o PC, a partir de leituras táticas e estratégicas similares no enfrentamento à ditadura, baseadas em uma matriz teórica marxista-leninista e de carácter insurreccional.

4. O ano de 1982 foi o de instalação da nova política comunista, a PRPM, elemento estratégico que abarcava ações político-militares para enfrentar a ditadura. Ver Álvarez Vallejos (2008).

Melhor especificando e reforçando seu lado nesse debate, *Chile-América* defendeu que “sin restar el concurso de nadie a la reconstrucción democrática, dada la configuración social y política del país, el eje más viable del proceso pareciera ser de centro-izquierda” (Editorial, n. 86-87, 1983, p. 7). Não haveria transição sem se construir alternativa política bem definida, asseverava a revista.

Com o retorno daqueles que foram seus fundadores e diretores em momentos distintos, Silva Solar, por maior tempo, e depois Viera-Gallo, *Chile-América*, como revista do exílio, encerrou sua publicação com a edição 88-89, correspondente ao período de julho a outubro de 1983. Cumpriu seu papel fundamental no exílio, tendo sido o principal impresso periódico de debate político plural no campo progressista e de denúncia da violação de direitos humanos cometida pela ditadura de Augusto Pinochet.

Ainda que a intenção dos dois principais editores da revista, Silva Solar e Viera-Gallo, tenha sido a de publicá-la em Santiago, imperaram as condições de censura, impedindo sua continuidade no Chile. Também foram empecilhos determinantes as dificuldades financeiras, reveladas pelo *Consejo de Chile-América* aos leitores:

Con este número Chile-América cesa su publicación. Esta decisión se ha adoptado muy a nuestro pesar. Durante casi 10 años realizamos una empresa que parecía imposible: entregar ininterrumpidamente la revista superando complejos problemas derivados de la permanente exigüedad de los medios disponibles. Lo logramos gracias a la generosa contribución de nuestros donantes y al apoyo de nuestros suscriptores. Ese flujo de recursos no ha sido posible mantenerlo, y ahora nos vemos forzados a cerrar esta etapa. (Consejo de *Chile-América*, n. 88-89, 1983, p. 2)

Embora com a contribuição de diversos atores da luta pela democracia no Chile, revelando-se uma revista plural e rica em informações e denúncias, optamos por destacar neste texto as posições oficiais da revista, por meio de seus editoriais e/ou particularmente por meio de seus editores, sua intervenção analítica a respeito da resistência e da reorganização do campo político democrático. As posições da revista e sua atuação em redes próximas a setores da esquerda socialista pela renovação terminaram por lançar um

germe daquilo que, anos depois, ao final da década de 1980, culminaria na *Concertación de Partidos por la Democracia*, coalizão responsável por liderar o retorno à democracia chilena, consumada a partir de 1990. A trajetória de Chile-América no exílio, portanto, como buscamos apontar, atesta sua importância histórica, sua contribuição relevante para o debate político-intelectual chileno, em um momento chave e embrionário que se direcionava para a reconstrução democrática que ocorreria no país com a Concertación.

Referências documentais

BARAHONA, Wilfredo. “Chile: la convergencia socialista”, *Convergencia. Revista del socialismo chileno y latinoamericano*, n. 1, p. 32-34, 1981.
CHILE-AMÉRICA. Edições da revista de 1974 a 1983.

Entrevista

José Antonio Viera-Gallo. Entrevista concedida ao autor no dia 18 de outubro de 2018.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. ‘Aún tenemos patria, ciudadanos’: el partido comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988). In: VALDIVIA, Verónica; ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando *et al.* (org.). *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM Ediciones, 2008, p. 19-82.
ÁLVAREZ VALLEJOS, Rolando. *Desde las sombras: una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.
BEIGEL, Fernanda. “Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana”, *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Maracaibo, año 8, n. 20, p. 105-115, marzo 2003.

BORRAT, Héctor. “El periódico, actor del sistema político”, *Análisis* 12, p. 67-80, 1989.

JENSEN, Silvina. “Sobre La política del destierro y el exilio en América Latina de Mario Sznadger y Luis Roniger: hacia el enfoque sociopolítico, macro-histórico y teórico-analítico del problema”, *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, n. 8, p. 13-20, 2015.

MOYANO BARAHONA, Cristina. *El MAPU durante la dictadura: saberes y prácticas políticas para una microhistoria de la renovación socialista en Chile (1973-1989)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2010.

SAGREDO MAZUELA, Omar Luis. “Redes transnacionales de defensa de los derechos humanos durante la primera fase de la dictadura chilena (1973-1976): formación y estrategias”, *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, v. 4, n. 7, p. 32-49, marzo 2017.

SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”, *América, Cahiers du CRICAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10, p. 9-15, 1992.

SILVA SOLAR, Julio. Revista *Chile-América*. Disponível em: <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

SLATMAN, Melisa. Evolución de los métodos de ataque contra dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor. In: LASTRA, Soledad (comp.). *Exílios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 65-79.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

WINKELER, Lodewijk. “Más allá del concilio. El catolicismo holandés, un laboratorio de renovación eclesial (1960-1975)”, *Anuario de historia de la Iglesia*, v. 27, p. 45-64, 2018.

YOCELEVZKY, Ricardo. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.

Exílio, anticomunismo e oposição ao regime revolucionário cubano em Mariel – Revista de Literatura y Arte (1983-1985)

Caroline Drummond

No final de março de 1980, seis cubanos roubaram um ônibus e derrubaram os portões da embaixada peruana em Havana. Os guardas cubanos responsáveis pela segurança do local atiraram no veículo, ainda que os passageiros não estivessem armados. No meio do fogo cruzado, um dos guardas foi atingido e morto. O embaixador peruano se recusou a entregar os passageiros do ônibus para acusação criminal. Em 4 de abril, Fidel Castro retirou todos os guardas da embaixada e anunciou que seu governo “não arriscaria mais a vida de seus soldados para proteger criminosos”. Em 48 horas, aproximadamente 10.800 homens, mulheres e crianças se refugiaram na embaixada peruana. Em 20 de abril, o governo revolucionário anunciou que permitiria que todos os cubanos que desejassem saíssem da ilha, e estabeleceu que o porto de Mariel seria o local para receber as embarcações vindas dos Estados Unidos (García, 1996). Até setembro de 1980, mais de 100.000 pessoas deixaram Cuba durante o exílio massivo de Mariel¹, que funcionou como válvula de escape para os insatisfeitos com o regime.

1. Sobre o exílio massivo de Mariel, ver: Cabrera e Marques (2009); Capó Jr. (2010); Marques (2012) e Pedraza-Bailey (1985).

Entre os 125.000 dissidentes que saíram da ilha pela ponte marítima Mariel-Key West, havia vários escritores e artistas que se conheciam desde Cuba. A tentativa de expressarem suas ideias no exílio e de se organizarem como grupo levou à colaboração em projetos editoriais já existentes e, a partir de 1982, à criação de novas revistas em diferentes cidades dos Estados Unidos. Buscava-se, assim, espaços próprios para a difusão de ideias, de posicionamentos políticos, de obras literárias e da cultura cubana. O escritor Reinaldo García Ramos (2003) afirmou em suas memórias que a necessidade de espaços para a livre expressão de ideias já existia em Cuba e reapareceu com novo vigor a partir das circunstâncias do exílio.

Foram criadas, dessa forma, as revistas *Linden Lane Magazine*, em New Jersey, *Mariel*, na Flórida, *La Oveja Negra*, na Califórnia, *Término*, em Ohio, e *Unveiling Cuba*, em Nova York. Os novos projetos constituíam, em sua maioria, formas de oposição ao passado de repressão e de combate ao regime socialista de Cuba. Essas revistas mantiveram um vínculo estreito entre si, intercambiavam artigos e divulgavam umas às outras. Reinaldo Arenas, por exemplo, foi diretor de *Mariel* e integrou o Conselho de Editores de *Unveiling Cuba* e *Linden Lane* – dessa última até 1983, quando divergências internas com Belkis Cuza Malé o afastaram da publicação.

Apesar das dificuldades inerentes à consecução de projetos editoriais coletivos, a proliferação de revistas após o exílio massivo de Mariel fez com que alguns escritores ventilassem a ideia de união entre os editores. O objetivo era analisar questões de interesse comum acerca da produção intelectual e da liberdade de criação, bem como o fortalecimento da oposição política ao regime revolucionário cubano, como indica correspondência do escritor Enrique Guillermo Morató a Reinaldo García Ramos, em 1984:

Yo creo que sería altamente positivo para nosotros, editores de revistas, producir una reunión en la que se analizarían una serie de cuestiones que nos interesan y posteriormente, a la terminación de dicha reunión, publicar un manifiesto o comunicado donde se abordarían fenómenos como estos: la libertad del intelectual o del creador en las sociedades contemporáneas, la represión en los países totalitarios, la necesidad de la acción común ante la represión, etc. En fin, en dicho manifiesto

se plantearían nuestras concepciones acerca de los fenómenos más negativos que tocan hoy día a casi todos los seres humanos. Este documento sería publicado por todas las revistas o periódicos que participen en la reunión. Creo que a nosotros nos daría una mayor fuerza en la cruzada emprendida porque el ser humano sea tratado como tal. Varias publicaciones: *Guángara*, *Mariel*, *Unveiling Cuba*, *Término*, *Linden Lane* y otras podrían participar en el proyecto. Creo que, a pesar de que puede haber diferencias sustanciales entre cada una de ellas, el resultado final podría ser aceptable, firmable y publicable para todas. (Morató, 1984)

Ainda que a ideia de articulação proposta por Morató não tenha se concretizado, as publicações mantiveram contatos estreitos. *Mariel*, *Término* e *Unveiling Cuba* possuíam vínculos ainda mais próximos, pois tinham a aspiração comum de desempenhar um papel na “luta antitotalitária”. Apesar da proximidade entre essas três revistas, o editorialismo programático² de *Mariel*, focado na reconstrução do significado político e social do exílio massivo de Mariel, e a figura de Reinaldo Arenas, então já reconhecido internacionalmente, foram fundamentais para que ela se estabelecesse como o mais reconhecido projeto editorial coletivo dos intelectuais marielitos no que tange à sua visibilidade como grupo, como aponta o escritor cubano Jesús J. Barquet (2005 apud Panichelli-Batalla, 2005):

La revista *Mariel* tuvo también, como propósito particular, la intención de contrarrestar la versión castrista y de cierta prensa occidental sobre la naturaleza supuestamente “antisocial” y “criminal” del éxodo del Mariel. La revista se proponía (y logró) demostrar que ese exilio incluía literatos, artistas, músicos, pintores, teatristas, profesores, editores, críticos y profesionales de todo tipo que huían de Cuba, no por sus antecedentes criminales ni por perseguir ciegamente fáciles esquemas de bienestar económico, sino por la asfixia existencial del régimen. Se trataba de creadores que sólo buscaban realizar su obra en libertad y en un espacio que consideraban más propicio para la creación.

2. Segundo Fernanda Beigel (2003), esse é um espaço de articulação entre política e literatura em revistas culturais do século XX, promovendo um editorialismo militante.

Mariel representava para esses escritores um meio no qual podiam se expressar com absoluta liberdade, em contraposição ao passado em Cuba. Como revista de cultura, um dos principais objetivos da revista foi divulgar a literatura e a arte cubanas, principalmente a produzida por marielitos, colocando-se como elo identitário entre os intelectuais dessa geração. A publicação conformou um ambiente de sociabilidade intelectual que congregou também dissidentes que deixaram a ilha nas décadas de 1960 e 1970, especialmente escritores relevantes do período republicano, como Lydia Cabrera, Carlos Montenegro, Enrique Labrador Ruiz e Gastón Baquero, e participantes do projeto editorial *El Puente*³, como Isel Rivero, Ana María Simo e o próprio Reinaldo García Ramos. Professores universitários de instituições estadunidenses, principalmente dos departamentos de língua espanhola e literatura ibero-americana, como Enrico Mario Santí e Carlos Rippoll, também compuseram a rede intelectual conformada ao redor de *Mariel*, assim como artistas plásticos e curadores de arte.

Os eixos principais do editorialismo programático da publicação foram a ressignificação do exílio massivo de *Mariel* e a divulgação das produções dos artistas marielitos; o anticomunismo e a conformação de oposição ao regime revolucionário cubano, por meio da denúncia das violações aos direitos humanos, das práticas homofóbicas e da política cultural restritiva de Cuba durante a década de 1970; e a disputa pela construção do cânone literário cubano, concebendo outra noção da cultura nacional, que possuía um caráter combativo.

O conjunto de intelectuais que deixaram a ilha em 1980 era constituído por jovens criados pela Revolução, refratários ao ideário do “homem novo”⁴,

3. *El Puente* surgiu por iniciativa do escritor José Mario, em 1961, ao buscar um espaço independente para publicações inéditas de jovens, em sua maioria, nascidos na década de 1940. Muitos dos autores da casa editorial eram negros, mulheres, homossexuais e/ou de origem social humilde, apontando para o caráter aberto e polêmico da editora, que buscava dar voz a setores tradicionalmente esquecidos da população cubana. *El Puente* funcionou de maneira independente das casas editoriais estatais controladas por funcionários do governo cubano até 1965, quando foi fechada por decisão do regime revolucionário (Miskulin apud Barquet, 2011). Sobre as *Ediciones El Puente*, ver: Barquet (2011) e Miskulin (2009).

4. No caso cubano, o conceito foi desenvolvido e simbolizado, principalmente, por Ernesto Che Guevara e se referia ao homem consciente que não só seria originado pela Revolução, mas que ajudaria a construir e perpetuar a nova sociedade socialista. O homem novo seria desprovido de individualismo e lutaria diariamente, mediante o trabalho e a educação,

criadores de obras consideradas marginais ou “contrarrevolucionárias” pela política cultural restritiva adotada por Cuba durante a década de 1970. Muitos dos que se identificavam como marielitos já se conheciam na ilha e frequentavam os mesmos locais, como a noite de La Rampa, a Cinemateca de La Habana e a praia de Guanabo.⁵ Salvo raras exceções, não haviam publicado nada na ilha e vários se identificavam como homossexuais. De maneira similar, Rickley Leandro Marques (2012, p. 220) defende que a “geração de Mariel” existia anteriormente ao próprio exílio massivo de Mariel, na forma de resistência, ainda que sem essa denominação e com objetivos diferentes. A relutância de seus futuros integrantes a adaptar-se ao modelo proposto pelos revolucionários cubanos e a facilidade com que se reuniram nos Estados Unidos mostrariam a existência de uma oposição interna à Revolução dentro da intelectualidade cubana, principalmente junto àqueles que foram afastados da *Unión de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC) por razões políticas ou morais. De acordo com Lilian Bertot (2000), como grupo, representavam uma rachadura na Revolução Cubana muito antes do colapso do bloco soviético, visto que seu distanciamento do que se esperava do “homem novo” idealizado pela Revolução esteve marcado pelos sentimentos de frustração, fúria, desolação e rechaço radical da realidade cubana.

Aspectos materiais e de conteúdo de Mariel – Revista de Literatura y Arte

Mariel – Revista de Literatura y Arte foi fundada em 1983, em Miami, e circulou até 1985, nos Estados Unidos, América Latina e Europa. Foram publicados 8 números de maneira regular e de acordo com uma periodicidade trimestral. Seu Conselho de Direção era composto pelos escritores Reinaldo Arenas e Reinaldo García Ramos e pelo artista plástico e escritor Juan Abreu. Já o Conselho Editorial, além dos escritores supracitados, era formado também pelos cubanos Carlos Victoria, Roberto Valero, René Cifuentes e

contra os velhos valores e condutas morais, se comprometendo integralmente com o coletivo e a nova sociedade.

5. Sobre locais de sociabilidade de jovens homossexuais na Havana da década de 1970, ver: Barquet (2025).

Luis de La Paz. As atividades administrativas ficavam a cargo da escritora Marcia Morgado, e a reconhecida antropóloga cubana Lydia Cabrera, exilada em Miami ainda nos primeiros anos da Revolução Cubana, atuou como assessora da publicação, somando significativo capital cultural à revista.

A revista era impressa em formato tabloide e em papel de jornal, que era o mais barato e o único que os editores conseguiam arcar com os custos, já que não tinham apoio institucional. Cada número possuía 32 páginas, alguns se estendendo a 40, e, mesmo se apresentando também como uma revista de arte e publicando obras de artistas plásticos cubanos, era impressa em preto e branco. Alexandra Pita González e María del Carmen Grillo (2015, p. 9) apontam que uma revista impressa em papel de jornal, além de apontar para a falta de recursos, comunica algo a respeito de como esta se concebe em termos de duração, dando-lhe um certo “carácter ancilar o de servicio”. No mesmo sentido, o formato tabloide da revista diz respeito não só aos aspectos financeiros do projeto editorial, como também comunica sobre a intenção dos diretores de causar controvérsia.

De acordo com o arquivo da revista, as duas maiores contribuições institucionais destinadas à *Mariel* foram realizadas pela *Cuban American National Foundation (CANF)*,⁶ no valor de US\$100,00 cada – quantia bastante modesta para as dimensões da instituição, mas muito acima da média (US\$37,00) das contribuições normalmente recebidas pela publicação. Ressaltamos, entretanto, que o arquivo de *Mariel*, doado por Reinaldo García Ramos para a *Cuban Heritage Collection* da *University of Miami*, não pode ser compreendido como um *corpus* documental neutro. É necessário, portanto, ter em mente que provavelmente almejava-se construir uma imagem positiva da trajetória da publicação a partir dos documentos preservados.

O preço da revista ficava acima da média das outras publicações realizadas por marielitos na época. As assinaturas anuais de *Unveiling Cuba*,

6. Um dos grupos mais efetivos de lobbying em Washington, pressionando o Congresso em assuntos cubanos. Foi fundado em 1981, por exilados cubanos da classe média alta, entre eles, Jorge Mas Canosa, reconhecido líder da comunidade cubana conservadora de Miami. Sua formação foi estimulada pela administração Reagan. Sua atuação foi fundamental para que o Congresso norte-americano aprovasse e mantivesse legislações que endureciam o embargo econômico e as relações exteriores com Cuba. Fortemente anticomunista, declara-se “a favor da liberdade, da democracia e dos direitos humanos”.

dirigida por Ismael Lorenzo, e de *Término*, dirigida por Roberto Madrigal e Manuel Ballagas, ambas de periodicidade também trimestral, custavam US\$6,00 (US\$8,00 para assinantes de fora dos EUA). Em compensação, se comparada a outras revistas literárias, como *Linden Lane Magazine*, dirigida por Heberto Padilla e Belkis Cuza Malé, *Mariel* ficava na mesma faixa de preço.⁷ Compreendemos, assim, que a figura de Reinaldo Arenas na direção de *Mariel* foi fundamental para a precificação da revista, dado seu reconhecimento internacional.

Dentre as instituições que assinavam a revista, encontravam-se, majoritariamente, bibliotecas universitárias e municipais, com exceção da *Radio Martí*⁸ e da *Ibero American Chamber of Commerce*⁹. No início de 1985, a revista possuía entre 400 e 600 assinantes, nos Estados Unidos e na Europa, em sua maioria acadêmicos e exilados cubanos. Além do sistema de assinaturas, sua distribuição era realizada em bibliotecas, livrarias, centros culturais, universidades e por meio de *mailing lists*. A *mailing list*, que entendemos como o público leitor desejado pela revista, visto que a publicação era enviada diretamente pela administração da revista a esses indivíduos, sem custo para os destinatários, era composta por professores universitários de espanhol e literatura latino-americana de instituições estadunidenses e latino-americanas, incluindo o argentino Jorge Schwartz; editores; organizações de direitos humanos, de exilados e de ex-presos políticos cubanos; instituições do governo norte-americano, como o Departamento de Estado e as Forças Armadas; arquidioceses; associação de

7. A assinatura anual de *Linden Lane Magazine*, assim como a de *Mariel*, era de US\$10,00 nos EUA e US\$20,00 no exterior.

8. Estação de rádio com base em Miami, fundada em 1983 e financiada pelo governo dos Estados Unidos por meio da Broadcasting Board of Governors (BBG), agência independente do governo norte-americano que visava “oferecer um meio alternativo de informações à população cubana” e “apoiar a liberdade e a democracia”. O projeto de lei foi aprovado no Congresso norte-americano com o apoio da administração Reagan, da *Cuban American National Foundation* e de seu fundador Jorge Mas Canosa, nomeado por Reagan como membro da Comissão de Transmissão para Cuba. A estação adentrava o espaço rádio eletrônico de Cuba e veiculava mensagens contra o governo da ilha. Em março de 2025, a *Radio Martí* foi desmantelada em meio a cortes do governo Donald Trump.

9. Estabelecida em 1976, buscava unir, representar, facilitar, aconselhar e assistir a constituição e o desenvolvimento de empresas e negócios integrados pela América Latina e a Península Ibérica. Atualmente denominada *The Greater Washington Hispanic Chamber of Commerce*.

advogados cubanos; organizações de militância política anticastrista e grupos de *lobbying*, como a *Cuban American National Foundation (CANF)* e a *Cuba Independiente y Democrática*¹⁰ (*CID*); bibliotecas; periódicos; intelectuais cubanos exilados na Espanha; e intelectuais latino-americanos, como o mexicano Octavio Paz e o chileno Jorge Edwards.

Entre 1984 e 1985, a Internacional Democrata Cristã (CDI) financiou 250 assinaturas de um ano da revista para a Bélgica, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Espanha, Peru, Argentina, Venezuela, Uruguai e Chile.¹¹ A maioria dessas assinaturas foi destinada a periódicos, senadores e deputados espanhóis de localizações variadas no espectro político – do Partido Socialista Operário Espanhol à Alianza Popular. Alguns poucos deputados argentinos e brasileiros receberam a revista por meio da CDI, dos partidos Justicialista e MDB, respectivamente.

Quanto aos aspectos de conteúdo, a revista era dividida em cinco seções principais: uma sem título, que reunia contos, poemas e trechos de romances de escritores marielitos; *Confluencias*, na qual republicou-se obras de escritores cubanos de gerações anteriores que os editores consideravam que haviam sido silenciadas ou deturpadas pelo regime da ilha, sendo eles José Lezama Lima, Virgílio Piñera, Enrique Labrador Ruiz, Carlos Montenegro, José Manuel Poveda, Gastón Baquero, José Martí e outros poetas majoritariamente dos movimentos romântico e modernista do século XIX; *Experiencias*, que reunia crônicas, memórias e materiais autobiográficos que revelassem “hechos notables de la vida diaria cubana o de cubanos en cualquier época, pero preferiblemente vivencias sufridas bajo la dominación de Fidel Castro o experiencias que esclarezcan la evolución

10. Fundada em 1980, na Venezuela, com o apoio de socialdemocratas e democrata-cristãos, e sediada em Miami. O cargo de secretário geral era ocupado, então, por Huber Matos, ex-comandante do Exército Rebelde condenado por traição em tribunal revolucionário após desavenças ideológicas, que cumpriu 20 anos de prisão em Cuba e tornou-se destacado líder da oposição anticastrista em Miami. CID luta até hoje pelo estabelecimento da “liberdade, democracia, soberania e dignidade humana” na ilha. Huber Matos foi acusado pela televisão cubana de planejar um atentado terrorista contra Fidel Castro em 1981. Mantinha relações de amizade com escritores de *Mariel*, como Roberto Valero. Sobre Huber Matos e os tribunais revolucionários, ver: Prado (2018).

11. CHC5170 Mariel (Revista Papers). Box 1. Folder 4. Mailing list. Cuban Heritage Collection. University of Miami.

de nuestra cultura”; *Urgencias*, que publicava “comentários, críticas, ironias o cóleras que los acontecimientos más recientes y heterodoxos despierten en nuestros editores”, normalmente relacionados ao governo cubano e ao meio intelectual cubano e estadunidense; e *Libros*, constituída por resenhas e críticas de livros e exposições relacionadas à cultura cubana no exílio.

As críticas ao regime revolucionário cubano em Mariel

Segundo Arturo Arango (2007), Ambrosio Fornet (2007), Emilio J. Gallardo Saborido (2013), Fernando Martínez Heredia (2007) e Silvia Miskulin (2009), a década de 1970 em Cuba foi uma etapa de profunda dogmatização ideológica, endurecimento e fechamento do campo cultural, acentuando-se o controle estatal sobre o meio intelectual. A existência de uma arte não comprometida politicamente e caracterizada por um discurso analítico e crítico sobre a sociedade cubana foi descartada pela política cultural, valorizando-se produções próximas ao realismo socialista. O Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, realizado em 1971, foi um marco no estabelecimento da ideia de uma “unidade monolítica”, contrária a uma unidade abarcadora da pluralidade de tendências e opiniões que conviviam no interior da Revolução. Determinou-se que a arte e a literatura deveriam exercer um papel educativo em relação às massas, ajudando a eliminar os resquícios da sociedade capitalista, em detrimento da análise crítica da realidade.

Em fins da década de 1960, o regime cubano já dava sinais de que haveria um período de acirramento das relações entre o governo e a intelectualidade da ilha. As contradições e as disputas existentes no interior da cultura cubana exacerbaram-se com a premiação de *Fuera del juego*, de Heberto Padilla, e *Los siete contra Tebas*, de Antón Arrufat, no IV Concurso Literario de la Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba (UNEAC). Em reunião de outubro de 1968, entre o comitê de diretores da UNEAC e os jurados estrangeiros e cubanos da premiação, determinou-se que as obras premiadas seriam publicadas, porém em ambas as edições seriam veiculadas uma nota da União de Escritores expressando seu desacordo com a decisão dos jurados, visto que as obras foram consideradas ideologicamente contrárias à Revolução (Fornet, 2007).

Fuera del juego foi caracterizada como “crítico”, “anti-histórica” e defensora do individualismo, em detrimento das necessidades sociais e coletivas (Arango, 2007). Padilla simbolizava um conjunto de escritores cujas obras e posições pessoais contradiziam os parâmetros que alguns setores que operavam na política cultural cubana queriam impor como modelo de intelectual revolucionário. A UNEAC considerava que correntes de ideias, posições e atitudes que se nutriam da sociedade abolida pela Revolução estavam crescendo, surgindo um clima de “liberalismo sin orillas” (Declaración, 1968). Por sua postura crítica perante os códigos de conduta e o processo revolucionário, os escritos de Padilla obtiveram ressonância em parte da juventude (Marques, 2012). De acordo com Reinaldo Arenas, “Padilla era então considerado como o ‘herói’ da nossa geração” (Arenas, 2009, p. 162).

Em março de 1971, Heberto Padilla foi preso com sua esposa, a escritora Belkis Cuza Malé, sob acusações de atividades contrarrevolucionárias. Após passar um mês incomunicável e perante a insatisfação da intelectualidade internacional com os rumos da Revolução, a UNEAC preparou uma cerimônia na qual o escritor fazia uma autocrítica pública por *Fuera del juego* e por sua “ingratidão” com a Revolução. O escritor também acusava e delatava outros intelectuais por suas atitudes “injustas” e “derrotistas” perante a Revolução, como José Lezama Lima, Norberto Fuentes, César Lopes e Manuel Díaz Martínez (Padilla, 1971). Alguns escritores nunca o perdoaram pela autocrítica e passaram a considerá-lo um traidor, como foi o caso de Juan Abreu (1998).

O “caso Padilla” representou uma mudança significativa nas relações do regime revolucionário com a intelectualidade, e foi lembrado com indignação por Reinaldo García Ramos (1983, p. 28) no exílio:

Desde las *Palabras a los intelectuales* y la clausura de *Lunes de Revolución*, se hace un recuento bastante ilustrativo de los altibajos en la correlación gobierno-intelectuales, hasta desembocar en el caso de Padilla, que es el momento en que el aparato dictatorial les pierde por completo el respeto a los escritores para siempre.

A criação do Ministerio da Cultura em 1976, à cargo de Amando Hart, iniciou um lento processo de maior diálogo com os artistas e reaceitação do debate de ideias divergentes dentro da Revolução, porém em um clima de desconfiança e ressentimento (Arango, 2007). Como demonstra o posicionamento de García Ramos, para muitos escritores, o “caso Padilla” marcou o rompimento com a Revolução.

Percebe-se, assim, o processo de endurecimento no meio cultural, que foi intensificado pela organização do Primeiro Congresso de Educação e Cultura, em 1971. A discussão de temas relativos à cultura ocorreu em reação às Primeira e Segunda *Carta de los intelectuales europeos y latinoamericanos a Fidel Castro*, que marcaram a ruptura de muitos intelectuais estrangeiros com o regime cubano, como foi o caso de Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Ítalo Calvino, Marguerite Duras, Juan Goytisolo, Octavio Paz, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa, Susan Sontag, entre muitos outros. O Congresso representou um marco para a definição da política cultural cubana da década de 1970 e para a aproximação do regime a linhas de pensamento predominantes na União Soviética. Considerava-se que os dois setores mais propícios a cometer atos de “diversionismo ideológico” eram os jovens e os intelectuais.

Na *Declaración del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura* (1971), determinou-se que “los medios culturales no pueden servir de marco a la proliferación de falsos intelectuales que pretenden convertir el esnobismo, la extravagancia, el homosexualismo y demás aberraciones sociales en expresión del arte revolucionario” e que “la selección de los trabajadores de las instituciones supraestructurales, tales como universidades, medios masivos de comunicación, instituciones literarias y artísticas, etc., se tomen en cuenta sus condiciones políticas e ideológicas”.

O Congresso fixou um conjunto de deveres para a arte e a literatura, limitando suas funções ao uso político e educativo. A arte foi considerada “uma arma da Revolução” e um “instrumento contra a penetração do inimigo”. A produção cultural devia ser um meio para “la formación de la juventud dentro de la moral revolucionaria, que excluye el egoísmo y las aberraciones típicas de la cultura burguesa”, contribuindo para a luta dos

povos pela libertação nacional, para a construção do socialismo e de uma consciência coletivista. Negou-se, ainda, a função dos intelectuais como consciência crítica da sociedade, visto que esta seria exercida pela classe trabalhadora, preparada por sua experiência histórica para julgar os atos da Revolução com mais lucidez que os outros setores (Declaración, 1971).

Decidiu-se pelo afastamento de homossexuais de cargos educacionais ou culturais nos quais pudessem exercer influência sobre a juventude. A homossexualidade foi abordada a partir de uma linguagem médica, e considerou-se que possuía caráter “antissocial” e “patológico”, de modo que não deveria ser admitida. O comportamento da juventude foi alvo de normatização, visando eliminar manifestações de “extravagância”, “exibicionismo” e “aberrações” que se contrapunham à “unidade ideológica do povo cubano” e revelavam “assimilações acríticas de atitudes de grupos estrangeiros”. Deliberou-se, ainda, uma separação absoluta entre Igreja e Estado e entre escola e Igreja, e as religiões afro-cubanas foram criticadas por constituírem um dos elementos que levaria a juventude à delinquência juvenil (Miskulin, 2009).

As Resoluções do Congresso levaram à marginalização e ao castigo de grupos de intelectuais de tendências e manifestações artísticas diversas. Além do afastamento de cargos, diversos escritores não publicaram durante a década de 1970, e editar livros fora de Cuba podia ser considerado um ato de diversionismo ideológico (Arango, 2007). Foi um período de empobrecimento editorial e do debate de ideias, levando à denominação de *quinquenio gris*. A aproximação da política cultural cubana a linhas de pensamento predominantes na União Soviética foi acompanhada também por um aumento na subordinação ao sistema econômico dos países do leste europeu, após o ingresso da ilha no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), em 1972. O período foi marcado, ainda, pelo apoio do governo cubano à repressão soviética na Tchecoslováquia durante a Primavera de Praga, em 1968. De maneira geral, após a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967, e o fracasso da safra de dez milhões de toneladas de açúcar, em 1970, as limitações do processo revolucionário cubano começavam a ficar mais visíveis (Martínez Heredia, 2007), e o governo

cubano teve inviabilizados os seus anseios de autonomia, aproximando-se dos moldes soviéticos.

A revista *Mariel* considerava que esse foi um período fulcral no processo revolucionário cubano por exacerbar as insatisfações internas, acentuadas pela suspensão dos Voos da Liberdade¹² por Richard Nixon em 1973, o que dificultou a evasão dos descontentes. Reinaldo García Ramos (2017, p. 121) enfatizava o fechamento do regime em termos políticos e artísticos: “Durante la década de 70 habíamos sentido una asfixiante sensación de encierro y de opresión en nuestro país, no sólo en términos políticos, sino artísticos: las salidas del país estaban cerradas desde 1971 y la censura cultural había llegado a su máximo grado”. O cerceamento do meio intelectual foi decisivo para o rompimento dos escritores marielitos com o regime, mas dificilmente pode ser definido como principal motivador da saída massiva de 125.000 pessoas da ilha, em sua maioria pertencentes à classe trabalhadora e para as quais os baixos padrões de consumo e a existência de uma comunidade de cubanos já bem estabelecida nos Estados Unidos podem ter exercido maior influência.

Reinaldo García Ramos (1983, p. 28) avaliava que a mudança na política cultural e o acirramento dos aparatos de censura “estuvo determinado principalmente por la necesidad de reprimir tentativas de rebeldía expresiva, una masa de cosas por decir que necesariamente eran críticas a los errores y a la demagogia del poder”. A rebeldia intelectual e o inconformismo mencionados pelo escritor eram compreendidos pelo regime revolucionário, naquela época, como uma atitude reacionária, visto que partiria de um transplante mecânico da atitude do intelectual liberal dentro do capitalismo para uma circunstância de desenvolvimento revolucionário (Declaración, 1968).

Mariel compreendia que o “burocratismo” da arte produzida nos países socialistas e a “transformação do artista em um funcionário do sistema”, a partir de sua função orgânica, ameaçavam a “verdadeira obra de arte”, caracterizada pela livre experimentação, o desenfado, a crítica e a

12. Ponte aérea que previa dois voos por dia entre Cuba e os Estados Unidos. Em funcionamento entre 1968 e 1973, transportava entre 3.000 e 4.000 cubanos por mês (García, 1996, locais 554-567).

imaginação. A função educativa e o caráter coletivista da produção artística estabelecidos pelo governo cubano, aspectos que Fidel Castro sublinhou enfaticamente em seu discurso no encerramento do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, eram interpretados como uma propaganda superficial controlada pelo Partido Comunista de Cuba:

[...] hay una superficialidad y sabor a propaganda. Estas imágenes recuerdan un realismo socialista que posiblemente todavía esté de moda en Albania y otros dos o tres países marxistas. El arte puede salir de la cultura popular, pero no se reduce a la cultura popular y mucho menos a la versión de ésta que es aprobada por el Partido Comunista de Cuba. ¿Dónde están aquí esos elementos de la vida diaria que son el racionamiento, los comités de barrio, los presos políticos, los disidentes, los miles que se han ido, la censura? Como las fachadas de Potemkin, esta “familia” es una falsa imagen que Cuba exporta para que el mundo piense que la realidad en la isla es la de un paraíso terrestre en donde hay flores, café y retratos de Fidel en cada sala. (Blanc, 1984, p. 33)

Ainda que o realismo socialista tenha sido fortemente defendido como proposta estética em Cuba na década de 1970, pautando-se que o foco das obras de arte deveria estar em questões de interesse geral, nesse período também foram publicadas e gestadas obras como *Concierto Barroco*, de Alejo Carpentier, e *El pan dormido*, de José Soler Puig (Fornet, 2007).

A revista *Mariel* descreveu um clima ditatorial de “asfixia existencial”, “silenciamento”, “dogmatismo”, “controle estatal”, “vigilância”, “repressão” e “burocratização cultural” que levou muitos jovens e intelectuais à desilusão e ao rechaço do processo revolucionário cubano. Assim como grande parte da comunidade cubana exilada da época, defendia-se que um aparato “totalitário” havia sido institucionalizado na ilha na década de 1970, nos moldes soviéticos, por meio da promulgação de códigos e leis antidemocráticas, da disposição de parâmetros repressivos ao meio intelectual, da repressão a determinados grupos sociais, como homossexuais, testemunhas de Jeová e adeptos das religiões afro-cubanas, e do controle da vida privada dos cidadãos a partir das associações de massa.

O estabelecimento de relações de continuidade entre a administração colonial espanhola nas Américas e o regime revolucionário cubano também foi frequente na revista, especialmente no que tange à centralização da economia na monocultura açucareira, à supressão de liberdades individuais e de pensamento, e à presença de um líder de personalidade carismática e associado a forças militares, remetendo ao caudilho. A fragilidade da democracia e a recorrência de regimes ditatoriais foram entendidas como uma tradição cubana e latino-americana. O paralelo com a situação colonial foi realizado, ainda, por meio da crítica à dependência econômica da ilha em relação aos países da COMECON e à influência cultural soviética em Cuba. A economia cubana foi fortemente criticada como geradora de “miséria física”, e ressaltava-se o racionamento de alimentos e bens de consumo e as longas filas de espera. O jornalista e integrante do Movimento Revolucionário 26 de Julho Carlos Franqui, socialista, anticomunista e crítico da aproximação entre o M-26-7 e o PSP desde o início da década de 1960, que também foi para o exílio, defendeu nas páginas da revista que:

Del matrimonio entre el militarismo caudillista y monocultor latinoamericano y el modelo soviético, de partido-estado-patron propietario de hombres, vidas, riquezas, leyes, cultura, ha nacido el monstruo castrista. Cuba, la más fiel de las provincias soviéticas, es una factoría de azúcar; gigantesco latifundio estatal, dependientes de la URS. (Franqui, 1983, p. 24)

A economia cubana passou por fases distintas em relação à produção do açúcar ao longo do período revolucionário. Inicialmente, o predomínio das ideias nacionalistas levou a projetos de crescimento industrial e diversificação da economia, com a diminuição dos investimentos na produção açucareira, o que provocou efeitos negativos. A meta de 10 milhões de toneladas de açúcar para a safra de 1970, que visava recursos para aquecimento de outras áreas da economia, não se concretizou e desorganizou outras atividades econômicas. Amparada pelos financiamentos soviéticos e pela entrada no COMECON, em 1972, Cuba terminou por exercer o papel de país agroexportador do bloco socialista e planejou sua economia nos moldes soviéticos, com amplo suporte de técnicos russos (Touraine, 1989).

Na década de 1980, Cuba produzia mais de 7 milhões de toneladas de açúcar por ano, das quais a União Soviética comprava mais de 4 milhões a preços superfaturados. Ainda assim, a ilha passava por dificuldades econômicas, em cenário de alta de juros e queda do preço do açúcar. Em 1982 e 1983, as dívidas somavam US\$2 bilhões de dólares, que cresciam com a crise da década, o que levou, no mesmo ano, à intensificação da política de contrato de *joint ventures* com empresas estrangeiras, incentivada desde 1977. Assim, iniciava-se um período de gradativas transformações no sistema econômico da ilha, com a elaboração de um código de investimentos que concedia aos capitais estrangeiros isenção de impostos sobre o uso da terra e materiais importados, repatriação dos lucros e possibilidade de compra de até 49% das empresas locais (Almendra, 1998).

Mariel, ao enfatizar a dependência econômica cubana tanto da economia açucareira como da URSS, questionava a retórica revolucionária de que a vitória do Movimento 26 de Julho seria uma continuação das lutas de independência do século XIX, embasadas no anticolonialismo, no anseio de soberania nacional e no anti-imperialismo. Apesar das dificuldades econômicas da ilha, a taxa anual de crescimento econômico entre 1970 e 1988 foi de 4,1%, com um aumento significativo no começo da década de 1980. O número comparável para a América Latina foi de 1,2%. O estabelecimento de relações comerciais de inegável dependência com o leste europeu proveu fundos, e houve aumento do padrão de vida e uma disponibilidade mais generalizada de bens de consumo (Gott, 2006).

Abrindo o país ao capital estrangeiro ou retornando à monocultura, o trabalho voluntário era fundamental nas plantações de cana-de-açúcar e de alimentos durante as décadas de 1970 e 1980. O governo necessitava de grandes safras para movimentar a economia e, principalmente após o embargo norte-americano, o racionamento de alimentos era constante. O voluntarismo no trabalho, defendido por Ernesto Che Guevara, constituía característica essencial do “homem novo” cubano. O trabalho voluntário se tornou um dos principais projetos da Revolução e uma forma de desenvolver a consciência revolucionária, voltada para o bem coletivo e o altruísmo em detrimento do individualismo. Essa era uma maneira de construir o socialismo por meio do aproveitamento da mão de obra

do país e do aumento da produtividade, além de servir de instrumento para a elevação da consciência dos trabalhadores e construção da nova sociedade em termos morais (Pericás, 1998). O trabalho intelectual deveria ser conciliado com o trabalho manual, e os estudantes eram incentivados a realizar trabalhos no campo.

Os textos veiculados em *Mariel* conectavam o trabalho voluntário e o modelo de “homem novo” ao sistema colonial e escravocrata, de forma que, juntamente às críticas à dependência econômica e à monocultura, conectavam o regime cubano ao atraso e à exploração. Juan Abreu, em resenha do poema *El Central*, de Reinaldo Arenas, inspirado nas experiências do escritor durante os trabalhos voluntários nas plantações de cana-de-açúcar, defendeu que a situação daqueles jovens era semelhante à dos indígenas e negros escravizados no século XIX:

El que hace tantos siglos nos acosa, el que han intentado vanamente disfrazar de mil maneras, ése, que hemos sufrido siempre inalterablemente, es el mismo horror; no hay diferencias básicas entre el que conocieron los indios cubanos, los negros esclavos y el que padecen nuestros jóvenes que marchan bajo el sol implacable voceando consignas estúpidas. No es otro, no nos dejemos engañar, ése, no es más que el mismo horror. [...] Desde los campos de Cuba, en este excelente poema, el clamor de millones de niños esclavizados acallará sus chillidos lastimosos. (Abreu, 1983, p. 24)

Ainda que seja uma analogia muito polêmica, o trabalho voluntário, além de função ideológica, desempenhava uma função econômica importante, pois seria “uma ligação concreta entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, deveria ser cumprido com prazer, e significaria uma participação consciente, voluntária dos trabalhadores, afastando-os da alienação e acelerando a transição ao socialismo” (Pericás, 1998, p. 107). A escola era um importante aparelho ideológico do Estado, e a juventude era incentivada a exercer trabalhos no campo. Foram criadas, ainda, as Escuelas Secundarias Básicas en el Campo (ESBEC), que integravam o estudo ao trabalho manual. Juntamente com as grandes conquistas da Revolução, como 98% de taxa de alfabetização e a grande permanência das crianças nas

escolas, estabeleceram-se diretrizes educacionais, como ensino obrigatório de marxismo-leninismo em todos os cursos do ensino superior (Bandeira, 1994). As diretrizes adotadas pelo sistema educacional cubano também foram duramente rechaçadas na publicação estudada.

Entretanto, se muitos aspectos da sociedade cubana da década de 1970 foram abordados pela revista, consideramos que há um silêncio significativo acerca da instituição dos Órgãos de Poder Popular. A partir da compreensão de que as exigências daquela etapa da construção do socialismo tornavam necessários ajustes nas instituições estatais, executou-se um processo de institucionalização do Estado com o auxílio de conselheiros russos, em aproximação aos modelos soviéticos. Uma nova Constituição foi redigida, e desenvolveu-se um sistema de participação popular no governo. Formou-se uma comissão para preparar a nova Constituição, a qual foi enviada para discussão pública tanto nas células do Partido quanto nas fábricas e fazendas. Ao mesmo tempo que buscava codificar a estrutura de um novo sistema legal, a Constituição detalhava novos arranjos para uma forma democrática de tomada de decisão. O Poder Popular divisava um sistema em três segmentos, de assembleias municipais, provinciais e nacional (Gott, 2006).

A Revolução partiu do princípio da necessidade imprescindível do Partido, da máxima autoridade do Partido e, ao mesmo tempo, da necessidade do Estado para levar adiante, como instrumento dos revolucionários, o processo rumo ao socialismo e ao comunismo (Documentos, [s.d]). A nova Constituição foi promulgada em 1976, quando ocorreu o primeiro encontro da Assembleia Nacional, desde então responsável pelas funções constituintes e legislativas, anteriormente exercidas pelo Conselho de Ministros.

As violações aos direitos humanos ocorridas na ilha, em contrapartida, foram amplamente denunciadas nas páginas de *Mariel*, que considerava ser essa a incumbência mais urgente de um cubano no exílio, particularmente em relação aos presos políticos: “nada puede ser más urgente para un cubano en el exilio que la denuncia de los abusos cometidos por el gobierno de Fidel Castro contra los derechos humanos, en particular en el caso de los presos políticos que permanecen en las cárceles de la isla” (Urgencias, 1984, p. 31). Reinaldo Arenas (1983, p. 21) defendia que qualquer sucesso ou mérito da Revolução perdia seu valor devido à situação dos presos políticos:

Quizás allá afuera alguien haya aprendido a leer (aunque, naturalmente, sólo podrá leer las publicaciones oficiales), quizás alguien ahora tenga un empleo que antes no tuvo (aunque, naturalmente, lo mantendrá mientras sea fiel al sistema), quizás algunos niños hayan sido vacunados contra ciertos virus (porque, naturalmente, lo que se desea es que estén aptos para servir al sistema). Pero todo eso, aún si fuese cierto, aún si fuese llevado a cabo con buenas intenciones, pierde validez y nobleza porque hay un hombre tapiado en una celda desde hace 22 años, y esa celda, esas miles de celdas, manchan y contaminan la isla, y la vida, todas las vidas, y todos los gestos patéticos o grandiosos, mínimos o espectaculares, que allí hagamos. [...] está en su celda silenciado, bien tapiado, y que a nadie se le vaya a ocurrir pensar, mucho menos preguntar, ¡cuál fue, cuál es su crimen, dónde están realmente las pruebas del supuesto delito! Afuera siguen atronando los himnos. Se habla de una libertad jamás antes conocida. Se habla de ‘un manantial de libertad donde todos los pueblos vendrán a beber’. En tanto, por todos los sitios, adentro y afuera, pasa el tiempo.

O trecho supracitado pertence a *El poema de Armando Valladares* (1983), escrito em homenagem ao escritor e publicado em *Maríel*. Valladares foi preso em 1960, acusado de compactuar com atividades terroristas na ilha, e internado na prisão Isla de Pinos. Organizações internacionais de direitos humanos informavam que seu encarceramento teria ocorrido por divergências ideológicas e religiosas com a Revolução, levando a Anistia Internacional a considerá-lo um prisioneiro de consciência. Seus poemas foram contrabandeados para fora da prisão. *From My Wheelchair*, no qual denunciava os abusos sofridos nas prisões cubanas, foi publicado em 1974 e recebeu o *Freedom Prize* do PEN Club francês. Após cumprir quase 22 anos de uma sentença de 30 anos, foi posto em liberdade em 1982, mediante intervenção do então presidente da França, François Mitterrand.

Durante seu tempo na prisão, fez greve de fome várias vezes. A mais longa durou 49 dias. Desenvolveu polineurite enquanto estava preso, o que impediu sua locomoção durante algum tempo. A Anistia Internacional recolheu informações de que, no curso de seu julgamento, não foram

apresentadas provas conclusivas para sua condenação. Um tratamento intensivo de fisioterapia na prisão o ajudou a recuperar a capacidade de caminhar. O escritor relatou que, em várias ocasiões, o tratamento médico foi suspenso devido à publicação de seus livros no exterior. Em 1983, Ronald Reagan o nomeou como Embaixador dos Estados Unidos na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A revista veiculou também informes da Anistia Internacional acerca da situação de vários presos políticos em Cuba, como o próprio Valladares e Ángel Cuadra. De acordo com *Mariel*, a organização possuía informações acerca de detenções prolongadas em condições de incomunicabilidade, falta de informações aos familiares e uso de ameaças e outros métodos intimidatórios visando à obtenção de declarações autoincriminatórias. Apesar de vários dos processos dos prisioneiros terem sido conduzidos por tribunais revolucionários no início dos anos 1960, os quais nem sempre se ajustavam às normas aceitas internacionalmente, não houve revisão dos casos (Informe, 1984).

O advogado Ángel Cuadra, também considerado preso de consciência pela Anistia Internacional, foi detido em 1967 por “atividades políticas subversivas” contra o regime e condenado a 15 anos de prisão. Em 1980, foi nomeado membro de honra do PEN Club da Suécia. Foi solto em abril de 1982, após cumprimento da pena, e estava há meses aguardando autorização para sair do país. Em 1982, a organização investigava também os casos de Juan del Río Vargas, Luis Felipe Santos e Felipe Hernández Martínez, detidos e condenados a oito anos de prisão por suas atividades religiosas como testemunhas de Jeová. De acordo com a revista, durante esse ano, a Anistia Internacional teve notícias sobre um possível aumento do número de sentenças de morte e execuções, a partir de informações fornecidas por ex-presos (Informe, 1984).

A revista publicou poemas, relatos e resenhas de obras de vários presos políticos e escritores que cumpriram pena em cárceres cubanos, como Nelson Rodríguez, Néstor Díaz de Villegas, Jorge Valls, Eduardo Lolo, Ernesto Díaz Rodríguez e Lázara Ana Rodríguez. Ernesto Díaz Rodríguez, um dos fundadores da *Alpha 66*, organização paramilitar anticastrista, foi capturado na ilha em 1968 e condenado a quinze anos de prisão por

atividades contra o regime. Em 1974, sua sentença foi aumentada para 40 anos, por um tribunal militar, devido ao seu comportamento na prisão. Conseguiu contrabandear o manuscrito de seu livro *La campana del alba* para fora do cárcere, o qual foi publicado pela *Cuban American National Foundation* (CANF), em 1985, em edição fac-símile.

A estudante de medicina Lázara Ana Rodríguez foi detida em 1961 por atividades contra o regime revolucionário. O grupo de prisioneiras que integrava ficou conhecido como *Las Plantadas*, por se recusarem a colaborar com os carcerários e realizarem greves de fome. Foi solta em 1979 e se exilou nos Estados Unidos, onde produziu testemunhos sobre suas experiências nas prisões cubanas, “infestadas por baratas e ratos”, os trabalhos agrícolas forçados e a tortura física e psicológica por meio de golpes, isolamento, quarto frio e a repetição de sons ininteligíveis. Em 1995, publicou o livro *Diary of a Survivor*.

O escritor Nelson Rodríguez, voluntário nas campanhas de alfabetização na Sierra Maestra e autor do livro de contos *El regalo* (1964), publicado pelas *Ediciones R.*, foi internado em uma Unidade Militar de Ajuda a Produção (UMAP) em 1965. Em 1971, tentou desviar um avião cubano em direção à Flórida e foi condenado à pena de morte por fuzilamento. Além da revista veicular alguns de seus contos, Reinaldo Arenas lhe rendeu uma homenagem com o poema *Si te llamas Nelson*, no qual abordou a experiência de Rodríguez nas UMAP:

Si te llamas Nelson
de la misma plaza donde gritas o te diviertes
serías conducido a un campo de trabajo forzado
te levantarías al alba y contarías las horas
sólo por la llegada del camión custodiado
que te llevará al barracón [...] (Arenas, 1984, p. 6)

Os campos de trabalho forçado, como ficaram conhecidas as Unidades Militares de Ajuda a Produção, funcionaram de 1965 a 1968. Os indivíduos considerados “desviados ideológicos e sexuais” pelo regime revolucionário – como homossexuais; católicos; *santeros*; testemunhas de Jeová; estudantes depurados da universidade; “antissociais” com antecedentes penais;

camponeses jovens que se recusavam a integrar as cooperativas; e *hippies* – eram excluídos da participação no Serviço Militar Obrigatório, instituído em 1963. Dessa maneira, eram internados em unidades de trabalho obrigatório para reeducação e desenvolvimento de disciplina por meio do trabalho agrícola. O governo não queria dar treinamento militar aos jovens considerados “desafetos ideológicos”. A proposta também pretendia influenciar no comportamento dos jovens, ao coibir a liberdade sexual e religiosa (Miskulin, 2009).

Entendemos que as UMAP são um bom exemplo do caráter produtor do poder (Foucault, 2023). Afinal, pretendia-se não só reprimir determinados comportamentos, como também produzir novas atitudes na juventude por meio do poder disciplinar. Nesse sentido, de acordo com Ambrosio Fornet (1984, p. 9 apud Sierra Madero, 2016, p. 313), as Unidades eram um tipo de “academia para producir machos”: “El afeminamiento fue percibido como un síntoma de debilidad y falta de carácter, y con una proclividad hacia a la homosexualidad, en un ruido para el ideal masculino revolucionario encarnado en el ‘hombre nuevo’” (Sierra Madero, 2016, p. 330).

O objetivo dessas Unidades era, ao mesmo tempo, econômico, repressivo e ideológico. Pretendia-se “proletarizar” os “desviados”, aproximá-los de uma nova consciência de classe mediante o trabalho agrícola (Garcés Marrero, 2019). Segundo Roberto Garcés Marrero (2019), a constante da época era homologar virilidade, trabalho operário ou camponês e Revolução. O que não era “viril”, não era revolucionário. E o revolucionário, por antonomásia, eram os camponeses e os operários; logo, a juventude deveria estar em contato direto com eles e seu trabalho.

Até então, aos olhos do regime revolucionário, a homossexualidade representava uma cultura sexual que se expressava em indivíduos hedonistas e indulgentes, associados à burguesia, ao capitalismo e ao “lumpen”, que não poderiam contribuir apropriadamente com a Revolução, visto que não representavam o “homem novo” altruísta, diligente e viril. Além disso, a “moralidade revolucionária” se apoiava em expressões da sexualidade e de gênero heteronormativas, como a masculinidade masculina (Capó Jr., 2010). Representações de gênero não normativas ameaçavam os ideais da Revolução de 1959. Os sujeitos com configurações de gênero e práticas

sexuais não normativas começaram a ser percebidos como inimigos do regime. Assim, a masculinidade, inscrita em uma lógica heteronormativa, se conectava à nova cidadania, que consistia na produção do socialismo (Sierra Madero, 2016).

Nesse sentido, a revista considerava que a homofobia em Cuba era um tema pertinente aos direitos humanos e que era necessário refletir sobre suas características sob o regime revolucionário e no seio da comunidade de exilados: “creemos que este es un modo de comenzar a ventilar entre nosotros aspectos de nuestra mentalidad y de nuestra cultura que deben evolucionar, para que nuestro inalienable mensaje político en contra del sistema castro-soviético gane en madurez y en amplitud” (Nota, 1984, p. 8). O manifesto *Fin a la persecución de homosexuales en Cuba*, veiculado na publicação, convidava a uma marcha em Nova York, em conjunto com organizações de militância gay estadunidenses, e exigia que o “preconceituoso e conservador exílio cubano” reconhecesse a luta e a perseguição dos homossexuais em Cuba. Na perspectiva desses escritores, essa seria uma pauta de direitos civis e humanos essencial para se pensar soluções e alternativas políticas para a ilha.

Mariel, assim, organizou uma seção especial (n. 5, 1984) dedicada à análise da relação dos cubanos com a homossexualidade.¹³ A revista veiculou testemunhos de homossexuais sobre a vivência no regime revolucionário cubano; uma entrevista com um militante cubano da *Gay and Lesbian Youth Alliance* – movimento criado em Miami –, na qual se abordava como era ser homossexual na comunidade latina dos Estados Unidos; e a compilação *Leyes cubanas contra el homosexualismo*. Foi o número de maior repercussão da revista, cuja administração recebeu várias correspondências a respeito da seção especial.

A publicação acusava o regime revolucionário cubano de promover a institucionalização da homofobia a partir das Resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, de 1971, e da promulgação de uma série de leis durante a década de 1970. O escritor marielito René Cifuentes (1984, p. 12) realizou a seguinte distinção do tratamento dado à homossexualidade a partir do *quinquenio gris*:

13. Discutimos a seção da revista dedicada à análise da relação de Cuba com a homossexualidade também em Drummond (2020).

Si bien nuestra tradición católica y machista nos convierte en un terreno fácil a la fertilización de actitudes antihomosexuales, nunca un presidente había tomado una actitud oficial al respecto. Así la cultura recibía, producto del machismo de sus dirigentes, su golpe de gracia. Hasta ese momento una cierta tolerancia nos había permitido publicar libros como *Paradiso* de José Lezama Lima o *Celestino antes del alba* de Reinaldo Arenas, donde el tema homosexual es tratado como una expresión más de libertad: después de 1971 se prohibirían hasta las mínimas alusiones al tema, es decir, quedaba prohibida oficialmente la homosexualidad.

Os delegados reunidos no Congresso, a partir da compreensão de que a influência de homossexuais seria danosa à Revolução, recomendaram políticas de exclusão e expurgos nos organismos culturais. A homossexualidade foi definida como uma “patologia social” e suas “manifestações” foram rechaçadas em todas as formas (Declaración, 1971). Nas resoluções finais do Congresso, afirmou-se que:

[...] não se pode permitir que por seus “méritos artísticos”, reconhecidos homossexuais influenciem a formação de nossa juventude. Como consequência, é necessário analisar como se deverá encarar a presença de homossexuais nos diversos organismos da frente cultural. Sugeriu-se o estudo de medidas que permitam o encaminhamento para outros organismos daqueles que, sendo homossexuais, não devam ter participação direta na formação de nossa juventude a partir de atividades artísticas ou culturais. Deve-se evitar que nosso país seja representado artisticamente por pessoas cuja moral não corresponda ao prestígio de nossa Revolução. (Resoluções, 1980, p. 29)

Em cumprimento da Resolución número 3 (1972) do Conselho Nacional de Cultura, que seguia as propostas homofóbicas do Congresso de 1971, vários trabalhadores da dramaturgia (diretores, atores, dramaturgos, coreógrafos, assessores), por exemplo, foram retirados de seus postos e realocados em ocupações das mais diversas. O fator sexual foi determinante

em expurgos que visavam eliminar o que se considerava um resquício do passado capitalista e fator debilitante da cultura revolucionária. As dinâmicas de exclusão e solidariedade entre os criadores afastados e as instituições e dirigentes culturais foram regidas por fatores como a existência ou não de um acúmulo de causas para a marginalização (homossexualidade, “problemas ideológicos”, defesa de tendências estéticas marginais), bem como a existência ou não de “madrinhas” ou “padrinhos” que respaldassem os escritores (Gallardo Saborido, 2013).

A veiculação na revista das leis contra a homossexualidade em vigor em Cuba na década de 1970 fomentou a crítica ao regime revolucionário cubano por ativistas do movimento gay de outros países e deu maior visibilidade às práticas homofóbicas da ilha. O antropólogo, poeta e anarquista argentino Néstor Perlongher, um dos fundadores do movimento pelos direitos dos homossexuais na Argentina e exilado no Brasil em 1982, escreveu em correspondência para a revista, em 1984, que, durante visita de Roberto Fernández Retamar a São Paulo, “fuimos un grupillo a increparle la conferencia que dio, donde dijo que el ‘gulag gay’ había sido un error de la revolución, pero le leímos las leyes publicadas en *Mariel* que la falaz dijo desconocer” (Perlongher, 1984, p. 38). Perlongher foi um dos fundadores da *Frente de Liberación Homosexual* (FLH) na Argentina durante a década de 1970. A Frente politizou a questão sexual e defendia que “machismo igual fascismo” (Reportaje, 1988).

Para alguns, a denúncia da homofobia em Cuba e a luta contra o comunismo estavam diretamente relacionadas, como indica correspondência do mexicano José Rafael Calva a Reinaldo García Ramos em 1984:

Me impresionó la calidad alta y uniforme de los textos, así como la sección sobre la homosexualidad en Cuba, fundamental, pues se denuncian objetivamente el sistema cubano, su totalitarismo y homofobia. Por cierto, yo sabía de eso, pero no más por “me dijeron”, etc. Con todo, sólo dos mexicanos hemos denunciado ese hecho, José Antonio Alcaraz y un servidor. Cuando lo mencioné en una semana de Orgullo Gay organizada por el Grupo Lambda de Liberación Homosexual, la reacción fue de sorpresa, pues estos activistas dizque

comunistas y dizque trotskistas, no lo sabían. Lo volví a decir en una entrevista que se publicó en sábado de uno más uno pero aún no me envían copia. También lo dije, por cierto, en un programa de televisión que tuvo difusión nacional en México, una entrevista de una hora sobre homosexualidad; hablé de la persecución de los homosexuales en Cuba y la URSS. Con todo, por primera vez leí documentos de primera mano sobre la persecución en Cuba en el no. 5 de Mariel y muy pronto te mandaré comprar cuatro ejemplares que enviaré a México a grupos gays y activistas. Esto es muy importante, pues la propaganda cubana tiene mucho impacto en México [...]

Parcela da esquerda mais alinhada à Revolução Cubana via as denúncias das práticas homofóbicas na ilha com desconfiança. Em 1983, Ruby Rich, cineasta norte-americana vinculada ao movimento feminista, e Lourdes Arguelles, membro do comitê de redação da revista *Areíto*¹⁴, publicaram o artigo *The Easy Convenience of Cuban Homophobia* na publicação gay *New York Native* (n. 74, 1983, p. 34). Tratava-se de um número sobre os *Gay Latin* e seus problemas específicos, no qual Reinaldo Arenas e René Cifuentes, editores de *Mariel*, publicaram artigos denunciando a discriminação sofrida pelos homossexuais sob o regime revolucionário cubano. Segundo as autoras, a geração de Mariel, composta por intelectuais de direita, estaria mobilizando a questão da homofobia cubana como munição na Guerra Fria.

Após a veiculação do artigo, a escritora Ana María Símó, exilada desde fins da década de 1960, escreveu a Reinaldo Arenas e Reinaldo García Ramos sobre a suspeita acerca das motivações políticas dos homossexuais cubanos nos meios de esquerda dos Estados Unidos e da França, e alertou sobre a

14. Revista publicada por exilados cubanos, em sua maioria estudantes de pós-graduação e professores universitários, em New Jersey, entre 1974 e 1992. Simpatizantes das ideias de esquerda, os colaboradores defenderam a Revolução Cubana, criticaram o exílio cubano conservador e tentaram forjar uma identidade cubana dentro dos Estados Unidos. Em 1978, vários dos integrantes do grupo *Areíto* contaram suas formações políticas e pessoais na antologia *Contra viento y marea*, que foi publicada e premiada pela *Casa de las Américas*. Seus posicionamentos editoriais encontraram bastante hostilidade na Flórida, inclusive no meio universitário. O conselho editorial sofreu ataques a bombas por parte de militantes extremistas da comunidade cubana de Miami. Em 1980, quando *Areíto* criticou aqueles que deixaram a ilha pela ponte marítima Mariel-Cayo Hueso, Reinaldo Arenas chamou a revista de “o órgão oficial da polícia política cubana em Nova York” (García, 1996, locais 2801-2811).

necessidade de comprovarem suas intenções em relação à pauta homossexual para ganharem aliados nos meios militantes. A escritora sugeriu que a revista abordasse a presença da homofobia na comunidade de exilados de Miami, como ocorreu no número 5 de *Mariel*:

Te escribo para decirte que me parece crucial que leamos este artículo no ya para indignarnos, como de costumbre [...] sino, por encima de eso, para algo más importante: para recoger el desafío que nos lanza: el de probar de una vez por todas que no somos una camarilla derechista manipulada por no se sabe qué poderes oscuros, cuyo único objetivo en mencionar la persecución de la homosexualidad en Cuba es utilizar eso como “munición en la guerra fría”. [...] Quizás te preguntará el por qué tenemos que probar nuestras intenciones. Quizás no compartas mi sentimiento de urgencia, de emergencia. Yo llevo 15 años en los medios militantes feministas y gay aquí y en Francia y te garantizo que la sospecha sobre nuestras motivaciones políticas y hasta humanas es enorme entre quienes deberían ser nuestros mejores aliados, y que esa sospecha en parte se ha nutrido de nuestras omisiones y silencios. (Simo, 1983)

Em *Mariel*, além de se denunciar a homofobia presente na sociedade cubana e na comunidade de exilados cubanos, veiculou-se poesias, contos, resenhas e trechos de obras produzidas por escritores homossexuais ou que haviam abordado temáticas gay ou homoeróticas, como vários dos próprios marielitos e também dos cubanos Virgilio Piñera, Severo Sarduy, José Lezama Lima, José Mario, Gaston Baquero, Isel Rivero, Lilliam Moro, Nelson Rodríguez, Juan Goytisolo, Ana María Simo, Calvert Casey, José Manuel Poveda, Carlos Montenegro, do argentino Néstor Perlongher e do mexicano José Rafael Calva. A publicação era comercializada por algumas livrarias dedicadas a autores homossexuais, e ventilou-se, a convite das editoras *Gay Books Bulletin* e *Gay Sunshine*, a possibilidade de organizar uma antologia de escritores marielitos homossexuais. Contudo, de acordo com Reinaldo García Ramos (1984), *Mariel* “não era uma revista exclusivamente gay”.

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se analisar a trajetória da revista *Mariel* no exílio, bem como suas diretrizes político-editoriais e as principais críticas tecidas ao regime revolucionário cubano em suas páginas. O exílio massivo de 1980 desafiou as retóricas oficiais do governo cubano e possibilitou a emergência de novos atores na esfera pública. *Mariel – Revista de Literatura y Arte*, a partir de ideias anticomunistas e liberais, construiu um discurso crítico ao regime cubano, caracterizando-o como monolítico, totalitário, dependente economicamente e homofóbico, e vinculando-o, frequentemente, ao sistema escravocrata e à dominação colonial. A revista confrontou as memórias oficiais da Revolução Cubana e seus esquecimentos, e deu visibilidade às perseguições aos dissidentes, às violações de direitos humanos e às prisões políticas, que eram ignoradas por muitos. O pujante caráter de denúncia da publicação visava conformar uma oposição política à Revolução a partir do exílio, por meio da intervenção na esfera pública e da deslegitimação das retóricas oficiais.

Sua concepção da identidade insular foi construída a partir de uma linguagem de sofrimento e asfixia existencial e da retomada de um passado e de uma “tradição” de opressão, violência, autoritarismo e administração colonial, em clara alusão às suas experiências na ilha e em forma de crítica à Revolução. Os escritores marielitos dialogaram com atores sociais de localizações diversas do espectro político norte-americano e latino-americano. Tratou-se de uma geração de artistas anticomunistas e liberais pragmáticos, que dialogou com parcela do movimento gay, grupos de lobbying cubanos, organizações de direitos humanos e setores conservadores norte-americanos. Pudemos perceber o caráter heterogêneo dos grupos que se reuniam sob a bandeira anticomunista e a multiplicidade de ideias e interesses abarcados por essa diretriz. Por fim, compreendemos que o tema da homossexualidade é imprescindível para a compreensão desse projeto editorial coletivo. A revista se inseriu como agente insular no movimento por direitos da comunidade homossexual e questionou as práticas homofóbicas em Cuba e na comunidade de exilados de Miami.

Referências documentais

- ABREU, Juan. “El central – una aspiración suicida”, *Mariel*, n. 1, p. 24, 1983.
- ABREU, Juan. *A la sombra del Mar: jornadas cubanas con Reinaldo Arenas*. Editorial Casiopea, 1998.
- ARENAS, Reinaldo. “El poema de Armando Valladares”, *Mariel*, n. 3, p. 21, 1983.
- ARENAS, Reinaldo. “Homenaje a Nelson Rodríguez”, *Mariel*, n. 5, p. 6, 1984.
- ARENAS, Reinaldo. *Antes que anoiteça*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2009.
- BLANC, Giulio V. “Cuba en la bienal de Venecia”, *Mariel*, n. 6, p. 33, 1984.
- CALVA, José Rafael. [Carta] 3 agosto 1984, Washington, D.C. [para] GARCÍA RAMOS, Reinaldo. Nova York. 1f. *Mariel (Revista) Papers*. Cuban Heritage Collection. University of Miami.
- CIFUENTES, René. “Los parámetros del paraíso”, *Mariel*, n. 5, p. 12, 1984.
- Declaración de la UNEAC acerca de los premios otorgados a Heberto Padilla en poesía y Antón Arrufat en teatro*, La Habana, 15 de noviembre de 1968. Disponível em: <http://rialta-ed.com/declaracion-de-la-uneac/>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- Declaración del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura* (fragmentos), 1971. Disponível em: <http://rialta-ed.com/declaracion-del-primer-congreso-nacional-de-educacion-y-cultura/>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- Documentos de Cuba: Órgãos de Poder Popular. A experiência de Matanzas*. Lisboa: Ulmeiro, [s.d].
- GARCÍA RAMOS, Reinaldo. “Los narradores perseguidos”, *Mariel*, n. 2, p. 28, 1983.
- GARCÍA RAMOS, Reinaldo. [Carta] 6 abril 1984, Nova York [para] FOSTER, Stephen, Coral Gables. 1f. *Mariel (Revista) Papers*. Cuban Heritage Collection. University of Miami.
- GARCÍA RAMOS, Reinaldo. “La gran esperanza”, *Mariel*, Edición especial de aniversario, p. 3, 2003.
- GARCÍA RAMOS, Reinaldo. *Una medida inexacta (Ensayos y comentarios)*. Madrid: Editorial Verbum, 2017.
- Informe de Amnistía Internacional sobre Cuba. *Mariel*, n. 4, p. 31, 1984.

MORATÓ, Enrique Guillermo. [Carta] 26 fev. 1984, Miami [para] GARCÍA RAMOS, Reinaldo, Nova York. 2f. Mariel (Revista) Papers. Cuban Heritage Collection. University of Miami.

Nota, *Mariel*, n. 5, p. 8, 1984.

PADILLA, Heberto. *Intervención en la Unión de Escritores y Artistas de Cuba*, 1971. Disponível em: <http://rialta-ed.com/padilla-intervencion-en-la-union-de-escritores-y-artistas-de-cuba/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PERLONGHER, Néstor. “Cartas de los lectores”, *Mariel*, n. 7, p. 38, 1984.

Reportaje a Nestor Perlongher. *Vamos a andar*, n. 11, Noviembre 1988. Disponível em: http://americalee.cedinci.org/wp-content/uploads/2018/07/VamosAAandarCHA_n11.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

Resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura de Cuba. São Paulo: Livramento, 1980.

SIMO, Ana María. [Carta] 8 out. 1983, Nova York [para] ARENAS, Reinaldo. Nova York, com cópia para GARCÍA RAMOS, Reinaldo. Nova York. 2f. Mariel (Revista) Papers. Cuban Heritage Collection. University of Miami. Urgencias, *Mariel*, n. 4, p. 31, 1984.

Bibliográficas

ALMENDRA, Carlos César. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

ARANGO, Arturo. *Con tantos palos que te dio la vida*: poesía, censura y persistencia. Conferencia leída por su autor, el 15 de mayo de 2007, en el Instituto Superior de Arte (La Habana), como parte del ciclo La política cultural del período revolucionario: Memoria y reflexión, organizado por el Centro Teórico-Cultural Criterios.

BANDEIRA, Antônio Rangel. *Sombras no paraíso*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

BARQUET, Jesús J. *Ediciones El Puente en La Habana de los años 60*. Chihuahua: Ediciones del Azar, 2011.

BARQUET, Jesús J. “Los homosexuales masculinos habaneros entre 1967 y 1980: lugares, prácticas, lenguaje y lecturas (Primera parte)”, *Árbol Invertido*, 2025. Disponible em: <https://www.arbolinvertido.com/ensayo/los-homosexuales-masculinos-habaneros-entre-1967-y-1980-lugares-practicas-lenguaje-y>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BEIGEL, Fernanda. “Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana”, *Utopía y praxis latinoamericana*, enero-marzo 2003.

BERTOT, Lillian. *La imaginación literaria de la generación del Mariel*. Miami: Fondo de Estudios Cubanos; J.M.C. Freedom Foundation, 2000.

CABRERA, Isabel Ibarra; MARQUES, Rickley Leandro. “Representações do Mariel nos textos e charges da revista *Bohemia e Revolução y Cultura* (1980)”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 8, 2009.

CAPÓ JR., Julio. “Queering Mariel: Mediating Cold War Foreign Policy and U.S. Citizenship among Cuba’s Homosexual Exile Community, 1978-1994”, *Journal of American Ethnic History*, Volume 29, Number 4, Summer 2010.

DRUMMOND, Caroline Maria Ferreira. “Revolução Cubana, literatura e homossexualidade: disputas pela memória de Virgílio Piñera em *Mariel* – *Revista de Literatura y Arte* (1983-1985)”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 29, p. 283-317, ago./dez. 2020.

FORNET, Ambrosio. *El Quinquenio Gris*: revisitando el término. Conferencia leída por su autor, el 30 de enero de 2007, en la Casa de las Américas (La Habana), como parte del ciclo La política cultural del período revolucionario: Memoria y reflexión, organizado por el Centro Teórico-Cultural Criterios.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.

GALLARDO SABORIDO, Emilio J. (Super)vivencias grises: escritores y política cultural cubana durante la década de 1970. In: CABRERA COLLAZO, Rafael Luis *et al.* (coords.). *El Caribe y sus relaciones con España: políticas y sociedades en transformación* (siglos XIX-XX). Universidad Interamericana de Puerto Rico, 2013.

GARCÉS MARRERO, Roberto. “Los primeros años de la Revolución cubana y las Unidades Militares de Ayuda a la Producción (UMAP)”, *Historia Crítica*, n. 71, 2019.

GARCÍA, María Cristina. *Havana-USA: Cuban exiles and Cuban Americans in South Florida (1959-1994)*. Berkeley: University of California Press, 1996. Edição do Kindle.

GOTT, Richard. *Cuba – Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da Revolução Cubana*. Goiânia: EDUFMA, 2012.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. *Pensamiento social y política de la Revolución*. Palabras leídas por su autor, el 3 de julio de 2007, en el Instituto Superior de Arte (La Habana), como parte del Ciclo La política cultural del período revolucionario: memoria y reflexión, organizado por el Centro Teórico-Cultural Criterios.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.

PANICHELLI-BATALLA, Stephanie. La generación del silencio (II). *Cubaencuentro*, 2005. Disponível em: <https://www.cubaencuentro.com/cuba/mariel/la-generacion-del-silencio-ii-5180>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PEDRAZA-BAILEY, Silvia. “Cuba’s Exiles: Portrait of a Refugee Migration”, *The International Migration Review*, v. 19, n. 1, p. 4-34, Spring, 1985.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Che Guevara e o Homem Novo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. “Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales”, *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, v. 5, n. 01, 2015.

PRADO, Gilliard. *A construção da memória da Revolução Cubana: a legitimação do poder nas tribunas políticas e nos tribunais revolucionários*. Curitiba: Appris, 2018.

SIERRA MADERO, Abel. “‘El trabajo os hará hombres’: masculinización nacional, trabajo forzado y control social en Cuba durante los años sesenta”, *Cuban Studies*, vl. 44, 2016.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

Debates críticos, políticas da cultura e (re)criação de tradições em Punto de Vista

Raphael Nunes Nicoletti Sebian

Na Argentina, houve, durante todo o século XX, expressiva publicação de revistas culturais e políticas, vinculadas a núcleos de intelectuais autônomos ou mesmo a instituições. As revistas, institucionalizadas ou não, comumente se converteram em *loci* de produção e de divulgação do pensamento de grupos. No caso argentino, a tradição de interpretação, em revistas, da cultura – de sua história, de suas conformações e de suas elaborações – se tornou bastante sólida, e houve inúmeras publicações que se destacaram por produzirem significativas leituras da cultura, bem como da política, da economia e da sociedade. Bastaria lembrar os exemplos de *Martín Fierro*, de *Sur*, de *Contorno*, de *Pasado y Presente*, de *Crisis* para confirmar a pujança dessa produção que, como asseverou Horacio Tarcus (2007), é uma dimensão da vida intelectual argentina, e não apenas um capítulo dela.

Punto de Vista, com 90 números publicados entre 1978 e 2008, certamente integra essa dimensão, não somente por ter circulado durante 30 anos nos quais se deram transformações importantes de variado espectro na Argentina, mas, principalmente, porque planejou e executou, durante a sua circulação, um projeto de interpretação da cultura argentina, com atenção à América Latina e a outros países. Nesse sentido, desde o início do periódico, em 1978, quando as limitações advindas da censura e da repressão

da ditadura instaurada em 1976 ainda impediam seus idealizadores de discutir abertamente temas e questões políticas, *Punto de Vista* lançou-se a um esforço de compreensão e de revisão da cultura argentina, projeto crítico que deliberadamente continua e ao mesmo tempo transforma a tradição de revistas como *Sur*, *Contorno*, *Pasado y Presente* e *Los Libros*. Tal projeto consistia em desenvolver estratégias de compreender e de problematizar a cultura em uma leitura política e de interpretar a política a partir da cultura, quando o debate político se encontrava interditado ou depois de sua retomada, desde os anos 1980.

Originado e contundentemente estabelecido contra a estagnação do pensamento frente à censura e à repressão, o projeto crítico de *Punto de Vista* abarcou diversos objetos e ofereceu leituras sobre a literatura, sobre a crítica da cultura, sobre a crítica literária, sobre ideias e autores (ensaístas, historiadores, cientistas sociais, psicólogos, filósofos, entre outros), sobre as artes (as artes plásticas, a fotografia, o cinema, a música, o teatro), sobre os meios de comunicação, bem como enfrentou, na medida em que se tornavam relevantes na sociedade argentina e em outros países, debates a respeito da memória, dos intelectuais, das cidades e da urbanização, da indústria cultural, posicionando-se sempre de maneira incisiva.

A cultura foi compreendida, desde o início da revista, como a dimensão da sociedade argentina a partir da qual se poderia construir uma crítica ao *status quo* e à paradoxal situação, configurada em meados dos anos 1960, de possibilidade criativa e de frustração das expectativas. Menos visada do que a política e a economia, a cultura parecia ser uma dimensão em disputa e com possibilidades mais amplas de modernização e de transformação, mesmo frente ao autoritarismo. Nesse sentido, publicar uma revista de cultura seria um esforço não somente para interpretar a cultura, como também para ocupar um lugar específico entre os elaboradores de leituras sobre a Argentina.

Como observou Francine Masiello (1987, p. 12-13), o Estado argentino, durante o *Proceso de Reorganización Nacional* – como os militares denominaram o período de ditadura e terrorismo de Estado vigente entre 1976 e 1983 –, esforçou-se para tornar a realidade unidimensional, unívoca, sem ambiguidades. Os poderes dedicaram-se a um projeto de “criação de um

discurso unificado e à eliminação de toda oposição; criou-se um programa institucional para destruir todo sentido de alteridade” (Masiello, 1987, p. 12-13, tradução nossa). Ao se empenhar para invalidar a produção intelectual, para diminuir o valor da cultura e para transformar os pensadores em potenciais subversivos, o governo ditatorial alcançou sobretudo as classes médias, as quais, nos primeiros anos da ditadura, calaram-se diante do discurso oficial e, pressionadas pelo estado de instabilidade e de insegurança criado nos anos anteriores a 1976, aceitaram em grande medida a “guerra contra a subversão” e suas “consequências indesejadas”. Entretanto, o *Proceso* não foi capaz de silenciar as múltiplas vozes de oposição, várias delas gestadas nos anos sessenta e nos primeiros anos da década de setenta, como se notou, épocas de impulsos diversos de criação e de transformação cultural, artística e intelectual.

No que diz respeito à oposição à ditadura desenvolvida pelos escritores e pelos críticos – a oposição no campo da expressão escrita –, havia consciência, observou Masiello (1987, p. 19-20), da posição minoritária e periférica. Em vez de se lamentarem, esses indivíduos exploraram a sua localização *en las orillas* e a heterogeneidade entre os grupos e entre os interesses, bem como a sua condição marginal e a compreensão acerca da condição de dependência cultural latino-americana, para investigar objetos da cultura variados e tentar alcançar alianças com os setores mais oprimidos da sociedade argentina. Depois do golpe de 1976, frente ao crescimento do autoritarismo, da violência e dos silenciamentos, “a tarefa da crítica [...] era ensinar aos leitores a deciframentos mensagens sociais e a identificar os discursos opostos que estavam em circulação na Argentina”, tentando garantir certa identidade aos intelectuais (Masiello, 1987, p. 21-22, tradução nossa).

Especificamente em *Punto de Vista*, “a revista cultural mais indicativa de um desafio direto ao Proceso” (Masiello, 1987, p. 23, tradução nossa), entre os diversos objetos da cultura aos quais se dedicou, não é exagerado afirmar que a literatura, tanto no que se refere à publicação e à divulgação dos textos literários quanto à crítica a respeito da literatura, à crítica da crítica literária e à crítica da teoria e da história da literatura, foi um dos principais. Afinal, a revista foi criada e conduzida por intelectuais cuja trajetória até fins da

década de 1970 se vinculava, estreita e principalmente, à atividade editorial, à crítica ensaística da produção literária da Argentina e de outros países e, inclusive – no caso de Ricardo Piglia, por exemplo –, à escrita de literatura.

A revista apresentou – entre os quase 2000 artigos, ensaios, resenhas, entrevistas, debates, diálogos, fragmentos de textos literários, entre outros materiais publicados nos seus 90 números – mais de 200 textos dedicados à interpretação de textos literários e à análise de obras da crítica, da história e da teoria da literatura, muitas vezes combinando, nos artigos, a atenção a obras e a autores da crítica cultural, mais amplamente, e da crítica literária, especificamente. Além disso, pelo menos em 55 ocasiões publicou e divulgou fragmentos de textos literários (poemas, contos, capítulos de romances, entre outros), sobretudo de autores pouco conhecidos à época. Caso sejam considerados os textos em que *Punto de Vista* especificamente divulgou novos autores, em busca da renovação dos debates e das referências de áreas como a Literatura, a Crítica literária, a Sociologia, a História, a Psicologia, a Arquitetura, verifica-se um montante de quase 350 textos (vários deles, ao mesmo tempo, artigos de divulgação e de crítica de uma obra específica), ou seja, cerca de 600 textos do periódico se voltaram à discussão, de alguma maneira, das tradições críticas e dos objetos da cultura.

Por conta das limitações impostas pela censura e pela repressão durante os anos do *Proceso*, sobretudo entre 1978 e 1981, a revista, conforme observou Oscar Terán (2008, p. 90) em diálogo com José Luis de Diego (2001), centrou sua atividade, nos anos iniciais de circulação, na abordagem da literatura e da crítica, da história e da teoria da literatura, começando a discutir abertamente temas da história política argentina apenas a partir do início dos anos 1980 e da crise motivada pela Guerra das Malvinas. De qualquer maneira, tal atenção primordial nos primeiros anos destacada por Terán precisa ser mais bem definida: a investigação que resultou neste estudo mostrou que a revista concentrou-se, até pelo menos 1983, não efetivamente na interpretação maciça de obras literárias e de autores afins, por meio de ensaios e/ou artigos de maior densidade, mas em comentários e em resenhas de menor extensão, muitas vezes dedicados somente à apresentação das

obras, aos moldes do que se fizera em *Los Libros*¹, e não a uma análise dos textos. O trabalho ensaístico de Beatriz Sarlo, de Carlos Altamirano e de María Teresa Gramuglio, principalmente, destinado à apreciação de escritores, de críticos e de obras literárias conhecidas ou desconhecidas naquela conjuntura, foi aprofundado desde a redemocratização e se tornou parte fundamental da atividade intelectual desses e de outros autores, como se pode notar na revista e nos inúmeros livros que cada um deles publicou a respeito.

Sem o objetivo ou a pretensão de realizar a crítica da história literária e/ou da crítica e da teoria literária veiculadas em *Punto de Vista* – ainda que o diálogo interdisciplinar seja incontornável –, pretende-se destacar, neste estudo, como a publicação e a análise de textos críticos e literários, de revistas culturais, de ensaios e de outros objetos da cultura na revista evidenciam certas escolhas interpretativas dos seus idealizadores/realizadores, oferecendo uma série de leituras de aspectos importantes da história da Argentina e da América Latina nos séculos XIX e XX. Trata-se, pois, de avaliar algumas das políticas da cultura² de *Punto de Vista*, de

1. Para subsidiar essa afirmação, basta que se indique o seguinte: do número 01 (março de 1978) ao 25 (dezembro de 1985), foram publicadas 191 resenhas, notas, notícias, entre outros textos curtos, em seções de *Punto de Vista* intituladas “Los Libros”, “Minima”, “Materiales para el debate” (entre outras). Evidentemente, nem todos os livros comentados eram obras de literatura ou de crítica/teoria da literatura, mas uma quantidade significativa se vinculava a essas áreas (principalmente na seção “Los Libros”, não casualmente nomeada como a revista fechada em 1976). Do número 26 (abril de 1986) ao 44 (novembro de 1992), a quantidade desses textos caiu para apenas 33 e as seções anteriormente mencionadas foram desaparecendo da revista. Entre o número 45 (abril de 1993) e o 90 (abril de 2008), foram apenas 2 textos desse tipo. Tais comentários servem principalmente para matizar a afirmação de Terán, na medida em que, enquanto se reduzia expressivamente a quantidade de textos breves a respeito de obras das mais variadas áreas, as análises a respeito dessas obras (principalmente a partir do início dos anos 1990) passaram a ocupar os autores em artigos e/ou ensaios mais detalhados e mais longos, demonstrando que não simplesmente diminuiu o interesse por obras e autores – o que aconteceu, em alguma medida –, mas se alterou a estratégia de abordagem e de discussão.

2. Cabe esclarecer aqui, sem nenhuma pretensão teórica ampla, que a expressão “política da cultura”, no singular ou no plural, não é usada, neste estudo, como sinônimo de “política cultural”. Enquanto esta última costuma identificar ações ou projetos do Estado ou de instituições na área de cultura, neste estudo, as “políticas da cultura” de *Punto de Vista* são as pautas a respeito da cultura escolhidas e desenvolvidas pelo periódico, definidas pela compreensão do Conselho acerca das demandas e das necessidades da revista e da sociedade na qual ela pretende intervir. As políticas da cultura de *Punto de Vista* delimitaram-se não programaticamente, mas por meio dos objetos da cultura escolhidos para interpretação.

realizar uma análise da crítica política da cultura efetuada pelo periódico, de problematizar esse esforço interpretativo que se vincula e ao mesmo tempo se diferencia daquele realizado em *Los Libros* e em outras revistas às quais *Punto de Vista* procurou se filiar.

No que concerne aos debates relativos à tradição literária e à tradição da crítica, na Argentina e na América Latina, é possível afirmar que alguns “eixos de trabalho” foram construídos em *Punto de Vista* durante os seus trinta anos. A revista se esforçou – como havia acontecido outrora em várias publicações culturais – para renovar os autores com os quais dialogava, rompendo, como disse Sarlo (2001) em entrevista a Jorge Wolff, qualquer “relação religiosa” com as teorias. Foram priorizados os diálogos com os autores latino-americanos e europeus capazes de oferecer parâmetros para a definição de uma perspectiva a respeito da literatura e da crítica – literária, mas cultural de forma mais ampla – mais próxima do social e do histórico (Sebrian, 2023).

Nas entrevistas de Sarlo e de Altamirano, são precisas as referências ao esforço de renovação intelectual que os dois empreendiam. Duas das principais figuras de *Punto de Vista*, ambos desenvolveram iniciativas para incorporar aos seus repertórios individuais e, por extensão, à revista leituras pouco ou nada conhecidas na Argentina e mesmo na América Latina daquela conjuntura, e bastante importantes para a construção de uma crítica que, como disse Sarlo, explicasse melhor “a trama de cultura e sociedade”. Nesse sentido, de uma viagem à Europa em 1979, trouxeram não somente livros, mas diálogos e contatos, bem como entrevistas com Raymond Williams e Richard Hoggart, publicadas no número 06, de julho de 1979, nas quais foram discutidos temas e questões fundamentais, como as “relações sempre problemáticas: literatura e história, intelectual e público de massas, sociologia cultural e formalismo, tradição e ruptura”. A chamada das entrevistas – as quais foram destacadas na capa do número 06 como “Cultura y sociedad: informe especial” – poderia, sem exagero, ser considerada um programa dos objetos da cultura aos quais *Punto de Vista* se dedicou por, pelo menos, 10 anos a partir de então, sistematicamente.

Alguns especialistas, entre os quais se destaca Ana Cecilia Arias Olmos (2002), comentaram o processo de apropriação de autores como Raymond Williams e Richard Hoggart em *Punto de Vista* e destacaram como o periódico se posicionou em busca de uma definição e de uma forma de interpretar a cultura liberta dos determinismos marxistas e estruturalistas, e também dos usos políticos peronistas. Sarlo e Altamirano utilizaram as entrevistas publicadas em 1979 para introduzir uma discussão sobre materialismo cultural em um contexto de extrema repressão e censura, logrando, assim, superar barreiras significativas. Com uma apresentação dos autores que se parecia com um resumo do currículo e da atuação acadêmica dos dois críticos britânicos, a revista conseguiu se referir ao caráter material da produção da cultura e aos seus vínculos “com as formas materiais e sociais da economia, da política, das ideias”.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que *Punto de Vista* desenvolveu, entre 1978 e fins da década de 1980, pelo menos, um processo que se poderia chamar de “aclimação de referências” ou, caso se prefira, de apropriação de ideias, de obras e de autores, em prol da construção de um projeto de crítica da cultura que guardava semelhanças com a tradição crítica à qual voluntariamente a revista se filiou e que também procurou responder aos desafios próprios da sociedade argentina e latino-americana desde os anos setenta.

Por sua vez, os debates veiculados de forma mais intensa a partir da segunda metade dos anos 1980 reconduziram *Punto de Vista* para uma discussão que ela tangenciou desde o seu início e que foi abordada apenas a partir do estudo de autores ou de obras específicos, tanto de crítica quanto de literatura, qual seja: a da escrita da história da literatura e da crítica literária na Argentina e na América Latina. E como disse Sarlo no seu contundente artigo do número 19 (de dezembro de 1983) e em outros textos, a crítica e a história da literatura na Argentina e na América Latina eram, para o coletivo intelectual de *Punto de Vista*, parte fundamental do pensamento sobre a sociedade, a política e, principalmente, a cultura, por terem oferecido sínteses sobre a nação e a história, entre outros temas e problemas. Pensar sobre a crítica e a história da literatura era, para o grupo de *Punto de Vista*,

poder se deter um pouco mais sobre objetos da cultura nos quais havia discursos permeados pela história, pela sociedade e pela política.

Buscando uma definição de cultura atenta aos condicionamentos sociais, econômicos e políticos na elaboração dos bens simbólicos, a revista interpretou, sobretudo nos anos 1980, como observou Olmos (2002, tradução nossa), “produtos da alta cultura que ativavam as categorias teóricas e metodológicas que, como as de Bourdieu, reconhecem a especificidade das práticas sem perder de vista o conjunto que elas constituem”. Mas o fez sem perder a atenção à cultura popular, buscando inclusive definir a cultura popular para além das leituras do peronismo e de certas tendências da esquerda argentina dos anos sessenta e dos anos setenta. Ao se voltar, em diálogo com os autores frankfurtianos, a partir dos anos 1990, mais detidamente ao estudo dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, *Punto de Vista* retomou alguns desses debates sobre o popular.

Ademais, *Punto de Vista* desenvolveu reflexões que deliberadamente pretendiam inseri-la na tradição de revistas culturais argentinas. Ao se entender como parte dessa tradição, a revista, criada em 1978, lançou-se, como aquelas publicações das quais se aproximou, à interpretação ou à reinterpretção de autores da literatura argentina, exercendo, outrossim, o papel de procurar estabelecer novas referências para o cânone. Como revista diversa, no entanto, dedicou-se não apenas à literatura, à crítica e às revistas, outros objetos da cultura foram debatidos, entre saberes, temas e questões, configurando-se, por vezes, certas políticas da cultura na publicação. E não poderia escapar ao interesse da revista a autorreflexão sobre a atuação dos intelectuais como intérpretes da cultura e da política.

O diálogo com autores em prol da renovação das perspectivas de leitura acerca da literatura, da crítica, da história e da teoria literária e da crítica da cultura mais amplamente começou, enfim, no primeiro artigo publicado em *Punto de Vista* e se encerrou apenas no número 90, três décadas depois. Considerados os textos nos quais se enfatiza a análise de obras literárias e/ou de autores específicos, aqueles em que as obras de crítica, de história e de teoria literária são tomadas como objeto e outros, em que se buscou divulgar, em traduções diretas, em entrevistas, em diálogos ou em análises, novos

autores ou renovar as referências para a crítica, *Punto de Vista* publicou cerca de 600 textos dedicados a essas questões e/ou temáticas.

Em todos os números da revista, houve pelo menos um artigo – sem contar as resenhas, notas e comentários breves, abundantes até meados dos anos 1980 – elaborado em prol desse esforço de modernização crítica. Também foram publicadas entrevistas e diálogos com intelectuais então lidos pelos membros do Conselho de Direção de *Punto de Vista* e gradativamente incorporados ao rol de autores utilizados para, simultaneamente, criticar uma tradição crítica argentina, ou uma tradição estrangeira de análise estruturalista, ou as leituras estilísticas dos anos 1950 e 1960.

Desde os primeiros números da publicação, ainda durante os anos da ditadura militar, *Punto de Vista* buscou se vincular a uma tradição intelectual e crítica que ela selecionou e organizou de forma particular, em um processo de definição de afinidades e de distanciamentos. Parte significativa dessa tradição era composta por revistas culturais e políticas publicadas na Argentina ao longo do século XX, e outra parte relevante era composta por escritores e/ou ensaístas argentinos dos séculos XIX e XX; eram representantes, como a própria *Punto de Vista*, de uma crítica complexa e múltipla, dedicada a vários objetos e atenta à sociedade e ao lugar nela ocupado pela cultura e pela política. Como havia ocorrido em *Los Libros* – que chegou a dedicar uma seção aos textos publicados sobre revistas –, *Punto de Vista* publicou inúmeros textos nos quais analisou revistas culturais e políticas com o intuito de evidenciar os motivos de seu esforço de filiação a essas publicações.

No que diz respeito à filiação almejada com outras revistas, os textos publicados, as temáticas discutidas e mesmo o projeto gráfico (incluindo as seções internas do periódico) em *Punto de Vista* a filiaram a *Los Libros* desde as primeiras páginas do número 01, em março de 1978, e, no que se refere à materialidade e à estrutura do periódico, não houve alterações significativas até o número 19, publicado em dezembro de 1983. Contudo, houve vínculos com outras revistas culturais buscados e explicitados também desde os números iniciais, como aquele que se começou a construir, nas páginas da revista, com *Contorno*, no número 04 (de novembro de 1978), quando foram republicados os textos “La mentira de Arlt” e “Manuel Gálvez: el realismo

impenitente”, respectivamente de David Viñas (sob o pseudônimo de Gabriel Conte Reyes) e de Ismael Viñas (sob o pseudônimo de Marta C. Molinari). Os dois breves artigos foram precedidos por um estudo de abertura do número, “Martínez Estrada: de la critica a ‘Martín Fierro’ al ensayo sobre el ser nacional”, de Sarlo e de Altamirano (assinando conjuntamente sob o pseudônimo de Washington Victorini), e por uma apresentação sem autoria intitulada “Contorno en la cultura argentina”, na qual se lê:

Há 25 anos, precisamente em novembro de 1953, apareceu em Buenos Aires o número 1 de uma revista que se constituiria como centro de um conjunto de intelectuais – escritores, críticos, filósofos, políticos – cuja obra, por sua originalidade e seu anticonformismo, contribuiria para a definição de duas décadas da cultura argentina. Dirigida por Ismael e David Viñas durante os quatro primeiros números, formou-se em setembro de 1955 um comitê de direção ao qual foram se incorporando, sucessivamente, Noé Jitrik, Adelaida Gigli, Ramón Alcalde, León Rozichner e, finalmente, na última entrega, o número 9-10 de abril de 1959, Adolfo Prieto. O programa de *Contorno* se articulava em duas direções principais: a da revisão, desde uma ótica nacional-democrática, da literatura e da cultura argentinas; e a da análise das duas formações políticas que haviam definido (e seguiriam definindo) o campo sociopolítico antes e depois de 1955: o peronismo, ao qual se consagra o número 7-8 de julho de 1956, e o frondizismo, tema do último número de *Contorno*.

São clássicos hoje da crítica da literatura nacional os trabalhos dedicados a Roberto Arlt (número 2), Martínez Estrada (número 4) e o romance argentino (número 5-6). A polêmica com a cultura oligárquica, expressa em *Sur* e Victoria Ocampo, ou a recolocação da figura de Martínez Estrada no pensamento argentino (recolocação que conservava, ao mesmo tempo, um campo problemático que os homens de *Contorno* compartilharam com o autor de *Radiografía de la Pampa*) foram, naqueles anos cinquenta, sem preconceitos, perspicazes e inovadores. Hoje mantêm não apenas um caráter documental ou arqueológico: pelo contrário, a validade do programa de *Contorno* em relação à revisão

crítica do pensamento, da literatura e da política nacionais, se teve, no campo da cultura, continuadores escassos, segue vigente. *Punto de vista* recompilou para este quarto de século que nos separa e nos enlaça com *Contorno* dois de seus ensaios que, aparecidos com as assinaturas de Gabriel Conte Reyes e Marta C. Molinari, provavelmente foram escritos por David e Ismael Viñas, respectivamente. “La mentira de Roberto Arlt” foi publicado no número 2, de maio de 1954; “Manuel Gálvez: el realismo impenitente”, no 3, de setembro do mesmo ano. (*Punto de Vista*, n. 04, nov. 1978, p. 7, tradução nossa)

Como se percebe, a revista, que não havia apresentado, até então, um programa próprio, se voltou, em seu quarto número, a explicar o programa de outra revista cuja estrutura se assemelha bastante ao que *Punto de Vista* pretendia desenvolver. Portanto, a apresentação de *Contorno* pode ser lida como uma carta de intenções da revista recém-criada, que encerrava, naquele número, o seu primeiro ano de circulação, em um procedimento textual bastante perspicaz em uma circunstância de censura e de repressão. Perspicácia também se nota na advertência aos usos de pseudônimos em *Contorno*, em um claro alerta para os leitores de *Punto de Vista* de que esse procedimento também era ali utilizado.

Para evitar que a apropriação operada por *Punto de Vista* no artigo citado seja tomada como interpretação única, veja-se como José Luis de Diego, em ensaio sobre os intelectuais de esquerda, sintetizou o projeto de *Contorno*:

Muito se escreveu sobre *Contorno* (1953-1959), a revista dirigida por David e Ismael Viñas (e integrada, ademais, por Noé Jitrik, Adelaida Gigli, Ramón Alcalde, León Rozitchner, Adolfo Prieto, Juan José Sebreli, entre outros). Ali se encontra a gênese desse novo modo de conceber a crítica. Por um lado, uma relação *tensionada* entre literatura e política, na qual a literatura não pode ser lida sem ser incluída em uma série da qual nunca está ausente a política, mas que não pode – e não deve – ser *reduzida* a uma espécie de subproduto superestrutural de fenômenos políticos que a englobam ou a determinam: a literatura pode ser lida *na* política, e a política *na* literatura, mas não existem relações de inclusão ou implicação entre uma e outra; por outro lado, uma “moral da crítica”,

a crítica como uma tomada de posição que envolve decisões de ordem ética e política, o crítico como “intelectual”, no sentido de alguém que exerce a crítica como um modo de intervenção pública. Portanto, uma concepção sartreana da cultura que lhes permite o afastamento do impasse lukacsiano. É desde essas coordenadas que se inicia uma tripla operação crítica: 1) De revisão da tradição literária argentina, e não me refiro apenas a *desde onde se lê* mas sobretudo ao *o que é que se lê*, às decisões explícitas da revista de se ocupar de certos autores que merecem ser lidos porque ali pode se notar a *tensão* de que falamos, e porque essa leitura implicará um modo de intervir na configuração de novas tradições a partir de mecanismos de recanonização. Assim, se revaloriza o legado do realismo na Argentina (Payró, Quiroga, Gálvez) até sua “culminação” na obra de Roberto Arlt (*Contorno*, Nº 2, de maio de 1954), o que significava um modo de se posicionar na vereda oposta à linha que havia nascido na vanguarda martinfierrista e desembocado no grupo da revista *Sur* (Victoria Ocampo, Borges, Bioy Casares, mas sobretudo Eduardo Mallea). 2) De atitude polêmica e “parricida” em relação aos seus mestres, em especial Ezequiel Martínez Estrada e Héctor A. Murena. Os críticos de *Contorno* se questionam como abandonar uma tradição de estudos sobre o “ser nacional” essencialistas e irracionaisistas, que buscavam a raiz dos males argentinos na condição trágica de nossa formação como país ou em um suposto “pecado original”. Se a ferramenta mais adequada para essa operação era o materialismo histórico e dialético, é possível advertir que na prosa desses críticos ainda sobrevivem marcas dos mestres: na atitude polêmica de seus escritos, na perspectiva agônica de seus enfoques, na multiplicação de culpas, pecados, traições e quedas (Sarlo, 1983). Mas o objetivo desses ataques não apontava somente para o passado, mas também para o presente. Entre 1954 e 1957 foram publicados *Crisis y resurrección de la literatura argentina* e *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*, de Jorge A. Ramos, *El plan Prebisch* e *Los profetas del odio*, de Arturo Jauretche, *Imperialismo y cultura*, de Juan J. Hernández Arregui, e *Historia crítica de los partidos políticos argentinos*, de Rodolfo Puiggrós.

E prosseguiu De Diego em sua caracterização das “operações” de *Contorno*, mostrando como tal revista empreendeu esforços deliberados para se situar em um lugar entre tradições e trabalhou para criar a sua perspectiva, depois retomada e apropriada nos anos sessenta pela chamada nova esquerda argentina:

Esses livros, entre outros, estreitavam os limites do lugar que *Contorno* procurava ocupar: ao enfrentamento da tradição liberal e à diferenciação em relação aos comunistas, tinha que somar agora a irrupção da “esquerda nacional” e este fato deu lugar a uma terceira operação. 3) De discussão sobre o presente político argentino, que se acentua nos dois últimos números da revista. *Contorno* inicia uma revisão do peronismo, em especial no N° 7-8, de julho de 1956; essa revisão assume, frequentemente, o tom da autocrítica: a esquerda havia sido cega ao condenar em bloco a um movimento nacional com uma extensa base popular, e não havia sabido diferenciar a injuriada figura do líder dos aspectos positivos de um regime que havia incorporado as massas trabalhadoras à política nacional. Inicia-se ali uma mutação das esquerdas na avaliação do peronismo que se agudizará depois da Revolução Cubana: o que constituía uma versão criolla dos fascismos europeus era visto agora como um movimento que podia ser somado ao multifacetado e heterogêneo campo do anti-imperialismo. No número citado, Osiris Troiani, em seu “Exame de consciência”, refere-se à Revolução Libertadora [...]. Autodefine-se como a “geração ausente” [...] e reafirma a perspectiva de futuro [...]. É precisamente esse programa de futuro que retomarão, durante os sessenta, as publicações identificadas com a “nova esquerda”. Contudo, o trabalho dos críticos de *Contorno* não se esgota em seus aportes à revista; as figuras de David Viñas (1927-), Noé Jitrik (1928-) e Adolfo Prieto (1928-) ocuparão um lugar central no campo literário argentino desde então até hoje. As publicações de *Borges y la nueva generación* (1954) de Prieto, de *Literatura argentina y realidad política* (1964) de Viñas e de *Ensayos y estudios de literatura argentina* (1970; reúne ensaios publicados ao longo dos sessenta) de Jitrik, estabeleceram as bases de um novo modo de inscrever a literatura

na história argentina a partir de categorias tomadas da sociologia, da economia e da política, e sua influência ainda não desapareceu (De Diego, 2010, p. 401-403, tradução nossa, destaques no original)

A síntese de De Diego a respeito das realizações de *Contorno* e dos principais intelectuais vinculados à revista, elaborada a partir de uma leitura da revista, mas também do diálogo com a fortuna crítica à publicação (da qual, segundo ele, Sarlo participa), mostra que o periódico dos irmãos Viñas pretendia se opor a *Sur*, reavaliar o peronismo e a esquerda e fundar uma perspectiva crítica. Cabe destacar que, em outro contexto, *Punto de Vista* também se ocupou de *Sur*, do peronismo e da esquerda – de outra esquerda, obviamente, reestruturada face às ditaduras dos anos sessenta e dos anos setenta/oitenta. A revista de Sarlo e de Altamirano, no entanto, desenvolveu uma operação de síntese crítica que combinou elementos tomados do projeto de *Sur* a aspectos apropriados das “operações” de *Contorno*, valorizando, como se disse no “Editorial” do número 12, de julho-outubro de 1981, o que os intelectuais de *Punto de Vista* consideravam ser a qualidade intelectual e moral desses e de outros grupos, e objetivando impedir que culturas fossem reprimidas ou negadas na Argentina.³ Tal posicionamento do coletivo intelectual não foi aceito, na época e mesmo depois, por outros grupos de esquerda que entendiam, adequadamente, essas escolhas críticas como atos políticos.

Aliás, no editorial de 1981, o primeiro publicado em *Punto de Vista*, demonstrou-se explicitamente a quem o periódico queria ou não se filiar: “Existe uma tradição argentina que nós que fazemos *Punto de Vista* reconhecemos: uma linha crítica, de reflexão social, cultural e política que passa pela geração de 37, por José Hernández, por Martínez Estrada, por FORJA, pelo grupo *Contorno*” (*Punto de Vista*, Editorial; n. 12, jul.-out. 1981, p. 2, tradução nossa).

3. É possível inferir, a partir de uma observação de Analía Gerbaudo (2010, p. 53), que a tradição de abordagem fundada na sociologia da literatura e representada por Viñas, Prieto e *Contorno* havia sido “eclipsada” na Argentina, e que *Punto de Vista* colaborou para recuperá-la. A autora destaca nesse processo a publicação, em 1980, pelo CEAL, do livro de Sarlo e de Altamirano, *Conceptos de sociología literaria*, no qual a tradição de *Contorno* também apareceu.

Uma das marcas mais expressivas dos esforços da revista para (re) definir o seu lugar, portanto, pode ser encontrada no uso recorrente de editoriais, recurso que praticamente se extinguiu a partir de meados dos anos 1990. A esse respeito, Beatriz Sarlo, em entrevista conferida a Adriana Bocchino e a Mónica Bueno em 1994 e publicada em 1997, disse que, em meados dos anos mil novecentos noventa não parecia mais necessário desenvolver no periódico, como nos anos setenta e nos anos oitenta, as mesmas linhas de investigação, as mesmas estratégias de circulação de autores e de escritores (Sarlo, 1997, p. 183-184). Ou seja, para ela, no momento em que concedia a entrevista, diferente dos primeiros anos de publicação, o lugar da revista estava definido, suas perspectivas e seus objetos mais bem delimitados, e os textos programáticos, como os editoriais, perderam espaço; enfraqueciam, além disso, os vínculos coletivos entre os membros do Conselho de Direção, os quais passaram a colaborar, em fins dos 1990 e durante os anos da década de 2000, cada vez mais individualmente ou eventualmente se desligaram do periódico.

Quando, sobretudo desde meados da década de 1990, *Punto de Vista* já ocupava um lugar de destaque no campo intelectual argentino, com os membros do Conselho em cargos nas universidades e publicando alguns de seus principais livros, os esforços pontuais e explícitos de divulgação de autores na revista começaram a diminuir, como destacou Sarlo na entrevista a Bocchino e a Bueno (1997). As operações de interpretação e de eventual filiação às tradições críticas iniciadas e desenvolvidas a partir de matrizes tão diferentes como *Sur*, *Contorno* e *Los Libros* – e por outras revistas e grupos, entre eles os grupos das revistas *Primera Plana*⁴, *Imago Mundi*⁵ e *Pasado y Presente* – diminuíram também, como se percebe pelo desaparecimento de artigos específicos sobre revistas desde o número 33, restando somente textos com menções a *Contorno* ou a *Los Libros* na primeira metade dos anos 1990. Naquele momento, não era mais o principal objetivo se esforçar

4. No número 22 (de dezembro de 1984) de *Punto de Vista*, foi publicado o artigo “‘Primera Plana’: el nuevo discurso periodístico de la década del ‘60”, de Maite Alvarado e Renata Rocco-Cuzzi.

5. No número 33 (de setembro-dezembro de 1988) de *Punto de Vista*, foi publicado o artigo “‘Imago Mundi’: de la universidad de las sombras a la universidad de relevo”, de Oscar Terán.

para definir o lugar de *Punto de Vista* face a tais tradições, afinal, a revista havia começado a criar a sua própria tradição de leituras da cultura, com destaque para o estabelecimento de reflexões pioneiras e marcantes sobre escritores como Borges e Juan José Saer ou sobre uma tradição novecentista em que foram valorizados a geração de 1837, José Hernández e Domingo Faustino Sarmiento, para citar apenas alguns.

Portanto, o projeto crítico desenvolvido em *Punto de Vista* implicou, desde 1978, a revisão de diferentes tradições críticas na Argentina, na América Latina e mesmo em outros países e no desenvolvimento de uma perspectiva interpretativa plural, graças à diversidade de colaboradores, mas também à manutenção de uma relação não dogmática com as matrizes teóricas. Tal projeto começou a demonstrar fraturas nos anos 1990, quando o periódico, contra a vontade de alguns de seus diretores, empreendeu o que Beatriz Sarlo chamou de “guinada vanguardista”. Por conta disso, as coletividades começaram a parecer frágeis desde o começo dos anos noventa, o que se nota, por exemplo, pelo desaparecimento dos editoriais e pela presença de debates publicados quase que unicamente quando resultantes de eventos externos à revista.

Provavelmente, como se afirmou, esse distanciamento dos membros do Conselho de Direção se deu igualmente, nos anos noventa, por conta dos vários âmbitos, das diversas instituições e dos múltiplos projetos – inclusive de outras revistas – nos quais cada um deles se envolveu a partir daquela década, atuação que direcionou interesses mais específicos e condensou as atenções de figuras antes fundamentais para o arejamento dos debates em *Punto de Vista*. Muitos dos debates, nesse sentido, migraram, tendo sido publicados em livros ou em outros periódicos.

Punto de Vista se apropriou criticamente de uma tradição múltipla e diversa de referências, composta por romancistas, poetas, dramaturgos, críticos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, psicanalistas, arquitetos, urbanistas, filósofos, historiadores, entre outros, bem como por suas produções em revistas, livros e em suportes variados. A revista, combinando matrizes teórico-críticas e políticas pouco ou nada conhecidas nos círculos intelectuais e até mesmo algumas tidas como irreconciliáveis ou antagônicas,

prosseguiu no esforço de modernização cultural que se havia experimentado na revista *Los Libros*, fechada em 1976, na qual alguns dos fundadores e condutores de *Punto de Vista* foram figuras fundamentais. Como um dos resultados de sua trajetória, o periódico criado em 1978 logrou oferecer sínteses sobre a Argentina e, talvez em um traço de seus vínculos com os ensaístas com os quais dialogou e dos quais se apropriou, sobre a cultura, a política e a sociedade. Se o objetivo não era mais estabelecer uma ontologia do “ser nacional”, como no início do século XX, artigos do periódico, sob outras bases, oferecem sínteses dos esforços críticos de *Punto de Vista* vinculados às suas políticas da cultura.

As políticas da cultura de *Punto de Vista* delimitaram-se não programaticamente, mas por meio dos objetos da cultura escolhidos para interpretação. Tais políticas da cultura não eram (e nem podiam ser, em virtude da especificidade e das limitações de seu lugar de formulação e veiculação) equivalentes a políticas públicas de cultura, as políticas culturais, que visam, costumeiramente, buscar arranjos institucionais para a dimensão da cultura. *Punto de Vista* analisou a dimensão cognitiva de suas propostas e os eventuais efeitos na sociedade. A seleção de políticas da cultura, que obviamente excluiu uma série de outros possíveis interesses no âmbito da cultura, garantiu que as recusas implícitas ou explícitas, assim como as referências mais ou menos evidentes, ajudassem a delimitar quais dimensões ou elaborações da cultura a revista julgava mais relevantes.

Nesse sentido, *Punto de Vista* construiu um projeto capaz de ler a tradição crítica e literária argentina, inclusive a de *Los Libros*, desenvolvendo um ponto de vista assentado sobre a valorização da interpretação sócio-histórica e estética das obras. A crítica da cultura, a crítica literária e a história literária foram parte significativa do empreendimento de modernização cultural da revista, por meio do qual se vinculou a iniciativas anteriores. Esses esforços de filiação foram ampliados e pormenorizados com as leituras elaboradas acerca de certas revistas culturais argentinas e de alguns ensaístas, nos quais se valorizou qualidades e se criticou limitações e pretensões totalizantes e teleológicas, garantindo uma apropriação daquilo que nelas permitia explicar tanto a história da cultura no país quanto os

aspectos da formação da sociedade e das instituições que importavam para tentar reconhecer as causas da ascensão e da manutenção de mais uma ditadura e a perenidade das tradições autoritárias na Argentina, entre outros elementos. Conforme se afirmou, se os textos da revista não eram mais ensaios discutindo o “ser nacional”, não deixaram de problematizar o que significavam certas matrizes do pensamento sobre a Argentina e a América Latina.

Ou seja, as políticas da cultura desenvolvidas por *Punto de Vista*, os temas e os objetos eleitos para discussão e problematização configuraram um periódico preocupado com a dimensão intelectual da cultura – como afirmaram os diretores na entrevista a Daniel Link, em 2003 (Link, 2003) –, com os saberes e as produções de ideias e de representações, bem como com as demais produções simbólicas e artísticas. Indicaram, ademais, uma revista atenta às culturas praticadas e materialmente implicadas, principalmente à indústria cultural e à cultura urbana. A revista, portanto, ofereceu uma crítica política da cultura não porque escolheu tratar apenas dos objetos da cultura com um propósito político mais óbvio ou evidente. O caráter político da crítica da *Punto de Vista* reside tanto na opção por estudar objetos da cultura que incorporaram a política à sua configuração de forma complexa quanto na definição de um olhar, de uma abordagem política das obras, das ideias, das representações e das ações, avaliando seu caráter transformador ou não na sociedade argentina.

Ao operar essa seleção de objetos a serem estudados, a revista delimitou gradativamente as suas políticas da cultura, ou seja, explicitou – a partir de critérios e de referências teóricas que também fez questão de publicar e de comentar – quais elaborações culturais deveriam ou não ser valorizadas em uma sociedade que havia deixado para trás uma série de regimes autoritários e que se recuperava, exatamente por isso, de limitações culturais significativas advindas da repressão. Ao mesmo tempo, *Punto de Vista* mostrou como a Argentina era capaz de oferecer criações nem sempre valorizadas diante de um cenário de crescente hegemonização da indústria cultural e que o país não deveria ser desvalorizado desde um olhar nostálgico, como se tivesse passado, ao longo do século XX, por um processo de decadência.

Durante os 30 anos, entretanto, nem todos os momentos do projeto crítico da revista foram equilibrados ou coerentes. Como um periódico marcado pela dinâmica constante e pela pluralidade de temas e objetos abordados (pelo menos até os anos 1990 conviviam em suas páginas textos diversos sobre cultura e outros mais restritamente políticos), *Punto de Vista*, enquanto se estabilizava material e intelectualmente, superando os tempos mais turbulentos dos debates dos anos de redemocratização (sobretudo o período entre 1983 e 1989, de convívio dos textos sobre cultura e outros acaloradamente dedicados à política), não conseguiu esconder que uma maior organização interna do periódico (expressa, por exemplo, em um padrão de diagramação constante desde o número 45, na ausência de variações nas seções e na publicação apenas de artigos, e não mais de textos de tipos variados) foi acompanhada de uma fragilização do projeto crítico geral efetivamente realizado nas páginas do periódico.

É cabível considerar, inclusive, em sentido um pouco diverso do que afirmaram intérpretes de *Punto de Vista* que não analisaram a revista durante os seus 30 anos e elaboraram trabalhos apenas sobre períodos parciais da publicação e com interesses específicos – entre eles/elas, Patiño (1997), Plotkin e González Leandri (2000), De Diego (2000) –, que houve basicamente duas fases ou dois períodos mais amplos na história da revista (dentro dos quais pode-se considerar, eventualmente em concordância com os autores mencionados, algumas etapas em intervalos ou períodos menores): uma primeira fase ou período de 1978 a meados da década de 1990, marcada pela criação e configuração do periódico e pela definição e consolidação dos objetos culturais e políticos estudados na revista, bem como pela gradativa ampliação do reconhecimento da revista no campo intelectual argentino e pela ascensão dos intelectuais do Conselho a postos-chave (universidades, governo etc.)⁶; e uma segunda fase ou período, de

6. Destaque-se, ademais, que o ano de 1994 pode ser lido como uma época de releitura e de reinterpretação, no interior do periódico, do material produzido até aquele momento e/ou como de fechamento de um ciclo, na medida em que o último número daquele ano, o número 50 (de novembro de 1994), reproduziu integralmente o primeiro e emblemático editorial publicado em 1981, e tal reprodução foi complementada por dois textos relevantes de Sarlo e de Altamirano em que ambos situaram a revista em relação às questões do passado e do presente.

meados da década de 1990 a 2008, quando, depois da consolidação de seu lugar no campo intelectual argentino, a revista enfatizou menos a divulgação de obras e de autores e dedicou maior espaço à experimentação temática e ao “vanguardismo” (como disse Sarlo nas entrevistas à revista brasileira *Piauí*, em 2011, e ao blog *Artepolitica.com*, em 2012⁷), diminuindo a abordagem de temas até então predominantes e estimulando, anos depois (em 2004), a saída de três membros do Conselho, Carlos Altamirano, María Teresa Gramuglio e Hilda Sabato.

Parece ser possível afirmar que quanto mais desorganizada e caótica a revista se mostrava, principalmente nos anos 1970 e 1980, com textos se sobrepondo e/ou cortados ao longo das páginas, com seções que apareciam e desapareciam, com experimentação visual e estética na diagramação e nas ilustrações, com separatas e outros indícios materiais de pluralidade de ideias e de dinamismo da elaboração, mais vivacidade demonstrava. A partir dos anos 1990, quando teria acontecido, conforme a expressão de Sarlo antes mencionada, uma “guinada vanguardista”, é notável como *Punto de Vista* perdeu, em sua constituição material e mesmo intelectual, um impulso mais constante e diversificado de renovação e de proposição de pautas, e isso se refletiu na menor presença de textos elaborados por diversos intelectuais do Conselho de Direção e culminou na saída de alguns deles, em 2004.

Esse processo evidencia como é necessário problematizar o sentido da expressão “guinada vanguardista”, utilizada pela diretora do periódico em entrevistas para caracterizar o projeto desde meados da década de 1990.

7. Sarlo disse na entrevista de 2012 a Mercader e a García: “Já havia passado [em fins dos anos 1980 e início dos 1990] nosso momento de luta antiditatorial, linguagem esópica etc. Eu pensava que PdV tinha que acentuar, junto com suas notas de caráter ideológico político, uma colocação no campo estético. Isto para mim era importante, e foi se acentuando, de fato o último conflito de PdV teve a ver com isso. [...] As revistas são conservadoras em relação ao seu conselho de direção. E eu, contudo, imprimia uma dinâmica meio fáustica, que quando observo hoje, creio que não foi de todo cuidadosa. A obrigação de um diretor não é somente estabelecer uma dinâmica fáustica, mas também cuidar um pouco mais do conselho de direção. Porque eu incorporava pessoas, como Adrián Gorelik e Ana Porrúa, que não eram conhecidas pelo conselho e que tinham vinte ou trinta anos menos que quem havia estado desde o começo no conselho” (Sarlo, 2012, tradução nossa). E, no artigo/entrevista de 2011 da revista *Piauí*, Sarlo explicou que, em fins da década de 1990 e início do novo século, frente à criação de suplementos culturais em grandes jornais, decidiu “dar uma guinada para marcar espaço” e optou por “ir pelo lado vanguardista da música contemporânea, cinema [...]” (Sarlo, 2011).

Trata-se de formulação indicativa de uma suposta autoimposição de um caráter desbravador e/ou inovador para a publicação, o que não aconteceu, necessariamente. Afinal, alguns dos objetos dessa “guinada vanguardista” já eram conhecidos e razoavelmente abordados à época em muitos âmbitos (até mesmo nos suplementos culturais dos jornais), o que permite questionar o vanguardismo e a ruptura das escolhas editoriais em *Punto de Vista* desde os anos 1990, além de compreender que a defesa da publicação como uma vanguarda naquela década se deve mais à leitura retrospectiva de sua diretora do que às realizações na revista.

Por fim, vale ressaltar que, como outro dos resultados de sua crítica política da cultura, *Punto de Vista* acabou delineando uma postura de esquerda específica, em um diálogo com tradições políticas em princípio distantes dos grupos da nova esquerda nos anos 1960 e 1970, grupos dos quais, afinal, vieram os principais intelectuais da revista. A releitura das tradições culturais e políticas levou à construção de um posicionamento de esquerda particularizado, concernente às questões da redemocratização e da política dos anos 1980 e 1990. E esse posicionamento não foi o mesmo durante toda a história da revista, tendo oscilado de uma posição mais próxima das tradições dos anos sessenta e dos anos setenta, ainda durante a ditadura, para outra na qual houve disposição para o diálogo e para a colaboração – obviamente, controversa – com certas tendências do radicalismo e do peronismo a partir da redemocratização.

Referências

- DE DIEGO, José Luis. *Campo intelectual y campo literario en la Argentina (1970-1986)*. Tese (Doutorado em Letras) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2000.
- DE DIEGO, José Luis. Los intelectuales y la izquierda en la Argentina (1955-1975). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. II. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010. p. 395-416.
- DE DIEGO, José Luis. “¿Quién de nosotros escribirá el Facundo?” Intelectuales y escritores en Argentina (1970-1986). La Plata: Al Margen, 2001.

GERBAUDO, Analía Isabel. Intervenciones olvidadas: Beatriz Sarlo en la universidad argentina de la posdictadura (1984-1986) *Perífrasis. Revista de Literatura, Teoría y Crítica*, Bogotá, v. 1, n. 1, p. 49-64, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/perifrasis/article/view/4757/4369>. Acesso em: 23 jan. 2025.

LINK, Daniel. Campo intelectual [diálogo/entrevista com Carlos Altamirano, Beatriz Sarlo, Hugo Vezzetti, Hilda Sabato e Adrián Gorelik]. *RadarLibros/Página12*, Buenos Aires, 21 dez. 2003. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/suplementos/libros/10-858-2003-12-21.html>. Acesso em: 22 jan. 2009.

MASIELLO, Francine. La Argentina durante el Proceso: las múltiples resistencias de la cultura. In: BALDERSTON, Daniel. *Ficción y política*. La narrativa argentina durante el proceso militar. Buenos Aires/Minneapolis: Alianza Editorial/Institute for the Study of Ideologies & Literature, University of Minnesota, 1987 p.11-30.

OLMOS, Ana Cecilia Arias. Apropiações críticas: Williams y Hoggart en Punto de Vista. *Anais eletrônicos do Congresso Brasileiro de Hispanistas*, São Paulo, v. 2, 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000000120020003000005. Acesso em: 30 jun. 2006.

PATÍÑO, Roxana. Intelectuales en transición. Las revistas culturales argentinas (1981-1987), *Cuadernos de Recienvenido*, São Paulo, n. 4, 1997.

PLOTKIN, Mariano; GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo. El regreso a la democracia y la consolidación de nuevas élites intelectuales. El caso de “Punto de Vista: Revista de Cultura”. Buenos Aires (1978-1985). In: PLOTKIN, Mariano; GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo (eds.). *Localismo y Globalización*. Aportes para una historia de los intelectuales en Iberoamérica. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Historia, 2000. p. 217-240.

PUNTO DE VISTA. REVISTA DE CULTURA. Colección completa (Números 1 a 90, 1978-2008). CD-Rom. Buenos Aires, 2009.

SARLO, Beatriz. Comigo não. Beatriz Sarlo, a voz do contra na Argentina. (Entrevista/artigo, por Carol Pires) *Revista Piauí*, São Paulo, n. 63, dez. 2011.

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/comigo-nao/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SARLO, Beatriz. Entrevista a Beatriz Sarlo, por Adriana Bocchino y Mónica Bueno. *CELEHIS: Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas*, Mar del Plata, n. 9, p. 163-189, 1997. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/celehis/article/viewFile/536/541>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SARLO, Beatriz. Entrevista a Beatriz Sarlo. Tozuda modernidad, por Sofía Mercader e Diego García. *Artepolitica.com*, Buenos Aires, jul. 2012. Disponível em: <http://artepolitica.com/articulos/entrevista-a-beatriz-sarlo>. Acesso em: 10 out. 2014.

SARLO, Beatriz. Entrevista a Jorge Wolff, Buenos Aires, 15 de junho de 1999. In: WOLFF, Jorge Hoffmann. *Telquelismos latino-americanos*. A teoria crítica francesa no *entrelugar* dos trópicos. Tese (Doutorado em Literatura) – UFSC, Florianópolis, 2001. p. 30-51. [Anexo 1 da tese, Entrevistas]

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. Argentina, América Latina, Europa: intelectuais, crítica e circulação de ideias na revista *Punto de Vista*. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (org.). *Histórias ibéricas e suas conexões*. São Paulo: Editora Dialética, 2023. p. 159-187.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *Uma revista da ditadura à democracia: cultura e política em Punto de Vista (1978-2008)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

TARCUS, Horacio. Introducción. Las revistas culturales argentinas. In: TARCUS, Horacio (ed.). *Catálogo de Revistas Culturales Argentinas (1890-2006)*. Buenos Aires: CEDINCI, 2007.

TERÁN, Oscar. Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980. In: TERÁN, Oscar (coord.). *Ideas en el siglo*. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008. p. 13-95.

O periódico Sexología y Sociedad e os desafios da construção da educação sexual em Cuba

Pedro Sampaio Azevedo
Elisa de Campos Borges

A Revolução Cubana foi, sem dúvida, um dos maiores acontecimentos ocorridos na América Latina no século XX. A vitória do movimento nacionalista, anti-imperialista, popular e democrático que em 1959 chegou ao poder por meio de uma guerrilha armada representou a possibilidade de construção de um projeto de mudanças radicais no país. A declaração do caráter socialista da revolução, que só ocorreu em 1961, não foi resultado de um alinhamento imediato à União Soviética (URSS) (Bandeira, 1998), mas de processo de disputas entre os setores dirigentes da revolução. Fidel Castro afirmou, em 1959, que a revolução não era capitalista nem comunista, e sim uma revolução única, com razões cubanas: *Nuestra Revolución no es comunista, [...] nuestros ideales se apartan de la doctrina comunista, la Revolución cubana no es capitalista ni comunista, es una revolución propia, tiene una ideología propia, tiene razones cubanas, es enteramente cubana y enteramente americana* (Castro apud Bandeira, 1998, p. 197). Buscava-se, portanto, um caminho próprio que não fosse pautado pelas disputas políticas e ideológicas da guerra fria.

As retaliações impostas pelos Estados Unidos tiveram início logo após as primeiras medidas da revolução e estavam relacionadas não somente

à manutenção dos seus interesses econômicos no país, mas também à possibilidade de que Cuba se tornasse um fator de instabilidade na América Latina, especialmente na América Central e Caribe. No entanto, segundo o autor Luiz Alberto Moniz Bandeira (1998), tanto os Estados Unidos quanto Cuba, aparentemente, buscaram evitar que a bipolaridade ideológica da Guerra Fria conduzisse a relação entre os dois países, principalmente porque os EUA pensavam que a dependência cubana em relação ao seu mercado limitaria algumas ações da revolução.

No entanto, o aprofundamento das medidas revolucionárias atingiu cada vez mais interesses americanos no país, assim como a radicalização dos discursos de lideranças da revolução mudou a condução da política externa americana em relação à Cuba. Foram adotadas medidas contra a ilha para desestabilizá-la. Destacamos o boicote à importação de açúcar cubano, a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), os bombardeios a quartéis e aeroportos cubanos, a invasão da Baía dos Porcos, em 1961, o embargo econômico ao país ainda em vigor, dentre outros (Ayerbe, 2004). É importante lembrar que Cuba sempre teve uma importância estratégica e geopolítica para os Estados Unidos dentro do contexto latino-americano. Mesmo após as lutas pela independência do domínio espanhol em 1899, Cuba foi governada por militares estadunidenses até 1902, período em que foram criadas as bases institucionais para o estabelecimento do neocolonialismo (Fernandes, 2007). Também foi imposta à Cuba a Emenda Platt, um dispositivo legal presente na constituição cubana que garantia o direito aos EUA de intervir militarmente em território cubano, além de assegurar a existência da base militar de Guantánamo no país.

As tensões com os Estados Unidos aumentariam com a aproximação cubana à União Soviética, que, estrategicamente, declarou solidariedade ao país e passou a apoiá-lo com maior ênfase após a declaração do caráter socialista da revolução, em 1961. Mas o ápice das tensões se deu com a instalação de mísseis soviéticos na ilha no ano de 1962, que gerou apreensão, a um mundo polarizado pela guerra fria, de um possível conflito nuclear. Os EUA decretaram um bloqueio naval e colocaram suas tropas em estado de alerta frente a um possível ataque. Ao mesmo tempo, Fidel mobilizou o povo cubano na defesa da revolução por meio de ações do Exército Rebelde

e das Milícias Nacionais Revolucionárias e ainda solicitou uma reunião de emergência na Organização das Nações Unidas (ONU). Enquanto os EUA e a URSS davam demonstrações de força, a diplomacia tentava encontrar um caminho pacífico para a solução do conflito. As negociações entre as duas potências para a retirada dos mísseis acabaram por se efetivar à revelia de Cuba, demonstrando que a União Soviética tinha como objetivo questões políticas estratégicas que não envolviam a defesa incondicional dos interesses do regime cubano. Já Fidel Castro vislumbrava, sem sucesso, que a retirada dos mísseis estivesse condicionada à negociação de pontos importantes para a revolução, como o fim do embargo econômico decretado pelos EUA, o fim de ações subversivas contra a ilha e da violação dos espaços aéreos cubanos, dentre outros (Bandeira, 1998).

O estabelecimento do estado socialista foi marcado por dificuldades que reportam tensão, ação imperialista e violenta contra Cuba, ao mesmo tempo em que o país tentava estabelecer as bases do novo regime que rompessem com o neocolonialismo e que estimulassem a participação popular. Como aponta Florestan Fernandes, os guerrilheiros não eram revolucionários profissionais. *“O seu discernimento (com sua lógica política) não era partidário, exclusivista, o que permitiu que avançassem aos poucos e soubessem aproveitar as oportunidades, espontâneas ou provocadas. Todo socialismo deve ser experimental”* (Fernandes, 2007, p. 88). Cuba, mesmo tendo referências de estados socialistas, como a URSS e a China, teve que construir um projeto próprio, que apresentava dificuldades para a superação do capitalismo dependente. Ao mesmo tempo, implementava ações inovadoras na educação, cultura e participação social, embora sempre permeadas por conflitos internos. Assim, o desafio da geração revolucionária apresentava-se em como estruturar uma nova forma de poder por meio de um estado “diferenciado em termos de conteúdo de classe e nas suas funções específicas – um Estado Socialista” (Mergulhão, 2019, p. 42).

Dentro dos diversos temas que estruturaram as políticas internas adotadas pela Revolução Cubana e que sofreram mudanças importantes ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 está a questão da sexualidade. A hostilidade mundial em relação aos debates sobre sexualidade por parte dos governos, seja de direita ou esquerda, geralmente refletia uma visão

conservadora, influenciada por uma perspectiva moralista intrínseca às sociedades forjadas a partir de uma estrutura de poder patriarcal. Nos governos de esquerda, unia-se a predominância das questões econômicas e das relações de classe sobre qualquer outra discussão. E, frequentemente, encaravam as discussões sobre a diversidade sexual e as questões de gênero como ameaças à ordem social estabelecida, à família socialista tradicional e aos valores “morais” que consideravam necessários para a construção de uma sociedade anticapitalista. Dessa forma, as questões relacionadas à sexualidade e ao gênero eram frequentemente marginalizadas, ignoradas e até mesmo combatidas. No caso cubano, a Federação das Mulheres Cubanas (FMC) desempenhou um papel importantíssimo ao liderar os debates sobre questões de gênero, da luta pela igualdade de direitos e do combate à violência, mas também dialogou com temas relacionados à homossexualidade.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a criação da *Revista Sexología y Sociedad*, vinculada ao Centro Nacional de Educação Sexual de Cuba (CENESEX), que desempenhou um papel fundamental na reflexão sobre sexualidade no país, assim como na discussão e elaboração de questões relacionadas ao tema. O diálogo com ativistas, intelectuais e especialistas resultou no lançamento da revista, em 1994, cujo objetivo era o de construir uma abordagem política sobre a questão, ao mesmo tempo em que Cuba reconstruía sua política exterior e interior, no contexto do fim da guerra fria na década de 1990 e da reafirmação das relações internacionais com os países da América Latina. Assim, a Revista contribuiu para um reposicionamento de Cuba no âmbito internacional, uma vez que delegações representando o país participaram ativamente nos fóruns, reuniões de organismos internacionais e congressos para dialogar sobre o tema, ao mesmo tempo em que realinhou sua política interna ao estabelecer ações que reafirmavam a importância da diversidade sexual.

A criação das Unidades Militares de Ajuda à Produção e do Centro Nacional de Educação Sexual de Cuba.

O respeito à diversidade sexual nem sempre foi a tônica das políticas implementadas pela Revolução. Um exemplo seriam as Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs) que funcionaram entre os anos de 1965 a 1968 na província de Camagüey. Segundo Roberto Garcés Marreo (2019), sua criação está relacionada à necessidade, de acordo com Fidel Castro, de lutar contra o passado, suas ideias reacionárias e os hábitos e vícios promovidos pelo capitalismo. Os primeiros anos da revolução foram conturbados, sem uma linha política clara e hegemônica, e foram marcados por contradições políticas, econômicas e sociais. A economia cubana, típica de países agrários monoexportadores e pouco industrializados, carecia de diversificação, ao mesmo tempo em que enfrentava o embargo norte-americano. Como afirma Roberto Marrero (2019, p. 101), *“participar en la principal producción económica del país era acercarse al recién estrenado concepto de “hombre nuevo”*.

A necessidade de desenvolver o setor produtivo e o aumento da produção tornaram-se pontos centrais da revolução, que alinhou princípios da educação e do trabalho coletivo ao estímulo de uma nova ética e moral revolucionária entre o povo cubano. Assim, a dedicação a tarefas produtivas essenciais para a construção do socialismo, como a agricultura, indústria, construção civil e as forças armadas, tinha caráter prioritário. A antítese da figura do revolucionário era representada por aquele que se negava ao trabalho no setor produtivo, sobretudo, na agricultura, que era o centro da economia cubana. Dessa forma, a criação das Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAPs) envolveu argumentos de que a revolução teria necessidade de formar jovens que não estudavam, não prestavam serviço militar obrigatório e não trabalhavam no setor produtivo ou nas campanhas de trabalhos voluntários. O objetivo era formar cidadãos que se envolvessem com o projeto revolucionário e corrigir desvios, e, para tanto, eles deveriam ser preparados tanto física quanto ideologicamente para os desafios da revolução. Ao mesmo tempo, combatia-se o que as lideranças chamavam de correntes exóticas, ou seja, pessoas com postura negativa diante do trabalho

nas áreas consideradas prioritárias, ou que se dedicavam a uma atividade intelectual não alinhada com os ideários da revolução. Portanto, uma nova conduta, subordinada à disciplina militar e à moral revolucionária, deveria ser construída.

Para a revolução, homossexuais eram considerados “perversos” que desvirtuavam o caráter do processo. Estabeleceu-se uma política em que muitos foram perseguidos e internados nas UMAPs. O objetivo seria superar desvios ideológicos ou sexuais por meio de trabalho forçado e tratamentos psicológicos. (Madero, 2016; Miskulin, 2005; Costa, 2013). Mesmo tendo sido criados com a intenção de reeducar a sociedade considerada desvirtuada e não estando centradas em homossexuais, na prática, as unidades foram uma das principais ferramentas para se controlar e regulamentar a sexualidade em Cuba.

Tais unidades foram fechadas em 1968, após diversas denúncias internacionais que foram levadas ao público e discussões no interior da cúpula do partido do Partido Comunista de Cuba. As memórias daqueles que passaram pela instituição estão registradas em seus depoimentos, que reforçam a abordagem, pelo estado cubano, do tema da diversidade sexual por meio da patologização da sexualidade e como um problema sanitário. Essas teorias adotadas por diversos países foram as responsáveis por lançar as bases da medicalização da sexualidade ao redor do mundo (Fachinni; Simões, 2009). A crise que envolveu as UMAPs significou não só o seu próprio fim, como, principalmente, estabeleceu os pilares para a instalação de organizações, centros e instituições destinadas a abordar o tema da sexualidade a partir de outra perspectiva.

Uma dessas organizações foi o Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual (GNTES), criado em 1972 por Vilma Espín¹, diretora da Federação de Mulheres Cubanas (FMC), Alvarez Lajonchere, médico cubano e Monika Krause-Fuchs, socióloga e educadora sexual vinda da Alemanha

1. Vilma Espín lutou em Sierra Maestra, foi presidente da Federação das Mulheres Cubanas desde a sua fundação, em 1960, até à sua morte, em 2007. Também foi membro do Conselho de Estado de Cuba, assim como membro do Comité Central e Gabinete Político do Partido Comunista de Cuba. Ela foi casada com Raúl Castro. Sua filha, Mariela Castro Espín, é a diretora do Centro Nacional de Educação Sexual e uma ativista pelos direitos da comunidade LGBT em Cuba.

Oriental. Futuramente a organização daria origem ao Centro Nacional Cubano de Educação Sexual (Cenesex). O grupo nasceu como uma resposta às necessidades da sociedade cubana, assolada por inúmeros problemas relacionados à sexualidade e pela terrível experiência das UMAP's. Além da perseguição às práticas e expressões sexuais não heterossexuais, Cuba apresentava casos de abortos clandestinos, gravidez na adolescência e violência sexual (Lajonchere, 1994), além do número crescente de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), que teve seu auge na década de 1990. O GNTES se dedicou a organizar, por meio de uma ótica interdisciplinar, o Programa Nacional de Educação Sexual (ProNes), que, apresentado em 1975, lançou as bases para a criação da *Revista Sexología y Sociedad* em 1994. A publicação de revistas e periódicos seria um componente importante para o ensino da educação sexual, mas também no diálogo com a comunidade internacional.

A revista cubana Sexología y Sociedad na transição pós-Guerra Fria

A revista *Sexología y Sociedad* é projetada como o principal meio de informação do Centro Nacional de Educação Sexual (Cenesex), atuando em duas frentes: na coordenação de um importante processo de educação sexual e na tentativa de ressaltar, dentro da história da educação sexual, suas origens vinculadas à própria Revolução Cubana e a de seus representantes no governo revolucionário. Este último aspecto impacta diretamente na forma discreta e, na maioria das vezes, invisível com a qual a história oficial da revista e do Cenesex aborda os obstáculos internos na discussão de uma política de educação sexual, uma vez que parte da direção da revolução não compartia da mesma opinião sobre o tema.

É importante mencionar que a criação do Cenesex e da sua revista foi marcada por tensões com os grupos dirigentes da revolução cubana. Durante as diversas transformações estruturais e sociais vivenciadas pelo país no início do governo revolucionário, como a reforma agrária e a expropriação das empresas norte-americanas (Ayerbe, 2004), a história da sexualidade em Cuba enfrentou um grande impasse. Enquanto a Federação de Mulheres

Cubanas se dedicava a questões como o aborto, os índices de fecundidade e o enfrentamento do machismo (Kirk, 2012), homossexuais eram perseguidos sob a justificativa de representarem uma degeneração burguesa e capitalista (Marques, 2012).

A década de 1990, período em que *Sexología* foi criada, representou o momento em que Cuba e o movimento revolucionário enfrentaram uma crise radical que, de diferentes formas, foi aprofundada com a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e a eventual dissolução do bloco socialista. Essas questões influenciaram a intensificação de medidas de bloqueio econômico promovidas pelos Estados Unidos. Além de perder o seu principal aliado econômico e militar, Cuba observou seu maior adversário consolidar uma hegemonia que assumiu “contornos cada vez mais imperiais” (Johnson; Silva, 2013, p. 172). Essas medidas contribuíram, nos três primeiros anos da década, para uma retração de mais de 40% do produto interno bruto (PIB) cubano (Gott, 2006).

O que chama atenção é que, em meio à profunda crise econômica que assolava Cuba após o colapso do bloco socialista e às pressões geopolíticas dos Estados Unidos na região, o grupo intelectual que coordenava o Cenesex conseguiu não apenas manter, mas consolidar um projeto editorial dedicado a temas considerados sensíveis por lideranças revolucionárias. Como observa Emily J. Kirk (2015), essa conquista revela uma capacidade singular de atuação política: embora operando sob a influência institucional da Federação de Mulheres Cubanas e com apoio de organizações internacionais, os pesquisadores do centro souberam capitalizar espaços de autonomia relativa para manter vivo o debate sobre a sexualidade em um contexto em que tais discussões dificilmente seriam prioritárias.

Dadas essas circunstâncias, trabalhamos com a hipótese de que esse fenômeno pode ser compreendido à luz do que Marcos Antonio da Silva e Guillermo A. Johnson (2010, p. 150) definem como um processo de reconfiguração do “sistema de relações externas”. Os autores argumentam que a década de 1990 foi marcada pela consolidação de uma “diplomacia social” cujo objetivo era fortalecer os laços com a comunidade internacional,

especialmente com países da América Latina². Tornou-se imprescindível, portanto, revisar as atitudes do passado sob uma perspectiva voltada para o fortalecimento do movimento revolucionário, mudando práticas, consolidando o poder popular, buscando restabelecer, dentro de Cuba, a legitimidade e a credibilidade do projeto revolucionário. Nesse contexto, a questão dos direitos humanos surge como um dos principais pilares da reformulação da política externa cubana (Silva; Johnson, 2010). Como apontam Júlio Assis Simões e Regina Facchini (2009), o período de criação do Cenesex e da revista *Sexología* coincide com uma intensificação dos movimentos globais em favor da liberação sexual, demonstrando, inclusive, que Cuba estava dialogando com toda uma produção teórica que circulava mundialmente sobre o tema. Assim, entendemos que a década de 1990, marcada pelo colapso do socialismo na União Soviética e pela redemocratização de países latino-americanos, representa uma tentativa de reposicionamento internacional por parte de Cuba, por meio do fortalecimento das relações internacionais com a América Latina³.

2. Nos anos 1980, o chamado Êxodo de Mariel foi considerado uma das primeiras crises do regime cubano, que culminou na emigração de 125 mil cubanos do Porto de Mariel para os Estados Unidos. Esse processo expôs à comunidade internacional uma crise interna que envolveu três posições sobre a revolução, segundo o autor Rickley Marques (2008, p. 475): “a geração cubana que fez a revolução de 1959, a camada dominante anterior, à revolução que migra para Miami em princípios dos anos 60 e, principalmente, uma parcela da primeira geração de cubanos que cresce e se forma durante a revolução e que a abandona”. A crise toma proporção de grande tensão diplomática. O governo, para diminuir a pressão, autorizou a saída de cubanos, mas todos deveriam passar por uma triagem, que, segundo denúncias da época, contou com facilidades para aqueles grupos denominados indesejáveis para a revolução, como prisioneiros comuns, homossexuais, prostitutas, deficientes mentais, entre outros.

3. É importante destacar que Cuba já mantinha um direcionamento estratégico para a América Latina e a África antes dos anos 1990, evidenciado pela criação de organizações como a OPSAAL (Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina) e outras iniciativas de solidariedade internacional. Além disso, políticas culturais e instituições como a *Casa de las Américas* e o *Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográficos* (ICAIC) reforçavam esse vínculo com a América Latina. Embora as relações interestatais tenham sido afetadas pelas ditaduras na região, as conexões entre grupos culturais, intelectuais, partidos políticos e movimentos sociais permaneceram ativas, demonstrando a continuidade do engajamento cubano com a região mesmo em contextos políticos adversos. Nem toda a América Latina estava sob regimes ditatoriais, o que também permitiu a manutenção dessas relações em diversos níveis. Por outro lado, é necessário ter em mente que esse período também é marcado pela ampliação de forças contrárias ao tema da sexualidade – as comunidades evangélicas e conservadoras contrárias ao projeto do Cenesex em Cuba e contrárias à própria revolução. Para ler mais: Sinfonte (2021).

Segundo os autores Guillermo A. Johnson e Antonio da Silva (2010), ao analisarmos o processo de reposicionamento da Revolução Cubana, é possível identificar duas linhas principais de ação do estado cubano. A primeira está relacionada com a adoção de políticas de desenvolvimento econômico visando uma maior aproximação entre Cuba e os países latino-americanos; e a segunda está associada ao que se chamou de diplomacia social.

Na primeira, segundo Johnson e Silva (2010), as relações econômicas estabelecidas com países latino-americanos ao longo da década de 1990, embora ainda modestas, desempenharam um papel significativo na recuperação parcial da economia cubana no final do século XX. Nesse contexto, a Argentina destacou-se no setor de turismo, enquanto a Venezuela assumiu protagonismo no campo das importações. Além disso, os autores apontam que a integração de Cuba à Organização de Turismo do Caribe na década de 1990 intensificou os benefícios econômicos advindos da exploração do “alto valor estratégico” de sua localização geográfica. Essa aproximação também contribuiu para fortalecer a rede de apoio latino-americana ao enfrentamento Cuba-Estados Unidos, um conflito que remonta aos primeiros anos da revolução. O movimento revolucionário buscava reduzir o impacto das sucessivas medidas de bloqueio e boicote impostas de forma severa pelos norte-americanos. Nesse processo, era necessário restabelecer a confiança e reafirmar os ideários revolucionários que emergiram como uma das estratégias mais viáveis para assegurar a continuidade do projeto iniciado em 1959.

Já a segunda linha de ação está relacionada com o conceito de “diplomacia social”, elemento crucial para compreender tanto a construção quanto o funcionamento do Centro Nacional de Educação Sexual (Cenesex) e de seu principal veículo de comunicação, *Sexología y Sociedad*. Para os autores, a diplomacia social é uma forma de cooperação internacional focada em áreas específicas nas quais Cuba apresentava um nível considerável de desenvolvimento, como saúde, educação, cultura, esportes e segurança pública. O tema da educação sexual aparece como uma confluência entre os temas de educação e saúde. Esses setores tornaram-se pilares da política externa cubana para a América Latina. O objetivo era atrair e engajar

parceiros internacionais por meio de uma agenda formulada em torno de questões ligadas aos direitos humanos, o principal alvo de críticas externas à Revolução Cubana.

Dessa forma, observa-se que, em consonância com o abordado pelos autores, o Centro Nacional de Educação Sexual e sua revista foram espaços vitais para a reaproximação com os países latino-americanos. É importante observar que o Cenesex e a revista *Sexología* foram desde os seus primórdios financiados e promovidos pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)⁴, demonstrando o estabelecimento de pontes com inúmeras ONGs, instituições, pesquisadores e profissionais ao redor do mundo e, principalmente, na América Latina. Esse aspecto é um dos pilares que justificam o funcionamento e a ampliação da sua organização e de seu principal meio de comunicação num período de crise, em que, segundo Fidel Castro “a imprensa estava sem papel” (Castro, 1997 apud Johnson, Silva, 2010, p. 175).

Assim, mesmo com todas as dificuldades vivenciadas por Cuba nos anos 1990, a revista *Sexología y Sociedad* circulou, dependendo do ano, tri, bi ou semestralmente e destacou-se por uma notável expansão no que diz respeito ao número de páginas, artigos e sessões (Figuras 1 e 2). Enquanto muitas publicações enfrentavam dificuldades de impressão e distribuição, a revista experimentou um crescimento significativo, ampliando sua influência e produção de conteúdo e tornando-se um veículo essencial para a difusão de informações sobre sexualidade, saúde sexual e direitos humanos em Cuba.

4. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é uma instituição de desenvolvimento internacional dependente da Organização das Nações Unidas (ONU) que trabalha em parceria com governos e organizações da sociedade civil para formular e monitorar políticas e programas sobre população e desenvolvimento. Dessa forma, o UNFPA se destaca como uma importante organização no que diz respeito à garantia e ampliação do conhecimento das nações participantes em torno da sexualidade humana, focando, principalmente, em grupos minoritários – como mulheres, jovens, LGBTQIA+s, negros, pessoas em situação de rua e moradores de áreas carentes. Seu objetivo é promover direitos reprodutivos e ampliar o acesso gratuito à saúde sexual e reprodutiva. Cf: <https://www.unfpa.org/node/9115>. Acesso em: 4 jan. 2025.

Figura 1: número de páginas da revista *Sexología y Sociedad* publicados de 1994 a 2000 baseado em: *Sexología y Sociedad*. Cuba: jun. 1994 a dez. 2000. Havana, Cuba. Disponível em: <http://revsexologiaysociedad.sld.cu>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

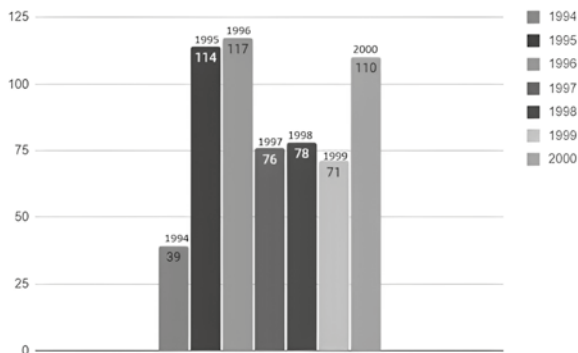
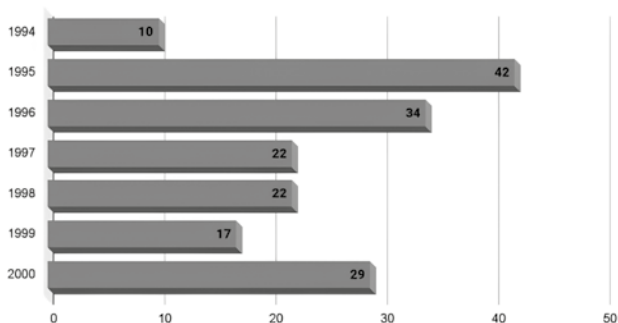


Figura 2: número de seções e artigos publicados pela revista de 1994 a 2000 baseado em: *Sexología y Sociedad*. Cuba: jun. 1994 a dez. 2000. Havana, Cuba. Disponível em: <http://revsexologiaysociedad.sld.cu>. Acesso em: 10 de outubro de 2024⁵.



5. As figuras 1 e 2 apresentam gráficos elaborados pelo autor com base no número de artigos e páginas disponíveis em cada ano de publicação da revista *Sexología y Sociedad*, utilizando os dados acessíveis no site oficial do periódico. Figura 1 considera o total de artigos listados no site por ano. A figura 2 baseia-se na numeração da última página do artigo final de cada volume anual. Por exemplo, em 1994, apenas um volume foi publicado (volume zero), com a última página numerada 39. No ano seguinte, 1995, foram publicados três volumes (1, 2 e 3), cujas últimas páginas eram numeradas 36, 39 e 39, respectivamente. Nesses casos, foi realizada a soma das páginas de todos os volumes para determinar o número total de páginas publicadas naquele ano.

A análise das figuras 1 e 2 permite uma compreensão mais detalhada do desempenho da revista *Sexología y Sociedad* durante a década de 1990, um período marcado por desafios econômicos e políticos em Cuba. A figura 2, que apresenta o número de artigos publicados anualmente, revela tendências significativas que vão além da simples contagem de páginas, oferecendo algumas reflexões sobre a dinâmica editorial e as prioridades da revista ao longo dos anos.

Entre 1994 e 1995, o número de artigos passou de 10 a 42, um aumento de 320%. Esse salto pode ser interpretado como um esforço inicial para consolidar a revista como um espaço de debate e disseminação de conhecimento sobre sexualidade e saúde sexual, temas que ganharam relevância no contexto dos anos 1990. Entre 1995 e 1996, houve uma leve redução de 19% no número de artigos (de 42 para 34), seguida por uma queda mais acentuada de 35% em 1997 (de 34 para 22 artigos). Essa oscilação pode estar relacionada às dificuldades impostas pelo Período Especial⁶. Entre 1998 e 1999, a revista estabilizou o número de artigos em torno de 20 por ano (22 em 1998 e 17 em 1999), com 1999 registrando o menor número de artigos desde 1994. Essa estabilização pode ser entendida como um período de ajuste editorial, no qual a equipe da revista buscou consolidar suas linhas temáticas e aprimorar a qualidade dos artigos publicados⁷.

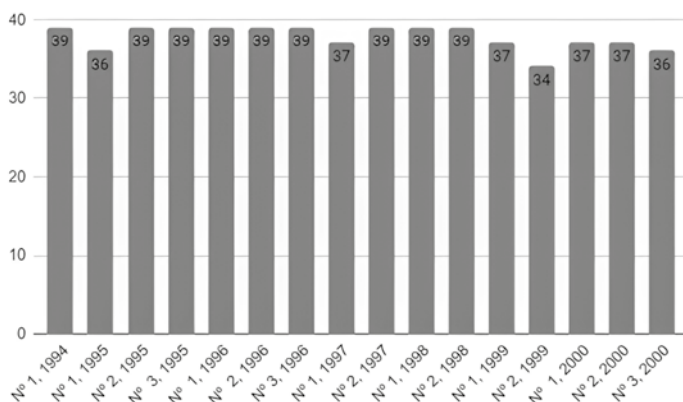
O ano de 2000 marca uma recuperação expressiva, com um aumento de 70% no número de artigos (de 17 para 29), quase retomando os níveis de 1996. Esse crescimento sugere que a revista superou parte dos desafios

6. O Período Especial em Tempos de Paz, nomenclatura utilizada por diversos pesquisadores, entre eles Richard Gott (2006), marca o fim das alianças econômicas com a União Soviética, ocasionado pelo fim do bloco socialista na década de 1990. Como consequência, áreas centrais para a revolução, como a educação, saúde, transporte, defesa e segurança, foram paralisadas, e uma crise extrema se instaurou dentro da ilha caribenha. Visando superar esse momento, Cuba adota medidas de abertura gradual à iniciativa privada, permitindo, inclusive, que algumas empresas estrangeiras se instalassem no país, mas sob a condução do estado. Foi nesse período que o país impulsionou o setor de turismo, gerando oportunidades de trabalho e maior circulação de moedas no país (Santoro, 2010).

7. Atualmente, segundo a plataforma digital da revista, as principais linhas temáticas são: educação abrangente em sexualidade; saúde sexual e reprodutiva; direitos sexuais; violência; gênero e feminismos; infância, adolescência e juventude; integração social de pessoas LGBTQ+. A metodologia oficial de publicação da revista também está disponível em “Políticas de seção” e “Políticas editoriais”. Disponível em: <https://revsexologiaysociedad.sld.cu/index.php/sexologiaysociedad/about/>. Acesso em: 23 de novembro de 2024

iniciais, consolidando-se como um espaço importante para discussões sobre sexualidade e direitos humanos em Cuba. O aumento no número de artigos pode estar associado a uma maior estabilidade organizacional, bem como ao amadurecimento das estratégias editoriais da revista. Além disso, é possível que a equipe editorial tenha conseguido ampliar sua rede de colaboradores, garantindo um fluxo mais constante de contribuições.

Figura 3: Número de páginas por número publicado entre 1994 e 2000 baseado em: *Sexología y Sociedad*. Cuba: jun. 1994 a dez. 2000. Havana, Cuba. Disponível em: <http://revsexologiaysociedad.sld.cu>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.



A análise das edições disponíveis também revela uma tentativa de estabelecer um padrão editorial consistente, com o número de artigos variando entre 17 e 42 por ano (Figura 2). Essa variação reflete os desafios enfrentados pela revista, mas também demonstra um compromisso com a qualidade e a abrangência dos temas abordados. Em 1996 e 2000, por exemplo, a revista publicou um número maior de artigos, possivelmente refletindo um esforço para cobrir uma gama mais ampla de tópicos ou responder a demandas específicas do contexto político e social. Por outro lado, em 1999, a redução no número de artigos pode indicar uma priorização de conteúdos mais densos e aprofundados, alinhados com os objetivos de consolidar a revista como uma referência acadêmica e política.

Além de desafios logísticos e econômicos, *Sexología y Sociedad* também enfrentou barreiras culturais e políticas. A sexualidade, especialmente temas relacionados à homossexualidade e à diversidade sexual, era um assunto sensível em Cuba, tanto no âmbito governamental quanto na sociedade em geral. A revista, ao abordar esses temas, precisou navegar entre o apoio do governo revolucionário, que via na educação sexual uma ferramenta para o desenvolvimento social, e a resistência de setores mais conservadores. Essa ambivalência pode ter influenciado as flutuações no número de artigos, já que a equipe editorial precisava equilibrar a abordagem de temas relevantes com as restrições impostas pelo contexto político.

Por fim, a recuperação observada em 2000, com 29 artigos publicados, sugere que a revista conseguiu superar parte desses desafios, consolidando-se como um espaço importante para a discussão de temas relacionados à sexualidade e aos direitos humanos. Esse crescimento reflete não apenas uma maior estabilidade organizacional, mas também o fortalecimento do papel da revista como uma plataforma de diálogo entre Cuba e a América Latina, contribuindo para a disseminação de conhecimentos e práticas progressistas em um contexto global ainda marcado por preconceitos e desigualdades.

Portanto, a evolução editorial e temática de *Sexología y Sociedad* não só reflete as transformações internas de Cuba, mas também ilustra como as revistas são importantes para o debate público e a difusão de opiniões de especialistas, da sociedade e da própria revolução. As revistas capturam, traduzem e moldam os debates culturais, sociais e políticos de seu tempo. Nesse sentido, elas transcendem o seu papel de simples veículo de comunicação, tornando-se um laboratório de ideias que, ao mesmo tempo, apoia e desafia a própria revolução.

Ao longo dos anos, a revista *Sexología y Sociedad* consolidou-se como um espaço de destaque para a divulgação de pesquisas, estudos e experiências regionais, atraindo autores de diversos países. Uma análise da origem dos autores publicados na revista entre 1994 e 2008 revela como essa relação se desenvolveu rapidamente, reforçando a hipótese de que a revista desempenhou um papel fundamental na diplomacia social cubana a partir dos anos 1990.

Em 1994, a edição piloto da revista apresentou uma predominância de autores cubanos, muitos deles vinculados ao Centro Nacional de Educação Sexual. Dos dez artigos disponíveis, destacam-se contribuições de profissionais como as psicólogas Ofelia Bravo Fernandez e Ana Maria Cano Lopez, a pedagoga Merida M. Lopez Nadam e o médico Celestino Álvarez Lajonchere, um dos fundadores do Cenesex. A presença desses autores, provenientes de áreas como a psicologia, pedagogia e medicina, reflete o caráter interdisciplinar da revista desde seus primórdios. Além disso, a participação de integrantes de instituições governamentais, como o Ministério da Saúde Pública e a Sociedade Cubana para o Desenvolvimento da Família, sugere uma estreita relação entre a revista e as políticas públicas cubanas.

A partir de 1995, observa-se uma maior diversificação na origem e no perfil dos autores. Nos números 2, 3 e 4 do volume 1 daquele ano, foram publicados 42 artigos, com a participação de 56 autores, incluindo representantes de organizações internacionais, como o Fundo de População das Nações Unidas. Embora os cubanos ainda representassem a maioria absoluta (cerca de 92% do total), começam a surgir nomes de pesquisadores e profissionais não vinculados diretamente a instituições governamentais⁸.

Um marco significativo desse período foi a publicação, no número 2 de 1995, do artigo “*Derecho a la Vida*”, produzido pela Federação Latinoamericana de Sociedades de Sexologia e Educação Sexual. O texto sintetiza as recomendações do “I Seminário de Educação Sexual e Saúde Reprodutiva”, realizado em Cuba em junho de 1994 com o apoio da ONU e a participação de representantes de 49 países. O seminário abordou temas como o direito ao desenvolvimento pleno da sexualidade, a igualdade de gênero, a saúde sexual e o planejamento familiar, refletindo o alinhamento de Cuba com as diretrizes internacionais na área. A publicação desse artigo na *Sexología y Sociedad* não apenas reforçou o papel da revista como plataforma de divulgação de boas práticas, mas também evidenciou o engajamento de Cuba na promoção de políticas progressistas em saúde sexual e reprodutiva.

8. Entre eles, destacam-se Ernesto Barcaz Hechavarría, psicólogo e professor, Lázaro Enrique Caro, psicopedagogo e Ileana Lopez Jaenz, médica.

A realização de eventos internacionais sobre sexualidade em Cuba, ainda que de forma limitada, representou um passo importante nessa direção. *Sexología*, ao ampliar seu escopo e diversificar suas colaborações, consolidou-se como um espaço de referência para o debate sobre sexualidade e direitos humanos, contribuindo para a construção de uma nova narrativa sobre esses temas no contexto cubano e latino-americano.

Esse artigo também destaca o alinhamento de Cuba com países da América Latina no campo da sexualidade e saúde reprodutiva. Ao sediar um evento regional sobre esses temas, com a participação de representantes de quase todos os países da região, Cuba não apenas reafirmou seu compromisso com a causa, mas também demonstrou seu nível de desenvolvimento e expertise no assunto. Esse movimento foi crucial para posicionar o país como um interlocutor relevante no diálogo latino-americano sobre sexualidade e direitos reprodutivos.

Em 1995, *Sexología y Sociedad* deu um passo significativo ao publicar, pela primeira vez, artigos de autores não cubanos. O primeiro deles foi Miguel A. Fiallo, da República Dominicana, diretor médico da Schering Dominicana S.A., uma empresa farmacêutica importante na região⁹. No mesmo número 4, outro destaque foi a participação da professora Blanca Elisa Cabral, da Universidade dos Andes, Venezuela, e membro da Sociedade Venezuelana de Psicologia Sexológica. Seu artigo “Ecologia da sexualidade” foi originalmente apresentado no XII Congresso Mundial de Sexologia, realizado no Japão, e, posteriormente, submetido à *Sexología y Sociedad*. A inclusão de trabalhos apresentados em eventos internacionais reforçou o caráter global da revista, conectando-a a discussões de ponta no campo da sexologia.

Essa evolução editorial da revista não apenas enriqueceu seu conteúdo, mas também reforçou o papel de Cuba como um ator central na promoção da saúde sexual e reprodutiva na região. Ao abrir espaço para colaboradores

9. “La nueva Píldora” foi publicado no número 2 de 1995 e abordava a promoção e os benefícios da pílula anticoncepcional. No número 4 do mesmo ano, Fiallo contribuiu com outro artigo, “Es el estrógeno aún la ‘hormona femenina?’”, que discutia questões técnicas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Embora os textos completos não estejam disponíveis, é evidente que suas contribuições trouxeram uma perspectiva internacional e técnica para a revista, enriquecendo o debate com conhecimentos especializados.

internacionais, a publicação demonstrou sua capacidade de adaptação e sua disposição para contribuir com o avanço do conhecimento e influir nas políticas públicas nesse campo.

Entre 1994 e 2008, *Sexología y Sociedad* contou com a contribuição de 283 autores de diversas áreas do conhecimento, como psicologia, medicina, pedagogia e sociologia. Desse total, 230 eram cubanos, muitos vinculados ao Cenesex, ao Ministério da Saúde Pública ou ao Ministério da Educação, enquanto outros atuavam em instituições não governamentais. Os 53 autores restantes, 20% do total de contribuintes, vinham de outros países, incluindo instituições como o Fundo de População das Nações Unidas. Essa diversidade reforçou o caráter colaborativo da revista, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e consolidando sua relevância na área.

Dos autores internacionais, 93% eram provenientes de países latino-americanos, com destaque para México, Venezuela, Peru, Chile, Uruguai, Argentina, Equador, Colômbia, Costa Rica e República Dominicana. O Brasil aparece em menor proporção e, junto com países como Espanha e Estados Unidos, compõe os 7% restantes. A predominância de nações de língua espanhola refletiu-se também na política editorial da revista, que publicava exclusivamente em espanhol, mesmo quando os autores eram de países não hispanófonos. Essa prática reforçou o papel da revista como um espaço de diálogo e cooperação regional, além de facilitar a participação de profissionais de toda a América Latina em eventos e publicações sobre sexualidade e saúde reprodutiva.

Os temas de Sexología y Sociedad ao longo dos anos 1990

Essa articulação transnacional e o papel de *Sexología y Sociedad* como veículo de diplomacia social não apenas consolidaram o Cenesex como uma referência em saúde sexual, mas também fortaleceram sua legitimidade interna. A revista atuou como um espaço de produção e circulação de ideias, conectando as demandas locais às discussões globais sobre direitos humanos, saúde e sexualidade. Nesse processo, a revista evidencia como tais publicações podem ser compreendidas como “atores de seu tempo”,

conforme proposto por Beatriz Sarlo (1992), ao intervir na esfera pública e moldar debates que relacionam política, cultura e sociedade.

Digitalizado, divulgado e lançado recentemente por meio da plataforma InfoMed, *Sexología y Sociedad* exemplifica a importância de revisitar a história desse tipo de publicação para compreender as intersecções entre política, sociedade e cultura na América Latina, especialmente no contexto da Guerra Fria e suas consequências. Em suas páginas, é possível observar como o Cenesex buscou inserir a educação sexual no cerne da Revolução Cubana, alinhando os debates sobre sexualidade e gênero às questões de classes e aos princípios do projeto revolucionário. A revista, assim, tornou-se um espaço de sociabilidade e de produção intelectual coletiva, refletindo os esforços do governo cubano para dialogar com movimentos globais e, ao mesmo tempo, consolidar sua identidade local, marcadamente revolucionária.

O papel duplo de *Sexología y Sociedad*, como reflexo e intervenção em seu contexto histórico, demonstra a importância das revistas como espaços de produção de ideias e de transformação social em tempos de intensas mudanças políticas e culturais. Ao articular debates sobre sexualidade e gênero com os desafios da Revolução Cubana e os movimentos transnacionais, a revista evidencia como publicações periódicas podem atuar como mediadoras entre demandas locais e globais, contribuindo para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que marcaram a América Latina no final do século XX.

Em um dos primeiros artigos publicados pela revista em 1994, intitulado *La Educación Sexual en Cuba: Programa Nacional*, a psicóloga e professora cubana Lourdes Flórez Madán discorre, de forma breve e objetiva, sobre a trajetória da educação sexual no país. Nesse ano inaugural, a revista priorizou discutir o trabalho realizado pelo Cenesex, estabelecendo-se como uma plataforma para a divulgação de seus esforços e conquistas. Observa-se que cerca de 50% das publicações de 1994 foram dedicadas a explorar os avanços alcançados pelo Centro, desde a criação do Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual (GNTES) até a consolidação de suas práticas e políticas.

Essa abordagem inicial reflete uma intenção clara: introduzir e, ao mesmo tempo, justificar o papel desempenhado pelo Cenesex na promoção da educação sexual em Cuba. A revista não apenas apresentava os feitos

da instituição, mas também buscava consolidar sua relevância como complemento essencial para o trabalho do Centro. Nesse processo, os artigos destacavam a relação intrínseca entre os avanços educacionais na área da sexualidade e os ideais da Revolução Cubana. A narrativa construída reforçava que, sem a ruptura histórica de 1959, as conquistas no campo da educação sexual dificilmente teriam sido possíveis.

Tal perspectiva fica ainda mais evidente ao considerarmos os principais contribuintes nesse período, pesquisadores e cientistas diretamente ligados à direção e coordenação do Cenesex, como Celestino Alvarez Lajonchere e a própria Lourdes Flórez Madán, que assumiu a liderança da instituição após a saída de Monika Krause, a primeira diretora do Centro. A escolha, feita por figuras centrais na trajetória do Cenesex, não era casual, ao contrário, representava uma estratégia deliberada para assegurar que a liderança da instituição permanecesse alinhada aos princípios revolucionários e aos objetivos socialistas do movimento revolucionário e deste com a revista.

Por meio dessa estratégia, *Sexología y Sociedad* não apenas reafirmava o compromisso do Cenesex com a transformação social promovida pela Revolução Cubana, mas também se posicionava como um meio de comunicação alinhado aos valores do governo e da sociedade. A revista cumpria o duplo papel de refletir e impulsionar ideais revolucionários, legitimando a educação sexual como uma peça central no projeto socialista cubano. Assim, a revista consolidava sua função de destacar a importância da educação sexual no contexto de uma sociedade em transformação, alinhando-se aos valores e objetivos do projeto revolucionário. É interessante ressaltar que, dentro do governo e dos órgãos estatais, não existia consenso sobre a questão da educação sexual.

Embora não seja possível afirmar se havia ou não ingerência por parte dos editores ou outros órgãos da revolução sobre o principal meio de comunicação do Cenesex, algumas questões merecem destaque. Antes da fundação do Centro como parte do Ministério da Saúde, a censura às discussões sobre sexualidade – especialmente sobre a diversidade sexual – foi aplicada em diversas obras publicadas em Cuba. Um exemplo significativo é *El hombre y la Mujer en la intimidad*, do psicanalista alemão Siegfried

Schnabl. Quando o livro foi publicado em Cuba pela primeira vez, em 1979, o décimo capítulo, denominado “A homossexualidade no homem e na mulher”, foi retirado da publicação. Cerca de cem mil exemplares foram distribuídos em 1979, e um número igual de cópias foi disponibilizado em 1985, ambos sem o artigo. Em 2012, Monika Krause afirmou que a revisão técnica realizada em 1979 aconteceu após a leitura do livro não só por membros do Partido Comunista Cubano e do Ministério da Saúde e da Educação, mas também por Vilma Espín.¹⁰

Na edição de 1996 da revista, Álvarez Lajonchere, em seu artigo *Educación sexual en Cuba: reseña histórica*, menciona esse trabalho, mas invisibiliza os obstáculos enfrentados para a publicação do capítulo sobre homossexualidade e também não explica o motivo de, posteriormente, o artigo ter sido publicado em sua forma original.¹¹

Nas páginas de *Sexología y Sociedad*, os esforços para reescrever a história da educação sexual em Cuba são evidentes. Em vez de abordar os obstáculos narrados por figuras como Monika Krause, a revista opta por construir uma narrativa que insere essa trajetória no cerne dos ideais revolucionários, exaltando a transformação social gerada pela Revolução Cubana. Essa escolha reflete a busca por moldar discursos que fossem ao mesmo tempo históricos e interventivos, capazes de dialogar com o presente e projetar um futuro alinhado aos valores revolucionários.

Um exemplo marcante dessa inclinação encontra-se no artigo de Lajonchere que conecta diretamente a fundação do Cenesex aos ideais da Revolução Cubana: “Na madrugada do primeiro dia do ano de 1959, a luta armada popular do povo cubano derrotou absolutamente as forças armadas que sustentavam a ditadura capitalista de Fulgêncio Batista.” (Lajonchere, 1996, p. 25). Tal escolha discursiva reforça a intenção de vincular a educação sexual aos princípios revolucionários, destacando o papel da revolução como

10. Os motivos exatos para a retirada do décimo capítulo, intitulado “A homossexualidade no homem e na mulher”, nunca foram explicitamente esclarecidos por Vilma Espín ou por qualquer outro membro do Partido Comunista Cubano envolvido na revisão técnica de 1979. A decisão permanece envolta em especulações, sem uma justificativa oficial documentada. Para ler mais: Medina (2012).

11. Em 1982, o livro “¿Piensas ya en el amor?”, do escritor alemão Heinrich Brückner, também teve partes que se referiam à homossexualidade retiradas ou reescritas.

base estrutural para os avanços nessa área. De fato, o Cenesex foi criado no contexto pós-revolucionário, refletindo os ideais e as transformações sociais promovidas pela Revolução Cubana. No entanto, é importante reconhecer que, apesar desse marco histórico, a implementação de políticas relacionadas à sexualidade revelou contradições e enfrentou desafios ao longo do tempo, evidenciando as complexidades inerentes ao processo revolucionário.

Essa tendência é corroborada por outros artigos, como *La investigación: Una de las líneas de trabajo del Centro Nacional de Educación Sexual* (1994), de Merida M. Lopez Nadam, que também omitem eventos como as Unidades Militares de Ajuda à Produção, as Brigadas Amarelas e o Primeiro Congresso de Cultura e Educação¹². Esses momentos que institucionalizaram a perseguição a homossexuais em Cuba estão ausentes desses artigos, mesmo sendo contemporâneos aos recortes cronológicos analisados.

Por outro lado, é inegável que o apoio estatal à educação e à saúde foi crucial para o desenvolvimento do Cenesex e da Revista *Sexología y Sociedad*. Sem essa estrutura, a criação e o funcionamento do centro e da revista seriam inviáveis. Por outro lado, é preciso reconhecer as contradições desse mesmo contexto político.

Ainda assim, é possível que a estratégia editorial de *Sexología y Sociedad*, ao evitar confrontos diretos com a Revolução Cubana, tenha permitido à revista cumprir um papel essencial. Como veículo de divulgação científica e de defesa dos avanços conquistados, ela reforça uma conexão harmônica entre o Cenesex e o governo cubano. Essa relação foi especialmente relevante no contexto da diplomacia social, no qual Cuba buscava se posicionar internacionalmente e reforçar sua confiabilidade interna. Assim, a revista demonstra a importância de publicações periódicas para capturar, mediar e provocar transformações na política adotada pelo estado cubano¹³, atuando como um ponto de convergência entre política, cultura e sociedade.

12. Para saber mais: Marques (2012).

13. Citamos, por exemplo, a adoção de políticas como a despenalização da homossexualidade, nos anos 1990, a realização de operações gratuitas de redesignação, a partir de 2008, ano em que o Cenesex se torna o principal órgão de defesa das minorias sexuais, oferecendo inclusive apoio jurídico em casos de agressões e abusos a pessoas sexualmente diversas. Também podemos citar a aprovação de direitos importantes, como o reconhecimento do casamento igualitário e a adoção por casais LGBTIQ+, entre outros avanços presentes no

Referências e Fontes

- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. Editora UNESP, 2004.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da Hegemonia*. Editora UNESP, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Fidel a Martí. A revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo. A revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GAY-SILVESTRE, Dominique. “Navegaciones y borrascas: Monika Krause y la educación sexual en Cuba (1979-1990)”, *Mesa Redonda*, n. 28, 2003.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GREEN, James N. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina”, *Cadernos AEL*, Edição Homossexualidade: Sociedade, Movimentos e Luta, 2010.
- JOHNSON, Guillermo A. “Cuba e a Reinserção Internacional no Século 21: em Busca de Novos Parceiros”, *Contexto & Educação*, Editora Unijuí. ano 28, n. 89, jan./abr. 2013.
- JOHNSON Guillermo A.; SILVA, Marcos Antonio da. “Cuba e a América Latina no Pós Guerra-Fria: inserção regional e Diplomacia Social”, *Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN*, n. 14, 2010.
- KIRK, Emily J. “Setting the Agenda for Cuban Sexuality: The Role of Cuba’s CENESEX”, *Canadian Journal for Latin American Studies*, v. 36, n. 72, p. 143-164, 2011.
- KIRK, Emily J. “The Changing Dynamics of Sexuality: CENESEX and the Revolution”, *Continuity and Change under Raúl Castro: The Contemporary Cuban Reader*, p. 433-440, 2015.

novo código da família aprovado em 2022. No entanto, os desafios ainda são imensos, sobretudo no que diz respeito à consolidação dos direitos dos homossexuais e o fim da homofobia, que ainda persiste na sociedade cubana.

KIRK, Emily J. *The normalization of sexual diversity in revolutionary Cuba*. PhD thesis, University of Nottingham, 2015.

KIRK, Emily J. “Cuba’s National Sexual Education Program: Origins and Evolution”, *Cuban Studies*, n. 49, p. 289-309, 2020.

KRAUSE-FUCHS, Krause. *Monika y la revolución: una mirada singular sobre la historia reciente de Cuba*. Tenerife: Centro de la Cultura Popular Canaria, 2002.

LEINER, Marvin. *Sexual Politics in Cuba: Machismo, Homosexuality and AIDS*. Westview Press, 1994.

MARQUES, Leandro Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da Revolução Cubana*. Goiânia: EDUFMA, 2012.

MARQUES, Leandro Rickley. “A Condición Mariel”, *Revista Brasileira do Caribe*, v. VIII, n. 16, p. 473-506, jan.-jun. 2008.

MEDINA, Ileana. ZAYAS, Manuel. “En el Punto G de la Revolución”, *Diario de Cuba*, 24 fev. 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120421050301/http://www.diariodecuba.com/derechos-humanos/9764-enel-punto-g-de-la-revolucion>. Acesso em: 11 de outubro de 2024

MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.

ROJAS, Marta. *Cuba 1992: O ano mais duro da Revolução*. Niterói: Arte e Cultura, 1993

ROQUE GUERRA, Alberto. “Sexual Diversity in Revolutionary Times, 1959-2009”, *Cuban Studies*, v. 42, p. 218-226, 2011.

RUAS, Luís Eduardo Mergulhão. Cuba: Os caminhos do poder popular e as reformas políticas. In: SALES, Jean *et al.* *Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracaju: IFS, 2019.

SANTORO, Maurício. “Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA”, *Rev. Bras. Polít. Int.* 53, p. 130-140, 2010.

SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”, *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, p. 9-16, 1992.

SCHNABL, Siegfried. *El hombre y la mujer en la intimidad*. 2. ed. Havana: Ministério da Cultura, 1989.

SCHNABL, Siegfried. *En defensa del amor*. Ministério da Cultura, Havana, 1985.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIFONTE, Pedro Alvarez. La ofensiva anti derechos del fundamentalismo religioso en América Latina: la experiencia cubana. In: VELAZQUEZ, Abio Alberto Lozano *et al. Religiones y decolonialidad en América Latina. Religión y género: discursos y contradiscursos de políticas conservadoras*. Buenos Aires: Clacso, 2021, p. 11-25.

Fonte:

Sexología y Sociedad. Cuba: jun. 1994 a dez. 2000. Disponível em: <http://revsexologiaysociedad.sld.cu>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

Sobre os autores

Adriane Vidal Costa

É professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) no biênio 2016-2018 e Editora Chefe da Revista da ANPHLAC, 2014-2016. É coordenadora do grupo de pesquisa História Intelectual: impressos, narrativas e circulação de ideias (UFMG/CNPq). É membro do Comitê de Coordenação do Centro de Estudos Latino-americanos, vinculado à Diretoria de Relações Internacionais (DRI). Membro da Comissão Gestora da Cátedra Darcy Ribeiro: soberania, educação e política, vinculada ao IEAT/UFMG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Américas, atuando principalmente nas seguintes áreas de pesquisa: história intelectual; história e literatura; história dos exílios na América Latina; esquerdas latino-americanas; movimentos sociais na América Latina. Possui artigos, capítulos de livros e livros na área de atuação.

Ana Paula Cecon Calegari

Graduada em história pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestra em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Autora do livro “Trajetória partidária e cultura política dos comunistas em Cuba” (2024). Atua como professora efetiva de história no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da América Latina, da Revolução Cubana e da cultura política comunista.

Ângela Meirelles de Oliveira

Professora adjunta de História das Américas do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História “Cultura, Poder e Práticas Sociais” (PPGH-Unioeste). É doutora pelo programa de História Social da Universidade de São Paulo (2013), com estágio doutoral no Institut des Hautes Études de Amérique latine (2012), mestre em Integração da América Latina (2005), licenciada (2002) e bacharel (2001) pela mesma universidade. Trabalhou como formadora de professores na temática da educação étnico-racial para a Prefeitura Municipal de São Paulo entre 2014 e 2016. Concluiu estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo, pelo Programa Nacional de Pós-doutorado, em 2019 (PNPD/CAPES). Foi vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em História das Américas (ANPHLAC) no Biênio 2020-2022. Publicou *Palavras como Balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*, em 2015, pela Alameda.

Carine Dalmás

Historiadora. Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná (2002). Mestre (2006), doutora (2013) e pós-doutora (2021) em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora de História das Américas e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordena o Núcleo de Estudos de História das Américas (NEHA).

Caroline Drummond

Doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e licenciada em História pela mesma instituição. Realizou a dissertação intitulada “Exílio, literatura, intelectuais e política em *Mariel – Revista de Literatura y Arte*”, com financiamento da Capes. Integra os Grupos de Pesquisa Projeto Brasiliana: Escritos e Leituras da Nação (UFMG/CNPq) e História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias (UFMG/CNPq).

Claudio Maíz

Professor efetivo de literatura latino-americana na Universidad Nacional de Cuyo (UNCUYO), pesquisador principal do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), diretor do Instituto de Literaturas Modernas da UNCUYO e coordenador do Doutorado em Letras na mesma instituição. Diretor e editor dos *Cadernos CILHA*. *Revista de Cultura Literária Latino-Americana*. Desenvolveu e coordenou vários projetos de pesquisa nacionais e internacionais. Orientou diversas teses de doutorado e supervisionou pós-doutorados. Autor de 70 artigos científicos em revistas indexadas, 10 livros, 35 capítulos de livros.

Daniela Slipak

Doutora em Estudos Políticos pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e pela Universidade de Buenos Aires (Argentina). É pesquisadora do CONICET e professora da graduação e pós-graduação na Escuela IDAES de la Universidad Nacional de San Martín e na Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Além disso, é coordenadora do mestrado em Ciência Política e do Centro de Estudios Sociopolíticos de las Escuela IDAES. Seus temas e áreas de pesquisa abrangem a subjetividade revolucionária da Nova Esquerda do século XX, História Recente e Teoria Política. Foi professora e pesquisadora visitante em Paris, Lyon, Madri, Santiago de Compostela, Salamanca e Santiago do Chile. Publicou artigos em revistas acadêmicas e é autora de *Las revistas montoneras* e *Discuss Montoneros from within* (ambos livros publicados pela Siglo XXI).

Elisa de Campos Borges

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral na Universidade de Santiago de Chile. Atualmente é professora de História da América Latina nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de História da UFF e pesquisadora do Observatório do Tempo Presente. É autora do livro *¿Con la Unidad*

Popular ahora somos Gobierno! Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende (Multifoco, 2015). É coorganizadora de livros na área da América Latina Contemporânea. Possui artigos e capítulos de livros na sua área de atuação.

Gabriel Corrêa

Jornalista. Professor Substituto no Centro de Ciências Sociais da UFMA. Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP). Enfoque: Literatura Brasileira, Literatura Russa, Televisão, Cinema, Adaptações audiovisuais (2023). Mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP). Enfoque: Literatura Brasileira, Crônicas, Jornais (2012). Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de São Paulo (2007).

Igor Luis Andreo

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Assis). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral vinculado ao Laboratório de Estudos em História das Américas da Universidade Estadual de Maringá (LEHAM-UEM), atuando como docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade (PPH-UEM).

Maria Antonia Dias Martins

Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora no ensino básico e técnico na rede particular de ensino da cidade de São Paulo. Foi professora de Ciências Políticas e História do Brasil e Contemporânea na Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (SP). Foi professora nos cursos de Relações Internacionais, Letras, Ciências Sociais e História no Centro Universitário Fundação Santo André. Foi coordenadora dos

cursos de História e Relações Internacionais no Centro Universitário Fundação Santo André. É autora de artigos e capítulos de livros nas áreas de História Intelectual, Identidade Ibero-americana, Literatura e Resistência e História da Guatemala.

Mateus Fávaro Reis

Natural de Varginha-MG, graduado em Farmácia e História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor e mestre em História e Culturas Políticas, ambos pela UFMG. Realizou pesquisas de pós-doutoramento na Universidad de la Frontera (UFRO), em Temuco, no Chile, e na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói-RJ. É professor de História das Américas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desde 2013 e atua em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase sobre Povos Originários em Abya Yala; Gênero, Raça, Classe e Sexualidades em Nossa América Ladina; bem como História das Edições e Impressos, particularmente em relação aos projetos de conexões continentais nas Américas. É coordenador do Grupo de Pesquisas em História das Américas (GPHA) e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, sediados na UFOP.

Natally Vieira Dias

Professora Associada do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPH-UEM). Desde 2020, coordena o Laboratório de Estudos em História das Américas (LEHAM) da mesma instituição. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vinculado ao grupo de pesquisa “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (CNPq-UFMG), entre 2022 e 2024. Foi vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) na Diretoria do biênio 2022-2024.

Pedro Sampaio de Azevedo

Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (2021), e Mestre em História também pela Universidade Federal Fluminense (2024), com pesquisa sobre o processo de educação sexual na Revolução Cubana, o Centro Nacional de Educação Sexual (Cenesex) e o periódico *Sexología y Sociedad*, publicado desde 1994 até os dias de hoje, e seus impactos na cultura e sociedade cubana. Especialista em educação, diversidade e inclusão, com ênfase em projetos e gestão educacional. Atualmente atua com gestão pedagógica na Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Estado do Rio de Janeiro.

Raphael Coelho Neto

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com tese sobre a revista do exílio chileno *Chile-América* e sua atuação nas redes transnacionais de direitos humanos e de debate político. Integrou o grupo de pesquisa *História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias* (UFMG/CNPq) e o Núcleo de Estudos de Exílio e Migração (NEEM/UFMG/CNPq)). Atualmente, é professor de História da Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais e da Rede Municipal de Ensino de Ouro Branco-MG.

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian

Graduado e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado de História da América e docente do Programa de Pós-graduação (Mestrado profissional) em História Ibérica na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atua na área de História da América, investigando: ideias, intelectuais e cultura letrada; revistas culturais e políticas; linguagens e manifestações artísticas; periódicos e mídias; História Intelectual; História da Argentina.

Sílvia Cezar Miskulin

Professora de História na Licenciatura em Ciências Humanas da Faculdade SESI-SP de Educação. Bacharel, licenciada, mestre, doutora e estágio pós em História na Universidade de São Paulo. Publicou *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (Alameda/Fapesp) e *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana* (Xamã/Fapesp), entre outros trabalhos.

Taciana Almeida Garrido de Resende

Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Concentra seus interesses de pesquisa nos trânsitos e circularidades entre América Latina e África no século XX, no estudo de conferências internacionais como diplomacia e prática política do Terceiro Mundo, nos estudos sobre História Global e Transnacional e em práticas anticolonialistas, antirracistas e anti-imperialistas no período da Guerra Fria. É professora efetiva do Instituto Federal de Minas Gerais, onde desenvolve projetos de ensino e extensão e orienta estudantes de ensino médio e superior. Desde 2021, participa do projeto Cientistas Negras do IFMG e, em parceria com o projeto Intelectuais Negras do Atlântico, da UFRJ, organizou o curso “Aportes para o ensino de história da África e afrodiaspórica: conceitos fundamentais, intelectuais negras e diálogos atlânticos”, com publicação de material didático. Participa do grupo de pesquisa História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias (CNPq/UFMG) e realiza trabalhos de tradução de textos acadêmicos voltados para discussões feministas, com especial interesse para a divulgação do pensamento de feministas do Sul Global.



COORDENAÇÃO EDITORIAL: Betânia G. Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Amanda Paim do Carmo
REVISÃO: Cláudia Rajão

FORMATO: 15,5 x 22,5 cm | 357 p.
TIPOLOGIAS: Minion Pro e Myriad Pro.
PAPEL DA CAPA: Cartão 250g/m²
PAPEL DO MIOLO: Polén Soft 80g/m²